Paulo Rezzutti

MULHERES DO BRASIL

A história não contada

LeYa

MULHERES DO BRASIL

Paulo Rezzutti

MULHERES DO BRASIL
A história não contada

Para Isadora, Isabela e Bianca,
jovens grandes mulheres.

Por muito tempo na história "anônimo" era uma mulher.

Virginia Woolf

Os homens vieram primeiro ao mundo, fizeram as leis e tomaram para si as regalias.
Teresa Margarida da Silva e Orta, 1750

Sou a única atriz. É difícil para uma mulher interpretar uma peça toda. A peça é minha vida, meu ato solo.
Patrícia Galvão

Todas as vidas dentro de mim: na minha vida – a vida mera das obscuras.

Cora Coralina

A vida de uma mulher é feita de três vidas: aquela que se diz que ela teve; aquela que ela bem poderia ter tido; aquela que ela teve, de fato, e não será conhecida jamais.

Bernadette Lyra

Sumário

Introdução

ROMPENDO O SILÊNCIO

NÃO! AS MULHERES NÃO PRECISAM de mais um homem para falar por elas. A mulher brasileira tem voz própria há anos. Mas eu gosto de contar histórias, e ainda existem histórias a seu respeito que não foram contadas ou não foram contextualizadas dentro do espaço em que existiram. Por isso, respeitando a voz de cada uma dessas mulheres, peço licença para falar sobre elas de um ponto de vista histórico. Eu quero contar como elas foram apagadas ou tiveram o seu papel diminuído. Como foi a luta de muitas das que hoje até são conhecidas, mas tiveram a história do seu passado narrada parcialmente.

Era muito fácil e cômodo para os homens que escreviam história até o século passado reduzir a figura feminina ao papel de mãe, filha ou esposa de algum outro homem. D. Leopoldina, por exemplo, encaixa-se nesse modelo até hoje nos livros escolares. Quando ela aparece, se aparece, é mencionada como sendo mãe de d. Pedro II e esposa de d. Pedro I. Nenhuma palavra é dita a respeito do seu papel no processo da Independência.

Muitas mulheres sobressaíram o suficiente para terem suas histórias, depois de descobertas, transformadas em livros ou teses, mas estes eram restritos a um grupo específico de interessados. Outras não tiveram tanta sorte. Suas memórias, ou seus fragmentos biográficos, alguns verdadeiros quebra-cabeças, ainda descansam em arquivos ou na posse de particulares. Isso falando dos escritos que não sofreram censura das famílias ou das próprias mulheres. Censura das mulheres? Sim. Bastanos lembrar dos diários femininos que, ainda na minha juventude, fechadinhos com cadeados, eram peças vendidas para meninas em bazares e papelarias. Quantos desses ainda hoje existem preenchidos e guardados? Quantos chegarão à terceira ou à quarta geração da família, formada por membros que expõem atualmente a vida na mídia *online* da moda? Muitos já foram descartados pelas próprias donas. Assim fizeram suas avós e as avós de suas avós, praticando uma autocensura, um não falar sobre si mesmas.

O que me animou a abraçar este projeto foi o fato de já ter me debruçado antes sobre a trajetória de mulheres brasileiras em

relação às quais os mitos e estereótipos eram, e ainda são, repetidos mais que suas histórias completas e tridimensionais. Escrever a biografia de d. Pedro I foi um passeio em arquivos públicos e particulares, desbastando e selecionando o material, respeitando o recorte estipulado da biografia, do que eu queria elucidar sobre ele. Já ao escrever sobre as mulheres, a documentação, muitas vezes exígua, precisou ser espremida para que se pudesse entrever a pessoa de carne e osso que existiu e não o ser idealizado que a história criou.

A historiadora Michelle Perrot diz que é preciso que a mulher seja piedosa ou escandalosa – e eu acrescentaria: infeliz – para poder existir. Esse existir a que Perrot se refere é o fato de a mulher ser notada. Ao ser notada, ela passa a ser "digna" de que o seu nome figure nos livros de história, escritos durante séculos somente pelos homens. Com a história do Brasil, não foi diferente. Enquanto algumas mulheres símbolos são exaltadas por serem exemplos a ser seguidos pela sociedade, milhares de brasileiras anônimas são esquecidas porque não se adequaram ao papel social que lhes cabia. Outras são lembradas por terem sido objetificadas. Entram para a história como algo que não foram. É o caso de d. Beja, que foi transformada numa mulher cheia de luxúria, linda, com a pele maravilhosa, para atrair a atenção para as termas criadas na região onde morou, construídas anos depois de sua morte.

Muitas tiveram suas histórias editadas, como Chiquinha Gonzaga, que, é sempre bom lembrar, era filha de uma mulata alforriada na pia batismal. Neta de escrava, pouco ou nada tinha de semelhante fisicamente à atriz Regina Duarte, que a interpretou numa minissérie. Outras foram tornadas invisíveis, apagadas, pois uma história com elas seria difícil de explicar.

Como os historiadores do século XIX poderiam falar sobre Maria Felipa de Oliveira, que, junto com outras mulheres, lutou contra os portugueses durante a Independência brasileira? Uma história escrita por homens brancos, dentro de uma sociedade escravagista, não daria visibilidade a uma negra, líder de comunidade, pobre, iletrada e que jogava capoeira. Já Maria Quitéria, branca, de classe média e que, obedientemente, voltou à casa paterna após a guerra, era mais fácil de ser explicada como figura feminina no mesmo

conflito. Também seria bem difícil explicar o fato de as capitanias hereditárias que mais deram certo, Pernambuco e São Vicente, terem sido administradas por mulheres.

No âmbito das artes, como explicar a paraense Julieta de França, uma das primeiras escultoras brasileiras? Julieta teve a coragem de afrontar a decisão de um júri formado pelos principais nomes das artes brasileiras, que desclassificou um projeto seu de monumento num concurso em 1907. Pela sua insubordinação contra o sistema da arte gerido pelos homens, ela pagou com o esquecimento e a paulatina diminuição de trabalhos. Enquanto isso, Nicolina Vaz, mais “comportada” para os padrões da época, conseguiu diversas encomendas estatais.

Pagu é sempre lembrada pela sua militância política, mas pouco pelo preconceito que o próprio Partido Comunista Brasileiro tinha em relação a ela e ao seu feminismo. Também foi a primeira mulher a desenhar quadrinhos no Brasil, e, numa das ironias do destino, a primeira presa política do país no século XX também foi a responsável pela introdução das sementes de soja, produto que enriquece até hoje a nossa balança comercial.

Este livro não é um dicionário biográfico. Não tenho nenhuma pretensão de procurar encerrar nele a história das brasileiras ou todas as discussões já feitas e ainda por fazer sobre o assunto. Isso seria insano. Por vezes, aparecerão mulheres conhecidas, mas cuja trajetória até chegar à fama foi pouco falada até hoje. Já outras, extremamente faladas e conhecidas, serão mencionadas de passagem. Seria dar mais visibilidade a quem já tem e novamente deixar esquecidas as pouco lembradas.

Além de resgatar a vida de algumas mulheres e o contexto no qual essas histórias se desenvolveram, este livro também mostra a luta por seus direitos. As conquistas femininas no Brasil antes do golpe do Estado Novo de Getúlio Vargas, em novembro de 1937, por exemplo, estavam muito à frente daquelas da França. Se as brasileiras passaram a votar e ser votadas em 1932, somente em 1945 as francesas teriam acesso a esses direitos.

Mas, apesar desse protagonismo, ficamos atrás de vários outros países, ainda mais nas conquistas trabalhistas para as mulheres. A história dos direitos femininos, além de ser uma história do

preconceito de gênero, também é uma questão de classe. Quase todos os livros de história do Brasil que tocam minimamente na questão da mulher na política falam a respeito da médica paulista Carlota Pereira de Queirós, primeira mulher a ser eleita deputada para a Constituinte de 1934, mas não falam que ela não era a única naquela assembleia. Havia também Almerinda Farias Gama, alagoana negra e pobre, representante sindicalista na Constituinte.

Estas são as histórias de algumas mulheres que tiveram seus papéis apagados ou cosmeticamente modificados para se adequarem a uma história de nosso país escrita pelos homens com a mentalidade de suas respectivas épocas. Essa história foi contada por repetição, de maneira dogmática, durante séculos e precisa ser revisitada, recontada milhares de vezes se necessário, até que o padrão se modifique.

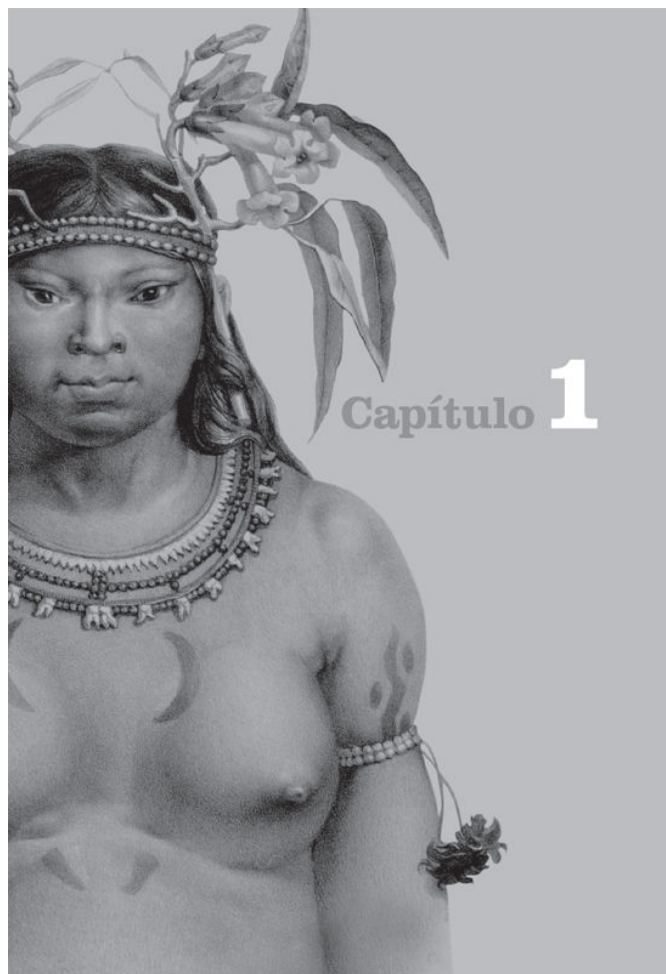
Na Sorbonne, décadas atrás, surgiu a discussão a respeito de existir efetivamente uma história das mulheres, uma vez que a história até então, em grande parte, havia sido escrita pelos homens. Independentemente do que os outros homens do passado tenham feito, os de agora têm por obrigação refletir, questionar e ajudar a influenciar as mudanças culturais necessárias. Este livro é a tentativa, ainda que de um homem, de trazer à luz diversas histórias de mulheres que precisam ser conhecidas e de mostrar aos homens que temos ainda muito o que aprender sobre elas e sobre nós mesmos.

Em 14 de março de 2018 – com minha pesquisa já finalizada – mais uma mulher que "ousou" não ser invisível foi assassinada no Brasil. Marielle Franco, mãe, esposa, filha, socióloga, negra, homossexual, feminista, nascida em comunidade, ativista dos direitos humanos e vereadora carioca, foi executada, juntamente com o motorista, Anderson Gomes. Seis dias antes, ela havia discursado no plenário da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, onde disse que, segundo dados recentes, doze mulheres são assassinadas diariamente no país.

Durante o seu discurso, Marielle indignou-se com um homem que, da galeria, gritava palavras a favor da ditadura. Ela pediu ordem e exigiu providências, dizendo: "Não serei interrompida, não aturo interrompimento dos vereadores desta casa, não aturarei de

um cidadão que vem aqui e não sabe ouvir a posição de uma mulher eleita […].” Assistindo ao seu discurso, era impossível imaginar que essa mulher forte e determinada pudesse se deixar ser silenciada. Dificilmente ela se tornaria invisível como são invisíveis nas estatísticas as pessoas a quem ela, como coordenadora da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, prestou auxílio.

Eleita por mais de 46 mil votos, os tiros que a atingiram atingiram muito mais do que seus eleitores e expuseram o que há de mais podre em nossa sociedade atual, que até mesmo planta notícias falsas na tentativa de minimizar assassinatos. Mas dessa vez será difícil. O mundo inteiro olha para o Brasil, e Marielle, mais presente do que nunca, não será apagada, como tantas outras mulheres ainda o são diariamente. Todos têm esse dever, dar voz a Marielle e a tantas outras mulheres do passado e do presente, para, juntos, homens e mulheres escreverem um futuro igualitário.

Capítulo 1

MÃES DO BRASIL

Indígenas, escravas negras e brancas, do povo ou da elite: nos primeiros anos do país, o anonimato de uma massa invisível e sem individualidade

Sou fera, sou bicho, sou anjo e sou mulher
Minha mãe e minha filha, *Minha irmã, minha menina*
Mas sou minha, só minha e não de quem quiser
Sou Deus, tua Deusa, meu amor

"1º de Julho" – composta por Renato Russo para Cássia Eller

As mulheres antes do Brasil

A "certidão de nascimento do Brasil", a carta de Pero Vaz de Caminha a d. Manuel I, conta a respeito das novas terras e do povo que os portugueses viram assim que chegaram. O europeu lançava o seu olhar para uma nova paisagem, suas novidades e seus habitantes.

Apesar de burocrática, a carta de Caminha tem uma linguagem direta, até divertida para a época, e dá-nos ainda a impressão de visualizarmos o que viram os europeus que aqui chegaram. Mas uma análise mais apurada revela algumas curiosidades acerca desse olhar.

Os índios tupinambás, os homens da tribo, são mencionados cerca de quinze vezes ao longo do texto, quando Caminha faz longas descrições em que revela detalhes a respeito dos habitantes da terra. Observa como os índios estavam ou não armados, seu porte, seus corpos nus e a informação de que, assim como os portugueses, eles não eram circuncidados. Também descreve suas cores, suas pinturas, seus adornos e comportamentos; das coisas que gostaram que os portugueses possuíam: contas, ouro, castiçais; da galinha, da qual tiveram medo. As mulheres são mencionadas cinco vezes no texto, dois terços a menos que o espaço reservado aos homens. Algumas menções são passageiras, como quando observa grupos de índios nos quais as índias estavam presentes; outras são mais reveladoras, mas a temática é sempre uma: o corpo.

As índias parecem unicamente sobressair da invisibilidade imposta à mulher nas crônicas, a maioria delas sendo vistas como parte de um grupo e não como um indivíduo, devido à nudez do seu corpo. Aliada a esse fato, está a questão de Caminha voltar o olhar para as mulheres e as moças, mas descrever apenas as últimas. As

idosas, se foram vistas por ele, não parecem ser dignas de maior consideração pelo escriba. Estariam elas junto ao grupo genérico das mulheres.

Ele chega a fazer trocadilhos e brincadeiras devido à falta de pelos no sexo das índias brasileiras. Chega a compará-las, por duas vezes, com as portuguesas: “Era tão bem-feita e tão redonda, e sua vergonha […] tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela.” Em outro trecho, ele diz que as “vergonhas” das índias brasileiras eram “tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha”.

“Vestidos de inocência”

Se inicialmente era perturbador aquele bando de gente nua, aos poucos, pela falta de malícia, parece que os portugueses passaram a encarar as coisas com naturalidade: “Suas vergonhas tão nuas e com tanta inocência descobertas, que nisso não havia nenhuma vergonha.” Os primeiros europeus chegavam a um verdadeiro paraíso comparado à Europa, onde a religião tudo condenava, controlava, censurava, punia e castrava. O próprio Cristóvão Colombo, ao desembarcar na atual ilha de São Domingos, em 1492, e contemplar a multidão que o tomava por um deus, exclamou: “Vejam, eles estão nus, mas estão vestidos de inocência!”[1]

Durante a primeira missa no Brasil, ainda segundo o registro de Caminha, havia uma índia presente. Ela recebeu um tecido para se cobrir, e assim o fez durante alguns momentos. Porém, ao longo do ofício religioso, em que copiava as ações dos demais, sentando-se, erguendo-se e ajoelhando-se, esqueceu para que estava usando aquilo e não se cobriu mais direito. Isso seria o princípio da luta das mulheres indígenas com a questão das vestimentas. Elas eram práticas. Ao contrário dos europeus, o hábito do banho entre os índios era uma constante, e, segundo Jean de Léry, era incômodo o

colocar e tirar a roupa nas mulheres, que se banhavam até doze vezes durante o dia. Mas, assim que elas passaram a ser escravizadas pelos europeus, o chicote as obrigaria a se adaptar às regras de vestimenta impostas pelos colonizadores.[2]

As mulheres indígenas e sua sociedade

As indígenas eram mais participantes da vida comunitária que as mulheres europeias. Vivendo num clima quente, as roupas em demasia não se adequavam às constantes atividades com a terra, ao preparo dos alimentos e aos demais trabalhos que exerciam. Mas o corpo feminino das índias amedrontaria o europeu, assim como a participação delas de maneira viva, força pujante no seio da sociedade indígena. Elas eram ativas, eram vistas ocupando os espaços públicos, ao contrário das europeias, fechadas em casa e restritas à atuação familiar.

A divisão de trabalho entre grande parte dos índios dava-se por sexo e idade. Cabia às mulheres indígenas cuidar do lar, dos filhos, da agricultura e do preparo dos alimentos. Por volta dos 40 anos, assumiam papel preponderante na coletividade no preparo do cauim e do ritualístico moquém.

O cauim era a bebida fermentada. As índias, desde as meninas até as mulheres, ajudavam em sua fabricação, principalmente na parte da insalivação. Elas pegavam os pedaços cozidos, geralmente de mandioca, e levavam-nos à boca, onde os mastigavam e insalivavam. As enzimas presentes na saliva convertiam essa pasta de mandioca em açúcares fermentáveis. A pasta mastigada era posta novamente no fogo para cozinhar. Os europeus, ao verem essa bebida alcoólica, acharam, obviamente, o processo nojento e tentaram produzir o chamado cauim limpo, sem a parte da mastigação, mas não obtiveram o mesmo resultado. Jean de Léry procurou convencer seus leitores de que durante o processo de esmagamento das uvas por pés calçados ou descalços para o

fabrico do vinho “passam muitas coisas talvez menos aprazíveis do que a mastigação das mulheres americanas”.[3]

Quanto ao moquém, era o assado do corpo do inimigo morto. Dentro da sociedade tupinambá, o canibalismo ritualístico era parte da tradição. O prisioneiro era tratado como um igual, reafirmava-se a humanidade dele por meio de sua convivência com os demais habitantes da aldeia, e uma mulher o servia, até que se decidisse pela sua execução. Nesse momento, ele devia, mesmo cercado de inimigos e em minoria, esbravejar sua bravura e a de sua família e tribo, que o vingariam. Após o golpe que o matava, as mulheres cuidavam de seu corpo, a gordura era guardada para fazer mingau, e suas vísceras eram cozidas separadamente com couve e farinha.

Tanto a distribuição do cauim quanto a do moquém – não que os tupinambás comessem e bebessem ao mesmo tempo – era serviço das mulheres. Enquanto aos homens elas serviam cuias da bebida, que eles sorviam de uma vez só, elas só a bebericavam. Essas questões, entre tantas outras, como o fato de as mulheres mais velhas da tribo atraírem para si os rapazes que estavam se iniciando sexualmente, faziam das índias, aos olhos dos missionários europeus, a antítese da Virgem Maria.

Evas demoníacas

Essas mulheres, diferentemente das da sociedade europeia, não eram totalmente submissas aos homens. Dependendo da tribo, elas podiam escolher com quem ter relacionamentos e até mesmo não eram obrigadas a casar: podiam virar guerreiras e tomar outra mulher como companheira.[4]

Os cristãos da época estavam acostumados a ver as mulheres como seres frágeis, submissos e humildes. Elas deviam respeito aos homens, afinal teriam vindo depois, na ordem da Criação, e de um osso sobressalente de Adão. Também foram elas que desobedeceram a Deus, elas que cometeram o pecado primordial e levaram o homem a acabar com a pureza, incitando-o a pecar.

As ameríndias, aos olhos dos cristãos, principalmente dos missionários, assemelhavam-se a Evas demoníacas, que não somente fabricavam bebida alcoólica, como também embebedavam os seus homens, davam-lhes carne humana para comer e, ainda, as mais velhas iniciavam os jovens no sexo. Caberia aos piedosos cristãos, os que conseguissem se manter puros, longe da tentação da carne, destruírem esse tipo de sociedade, que continuava, ao ver deles, afastando o homem primitivo de Deus. Alguns acabaram por abandonar seus votos e uniram-se com as mulheres indígenas, como frei Pedro Dias, que se casou com Terebé, filha do cacique Tibiriçá, outros flagelaram a carne no combate a suas paixões.

O rio das Amazonas

O maior estado brasileiro, o Amazonas, deve o seu nome ao rio Amazonas, maior no mundo em volume d'água. Inicialmente chamado de rio Grande pelos espanhóis, passou a ser conhecido posteriormente como rio das Amazonas. Uma expedição espanhola encabeçada por Gonçalo Pizarro, meio-irmão de Francisco Pizarro, conquistador do Império Inca, partiu de Quito em 1541 em busca do mítico reino do Eldorado e do país da Canela.

Meses depois, a desmoralizada e destroçada expedição dividiu-se em duas, com o braço direito de Pizarro, Francisco de Orellana, seguindo por um rio juntamente com o dominicano Gaspar de Carvajal. Frei Gaspar deixou um relato sobre a descoberta de Orellana, e, uma das aventuras narradas por ele, que teria se passado na região onde hoje se encontra a cidade de Manaus, acabou sendo responsável pelo nome com que o rio é conhecido hoje: Íamos desta maneira caminhando e procurando um lugar aprazível para folgar e celebrar a festa do bem-aventurado São João Batista, precursor de Cristo, e foi servindo a Deus que, dobrando uma ponta que o rio fazia, víssemos alvejando muitas e grandes aldeias ribeirinhas. Aqui demos de chofre na boa terra e senhorio das Amazonas.

Ao desembarcarem, souberam, pelos índios que os receberam, que aquela região era dominada por mulheres guerreiras que, uma vez por ano, recebiam homens; se gerassem meninos, estes eram devolvidos aos índios.

Continuando rio abaixo, na região entre as atuais cidades de Parintins e Óbidos, a expedição espanhola teria sido fortemente atacada por flechas vindas das margens. Frei Carvajal narrou que os índios não perdiam o ânimo. Segundo o dominicano, ao saber de sua aproximação, eles foram pedir ajuda às amazonas, e vieram cerca de dez ou doze, que lutavam lado a lado com os homens com tal bravura e animosidade que os índios não se atreviam a voltar as costas ao combate: “Os que voltavam diante de nós eram mortos a pauladas, e esta é a causa de os índios se defenderem tanto.”

Segundo Carvajal, essas mulheres eram altas, belas e robustas, muito musculosas, e andavam nuas, cobrindo apenas o sexo. Sua força era considerável, uma vez que guerreavam, ainda segundo o religioso, tanto quanto dez índios. Carvajal teve um olho perdido durante a chuva de flechas, e o grupo por pouco conseguiu escapar, remando muito para fugir das canoas indígenas que já estavam indo na direção dos espanhóis para abordá-los.

Orellana, após chegar à foz do Amazonas, partiu para a Europa, onde sua história a respeito das índias guerreiras foi tomada como uma fantasia criada para justificar o abandono a Pizarro. O diário de Carvajal demoraria alguns anos para aparecer, corroborando o relato de Orellana.

Em 1551, chegou ao Brasil o frade franciscano francês André Thevet. Em 1557, um ano após seu regresso à Europa, ele publicou a obra *Singularidades da França Antártica*. No texto, Thevet fala extensamente sobre as amazonas brasileiras, chegando a minúcias a respeito do seu trato com os inimigos. Segundo o autor: Ordinariamente, guerreiam algumas outras nações e tratam com muita desumanidade os que caem em seu poder. Isto é, penduram-nos pelas pernas a um galho alto de árvore, onde os deixam por algum tempo; se, porém, quando tornam ao lugar do suplício, os prisioneiros ainda estão, por acaso, vivos, atiram-lhes milhares de flechas. É verdade que não devoram os inimigos, como os demais selvagens, mas deitam-nos ao fogo, até que os mesmos fiquem

reduzidos a cinzas. No combate, as amazonas avançam lançando horríveis e espantosos gritos. Isso para amedrontar os contrários.[5]

As *amazonas*, gravura de Jean Cousin para o livro de André Thevet *Singularidades da França Antártica*, publicado em 1557.

Cerca de noventa anos após a passagem de Orellana pela região das amazonas, em 1639, chegava a expedição portuguesa de Pedro Teixeira. Um dos membros era o padre espanhol Cristóbal de Acuña, que interrogou os tupinambás a respeito dessas guerreiras. Os índios confirmaram o rumor que corria por todo o rio das famosas Amazonas, das quais tira seu verdadeiro nome, e pelo qual é conhecido, depois que foi descoberto até o presente, não somente pelos que o têm navegado, mas também pelos cosmógrafos que dele têm tratado.[6]

Ao longo do Amazonas, Acuña foi investigando, questionando e ouvindo o que os índios lhe diziam a respeito das amazonas: Disseram-me, pois, em todas as povoações em que passei que havia mulheres no seu país como eu lhas pintava e cada um em particular dava-me sinais tão constantes e uniformes, que, se a coisa não é assim, é preciso que a maior mentira passe em todo o Mundo Novo pela mais indubitável de todas as verdades históricas.[7]

Os relatos de Orellana, Carvajal e Acuña ainda seriam corroborados pelos de Pero de Magalhães Gândavo, no seu *Tratado da terra do Brasil*, a respeito do comportamento guerreiro de algumas índias, e pelo cientista e explorador francês Charles-Marie de La Condamine, que, em 1743, 202 anos depois da passagem de Orellana e Carvajal pelo Amazonas, também investigou as intrépidas guerreiras e conseguiu relatos de pessoas com mais de 60 anos cujos pais teriam tido algum contato com elas: Todos nos disseram que ouviram falar disso por seus pais, e juntaram mil particularidades longas demasiado para serem repetidas, e tudo tendente a confirmar que houve no continente uma república de mulheres solitárias, que se retiraram para as bandas do Norte, no interior das terras, pelo rio Negro, ou por outro que pelo mesmo lado vem ter ao Maranhão.[8]

Tomando os relatos como base, essa tribo de mulheres realmente teria existido e, entre o avistamento delas por Orellana e La Condamine, acabado por desaparecer. A história das amazonas chega-nos da Europa por meio da mitologia greco-romana. Etimologicamente, existe uma espécie de guerra sobre a palavra, e ninguém se entende. Amazonas poderia significar “sem seios”, pois elas queimariam um deles para poder atirar melhor com o arco; segundo outra explicação, poderia significar “guerreiras” na língua persa. Enfim, o que nos importa é saber que o que tudo indicaria ser um mito pode ser o eco de uma sociedade formada somente por mulheres que, aparentemente, usavam o sexo com os homens somente para procriação de outras mulheres. Segundo alguns dos relatos sobre as amazonas brasileiras, elas ou matavam os bebês masculinos, ou entregavam para outras tribos ou para o pai criarem.

O que é certo afirmar é que a ideia de uma tribo exclusivamente formada por mulheres atacando homens e dominando diversas tribos ao longo do Amazonas deve ter causado um grande impacto nos conquistadores. Isso porque caso as mulheres europeias nessa época apresentassem quaisquer comportamentos “estranhos, rebeldes ou fora dos padrões podiam ser acusadas de bruxaria e queimadas nas fogueiras da Inquisição”, como lembra Cristina Scheibe Wolff.[9]

Uma festa brasileira

A nudez das índias, para o estrangeiro não familiarizado com a convivência com os nativos, despertou a mítica do Brasil como lugar paradisíaco e do sexo fácil. Essa ideia ainda está presente na imaginação de muitos que desembarcam por aqui em busca do turismo sexual.

Em 1511, a nau *Bretoa* levou da região de Cabo Frio cerca de 5 mil toras de pau-brasil, além de pássaros e animais exóticos. Também foram capturados 36 índios, 10 homens e 26 mulheres. As mulheres teriam sido abusadas sexualmente pelos marinheiros ao longo da travessia. Uma delas, como nos conta o escrivão que documentou a viagem, chamada de Brígida, foi uma das poucas a sobreviver à viagem. Ela então foi entregue a certo Francisco Gomes em Portugal, que havia encomendado uma índia para si.[10]

Enquanto a ocupação da terra despertava a ira dos índios contra os portugueses, a relação que eles mantinham com os franceses até meados do século XVI era mais tranquila. Os franceses, ao contrário dos portugueses, interessavam-se principalmente pelo tráfico do pau-brasil e não pela colonização do Brasil, impondo os seus costumes e dominando as terras pertencentes aos índios.

Dessa forma, os franceses, sobretudo os traficantes normandos de pau-brasil, conseguiram estabelecer uma relação um pouco mais amistosa com os índios. Prova disso é a viagem que cinquenta destes, provavelmente tupinambás da região de Pernambuco ou da Bahia, fizeram em 1550 até a cidade de Rouen, na França.

Não era a primeira vez que índios brasileiros seguiam com os marinheiros franceses para a Europa, inclusive para Rouen, onde eles deixaram de ser novidade em 1512, quando um grupo desembarcou por lá. Segundo um cronista que os viu passando pelas ruas: Eram originários dessa ilha que chamam Novo Mundo, e chegaram a Rouen com a sua barca, os seus adornos e as suas armas. Têm a cor carregada e os lábios grossos, seus rostos são recortados por cicatrizes [...]. Não têm pelos nem barba, nem no púbis, nem em qualquer outra parte do corpo, salvo os cabelos e sobrancelhas.

Pasmo, revelava: “Falam pela boca.”[11]

Após saberem que os nativos brasileiros falavam pela boca, é de imaginar o espanto causado pelas mulheres indígenas que também seguiram com o grupo de 1550. O intuito dessa “importação” de índios brasileiros era um só: causar um impacto no rei da França e em sua corte, que iriam se hospedar em Rouen, e usar esse espetáculo para influenciar o aumento da frota francesa, no consequente tráfico com o Novo Mundo e, por que não, em estabelecer um território francês neste. Para isso, os armadores e comerciantes da cidade e da região resolveram dar-lhe uma “festa brasileira”.

O local onde se deu a encenação foi um espaço de aproximadamente 200 × 35 metros, era uma campina localizada entre as fortificações da cidade de Rouen e o rio Sena, onde uma embarcação que simulava o tráfico do pau-brasil estava ancorada.

Foi montada uma cena típica do que o traficante francês vivia no Brasil. Procuraram mostrar como era uma aldeia indígena, e, além dos índios, frutas e animais da fauna brasileira, como tucanos, saguis, araras e papagaios, foram colocados no cenário. As construções eram de troncos toscos, cobertas de palha, folhas e galhos. Ao redor, uma paliçada servia de muralha protetora. Por detrás delas, estavam cerca de trezentos homens, de cabeleiras revoltas, bronzeados e nus.

Os “brasileiros” traziam seus rostos enfeitados, suas faces e orelhas furadas e entrelaçadas de pedras longas nas cores branca e verde. Uns atiravam com arco e flecha tentando acertar aves e pequenos animais, outros corriam atrás dos macacos.

Mais ao longe, um grupo cortava madeira, que trocava com marinheiros franceses por machados, foices e rastelos de ferro. A madeira era transportada até o navio de dois mastros que ostentava o pavilhão e os brasões da França. De repente, um afrontamento: vindos do meio da mata, surgiram os tabajaras, que começaram o combate com os tupinambás. Estes acabaram por vencer a pequena batalha, invadiram e incendiaram o acampamento de seus inimigos.

Gravura do livro *Cest la dedvction du sumptueux ordre*…, de 1551, na qual é mostrada a recriação do Brasil na cidade de Rouen, na França. Aos índios trazidos do Brasil, juntaram-se mais de duzentos figurantes. Marinheiros fizeram-se passar por índios, e prostitutas, "mulheres públicas", fizeram o papel de índias.

As mulheres e o espaço público

Além dos cinquenta índios originalmente trazidos, o elenco foi engrossado por mais 250 pessoas. Os homens que interagiam com os índios eram marinheiros franceses. Os que estavam vestidos representavam a si mesmos; os que faziam papéis de índios estavam nus e pintados. Já as mulheres indígenas tinham como suas parceiras de palco as prostitutas de Rouen. Afinal, que mulher "honesta" ficaria nua ou seminua publicamente? Essa questão do público e do privado permeia até hoje nossas relações: o homem "público" *versus* a mulher "pública". Se a nudez de nossas índias

parecia um oferecimento ao sexo fácil, logo, a relação entre elas e as prostitutas francesas, as mulheres públicas, de todo mundo, era a ligação mais lógica para deleitar os homens públicos, senhores sérios e de reputação ilibada, ao menos publicamente. Não seria a primeira nem a única vez que a profissão de atriz e a prostituição seriam vinculadas.

Essa relação entre o espaço público e o privado e a limitação do uso do primeiro pelas mulheres, quer nuas ou vestidas, influenciaria os usos e costumes e até a arquitetura ao longo dos séculos. Especificamente, no Brasil, basta lembrar a presença dos muxarabis e das rótulas, de influência mourisca, nas construções coloniais. Elas permitiam às mulheres verem a rua, mas não serem vistas. Somente a chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, determinou o fim desses elementos arquitetônicos.

Em 1886, após a reforma do ensino superior no Brasil realizada em 1879, que passou a permitir à mulher acesso às faculdades, o preconceito contra as de classes mais elevadas que andassem nas ruas era externado numa opinião de um quintanista na *Gazeta Acadêmica da Bahia*. O autor afirmava que ninguém iria querer casar com uma futura médica corrompida pelo contínuo costume de frequentar as ruas.[12] Até os dias de hoje, o fato de uma pessoa do gênero feminino usufruir o espaço público após determinado horário pode equivaler a uma sentença de morte. No Rio de Janeiro, em março de 2017, uma mulher sofreu assédio seguido de agressão física por um homem porque, segundo ele, “não era hora de mulher estar na rua”.[13]

As mulheres indígenas visíveis e invisíveis

As indígenas registradas pela história contada pelo branco, quase invariavelmente, foram as que sobressaíram como matriarcas de uma primeira geração de mamelucos, ou caboclos, ou ainda mestiços, frutos da união das duas raças. A sua união com o homem branco foi o que as retirou do manto do anonimato que

recobre todas as demais mulheres nativas. Além do convencional que era esperado da mulher, o casamento e a formação da família, também houve aquelas que sobressaíram aos olhos dos brancos por terem atitudes que para eles eram masculinas: caça, guerra, intermediação entre os brancos e os índios, liderança política ou religiosa.[14]

Entre as mulheres indígenas que se tornaram famosas no início da colonização, encontram-se aquelas que eram filhas de alguém e abandonaram esse *status* para tornarem-se esposas de alguém. É o caso de Bartira, índia tupiniquim, batizada como Isabel Dias. Era filha do cacique Tibiriçá e casou-se com o português João Ramalho em São Paulo, no século XVI, dando origem a uma das primeiras famílias de mamelucos a povoar o planalto paulista.

As mulheres indígenas que se destacam, basicamente, são as que rompem com a tradição do seu povo e passam a viver de acordo com o padrão da civilização imposta pelos europeus. Ou, ao menos, essa teria sido até hoje a história contada sobre elas. Por exemplo, são poucos os livros que contam que Paraguaçu seria só mais uma das diversas esposas de Caramuru.

Catarina Paraguaçu, a quem Pedro Calmon chamou de "a mais antiga figura feminina da história do Brasil",[15] era filha do cacique Taparica, dos tupinambás da Bahia. O nome dela era Guaibimpará, antes de ser batizada. Conheceu o português Diogo Álvares, apelidado pelos índios de Caramuru, por volta de 1510.

Assim como tantas outras índias, Guaibimpará teria intercedido pela vida do estrangeiro, que acabou por fazer amizade com a tribo e unir-se à sua intercessora. Diogo Álvares, apesar de português, era contato dos franceses que traficavam pau-brasil na região. Em 1528, o casal seguiu para a França, onde Guaibimpará foi batizada em 30 de julho na cidade de Saint-Malo com o nome de Catarina do Brasil, em homenagem a uma de suas madrinhas, Catherine de Ganches, esposa do explorador francês Jacques Cartier. Lendas afirmam que a rainha da França, Catarina de Médici, teria sido sua madrinha, e por isso o seu nome. Entretanto, a futura soberana francesa só chegaria ao seu novo país em 1533. Catarina do Brasil posteriormente entrou para a nossa história como Catarina Álvares

ou Catarina Paraguaçu, por conta da região na Bahia onde ela e o marido se estabeleceram.

Muitos autores chegam a chamá-la de princesa do Brasil, muito provavelmente devido à liderança de seu pai. Além de Catarina, também foi batizada em Saint-Malo na mesma época outra índia tupinambá, Perrine. Frei de Santa Rita Durão, no seu poema épico "Caramuru", novamente homens falando sobre homens, cita Moema, uma das diversas índias esposas de Diogo Álvares, que teria morrido afogada ao tentar seguir o navio que partia levando Caramuru e Paraguaçu ao Velho Mundo. Moema não seria a única: diversas outras índias, inclusive talvez Perrine, jogaram-se ao mar para perseguir o navio. Aparentemente, a última teria tido mais sorte. Diogo Álvares não seria o único português a adotar o costume dos índios de ter diversas esposas. Essa tradição, ao ser tomada pelos brancos, logo iria incomodar tanto os religiosos quanto a Coroa portuguesa. Caramuru e Paraguaçu retornaram para o Brasil, estabelecendo-se novamente na Bahia.

É importante ressaltar que essa foi uma das primeiras uniões entre portugueses e índios a consolidar uma espécie de aliança política por meio da relação de parentesco. Esse primeiro casal também serviria como exemplo de aculturação dos brasileiros e além: Catarina é a primeira mulher indígena a estar ligada à devoção mariana no Brasil.

Em 1535 a nau castelhana *Madre de Dios* afundou próximo da ilha de Boipeba. Caramuru conseguiu salvar parte dos náufragos da morte pelos tupinambás. Segundo o padre Simão de Vasconcelos,[16] Paraguaçu, após o naufrágio, teve repetidas visões de uma senhora que pedia a ela que a trouxesse junto a si e lhe fizesse uma casa. Por diversas vezes, Caramuru buscou alguma náufraga, mas nada encontrou, até que, por fim, achou na habitação de um índio a imagem de Nossa Senhora das Graças. O nativo havia achado a santa na praia, aonde teria sido levada pela maré após o naufrágio. Paraguaçu identificou-a como a mulher da sua visão, e o casal construiu a Igreja da Graça, hoje parte da Abadia de Nossa Senhora das Graças, onde a indígena se encontra sepultada em Salvador. Paraguaçu sobreviveu a Caramuru por algumas décadas, falecendo na Bahia em 26 de janeiro de 1583.

Mas nem todas “casavam-se” com portugueses, ou estes tomavam por esposas as mulheres indígenas em número e tradição idêntica aos costumes das tribos. Houve diversas guerras entre os portugueses e os índios, o que produziu milhares de escravos, os chamados “negros da terra”. Algumas poucas índias surgiram como guerreiras lutando contra os brancos, como Ingaí, caeté que viveu no litoral de Pernambuco e teria morrido em 1535. Ela lutou bravamente junto com sua tribo contra os colonizadores. Acabou sendo aprisionada após a morte de seu prometido, o índio Camure.[17] Os portugueses teriam tentado estuprá-la, mas ela conseguiu fugir e acabou se suicidando.

A mulher indígena também era aprisionada. Foi o que ocorreu, por exemplo, com Branca, que viveu na capitania de São Vicente, onde se uniu a outro índio, Pedro.[18] Ambos eram escravos de Antônio Ribeiro Roxo. Com a morte deste, na partilha de bens, seus herdeiros dividiram o casal, alegando que eles não eram casados. Esse é só um dos milhares de atos violentos contra a mulher indígena brasileira durante o processo de aculturação.

Outra indígena famosa foi Tabira, filha do cacique tabajara Uirá Ubi. Sabemos que uma das origens de seu apelido, “Princesa do Arco-Verde”, seria devido à sua perícia com o arco e flecha. Por volta de 1530, num embate entre os portugueses e os tabajaras, Jerônimo de Albuquerque, irmão de Brites Mendes de Albuquerque, esposa do donatário da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, acabou feito prisioneiro pelos índios e condenado à morte. Tabira apaixonou-se por Albuquerque, conseguiu a libertação dele e tomou-o como marido, porém não se casaram segundo o costume cristão.

As coisas iam bem, os portugueses e os índios do litoral acabaram selando a paz, e o casal teve oito filhos, deixando uma enorme e influente descendência no Nordeste brasileiro. Mas, infelizmente, a relação acabou sendo interrompida por ordem da rainha de Portugal. De ascendência remontando a reis, Jerônimo de Albuquerque, segundo a rainha d. Catarina, não podia seguir a “lei de Moisés” e, com isso, manter “trezentas concubinas”.[19] Ele foi obrigado a aceitar a nobre Filipa de Melo e abandonar Tabira, que

havia sido batizada com o nome de Maria do Espírito Santo Arco-Verde.

A questão do concubinato iria incomodar muito os religiosos e influenciaria diretamente a vinda de mulheres “do Reino” para ajudar no povoamento do Novo Mundo. O padre jesuíta Manuel da Nóbrega chegou ao Brasil em 29 de março de 1549, a convite do rei d. João III, na armada de Tomé de Sousa. Se este vinha implantar definitivamente o poder real português no Brasil, Nóbrega vinha com o objetivo de moralizar os costumes da terra.

As mulheres brancas

Vir para o Brasil no início de 1500 não era muito agradável. Visto como um local onde se deixavam degredados para cumprir suas penas, acabou levando a imaginação do português a ver esta região como uma prisão a céu aberto povoada por monstros míticos e índios canibais. “Ora assim me salve Deus e me livre do Brasil”, diz a personagem Marta Gil na peça *O auto da barca do purgatório*, escrita por Gil Vicente em 1518.[20]

Em carta para o Reino, em agosto de 1549, Nóbrega iniciou logo com o que mais o havia incomodado até então: Nesta terra há um grande pecado, que é terem os homens quase todos suas negras por mancebas, e outras livres que pedem aos negros por mulheres, segundo o costume da terra, que é terem muitas mulheres. E estas, deixam-nas quando lhes apraz, o que é grande escândalo para a nova igreja que o Senhor quer fundar.

Lembrando que por “negras” e “negros” o padre se referia aos indígenas[21] e por “suas negras” as escravas índias dos portugueses que aqui se estabeleceram. Ou seja, além de terem relações com as escravas, os portugueses ainda tomavam as índias livres como mulheres e depois as abandonavam. E a desculpa para tal era que não havia mulheres brancas europeias para tomarem por esposas: Todos se me escusam que não têm mulheres com que casem, e conheço eu que casariam se achassem com quem; em tanto que

uma mulher, ama de um homem casado que veio nesta armada, pelejavam sobre ela a quem a haveria por mulher […].

E eis o conselho de Manuel da Nóbrega para resolver o problema: Parece-me coisa muito conveniente mandar sua alteza algumas mulheres que lá têm pouco remédio de casamento a estas partes, ainda que fossem erradas, porque casarão todas muito bem, contanto que não sejam tais que de todo tenham perdido a vergonha a Deus e ao mundo.

Nesse trecho, o "lá" significa Portugal, e "estas partes", o Brasil. Toda mulher branca e cristã seria bem-vinda, ainda que "errada". E, no dizer satírico de Hilário Tácito, depois desse pedido do jesuíta passaram a vir para o Brasil as "erradas" e as "erradíssimas".[22]

De mulheres ditas "erradas", os conventos portugueses estavam cheios. Uma mulher que tivesse entregado a sua virgindade antes do casamento, invariavelmente, estava "estragada". O exercício da sexualidade era um atributo puramente masculino; só o fato de a mulher pensar em ter prazer já a colocava junto às pecadoras, e consumar o ato fora do casamento era a desgraça social. Ou ela seria trancada num convento, ou seria casada com alguém abaixo da sua posição social. Em troca da falta da virgindade, o futuro marido seria recompensado com uma certa ascensão social. Dependendo do convento e da posição social da mulher desvirginada que ele recebesse, bem como da índole dela, podia ocorrer o que o padre Manuel da Nóbrega receava, de que as tais "mulheres erradas" acabassem perdendo "a vergonha a Deus e ao mundo".

As moças internadas em conventos nem sempre acabavam virando mulheres pias, e havia uma questão de classes dentro do próprio convento. As mais pobres limpariam e serviriam, enquanto as nobres e aristocráticas seriam servidas e poderiam se dedicar a várias coisas, inclusive aos famosos doces de ovos portugueses, além, claro, de seus amantes, os "freiráticos",[23] os que frequentavam os conventos e suas internas. Não eram raras as freiras que pariam, abortavam e morriam em partos complicados.

Além das mulheres "erradas", aquelas que decidiram assumir o controle do próprio corpo e pagar por isso, os conventos também recebiam órfãs, além de mulheres solteiras, seja porque a família

não tinha como pagar o dote para algum homem que quisesse casar com elas ou simplesmente porque ninguém se interessara. Ser mulher solteira era um estigma social tão grande quanto não ser mais virgem. Afinal, as mulheres, a não ser as viúvas, não herdavam e não podiam, quando possuíam algum, administrar os próprios bens. Ambas, a solteira e a desvirginada, eram merecedoras de desprezo social, e seu *status* beirava as fronteiras da prostituição.[24]

As órfãs da rainha

A quantidade de oficiais, nobres e aristocratas portugueses mortos nas expedições de expansão do Império Ultramarino Lusitano pelo mundo era grande. Acabou por levar à criação de um mosteiro em Lisboa para abrigar as chamadas “órfãs da rainha”. A instituição era destinada ao amparo e abrigo de algumas órfãs nobres e mantida por religiosos e homens de negócios da corte. D. João III tomou o convento sob sua proteção em 1543, dotando-o com rendas próprias para a manutenção de 21 órfãs fidalgas cujos pais houvessem falecido em serviço da Coroa. Com o tempo, uma opção melhor, aos olhos da Coroa portuguesa, passou a ser o envio das filhas órfãs desses nobres para ajudarem a colonizar a possessão portuguesa de Goa, na Índia. Logo, elas também passaram a vir para o Brasil.

Trienalmente, se deveria enviar para as duas colônias algumas dessas recolhidas, com carta de recomendação aos representantes da Coroa para que as casassem com a decência possível e lhes assegurassem o provimento de ofícios públicos como dote de casamento.[25]

O casamento das mulheres do Reino que vieram colonizar o Brasil permitia a elas fugir do preconceito social e de uma vida trancadas para sempre num convento. E, aos olhos da Coroa portuguesa, valia o investimento com o custo do transporte, da alimentação e do pagamento de um bem muito valioso como dote:

um cargo no governo para quem se casasse com elas. Afinal, além de fidalgas, eram mulheres “limpas de sangue”, cristãs-velhas, ou seja, não judias. Fazia parte do processo de colonização o embranquecimento da colônia. Aos filhos dos colonos, ao menos os de alta posição social, caberiam as melhores sesmarias e os melhores postos da burocrática engrenagem colonial portuguesa. Eles se sentiriam parte do povo português e não filhos da terra.

Assim, em 13 de julho de 1551 chegam ao Brasil as primeiras “órfãs da rainha”. Sabe-se que eram nove devido à quantidade unitária de dinheiro destinada a cada uma para a compra de alimentos e o valor total gasto por mês.[26] Entretanto, a história só registrou o nome de três irmãs: Mécia Lobo de Mendonça, Joana Barbosa Lobo e Maria de Sousa Lobo. Até 1558, as órfãs foram chegando à Bahia. De um total de 18, guardou-se o nome de mais algumas: Apolônia de Góis, Ana de Paiva, Catarina de Almeida, Catarina Fróis, Catarina Lobo, Clemência Dória, Damiana de Góis, Inês da Silva, Jerônima de Góis, Maria Barbosa, Maria de Reboredo e Violante de Eça. Essas mulheres viriam a ser as matriarcas de grande parte das famílias da elite do Nordeste brasileiro.

Porém, muito mais que necessárias para manter o “sangue puro” e o temor a Deus na terra conquistada, as mulheres já haviam mostrado, apesar dos homens não quererem ver, que serviam para mais do que só parir e rezar. Antes da chegada de Tomé de Sousa e do padre Manuel da Nóbrega para a instalação de um governo-geral no Brasil, haviam sido distribuídas pela Coroa portuguesa as chamadas capitanias hereditárias. Geralmente fala-se dos “donatários”, dos “governadores” delas, invariavelmente membros da elite do Reino, mas nunca das “governadoras” que existiram nas capitanias de Nova Lusitânia, São Vicente e Espírito Santo. Das mais dez existentes inicialmente, as duas que prosperaram, São Vicente e Nova Lusitânia (Pernambuco), foram administradas por mulheres, e uma terceira, a do Espírito Santo, foi defendida de uma invasão pirata por outra.

As primeiras governantes do Brasil

D. Brites de Albuquerque, casada com Duarte Coelho, donatário da capitania de Nova Lusitânia, localizada entre o sul do hoje estado de Pernambuco e o norte de Alagoas. O casal teria chegado em 9 de março de 1535 ao Brasil para tomar posse de sessenta léguas de terra doadas pelo rei de Portugal. Junto, trouxeram, além de provisões, colonos, soldados, oficiais, artesãos, marinheiros, amas, instrumentos, mercadores e tudo o mais que pudesse contribuir para a efetiva ocupação e colonização da capitania.

A tarefa de colonizar a terra não era nada fácil. Tiveram que construir os engenhos e se defender dos índios da região, o que o relacionamento do irmão de Brites, Jerônimo de Albuquerque, com Tabira, a "Princesa do Arco-Verde", acabou por ajudar um pouco. Em 1554, Duarte Coelho, por motivos administrativos, encontrava-se em Lisboa, quando faleceu. Lá também estavam seus dois filhos e herdeiros masculinos, que estavam estudando. Coube a Brites assumir como governadora da capitania até que seu filho mais velho, Duarte Coelho de Albuquerque, pudesse herdar, o que ocorreria em 1560. Doze anos depois, ele e seu irmão, Jorge Coelho, partiram para Portugal, onde, a serviço do rei d. Sebastião, pereceram na batalha de Alcácer-Quibir, em 4 de agosto de 1578.

Com isso, Brites assumiu novamente como governadora da capitania até a sua morte, ocorrida em 1584. Durante seu governo, coube a ela, junto com o irmão, a defesa e o combate aos índios hostis que queriam deter o avanço dos portugueses. O que a capitania rendia basicamente era retornado para o pagamento de seu exército, mal bastando para a manutenção dela e da sua família. Após o apaziguamento da região, coube a ela a sua administração, lidando com escravos, colonos, comerciantes.

Um dos registros que temos de alguém falando de d. Brites é o do jesuíta Rui Pereira, que assim descreveu a governadora em abril de 1561: […] É grande devota da companhia e as suas esmolas foram contínuas […]. Seus exercícios são ir à Igreja e ouvir missa e encomenda-se, visitar quanto enfermos há na vila e consolá-los. Seu gosto é falar de Deus e ler por livros espirituais, e agora que

vieram os filhos não cabe de alegria por ver que a descarregaram da governança e que tem tempo para se dar a Deus.[27]

O fato de ela assumir a capitania não obrigatoriamente havia lhe dado sede de poder ou prazer no mando e nas tarefas da administração. Outra hipótese é que a importância de demonstrar que tudo era um fardo, devido ao seu sexo, era algo agradável de se ver aos olhos de um religioso que iria espalhar suas observações para os seus superiores.

Mais ao sul, na capitania de São Vicente, tivemos d. Ana Pimentel. D. Ana era uma dama castelhana de alta linhagem, casada com Martim Afonso de Sousa, líder da Armada Portuguesa, que por aqui aportou em 1531. Ele vinha como capitão-mor e deveria fundar povoados no litoral brasileiro, administrar a justiça e tomar posse das terras em nome do rei, além de nomear funcionários e distribuir sesmarias.

Em 22 de janeiro de 1532, fundou a primeira vila da América portuguesa: São Vicente, localizada no litoral paulista. Ali, iniciou a plantação da cana-de-açúcar e montou um dos primeiros engenhos do Brasil, o engenho do Governador, no mesmo ano. Ainda em 1532 recebeu do rei de Portugal a capitania de São Vicente. Em 1533, foi nomeado capitão-mor do mar da Índia, recebendo ordens de proteger as conquistas portuguesas no Oriente.

Na ausência do marido, d. Ana Pimentel foi feita procuradora dele em 3 de março de 1534. Com isso, passou a governar a capitania de São Vicente, que na época incluía não apenas o que conhecemos hoje como São Paulo, mas também o Rio de Janeiro. Ela tomou diversas providências, como a introdução da cultura do arroz, da laranja e do envio do gado vacum para a capitania. Em 1544, uma das suas decisões abriu as portas para o alargamento das fronteiras dos domínios portugueses no Novo Mundo. Pelo alvará de 11 de fevereiro de 1544, d. Ana Pimentel revogou uma ordem anterior do marido, permitindo a entrada dos colonos portugueses no campo de Piratininga. Ou seja, passava a ser permitida a colonização serra acima na capitania de São Vicente, o que possibilitou a expansão portuguesa além do litoral. A cidade de São Paulo seria fundada dez anos depois.

Próximo da capitania de São Vicente tínhamos a capitania do Espírito Santo, onde se destacou d. Luísa Grimaldi. Casada com Vasco Fernandes Coutinho Filho, segundo donatário do Espírito Santo, o casal chegou ao Brasil por volta de 1534. D. Luísa ficou viúva em 1589 e governou o Espírito Santo até 1593, quando a capitania, por ordem do rei, foi conferida a Francisco de Aguiar Coutinho. Além da defesa da terra contra os indígenas, d. Luísa teve de enfrentar o corsário inglês Thomas Cavendish, que já havia saqueado diversas vilas do litoral brasileiro, além de navios transportando escravos e açúcar. Auxiliada por Miguel de Azevedo e com uma providencial aliança de última hora com o cacique Jupiaçu, conseguiu fortificar Vitória e atacar os corsários que tentaram desembarcar em 1592. Dos 120 piratas, quarenta foram mortos pelos defensores.

D. Luísa foi quem incentivou a vinda de religiosos para o Espírito Santo. Entre eles, estavam os franciscanos, a quem doou o morro das Palmeiras, onde ergueram o Convento da Penha, um dos mais importantes exemplos de arquitetura religiosa colonial.

Em 1593, d. Luísa retornou para Portugal, onde se recolheu ao Convento Paraíso, em Évora, falecendo aos 85 anos, em 1636. Na Europa, foi uma das diversas pessoas que forneceram depoimento ao processo de beatificação do padre José de Anchieta, com quem conviveu no Espírito Santo e a quem pedia conselhos.

Na peça *A vila de Vitória ou auto de são Maurício*, escrita pelo padre jesuíta, a figura simbólica da Vitória é baseada em d. Luísa Grimaldi. Num trecho da peça, em que a Vitória e o Governo dialogam, a misoginia de Anchieta é bem latente:

Vitória: – Essa é coisa muito escura, que mal posso eu entender.

Governo: – Bem mostrais que sois mulher.

Antes, toda criatura

O pode mui bem saber.[28]

Obviamente, o pensamento do jesuíta era o da maioria esmagadora dos homens do período, tanto que essas governadoras o foram pelo destino. Nenhum rei português nomeou diretamente mulheres para governar qualquer capitania. Elas ocuparam esses postos obrigadas, levadas pela situação, duas pela viuvez e uma

pela distância do marido. A maioria não sabia lidar com a situação, muitas vezes não tinham formação para tanto e tiveram que ter por guia algum preposto masculino.

Entretanto, graças a elas, a integridade das terras do Novo Mundo foi mantida para a Coroa portuguesa em algumas ocasiões. Assim como d. Luísa Grimaldi foi obrigada a lidar com os piratas ingleses no Espírito Santo, também a cidade do Rio de Janeiro recebeu, em diversas ocasiões, visitas indesejadas. Numa delas, quem resolveu engenhosamente a questão foi a portuguesa Inês de Sousa, esposa do governador da capitania do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá.

Durante o segundo governo do marido (1578-1598), enquanto ele estava realizando as chamadas “entradas” pelo sertão do Rio de Janeiro, atrás de índios, ouro e pedras preciosas, o Rio de Janeiro ficou desguarnecido. Certo dia, três navios franceses foram avistados entrando na baía de Guanabara. O destino esperado era que os corsários saqueassem a vila, afinal, com os homens fora, quem a defenderia? D. Inês teve a genial ideia de colocar as mulheres, os jovens e os padres usando armaduras e portando armas na praia, criando a ilusão de que o local era guarnecido por um grande exército. A simulação deu certo, e os franceses desistiram de aportar e invadir a povoação.

Mulheres brasileiras “bravas”

D. Inês seria um dos primeiros exemplos registrados de mulheres no Brasil a ter que se aproveitar dos recursos que possuíam para dar conta de suas obrigações e das vidas a si confiadas. Conforme conta a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, o processo colonizador modificava costumes e tradições ibéricas. A colonização separou homens e mulheres e alterou o papel destas últimas, que, na ausência dos homens, embrenhados nos sertões atrás de riquezas minerais e índios, foram forçadas a “desempenhar […] muitos papéis ‘masculinos’. Entre os quais, os que diziam respeito à

administração dos bens, incluindo roças e propriedades de criação de gado".[29]

Diversos exemplos podem ser dados, como a fama de "bravas" que as mulheres no Brasil, especificamente em algumas povoações, acabaram ganhando. Como exemplo, temos as paulistas: "Quem casa com paulista nunca mais levanta a crista." No Nordeste, também, várias mulheres se destacariam, como Maria Bárbara Garcêz Pinto de Madureira, casada com Luís Paulino Pinto de Oliveira França.

Luís Paulino foi eleito deputado para as cortes de Lisboa e partiu para Portugal. Na sua ausência, Maria Bárbara assumiu o engenho Aramaré. Mesmo com filhos adultos, ela não delegou o comando dos negócios a eles, tocou-os ela mesma. Diversas cartas trocadas entre o casal, de 1821 a 1824, demonstram quanto ela trabalhava com afinco no empreendimento familiar. Numa delas, em resposta à alegação de que o marido sentia saudades e queria-a junto a si em Portugal, ela respondeu: Dizes-me […] que tens saudades minhas. Eu te acredito regulando pelo meu coração. Sim, meu Luís, estou só, só. Falas-me que se te demorares mandas-me buscar. Eu bem gosto teria de abraçar-te, mas crê que, se não tinha ficado, o engenho Aramaré dentro em pouco "era campo onde foi Troia". E bem que com as minhas poucas forças o não possa adiantar, com a minha vista ao menos afugento as harpias que queriam devorá-lo! A safra foi pequeníssima. Chuvas contínuas, mas fechamos com 2460 pães.[30] Chegaríamos aos três mil se a minha doença não me mandasse embora daquele lugar.[31]

Ela também sentia saudades, mas via além do sentimento, era mais prática. A ocupação e a colonização do Brasil levaram as mulheres no geral a sê-lo.

As mulheres brancas que se destacaram no início da colonização foram depois as que tiveram um papel de liderança e pertenciam a classes abastadas. Pouco se conhece da mulher colona que veio junto com o marido para povoar a terra, trabalhando para os fidalgos que os trouxeram para o Novo Mundo.

Algumas outras vezes, as mulheres, principalmente as do povo, surgirão na história brasileira como um coletivo feminino indefinido, uma massa coesa de um só sexo, sem individualidade. Em São

Paulo, no início do século XVIII, foram as mulheres paulistas "viúvas venerandas, esposas castas e respeitáveis, donzelas"[32] que se reuniram para instar que os homens partissem para a guerra contra os emboabas, que haviam tomado as lavras de Minas Gerais, descobertas pelos paulistas. Antes disso, houve as Heroínas de Tejucupapo. Na capitania de Pernambuco, em 1646, ante o perigo iminente de os holandeses invadirem o vilarejo, as mulheres, deixadas pelos homens que haviam ido ao encontro dos invasores, entrincheiraram-se e ajudaram na batalha.

Já no século XIX, em 1822, d. Leopoldina, futura imperatriz do Brasil, recebeu comissões de senhoras, primeiro da Bahia e depois de São Paulo. Elas trouxeram-lhe manifestos nos quais se alinhavam com a princesa rumo a um Brasil independente. O primeiro manifesto, de 23 de agosto, era assinado por 186 mulheres baianas, e o segundo, de 13 de outubro, por 55 paulistas. Entretanto, qualquer individualidade dessas assinaturas se dissolve por meio da coletividade dos manifestos das "Senhoras Baianas" e das "Senhoras Paulistas". D. Leopoldina aproveitou-se do manifesto de 23 de agosto para acutilar o ainda indeciso príncipe regente, d. Pedro. Em carta para o esposo, a princesa mencionou a visita das senhoras baianas e diz que o manifesto era "prova que as mulheres têm mais ânimo e são mais aderentes à causa boa".[33]

As mulheres negras

Inicialmente, já estavam as índias, depois vieram as brancas, e por fim as negras. As primeiras, ao se depararem com a marcha da colonização, foram escravizadas ou mortas, e uma parte menor acabou sendo incorporada, desde que se aculturasse, à nova sociedade que nascia. As brancas seguiam seus maridos ou vinham se casar e lutariam pelos seus bens e suas propriedades, tendo, por vezes, que assumir o papel legado ao homem. As negras foram obrigadas a vir para um cativeiro.

As mulheres negras sofreriam múltiplas perdas. Foram capturadas e destituídas de tudo: humanidade, individualidade, história, cultura, família e bens. Em situação pior que a dos degredados europeus, elas foram obrigadas a fazer uma travessia transatlântica em situações apavorantes em navios negreiros, nos quais 60% dos embarcados sobreviviam. Deixavam para trás cidades, povoados e vilas africanas e a sua liberdade. Aqui, tinham de trabalhar, inicialmente nos engenhos de cana do Nordeste, depois nos do Sudeste. Depois dos canaviais, vieram os cafezais e outras produções, e, junto a estas, o trabalho nas ruas das cidades, como escravas de ganho.

Presença constante tanto na senzala quanto na casa-grande, serviriam como interlocutoras entre dois mundos distintos, elemento de ligação entre os negros e os brancos, intercambiariam entre as duas raças palavras, expressões e costumes. Serviriam de mães. As mães negras, de leite, para os filhos cujos pais já haviam lhe sugado a alma e o sangue. Serviriam como reprodutoras para aumentar o plantel dos escravos de seus senhores. Serviriam tanto de mães como de mulheres, a quem seus donos e os filhos destes usariam para saciar a luxúria proibida no branco e sagrado leito conjugal.

As sinhás teriam ódios mal contidos, ciúmes fundados ou não, e acabariam por serem mais cruéis do que o mais cruel dos feitores, como nos conta Gilberto Freyre: Não são nem dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes. Sinhás-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina nas dentaduras de escravas; ou mandavam-lhe cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas. […] O motivo, quase sempre, o ciúme do marido. O rancor sexual. A rivalidade de mulher com mulher.[34]

As mulheres africanas escravizadas começaram a chegar ao Nordeste brasileiro com mais frequência por volta de 1550, quando o tráfico negreiro começou a se consolidar no Novo Mundo. Com a

expedição de Martim Afonso de Sousa em 1531, chegaram os primeiros escravos da Guiné. Portugal já praticava esse tipo de tráfico humano desde 1441, levando africanos para a Europa. Pelo alvará de 29 de março de 1549, d. João III oficializou a importação de negros da Guiné e da ilha de São Tomé para servirem de escravos, sendo permitida a entrada de até 120 deles por engenho de açúcar no Brasil. As mulheres negras tinham preço inferior ao dos homens, pois, do ponto de vista dos fazendeiros, o trabalho do negro no campo rendia mais.

Tratados como animais e não como seres humanos, no início do Brasil Colônia, os escravos chegaram a ser alimentados com uma porção de feijão cozido por dia. Logo começam as primeiras revoltas. As mulheres negras tinham um histórico de sobrevivência e liderança maior que o das brancas brasileiras e em grande parte igual, se não superior, ao das mulheres indígenas. Basta recordarmos que muitas em seus países de origem haviam sido mulheres do povo, mas também vieram guerreiras, princesas e rainhas, que estavam acostumadas a defender seus territórios, a sua gente e a si mesmas.

Rainhas negras

Aqui no Brasil, não agiram de maneira diferente. Assim que tinham oportunidade, fugiam e lutavam por sua liberdade, como foi o caso de Aqualtune, no século XVII, sobre quem há pouca documentação. Filha do rei do Congo, após ser aprisionada em batalha, na qual comandou 10 mil guerreiros, foi vendida como escrava e enviada ao Brasil. Desembarcou no Recife, onde seria adquirida como reprodutora e levada para Porto Calvo, no sul de Pernambuco. Lá, teve notícias a respeito do Quilombo dos Palmares, na atual União dos Palmares, em Alagoas. Desde 1580, negros escravizados fugidos de engenhos da Bahia e de Pernambuco acabaram povoando a região.

Cumprindo com o seu papel de escrava reprodutora, Aqualtune engravidou, entretanto, nos últimos meses de gestação, organizou a própria fuga. Chegando a Palmares e sendo reconhecida como uma grande princesa guerreira, provavelmente por chefes da mesma etnia que a sua, recebeu um mocambo, um dos territórios quilombolas, para governar. Assim como ela, seus filhos Ganga Zumba[35] e Ganga Zona tornaram-se chefes de mocambos importantes do quilombo. Sua filha mais velha, Sabina, deu-lhe o neto que suplantaria a história da avó e seria mais conhecido que ela: Zumbi.

Em 4 de outubro de 1677, a aldeia em que Aqualtune, já idosa, morava foi queimada por uma das expedições enviadas contra Palmares. Os portugueses alegaram não tê-la encontrado, mas acharam uma das mulheres que cuidavam dela morta. Segundo algumas tradições apontam, ela teria partido para junto do rei de Palmares, Ganga Zumba; segundo outras, ela teria perecido no incêndio. Aqui fica clara uma questão importante. A mulher, mesmo negra, com destaque na sociedade de origem, que conseguiu resgatar de certa forma seu posto e seu papel em outra localidade como uma matriarca guerreira, acabou tendo a sua imagem eclipsada. A história de Aqualtune é menos lembrada do que a de uma outra escrava, Dandara, companheira de Zumbi dos Palmares, cuja lembrança oral é mais presente que a documental.

Um ponto interessante que se nota na fuga de Aqualtune é que ela fugiu em adiantado estado de gravidez. As mulheres negras escravizadas, quando achavam que seriam vendidas separadas dos filhos, ou que sofreriam algum castigo violento, fugiam com eles.[36] O *Diário da Bahia* de 18 de fevereiro de 1863[37] noticiou o caso de três gerações de escravas em fuga: Maria Joana, de 45 anos, e sua filha Custódia, de 20, que por sua vez levou a filha de 2 meses.[38]

Casais negros também podiam acabar separados pelos donos, sendo vendidos para outros fazendeiros, ou ficando numa fazenda ou propriedade em cidade diferente. A separação de famílias de escravos somente seria proibida mais de trezentos anos depois do início do tráfico negreiro. Pelo artigo 2º do decreto nº 1.695, de 15 de setembro de 1869, o marido e a mulher não poderiam ser separados, nem os filhos dos pais. Este último valia somente para

as crianças de até 14 anos; depois dos 15, os filhos podiam ser vendidos. Mas a lei não era facilmente seguida pelos fazendeiros, que, no fim, faziam o que queriam.

Aos poucos, a ideia de ter escravas para reprodução seria abandonada. Saía mais barato comprar um escravo já bem formado e apto para o trabalho do que ter toda a despesa para criar uma criança e treiná-la.

Além de Aqualtune, diversas outras mulheres negras destacaram-se na formação do governo de quilombos, como foi o caso de Teresa de Benguela, que governou por 27 anos, como rainha,[39] o Quilombo do Piolho, também conhecido como do Quariterê ou Quariteté, em Mato Grosso. Foi um dos mais importantes e organizados da região, tendo não apenas escravos fugidos, mas também índios e negros libertos entre os seus moradores.

Teresa de Benguela era uma rainha rígida e disciplinadora ao extremo, aplicando duros castigos físicos aos desertores, como enforcamentos, fraturas e enterramento vivo. Na primeira invasão dos bandeirantes no local, mais de setenta negros, entre homens e mulheres, e cerca de trinta índios foram aprisionados e levados para Vila Bela. Teresa ficou tão inconformada com a destruição do seu reino que teria enlouquecido.

> Os vexames e a grande violência que se abateram sobre a Rainha e seu povo, com o objetivo expresso da subjugação humilhante, foram demais para Teresa que encontrou na loucura uma forma de reação, recusando-se a se entregar e a curvar-se à autoridade dos brancos.[40]

Os quilombolas foram expostos ao povo e marcados com a letra “F”, o que os qualificava como escravos fugidos. Num acesso de fúria, Teresa matou-se. O suicídio foi o “gesto supremo de rebelião da Rainha à dominação dos brancos”.[41]

Infelizmente, no auge do desespero pela vida que levavam, a morte era um dos caminhos escolhidos pelas mulheres escravizadas como forma de escapar do seu destino. Muitas vezes, a morte, quando era casada, vinha pelas mãos do marido, que geralmente, mas não sempre, se matava em seguida.[42] Muitas

vezes, eles acabavam justificando o assassinato da companheira como um ato de benevolência.

Conceição das Crioulas, um matriarcado

Em Pernambuco, na cidade de Salgueiro, o distrito de Conceição das Crioulas guarda a história de uma comunidade matriarcal criada por negras fugidas. Um grupo de seis mulheres escravizadas, fugitivas de uma plantação chamada Panela D'Água, em Alagoas, chegaram no início do século XVIII ao sopé da serra do Umã (hoje serra das Crioulas). A tradição oral guardou o nome de uma delas: Francisca Ferreira, conforme resgate do etnólogo Jean-Yves Loude.

As escravas, ou crioulas, como foram chamadas, contaram com a ajuda de dois homens. O primeiro a surgir no local foi Francisco José, que trouxe consigo a estátua de Nossa Senhora da Conceição, e o segundo foi o negro Antônio Sá, que organizou as defesas do local. Apegando-se ao culto de Nossa Senhora da Conceição, fizeram a ela uma promessa. Com fé, arrendaram as terras, onde o algodão florescia naturalmente, e, com as técnicas de fiação e tecelagem trazidas da África, foram capazes de gerar receita suficiente para pagar pela área e por suas alforrias, adquirindo definitivamente os terrenos em 1802. Uma parte foi doada para a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição, e, assim, santa e crioulas fundiram-se para dar o nome ao povoado que estas últimas criaram.

Escravas de ganho, libertas revolucionárias

Além do trabalho escravo no campo e nas casas-grandes, elas acabaram chegando às cidades. Lá continuavam prestando serviços aos seus senhores como mucamas, cozinheiras e amas de leite,

mas também saíam para as ruas como escravas de ganho. Algumas trabalharam como padeiras, as quituteiras que apregoavam pelas ruas os seus doces, com ovos, coco e amendoim, ou os seus salgados, com camarões secos, óleo de dendê, entre outros ingredientes que cairiam no gosto do brasileiro.

Também havia as que pediam esmolas e as que eram colocadas por seus donos, inclusive por senhoras da alta sociedade, para se prostituírem. Escravas de 10 a 15 anos podiam ser vistas no Centro do Rio de Janeiro no século XIX em casas nas ruas da Alfândega e do Sabão seminuas, oferecendo-se aos transeuntes. Mas também havia a prostituição de luxo, lupanares suntuosos onde escravas muito bem-arrumadas por suas senhoras faturavam altas somas.[43] Grande parte do que as escravas de ganho auferissem era repassado para o seu dono, porém uma parte ficava para si, e com isso, depois de muito trabalho, poderiam comprar a sua alforria.

Foi o que aconteceu com uma mulher negra da Costa da Mina chamada Luíza Mahin, que trabalharia, já liberta, como quituteira nas ruas de Salvador. Quem deixou relato sobre ela foi seu filho, Luís Gama, jornalista, advogado e importante abolicionista atuante na cidade de São Paulo. Luís foi separado muito pequeno da mãe e criado pelo pai, um português com alguma fortuna, mas com pouco senso. Viciado em jogos de azar, perdeu o que possuía e, para se livrar do restante das dívidas, vendeu seu filho dizendo que era seu escravo. Sobre a mãe, já livre do cativeiro e militante da causa abolicionista, Gama escreveria para seu amigo Lúcio de Mendonça:

Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mina, (Nagô de Nação) de nome Luíza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã.

Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa.

Dava-se ao comércio – era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito.[44]

Luíza Mahin participou ativamente de diversos levantes, sendo o primeiro dele a Revolta dos Malês, na Bahia. Malês era um termo pelo qual eram chamados os negros islâmicos pelos portugueses.

Ocorrida em 1835, a revolta pretendia tomar o poder em Salvador e criar um Estado negro islâmico na Bahia. Luíza teria participado ativamente da preparação. Seu ofício de quituteira e sua presença constante nas ruas permitiam que por ela mensagens fossem entregues a quem se aproximasse com a falsa intenção de comprar algo para comer. Querem alguns autores que Luíza tenha sido a principal líder da revolta, que, se tivesse dado certo, a colocaria como rainha da Bahia, o que seria algo bem atípico para um Estado islâmico. Outra revolta em que ela, segundo a carta biográfica de Luís Gama, teria se envolvido foi a Sabinada, também na Bahia. Posteriormente, o filho teve notícias dela no Rio de Janeiro, envolvida novamente em outros planos de revolta. Lá, segundo Gama conseguiu apurar, ela teria sido presa e deportada para a África.

Retrato em estúdio de uma provável escrava de ganho com o filho nas costas e o tabuleiro na cabeça. Foto de Christiano Jr., *circa* 1865. Coleção Ruy Souza e Silva.

Antiga pajem com uma criança. Foto do estúdio Carneiro & Gaspar, *circa* 1900. Coleção Ruy Souza e Silva.

As mães de santo

A mulher negra escravizada lutou da forma que podia para não perder as suas raízes. Além das fugas e das revoltas, outro meio era a preservação de suas crenças africanas. Mesmo com seus cultos sendo perseguidos, os negros conseguiram fazê-los sobreviver usando de algumas artimanhas. Podemos ver claramente

isso na Charquearia São João, em Pelotas (RS). No meio do terreiro, encontra-se uma gruta artificial dedicada ao culto do santo que dá o nome à charquearia. Com o passar do tempo, parte das conchas e pedras que revestem a gruta acabou por cair, revelando, incrustados na massa de revestimento, pequenos ídolos africanos. Os negros, ajoelhados diante da imagem de são João, fingiam rezar para o santo quando na realidade estavam adorando seus deuses.

As negras mais velhas eram as que mantinham de alguma maneira os costumes de seus povos africanos no Brasil. Muitas acabavam sendo conhecidas feiticeiras, que, com ajuda das ervas e de suas rezas ancestrais, buscavam curar ou aliviar feridas e almas. Essas mulheres é que encarregavam as mais novas de certos "trabalhos" para que os deuses ajudassem a protegê-las dos castigos físicos, dos estupros e do sadismo do homem branco. As mais velhas transmitiam às mais novas os segredos de cultuar os seus antigos deuses.[45]

O homem branco, por outro lado, tinha particular aversão a essa estranha religiosidade, que lhe parecia obra do demônio. Além do medo do desconhecido, tinha pavor de que essas negras feiticeiras o amaldiçoassem ou envenenassem, devido ao conhecimento que tinham das ervas. As mulheres negras surpreendidas ou suspeitas de praticar sua magia antiga acabavam sendo castigadas no tronco. Muitas morriam pela violência empregada no castigo, servindo de exemplo.

O primeiro terreiro de candomblé surgiu por volta de 1830, na Bahia. Em terreno arrendado, três mulheres, Iyá Nassô, Iyá Calá e Iyá Adetá, criaram o terreiro Iyá Omi Asè Aira Intilé, que depois se chamaria Ilê Iyá Nassô, conhecido hoje como Casa Branca do Engenho Velho. Ele é a origem de todos os grandes terreiros de modelo nagô do Brasil. Nagô é uma identidade criada pelo tráfico de escravos referente aos africanos vindos da Costa dos Escravos (Togo, Benim e Nigéria ocidental) que falavam ou compreendiam o iorubá. Nessa língua, "*iyá*" significa "mãe", e aí temos a origem do termo mãe de santo, ou *iyálòrisá* em iorubá, aportuguesado como ialorixá. As três criadoras do primeiro terreiro são as matriarcas conhecidas do candomblé e suas variações, que se espalham hoje por todo o Brasil.

O terreiro criado pelas três mães de santo acabou sendo a fonte de onde se originaram diversos outros terreiros na Bahia com importantes ialorixás, como Mãe Aninha, Eugênia Ana Santos (1869-1938), Mãe Senhora, Maria Bibiana do Espírito Santo (1900-1967), e Mãe Menininha, Maria Escolástica da Conceição Nazaré (1894-1986), que lutaram e conseguiram manter os cultos e as tradições de seu povo.

Mãe Aninha, que era do terreiro Ilê Iyá Nassô, acabou se afastando após uma disputa sucessória e assentou o terreiro Ilê Axé Opô Afonjá em 1910, após anos vagando por Salvador e sofrendo com a repressão policial que o candomblé atraía para si. Sua lisura com o trato do culto a tornou uma pessoa respeitabilíssima. Não vivia do seu trabalho religioso, mas sim de uma venda que mantinha no Pelourinho. Os recursos angariados no terreiro eram revertidos para ele mesmo ou para o auxílio dos mais necessitados. A sua seriedade e o conhecimento da tradição dos cultos africanos atraiu diversas personalidades e intelectuais, e a sua estatura moral transformou-a de protetora dos perseguidos durante o Estado Novo de Getúlio Vargas a interlocutora de prestígio junto ao homem forte do governo, Oswaldo Aranha, que seria seu filho de santo. Devido à influência de Mãe Aninha, foi promulgado o decreto presidencial nº 1.202, de 8 de abril de 1939, revogando posturas municipais[46] publicadas no fim dos anos 1850 de norte a sul do país que proibiam o candomblé.

Mãe Senhora foi iniciada por Mãe Aninha no candomblé em 4 de novembro de 1907. Assumiu, em 1942, o terreiro Ilê Axé Opô Afonjá e, mantendo a postura e a tradição estabelecidas pela antecessora, acabou se tornando uma das maiores referências nacionais e internacionais dos cultos africanos, sendo reconhecida como a maior autoridade dos cultos afro-brasileiros da sua época. Atraiu para si desde pessoas humildes até personalidades. Foram frequentadores de seu terreiro Jorge Amado, Zélia Gattai, Caribé, Roger Bastide, Pierre Verger, Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, entre tantos outros. Em 1965, foi homenageada, num lotado Estádio do Maracanã, com o título de Mãe Preta do Brasil.

Sobre o falecimento de Mãe Senhora, em 22 de janeiro de 1967, um dos relatos mais tocantes é o do escritor Jorge Amado: Mãe

Senhora morreu de manhãzinha, na véspera cumprira obrigação de santo até tarde, noite adentro. A morte a alcançou na hora do primeiro sol e seu corpo ocupou, imenso, a casa de Oxalá. A notícia desceu para a cidade: obás, ogãs, filhos e filhas de santo dirigiram-se para os caminhos de São Gonçalo, onde se ergue o terreiro. A cidade foi tomada de surpresa e comoção, um impacto violento. Na vida dessa cidade da Bahia, que não se parece com nenhuma outra, a iyalorixá Senhora era uma figura das mais importantes, guardiã de tradições e de rituais que resistiram a todas as perseguições, que superaram a desgraça da escravidão, que trouxeram os bens da dança e do canto até os dias de hoje. No complexo cultural baiano (e brasileiro, pois a Bahia é a matriz inicial e fundamental), o povo tem o primeiro lugar, o papel definitivo.[47]

Além de Mãe Senhora, outra que acabou saindo do terreiro Ilê Iyá Nassô, ou Casa Branca do Engenho Velho, foi Maria Júlia da Conceição Nazaré, que, em 1849, criou o terreiro Ilê Iyá Omi Axé Iyamassê, mais conhecido futuramente como terreiro do Gantois. Lá Maria Escolástica da Conceição Nazaré, que entraria para a história como Mãe Menininha do Gantois, foi iniciada por sua tia, aos 8 anos. A chefia do Gantois, assim como em diversos outros terreiros de candomblé, é matrilinear, ou seja, passa de mulher para mulher dentro da mesma família.

Apesar do decreto de 1939, ainda era necessário autorização por escrito da polícia. Mesmo com alguns policiais e delegados fazendo parte do culto, muitas vezes os terreiros eram invadidos, e os seus frequentadores eram perseguidos e sofriam violências. Mãe Menininha, dando continuidade ao trabalho de Mãe Senhora, foi personagem fundamental para a aceitação do candomblé pela sociedade ao abrir seu terreiro aos brancos e católicos, democratizando o culto, sem, contudo, transformá-lo em espetáculo turístico.

1 Denis, *Uma festa brasileira*, p. 35.

2 Léry, *Viagem à terra do Brasil*, p. 100.

3 Ibidem, p. 122.

4 Gândavo, *Tratado da terra do Brasil*, pp. 136-7.

5 Thevet, *Singularidades da França Antártica*, p. 378.

6 Souza, *Pará e Amazonas*, v. 1, p. 58.

7 Ibidem, p. 59.

8 La Condamine, *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*, p. 81.

9 Wolff, “Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras”. In: Pinsky e Pedro, *Nova história das mulheres no Brasil*, p. 423.

10 Schumaher e Brazil, *Dicionário Mulheres do Brasil*, p. 119.

11 Franco, *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*, p. 40.

12 Hahner, *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850–1937*, p. 62.

13 “Mulher é espancada no Rio”, revista *Fórum*,18 mar. 2017.

14 Schumaher e Brazil, op. cit., p. 272.

15 Obry, *Catarina do Brasil*, p. 7.

16 Vasconcelos, *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*, tomo II, p. 27.

17 Almeida, *Heróis indígenas do Brasil: memórias sinceras de uma raça*, p. 79.

18 Monteiro, *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, p. 168.

19 Araújo, *Bela Cruz: famílias endogâmicas*, p. 16.

20 Del Priore e Venâncio, *Breve história do Brasil*, p. 25.

21 Moura, *Dicionário da escravidão negra no Brasil*, p. 288.

22 Tácito, *Madame Pommery*, p. 71.

23 Miranda, *Que seja em segredo: textos freiráticos, séculos XVII e XVIII*, p. 10.

24 Schumaher e Brazil, op. cit., p. 480.

25 Garcia, *As órfãs da rainha*, p. 106.

26 Idem.

27 Schumaher e Brazil, op. cit., p. 122.

28 Anchieta, *Teatro de Anchieta*, p. 310.

29 Dias, *Quotidiano e poder*, p. 34.

30 Pães de açúcar: medida usada para auferir a produção do engenho.

31 França, *Cartas baianas*, p. 53.

32 Menezes, *Aconteceu no velho São Paulo*, p. 85.

33 Rezzutti, *D. Leopoldina*, p. 229.

34 Freyre, *Casa-grande & senzala*, p. 421.

35 *Relação das guerras feitas aos palmares de Pernambuco*…, p. 347.

36 Dias, “Resistir e sobreviver”. In: Pinsky e Pedro, *Nova história das mulheres no Brasil*, p. 369.

37 Citado por Bernardo J. de Souza, *Heroínas bahianas*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1936, p. 129-30.

38 Reis, “Uma negra fugio, e conta que tem dous filhos: fuga e família entre escravos na Bahia”. *Afro-Ásia*, Salvador, 23 (1999), p. 36.

39 Carvalho, *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*, p. 139.

40 Bandeira, *Território negro em espaço branco*, pp. 119-20.

41 Idem.

42 Dias, “Resistir e sobreviver”. In: Pinsky e Pedro, *Nova história das mulheres no Brasil*, p. 365.

43 Moura, *Dicionário da escravidão negra no Brasil*, pp. 327-8.

44 *Almanach litterario de S. Paulo para 1881*, pp. 50-62.

45 Dias, “Resistir e sobreviver”. In: Pinsky e Pedro, *Nova história das mulheres no Brasil*, p. 370.

46 Porto Alegre – O Código de Posturas aprovado pela Lei Provincial nº 403 de 18 de abril de 1858, em seus arts. 48 e 114, proibia batuques, candomblés e reuniões de escravos tanto em propriedades privadas quanto em ambientes públicos.

Salvador – A Postura Municipal nº 59, de 27 de fevereiro de 1857, proibia danças, batuques e reuniões de escravos.

47 Espírito Santo, *Mãe Senhora: saudade e memória*, p. 121.

Capítulo 2

BOAS, MÁS E PERIGOSAS

Entre aquelas que "conhecem o seu lugar" e as transgressoras, tem de tudo nesta história: santas, feiticeiras, adúlteras e revolucionárias que ousaram ameaçar o statu quo

Eu tenho um veneno no doce da boca
Eu tenho um demônio guardado no peito
Eu tenho uma faca no brilho dos olhos
Eu tenho uma louca dentro de mim

"Perigosa" – Rita Lee, Roberto de Carvalho e Nelson Motta

Evas e Pandoras

A religião que impôs a Eva o papel de bode expiatório para todas as mulheres católicas não foi tão criativa. Provavelmente bebeu de fontes mitológicas anteriores, como a grega, com sua Pandora, a primeira mulher criada pelos deuses. Pandora teria sido moldada diretamente do barro e não de um osso sobressalente de um homem, e foi, verdadeiramente, um "cavalo de Troia". Zeus, o pai dos deuses, irado pela desobediência de Prometeu, que roubou o fogo e o levou para os humanos, criou Pandora e sua caixa, onde guardou todos os males. Zeus também deu a Pandora a curiosidade, sabendo que algum dia ela, assim como Eva, acabaria se atrevendo contra a determinação do "não". Ao abrir a caixa que recebera, ela acabou por ser a mulher responsável por todos os males da humanidade.

As mulheres boas, ainda hoje na nossa sociedade, são aquelas que obedecem, as que "conhecem o seu lugar", que não causam confusão, que não discutem e somente acatam, as que, enfim, não revolucionam o *statu quo*. As más são as que transgridem a ordem patriarcal estabelecida. São as filhas de Eva, que comem do fruto da árvore do conhecimento e jogam todos para fora do seu mundo perfeito. São as que rompem com os códigos preestabelecidos pela sociedade, pela religião, pela relação público-privada. São as bruxas e as feiticeiras, são as prostitutas, as assassinas.

As mulheres "más" tomam para si o próprio sexo; são as infiéis, as que se entregam à luxúria. As mulheres ambiciosas que, usando do sexo, dominam os homens e pervertem, segundo o olhar masculino e o de outras mulheres que reproduzem o machismo, a ordem sexual estabelecida pela sociedade. Essas entram mais facilmente para a história, que parece aceitar melhor as que se

destaquem pela santidade ou pela devassidão. O meio-termo, as mulheres que seguem as regras sociais, faz, em grande parte, o volume das invisíveis de nossa sociedade.

Mulheres do Sul: d. Zilda e Onistarda

E mesmo para serem santificadas elas precisam ser praticamente mártires, haja vista a quantidade numérica de santos, que eclipsa de longe as santas. No momento, facilmente me vem à mente a figura da médica pediatra e sanitarista Zilda Arns Neumann (1934-2010). Nascida numa família católica de Santa Catarina, era irmã do ex-cardeal de São Paulo d. Paulo Evaristo Arns, que se bateu contra a ditadura. Zilda é uma figura que continua inspirando as pessoas. Fundou a Pastoral da Criança e a da Pessoa Idosa, visando ao suporte a dois dos extremos mais desprotegidos de nossa sociedade. Faleceu tragicamente num terremoto em Porto Príncipe, no Haiti, em 12 de janeiro de 2010. Estava no país em missão humanitária. No momento do terremoto, discursava numa igreja sobre a introdução da Pastoral da Criança naquele país.

O trabalho de Zilda Arns à frente da Pastoral da Criança teria beneficiado cerca de 2 milhões de crianças e 80 mil gestantes. Seu processo de beatificação corre em Porto Príncipe, onde ela faleceu, mas a diocese de Curitiba, no Paraná, quer que o processo seja encaminhado para lá, onde Zilda viveu e trabalhou durante a maior parte de sua vida. Ela ainda foi a única mulher brasileira indicada para o Prêmio Nobel da Paz, não apenas uma, mas três vezes.

No extremo oposto a d. Zilda, que trabalhou para o próximo, visando ao bem de milhares de crianças, temos no Paraná uma outra história, a de Onistarda Maria do Rosário (1770-1828).

Onistarda foi casada com José Félix da Silva Passos (1760-1820) e tinha, segundo o estereótipo social da época, além de ser mulher, duas desvantagens: era paulista e de Taubaté. Dois ditados demonstram bem o que a sociedade pensava delas: “Quem casa com paulista nunca mais levanta a crista”, como já vimos

anteriormente, e “Paulista de Taubaté, cavalo pangaré e muié que mija em pé, libéra nós, Dominé”.[1] A fama de brava das paulistas era lendária, e Onistarda é um forte exemplo que justificaria esse tipo de afirmação.

Conheceu seu marido em Santos e, alguns anos depois, em 8 de dezembro de 1781, casaram-se em Curitiba, partindo logo para a mais importante fazenda que o marido possuía, a Fortaleza. O lugar fazia jus ao nome: a sede era cercada por uma dupla muralha de taipa e guarnecida por uma milícia de escravos, criada por José Félix. O local era a boca de entrada do sertão de Tibagi, no Paraná, região dominada pelos índios caingangues, que frequentemente atacavam a fazenda. José Félix liderou contra eles um massacre violento após a cabeça de um amigo seu aparecer diante do portão principal da Fortaleza com uma flecha em cada olho.

Além do ambiente externo hostil, o familiar não seria dos mais plácidos. Segundo a história oral e alguns documentos recolhidos pelo historiador David Carneiro, autor da obra *O drama da fazenda Fortaleza*, somados ao relato feito sobre José Félix e a fazenda pelo viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, sabemos que o português vivia com problemas familiares.

Ele teria descoberto na noite de núpcias que a esposa não era mais virgem, o que tornava a escolha para a mãe de seus filhos errada. Ela não era casta, seria uma pecadora, segundo os rígidos princípios morais pregados pela religião e obedecidos às cegas pela grande maioria dos católicos da época. Onistarda havia negado a José Félix, seu marido, o “sagrado” direito do ritual masculino da retirada da virgindade, a virtude suprema de uma mulher. Com o ritual de posse sobre o corpo de Onistarda, que já pertencera a outro, conspurcado, José Félix enfureceu-se, e o casamento passou a enfrentar estranhamentos e problemas.

Após o nascimento da única filha do casal, Ana Luísa da Silva, em 1785, as coisas pioraram. José Félix passou a achar que a criança não era dele. Não se tem informações precisas a respeito de como o fazendeiro tratou ambas, mas a vida delas não deve ter sido fácil.

Onistarda devolveu o ódio do marido com mais ódio e rancor, e a perversidade passou a fazer parte do dia a dia da Fortaleza. Certa

vez, segundo David Carneiro, ela mandou arrancar os dentes de uma escrava e fez com que ela os servisse numa bandeja de prata a José Félix, após este tê-los achado bonitos. Um dos castigos preferidos de Onistarda era pregar a orelha de um escravo desobediente na parede e, após algum tempo, repetir a ordem dada anteriormente. O medo de ser morto fazia com que o escravo rasgasse a orelha para poder cumprir a ordem.

Onistarda tentou matar o marido duas vezes, sendo a última com capangas armados, que o surpreenderam na estrada. Ele conseguiu escapar, mas perdeu os dedos de uma das mãos e ficou com diversas sequelas. Presa como mandante, Onistarda não cumpriu pena numa prisão comum. José Félix conseguiu que ela fosse deixada aos seus cuidados e manteve-a aprisionada em sua própria casa.

A desconfiança da mulher, e da própria filha, que após ficar viúva voltou a viver na fazenda com os filhos, fazia, segundo Saint-Hilaire, que José Félix mantivesse suas provisões trancadas à chave, com receio de envenenamento. Sua barba era feita pelo neto, com medo de confiar a outra pessoa uma navalha no seu pescoço. Ele morreu em 27 de abril de 1822, logo após tomar o café da manhã. A primeira coisa que a filha fez foi pegar a chave que ele mantinha junto a si no colete e libertar a mãe de sua prisão. Onistarda, quando soube da morte, gritou: “Graças a Deus.” Durante o velório, antes de o corpo de José Félix ser levado para ser enterrado na cidade, ela tirou o tecido que cobria a sua cabeça e cuspiu no rosto do marido morto.

Num local inóspito desses, a fortuna auferida era equivalente ao destemor e aos perigos enfrentados. A fazenda Fortaleza foi por muitos anos uma das maiores do Paraná, com 117.612 hectares. Além disso, José Félix possuía também as fazendas Taquara e Maracanã, a primeira com mais de 26 mil hectares e a segunda, com mais de 8 mil. Comercializava mulas, criava gado e mantinha diversas plantações.

Após a morte de José Félix, Onistarda seria uma das maiores proprietárias de escravos de São Paulo, perdendo só para a Ordem Terceira do Carmo – lembrando que, na época, o Paraná fazia parte da capitania de São Paulo. A viúva era a mulher mais livre que

poderia existir nesse período, pois não tinha que responder a homem algum e, se mantivesse a viuvez, administraria ela mesma o seu patrimônio, como fez Onistarda.

Mulheres más: feiticeiras e prostitutas

Onistarda não seria a primeira nem a última mãe, filha, mulher, enfim, a querer assassinar alguém para se ver livre de determinada situação. As prostitutas e as feiticeiras eram outras mulheres consideradas más, constantemente perseguidas pela polícia e expostas na imprensa.

Esse foi o caso, por exemplo, de Ana Maria, que, segundo o *Diário de Pelotas* de 21 de janeiro de 1879,[2] era uma meretriz e feiticeira, "filiada à escola de ridículas promessas a Santo Antônio, que parece ter sofrido alguns banhos no poço". Após ter sido denunciada pela polícia e chamada à delegacia, onde prometeu abandonar seus hábitos, acabou sendo notícia outra vez alguns meses depois. Novamente denunciada por "impingir certas drogas às pessoas incautas, para determinados fins", foi acusada de feitiçaria. A polícia invadiu sua casa para buscas. Entre os objetos encontrados, havia uma "perigosa" imagem tosca de santo Antônio, frascos com água mais ou menos colorida, penas de aves e diversas outras bugigangas.

Provavelmente, o tal "tosco santo Antônio" tinha relação com o orixá que Ana Maria cultuava. Além de ser uma ameaça para a moral e os bons costumes, ainda era uma feiticeira, mexia com o que as "pessoas de bem" desconheciam, com forças perseguidas pelo catolicismo, o que colocava a pelotense como duplamente má.

Outra mulher igualmente "errada" de várias maneiras, e por isso má, foi a portuguesa Bárbara dos Prazeres, que chegou ao Brasil em 1789, aos 18 anos. Casada, apaixonou-se por um mulato livre e arranjou a morte do marido. A paixão durou pouco: ela desencantou-se com o amante, que teve a mesma sorte do primeiro, sendo morto durante uma discussão. Aos 20 anos, bonita

e sem dinheiro, entregou-se à prostituição. Bárbara, durante os vinte anos seguintes, exerceu a profissão no Rio de Janeiro e até na Cisplatina, atual Uruguai, segundo Mello Moraes Filho.

Para sentirmos um pouco a visão do homem da época a respeito da prostituição, vamos deixar o próprio cronista dar algum colorido à trágica Bárbara: “Infanticida na adolescência, envenenadora de sua própria irmã, mais tarde adúltera e depois cantoneira na Cisplatina, sobre seu ventre de perdida passara soldadesca infrene de lascividades […].”[3] Cantoneira, no caso, é um dos muitos nomes usados antigamente para se referir às prostitutas das ruas, as que se entregavam pelos cantos da cidade.[4]

Como todos, ela acabou envelhecendo e não atraía mais clientela. A Bárbara dos Prazeres acabou se transformando na mendiga “Onça”, devido ao aspecto que lhe deram primeiro a varíola e depois a lepra. Acabou indo parar no Arco do Teles, no Centro do Rio de Janeiro. Na época, o Arco era um monte de escombros que sobrou de um incêndio que deitou abaixo o prédio.

Moraes, em seu relato, acaba juntando tudo o que, para os brancos e bem postos, existia de ruim para mostrar que Bárbara conseguia ser mais torpe ainda. Continuando seu relato, ele junta a religião africana com ciganos e assassinato de recém-nascidos:

E uma ideia do inferno e uma sugestão demoníaca a empolgam, provenientes do fetichismo africano e das supersticiosas ciganas, pondo-as em prática a temerosa Onça a fim de curar-se.

Que recomendavam elas? Quais os ditames incutidos na perversidade inata dessa mulher-harpia?

A princípio banhara-se em sangue borbulhante de cães, gatos, cabritos e outros animais degolados; ingeria carne de cobras, sapos e lagartixas, do código medicamentário e cabalístico dos egípcios… e a leprosa não melhorava, a esfacela progredia!

Então, abrangendo o que a magia negra pode ministrar de específico às moléstias incuráveis, a Bárbara dos Prazeres, a cognominada Onça do Largo do Paço, envereda outros rumos, recorre ao sangue humano, que, no dizer das ciganas do morro do Nheco, curava no antigo Egito a lepra do povo e lepra dos reis.[5]

E assim Bárbara começou a caçar crianças pelas ruas do Rio de Janeiro. De noite, ficava próximo à Roda dos Expostos, na Santa Casa, onde as crianças rejeitadas iam para a orfandade na calada da noite. Era ouvir um choro de bebê ou o ruído da roda, e Bárbara, o mais ágil possível, corria para a sua presa antes que alguma freira sonolenta pudesse pegar a criança primeiro. Ia em direção ao mangue e lá amordaçava o recém-nascido e pendurava-o numa árvore, cortando-lhe o pescoço e banhando-se no sangue ainda quente. Não se sabe quando morreu, nem se é verdadeira a história de que a expressão “a onça vai te pegar”, usada para assustar crianças, teria nela a sua origem. O que se sabe é que sua história assustadora perdura mais do que perdurou a sua vida.

Imorais ou empoderadas?

Muitas mulheres seriam vistas como más por serem ambiciosas e por não rezarem pela cartilha de boas maneiras da época. Qualquer coisa que difere do que é aceito pela sociedade é vista como inadequada. Tudo o que ela não entende é descartado. Quando não é possível ignorar a mulher ambiciosa, que usufrui o seu sexo como quer e que ascende socialmente com força econômica e política, ela é engolida, para após algum tempo ser regurgitada como algo malévolo.

No Maranhão, na cidade de São Luís, é conhecida a lenda da carruagem de Ana Jansen, que sairia de quinta para sexta-feira de madrugada do cemitério do Gavião. A carruagem, guiada por um negro sem cabeça, como igualmente sem cabeça são os cavalos, todos sangrando, levaria dentro sua velha senhora. Pelos maus-tratos aos seus escravos, ela teria sido condenada a vagar perpetuamente pelas ruas da cidade em que foi rainha. A pessoa surpreendida pela carruagem de Ana receberia dela uma vela, que, ao raiar do dia, se transformaria num osso de defunto.

O nome dela acabou se tornando uma referência à mulher malévola, que castigava ela própria os seus escravos, impingindo-

lhes grandes sofrimentos. Mas, se ela realmente fazia isso, não era diferente das demais sinhás do período. Entretanto, o fato é que ela fugia do comportamento feminino ideal da sua época em vários aspectos.

Ana Joaquina Jansen Pereira (1787-1869) era de família nobre. Seu avô, Cornélio Jansen Moller, veio para o Brasil para explorar madeiras no Maranhão a mando de seu tio Pedro Jansen Moller, casado com a nobre Teresa Margarida da Silva e Orta, tia-avó de Ana, de quem falaremos mais adiante.

Toda a fortuna familiar foi empenhada em sua madeireira, que acabou falindo devido a prejuízos com os negócios realizados com o governo português. Mortos o avô e o pai, Ana viu-se jovem e sozinha com a mãe, Rosa Maria Jansen de Castro. Viveram algum tempo à margem da sociedade, que não aceitava mais entre seus membros uma família em franca decadência financeira. Ana acabou se envolvendo com um rapaz e tendo um filho, a quem deu o nome de Manoel Jansen. Rosa, a avó da criança, enviou-o para fora da cidade, mas Ana foi buscá-lo e assumiu, para escândalo social, a condição de mãe solteira.

Bonita, de ascendência nobre, mas pobre, mãe solteira, tinha só uma saída na época: encontrar alguém que a sustentasse. E Ana achou o homem mais rico do Maranhão, o coronel Isidoro Rodrigues Pereira. Ele e sua esposa não tiveram filhos; em compensação, com a amante, teve cinco e assumiu-os. Assim que a esposa faleceu, casou-se com Ana, que, por sua vez, enviuvou aos 38 anos, em 1825. Ela ainda teria quatro filhos com o desembargador Francisco Vieira de Melo, de quem também virou amante.

As terras herdadas de Isidoro foram a base da fortuna de Ana Jansen. Ela vendeu as improdutivas e aplicou o dinheiro na criação de gado e na produção de algodão, arroz e cana-de-açúcar. Também investiu em imóveis em São Luís do Maranhão e na compra de escravos, tornando-se a maior escravocrata de sua época na província.

Ana Jansen acabou ajudando financeiramente o governador do Maranhão, Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias, tanto para ampliar seu exército quanto para a compra de armamento. Com isso, acabou sendo fundamental para que o governo

conseguisse derrotar a Balaiada, revolta ocorrida na província entre 1838-41. Dentre as várias contrapartidas recebidas, seu filho Isidoro Jansen Pereira foi feito coronel da Guarda Nacional, e ela acabou sendo convidada para recompor o Partido Liberal maranhense. Logo que começou a sobressair como líder política, passou a ter sua imagem pública e privada atacada pelos jornais oposicionistas, que não cansavam de lhe aplicar apelidos. Um deles foi MMM, ou Mulher Mandona do Maranhão.

Para a sociedade machista da época, ter que suportar ordens de uma mulher de “moral duvidosa”, mãe solteira, amante e que, depois de “velha”, com 60 anos, casou-se novamente não foi nada fácil. Ana teve no total dez filhos, sendo que quatro nasceram durante a sua viuvez. Ela teve várias vitórias na vida, mas amargou diversas derrotas. Uma delas foi a cisão dentro do Partido Liberal que levou à criação da Liga Liberal Maranhense; outra foi não ter obtido de d. Pedro II o título de baronesa de Santo Antônio. Quando a notícia chegou a São Luís, o jornal de seu inimigo Cândido Mendes noticiou o fato com a manchete: “A Rainha que não chegou a Baronesa.”

Mas nem tudo em Ana é modernidade ou mostra uma “mulher à frente do seu tempo”. Bem ciosa de sua fortuna e não vendo com bons olhos perder um de seus meios de ganhar dinheiro, conseguiu impedir o sucesso do engenheiro Teixeira Mendes com a Companhia de Águas do Rio Anil. Enquanto ela viveu, detendo o monopólio do abastecimento da cidade, São Luís não teve água encanada. Seus escravos continuaram distribuindo água pela cidade em carroças puxadas por mulas até a segunda metade do século XIX. Ana faleceu em São Luís em 11 de abril de 1869.

Muito semelhante em alguns pontos com a história de Ana Jansen é a de Domitila de Castro, a marquesa de Santos (1797-1867). Domitila, como Ana, vinha de uma família aristocrática. Mas, diferentemente da maranhense, a paulista casou-se aos 15 anos com o alferes mineiro Felício Pinto Coelho de Mendonça, de família também aristocrática e rica. Ao contrário das mulheres de sua época, Domitila não aceitou calada as surras e os estupros praticados pelo marido, e, raridade, foi aceita de volta à casa da

família paterna. Após a tentativa de Felício assassiná-la, ela pediu o divórcio.

Caso Domitila não tivesse fugido da casa do marido, tivesse aceitado calada, como tantas outras, os maus-tratos, ela seria mais uma respeitável matrona cujo nome ocuparia meia linha em alguma genealogia familiar. Ao invés disso, ela, como Ana Jansen, enfrentou a sociedade e tornou-se amante. No caso de Ana, do homem mais rico do Maranhão; no de Domitila, do primeiro imperador do Brasil, d. Pedro I.

Após o súbito rompimento de d. Pedro com ela, ao descobrir que estava comprometido na Europa com a princesa Amélia de Leuchtenberg, Domitila não partiu da corte imediatamente, como exigido pelo imperador. Ela permaneceu na sua residência no Rio de Janeiro lutando pelo direito de residir onde quisesse e não onde ele queria.

Pela vontade do imperador, ela deveria desaparecer imediatamente do Rio de Janeiro, retornar para São Paulo ou ir para qualquer outro lugar, o mais longe possível da corte. Praticamente sozinha, abandonada até mesmo pelos parentes mais próximos, que temiam a ira de d. Pedro, ela conseguiu negociar com este e vender a ele todos os bens que era obrigada a deixar.

Ela foi descartada pelo amante e acabou voltando para sua cidade natal, sendo que seu desejo era permanecer no Rio de Janeiro, mas foi uma das primeiras mulheres brasileiras de que se tem notícia que enfrentou não só um homem poderoso, mas o mais poderoso do Brasil, em busca do que achava justo.

Ao retornar para São Paulo em 1829, Domitila, já marquesa de Santos (1826), tornou-se amante e depois esposa do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, um dos homens mais ricos da província. Ela morou com ele, sem se casar, de 1834 até 1842, tendo diversos filhos. Domitila, por influência de d. Pedro I, havia conseguido realizar o seu desquite junto à Igreja em 1824. Mas era apenas uma separação de corpos e de bens: ambos os esposos não podiam contrair novas núpcias, a não ser em caso de morte de um deles. Felício faleceu em 1834, porém Domitila, mesmo estando livre para se casar novamente, não o fez.

Quando decidiu finalmente tomar esse passo, fez isso com separação total de bens, coisa rara de acontecer na época. Ao se casar segundo os costumes do Império, os bens de Domitila passariam a ser administrados pelo marido. Porém, ela deixou bem clara a sua independência. Os seus bens seriam administrados por ela, não por ele. Assim como agora, a liberdade econômica é parte da liberdade individual, pela qual uma pessoa pode tomar o rumo que quiser na vida, sem depender de ninguém. Domitila havia aprendido isso na prática e mesmo casada com quem quis manteve a sua liberdade financeira.

Domitila acabou, por seus inúmeros relacionamentos e seu tino comercial, angariando não só uma respeitável fortuna, como também uma importante posição social e política, da mesma forma que Ana. Domitila era a única mulher entre os quinze capitalistas paulistas listados no *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Província de São Paulo para o ano de 1858*.[6]

Ambas também foram militantes do Partido Liberal; Domitila não chegou a pegar em armas para tomar o palácio do governo, mas participou da Revolução Liberal de 1842 e influenciou as votações na província de São Paulo. Mas é claro que essa história acabou sendo apagada, afinal, milenarmente, a política é um campo masculino.

A marquesa é comumente lembrada como uma alpinista social, uma mulher escandalosa que foi amante de d. Pedro I, uma pessoa cruel que fez a imperatriz d. Leopoldina sofrer com a infidelidade do marido… Mas se a infidelidade era dele, de d. Pedro, e levando-se em conta a situação da mulher da época com pouquíssima possibilidade de escolha, a culpa de Domitila era não ter se deixado esfaquear pelo primeiro marido? Era não ter continuado sendo submissa e sofrendo calada as sevícias impostas pelo "senhor seu esposo"? Pelos costumes e pela moralidade, sim.

O "erro" dela foi agir em prol dos próprios interesses, protegendo a si e aos seus filhos. Fez de tudo para sobreviver e para mantê-los consigo, incluindo nesse "tudo" aproveitar o interesse do jovem príncipe nela, elevando a família Castro de roldão à alta sociedade do Primeiro Reinado. Se tivesse morrido, não teria sido motivo de escândalos. Quanto aos Felícios e aos d. Pedros, esses

continuariam batendo e sendo infiéis, afinal, isso era, ou é, “coisa de homem”.

O adultério feminino no Brasil Colônia

Domitila, ao ser esfaqueada por Felício em São Paulo, em 1819, foi por ele acusada de ser infiel. Na realidade, após falsificar a assinatura da esposa num contrato de venda de terras do casal, Felício pretendia livrar-se dela antes da conclusão do negócio. As Ordenações Filipinas, espécie de Código Penal vigente à época, previa no Livro V, Título XXXVIII: “Achando o homem casado sua mulher em adultério, licitamente poderá matar assim a ela, como o adúltero, salvo se o marido for peão, e o adúltero Fidalgo, ou nosso Desembargador, ou pessoa de maior qualidade.”

Ou seja, o marido poderia vingar o adultério da esposa matando ela e o amante, desde que este fosse de condição social igual ou inferior à do ofendido. O código ainda era claro: cabia ao marido – assassino lícito, segundo a lei – provar “depois o adultério per prova lícita e bastante conforme”, ficando assim “livre sem pena alguma”. No caso de Felício, isso não ocorreu: ele nunca conseguiu comprovar o adultério de Domitila. Mas o mal já estava feito. Com todo esse escândalo, sua moral estava perdida, assim como ela perante os olhos da sociedade. Ela passaria a ser uma mulher de má fama.

O controle da mulher e do seu corpo

A Igreja Católica incutiu em seus devotos um código de valores que se preocupava muito com a honra e a virtude das mulheres. Quanto ao sexo, este era exclusivamente para procriação no casamento. Sentir prazer ou dar prazer não estava de modo algum dentro do

que seria considerado normal ou religiosamente aceito, muito pelo contrário. As mulheres que se desviavam dessas regras e desse conjunto de valores, como chamar a atenção sobre si relacionando-as a qualquer tipo de escândalo, eram condenadas social e moralmente por seus pecados.

Um restrito código de conduta feminina buscava manter a honra da mulher por meio do seu nome e da inexistência de qualquer fama ou rumor sobre ele. Uma mulher desonrada era falada na sociedade, passava a ter má fama e, por isso, não era uma boa mulher.

Os recolhimentos de mulheres

Na península Ibérica, a própria religião acabou auxiliando a guardar as moças entre a infância e o noivado e as que, de família empobrecida e sem dote, ou sem pretendentes, não tivessem um lugar na sociedade. Além dos conventos, acabaram surgindo os recolhimentos de mulheres. Essas instituições passaram a resguardar as mulheres e suas virtudes dos perigos do mundo. Muitas delas podiam ficar ali temporariamente, outras acabavam virando freiras e entrando efetivamente para a ordem.

Os conventos e, principalmente, os recolhimentos leigos transformaram-se numa forma de contenção das mulheres desviadas ou em risco de se desviarem dentro da sociedade. Passaram a ser espaços de reclusão femininos que "tinham como finalidade prevenir, controlar ou punir a conduta das mulheres. Zelavam pelos bons costumes em defesa da moral pública".[7]

No Brasil, o espírito colonial mandava que fosse feita a colonização, que as mulheres parissem seus filhos para com eles povoar o Novo Mundo, pouco importando, segundo as palavras do padre Manuel da Nóbrega, se elas fossem direitas ou "erradas". Portanto, a dificuldade em se conseguir autorização para fundação de conventos e recolhimentos era grande, e muito custoso o envio das filhas da terra para se internarem na metrópole.

Não somente as solteiras, mas muitas casadas também foram obrigadas a entrar neles por imposição do marido ou pai. Muitos homens, ao se ausentarem da cidade, colocavam suas esposas e suas filhas nos recolhimentos para que a honra delas ficasse protegida até que eles retornassem.

Ao mesmo tempo que preservavam a virtude das virgens, continham as mulheres de má fama. Além da preservação da honra num ambiente de contemplação religiosa à espera de um marido ou de um responsável, os recolhimentos passaram a ser também um local para a reforma dessa honra.

> Muitas dessas instituições criadas em Portugal, sob a invocação de Santa Maria Madalena, retiravam as mulheres da vida pública e procuravam regenerá-la através de práticas morais e dos bons costumes, tendo como marca um caráter repressivo muito acentuado.[8]

No Brasil, apesar das dificuldades, foram fundados diversos recolhimentos, como o de Santa Teresa, em São Paulo, em 1685, e o de Nossa Senhora do Bom Parto, no Rio de Janeiro, em 1754. No de São Paulo, não apenas as filhas da elite entravam, pagando-se dotes para virarem religiosas, como também as pobres, que entravam como servas. Logo o recolhimento passou a receber também mulheres solteiras com filhos e prostitutas.[9] O genealogista dos bandeirantes, Pedro Taques de Almeida Paes Leme, afirma que as mulheres eram enviadas para Santa Teresa para chorarem seus pecados e assegurarem sua salvação.[10]

Recolhimento de Santa Teresa em São Paulo, pintura de Benedito Calixto. Museu de Arte Sacra de São Paulo.

Além das devotas e das mulheres de má fama, esses recolhimentos muitas vezes receberam criminosas e mulheres efetivamente más. Uma delas foi a paulista Gertrudes Maria dos Reis. O caso ocorreu no fim do século XVIII. Gertrudes, filha do capitão Francisco Xavier Leite, foi seduzida e prostituída pelo capitão-mor de Cunha, José Gomes de Siqueira e Motta.

Ela foi recolhida em Santa Teresa pelo governador e capitão-general de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça. De lá, saiu somente para contrair matrimônio com um rapaz recém-chegado ao Brasil, retornando para Cunha. José Gomes havia desertado de seu posto e ido para Minas Gerais. Gertrudes, na tentativa de revê-lo, tentou fazer com que o marido quisesse mudar de cidade. Este, ao não aceitar a iniciativa da esposa, acabou sendo morto por ela e por dois escravos, que enterraram o corpo no quintal. Fugindo da cidade, acabou indo para Parati, onde foi presa e condenada, morrendo em Cunha.[11]

A mulher por trás do santo

Mas nem tudo advindo do Recolhimento de Santa Teresa partia de mulheres más ou de má fama. Helena Maria entrou lá como serva, ou servente, pois era pobre e não tinha dinheiro para o dote exigido para ser freira. Nascida em 2 de maio de 1736 em Paranapanema, São Paulo, desde a infância dava mostras de grande devoção. Certa vez, conforme relato de santo Frei Galvão, ela, acuada por uma onça, livrou-se do animal ao invocar o nome de Jesus.

Recolhida em Santa Teresa, tomou o nome de Helena Maria do Sacramento, também chamada de Helena Maria do Espírito Santo. Era a mais humilde de todas as serventes e ali viveu por 28 anos. Durante todo esse tempo, tomava como alimentação apenas pão e água. Comia no jantar um pão inteiro, ou meio, às vezes nem isso, chegando a passar, por vezes, três dias sem comer, chegando a um máximo de cinco dias de jejum.

Conseguiu entrar efetivamente como religiosa em 25 de janeiro de 1769, Dia de São Paulo, quando seu dote foi pago pelo padre dr. Manuel José Vaz, seu confessor ao longo de quinze anos. Seu outro confessor, o santo frei Galvão, a ajudaria numa tarefa designada por Jesus, que lhe apareceu em forma de pastor rodeado de ovelhas. Na visão, Jesus carregava algumas, tinha uma nos ombros e outras nos braços, enquanto que as demais tentavam escalar suas pernas: "Eis aqui estas minhas ovelhas que procuram um aprisco para se recolherem e não o encontram, pois, vós podendo, não quereis subministrar-lhes um, fundando um convento em cumprimento de minha vontade."[12]

Irmã Helena, com permissão do seu confessor, entrou em contato por carta com o capitão-general de São Paulo para solicitar a autorização da fundação de um novo convento, nos Campos da Luz, onde desde o século XVI já havia uma ermida dedicada a Nossa Senhora. O convento seria consagrado a Nossa Senhora do Carmo e Divina Providência. D. Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o morgado de Mateus, governador da capitania de São Paulo, resolve dar o seu consentimento, mesmo indo contra as ordens de Portugal. Mas houve aí certo acordo político e religioso, pois ele pediu que a santa padroeira do convento fosse Nossa Senhora dos Prazeres, santa de devoção sua e de sua família, e que fossem feitas orações à sua alma e às de seus descendentes.

O Convento da Luz foi fundado em 2 de fevereiro de 1774, dia de Nossa Senhora da Luz, mas não segundo os moldes da ordem Carmelita, como desejava madre Helena. O novo bispo, d. Manuel da Ressurreição, franciscano, decidiu que ele se conformaria à Ordem das Concepcionistas.

Madre Helena viveu pouco mais de um ano após a fundação do seu tão sonhado convento, falecendo em 23 de fevereiro de 1775. Segundo registrado por santo Frei Galvão a respeito da sua morte: […] Nela se conheceram aqueles mesmos sinais que a lenda de alguns santos os fazem admiráveis; o seu corpo ficou flexível de tal sorte, que falecendo ela no dia 23, no seguinte dia 24 estalavam os dedos quando eram comprimidos. Eu mesmo com a minha diligência dei 25 estalos em os referidos dedos, e tão altos, que foram ouvidos por todos os que se achavam na Igreja. O sangue de uma pequena incisão que se fez oito horas depois do seu trânsito, sem ser em veia, saiu fluido, dele se serviu a piedosa devoção dos circunstantes, e de algumas relíquias que se puderam decorosamente extrair; está sepultada na Capela-mor da mesma Igreja; dizem que tem feito muitos prodígios, eu sou testemunho de vários […].[13]

Em 2007, frei Galvão, confessor de irmã Helena e cofundador do Convento da Luz, seu arquiteto e testemunha dos milagres dela, foi canonizado pelo papa Bento XVI. Ele foi o primeiro santo brasileiro a ter nascido no Brasil. Dos demais santos, num total de cinco, somente um é mulher: santa madre Paulina. Sobre irmã Helena Maria, não existe nenhum indício de que seja aberto o processo de beatificação.

De prostituta a santa

Não foi só em São Paulo que um local religioso feminino foi fundado pela ação de uma mulher. O Recolhimento de Nossa Senhora do Bom Parto, no Rio de Janeiro, deve a uma escrava e ex-prostituta a sua origem.

Rosa Maria nasceu em Costa da Mina, África, em 1719. Chegou ao Rio de Janeiro em 1725, sendo escravizada e vivendo nessa cidade até os 14 anos, quando foi vendida novamente e partiu para Minas Gerais. Como escrava de ganho da mãe do religioso, orador e poeta frei Santa Rita Durão, foi por seus senhores obrigada a se prostituir.

> Essa experiência de meretriz "tratando com qualquer homem secular que a procurava" marcou profundamente a vida futura e a mística desta africana, que, mais uma vez por indicação celestial, vai incorporar a seu nome de batismo, o de Santa Maria Egipcíaca, outra prostituta santa que, como Madalena, trocou o amor dos homens pelo amor de Cristo.[14]

Em determinado momento de sua vida, Rosa passou a mergulhar em transes místicos, dizendo que o próprio Satanás, algumas vezes, entrava em seu corpo. Examinada a mando do bispo de Mariana, foi acusada de heresia e açoitada em praça pública, perdendo os movimentos do lado direito do corpo. Apesar da acusação da Igreja contra ela, já em Minas surgiram os seus primeiros devotos, como foi o caso do padre exorcista Francisco Gonçalves Lopes, que a compraria e lhe daria carta de alforria.

Rosa surgiu novamente no Rio de Janeiro com padre Francisco como seu guia espiritual e seu confessor em 1751. Suas visões levaram-na a aprender a ler e a escrever, quando viu um pombo numa cruz, que disse que ela tinha que fazer isso porque ele queria fazer um ninho em seu peito. Motivada pelo novo confessor e guia espiritual, frei Agostinho de São José, Rosa passou a aprender, e logo estava escrevendo diariamente.

Num de seus êxtases, Rosa escrevia a ave-maria e, ao chegar às palavras "rogai por nós, pecadores", sentiu seu braço ser puxado e, com a mesma força, seu rosto virado para o quadro de Nossa Senhora da Piedade. Dele, saíram vozes que a mandaram escrever para o padre João Ferreira de Carvalho, morador nas Minas do Rio das Mortes, para que enviasse a ela dinheiro para comprar umas casas em que ela deveria viver, juntamente com "as pecadoras que

nos confessionários diziam tinham ofendido a Deus por não terem casas para morar".[15]

Esse seria o início do Recolhimento de Nossa Senhora do Bom Parto, fundado em 1754, no qual ela entraria como madre Rosa Egipcíaca de Vera Cruz. Rosa chegou a escrever um livro: *Sagrada teologia de amor de Deus luz brilhante das almas peregrinas*, sendo, por isso, considerada a primeira escritora afro-brasileira.[16] Tanto pessoas do povo quanto do clero começaram a segui-la e considerá-la uma santa. Suas visões e o que contava acabaram beirando o sacrilégio. Entre seus escritos, dizia que o Menino Jesus vinha escovar os seus cabelos e ela lhe dava de mamar.

Seu costume, já registrado em Minas, de chamar a atenção das pessoas nas igrejas que não respeitavam o recinto sagrado acabou por perdê-la. No Rio de Janeiro, brigou com padres que conversavam durante as cerimônias e retirou à força da igreja de Santo Antônio uma mulher da sociedade que não manteve a compostura diante do sagrado. Indispondo-se contra o clero e contra a sociedade, foi denunciada ao bispo, que a mandou prender, juntamente com o seu confessor da época, o padre Francisco Gonçalves Lopes. Logo passou a haver uma enxurrada de denúncias contra madre Rosa. Uns diziam que ela havia afirmado ser a mãe de Deus, outros, que ela seria a nova redentora escolhida do Universo. Seus rituais no Recolhimento que, em parte, se assemelhavam aos cultos africanos também foram denunciados, e ela e padre Francisco foram enviados para Portugal para serem ouvidos pela Inquisição em 1763.

Padre Francisco Gonçalves Lopes logo escapou das garras dos inquisidores ao "confessar" que, por ser iletrado, acabou se deixando enganar por Rosa. Sofreu degredo de cinco anos. Quanto a ela, o seu inquérito é inconcluso. Não existe mais registro depois da última sessão de perguntas, indicando que talvez possa ter morrido na prisão antes de ser ouvida novamente.

A respeito do Recolhimento de Nossa Senhora do Bom Parto de madre Rosa Egipcíaca, este continuou funcionando. Ao ser passado para o controle da Igreja, após o envio de Rosa para o Santo Ofício, o propósito inicial do local se perdeu. Deixou de ser um abrigo para prostitutas em busca de recuperação espiritual e passou a ser um

local de terror para as mulheres de um modo geral. Quem deixou um relato sobre o recolhimento foi o escritor Joaquim Manuel de Macedo: Duas classes de reclusas o povoaram. A primeira foi composta de algumas velhas e matronas, umas fugindo cansadas dos enganos do mundo, outras desprezadas pelo mundo delas cansado. Eram as recolhidas voluntárias. A segunda constou de senhoras casadas e moças solteiras obrigadas a retirar-se para essa reclusão em castigo de faltas cometidas ou de supostas faltas, e em punição de desobediência à vontade de seus pais. [17]

Ainda segundo Macedo, as senhoras acharam “que era uma iniquidade estabelecer-se uma reclusão para as esposas infiéis, onde não havia reclusão para os esposos infidelíssimos”.

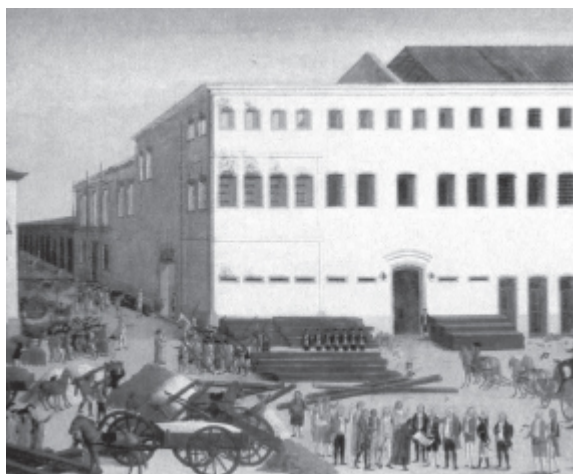
O incêndio do Recolhimento do Bom Parto

Tanto as mulheres solteiras quanto as casadas maldiziam o Recolhimento do Bom Parto, apelidado por elas de Desterro, mais em homenagem ao que ele significava do que ao bispo do Rio de Janeiro à época, frei Antônio do Desterro (1694-1773). Para as casadas cariocas, qualquer discussão com o marido acabava na hora com a ameaça: “Olha o Recolhimento do Bom Parto!” As jovens eram para lá enviadas meninas ou moças sob o pretexto de receber retiro e educação moral e religiosa enquanto não se casavam.

Duas dessas mulheres que ali foram obrigadas a se internar entrariam para a história do Rio de Janeiro de uma maneira não muito positiva. Ana Campista e Matilde eram duas das recolhidas. A primeira havia sido ali colocada pelo marido, Lourenço Taques, que a acusava de adultério; a segunda era acusada do mesmo crime por Gil Soares, seu marido.

Em 24 de agosto de 1789, durante a madrugada, o Rio de Janeiro inteiro foi acordado. O Recolhimento ardia. Foi uma das maiores tragédias da cidade: dezenas de mulheres pereceram no fogo causado por Ana Campista e Matilde, que o atearam com o

intuito de escaparem do local. O plano deu certo para Ana Campista, que nunca mais foi vista; quanto a Matilde, ela acabou desmaiando, sufocada pela fumaça.

Incêndio do Recolhimento de Nossa Senhora do Parto, João Francisco Muzzi, 1789.
Museu Castro Maya/Iphan/MinC.

Reedificação do Recolhimento de Nossa Senhora do Parto, João Francisco Muzzi, 1789.
Museu Castro Maya/Iphan/MinC.

A educação das mulheres

Além da educação religiosa, saber ler e escrever era o máximo a que a mulher brasileira podia almejar. O acesso feminino a uma cultura formal era bastante limitado. Um dito popular do período resume bem o que se pensava a respeito da educação da mulher: “Menina que sabe muito é mulher atrapalhada. Para ser mãe de família, saiba pouco ou saiba nada.” O pintor Debret, da missão francesa que veio ao Brasil durante a estada da corte portuguesa no Rio de Janeiro e que continuou até o Primeiro Reinado, afirmou que a educação da mulher brasileira era restrita a aprender orações e alguns cálculos de memória.

Grande parte não sabia nem ler e nem escrever, e as que sabiam, não sabiam tanto. Outro ditado, esse, digamos, um pouco mais liberal que o anterior, dizia: uma mulher já é bastante instruída quando lê corretamente as suas orações e sabe escrever a receita da goiabada. Mais do que isso seria um perigo para o lar.

Qualquer estímulo externo era evitado. Mulher na janela já era considerada uma mulher perdida. Mostrava-se, quando muito, dentro de casa, e mesmo assim para pessoas com as quais o pai ou o marido tinham mais contato. Forasteiros que pediam guarida raramente tinham contato com as mulheres da casa. Faziam suas refeições com o dono da propriedade, e as mulheres eram mantidas longe. Mas, aparentemente, a educação na antiga colônia era mais restritiva que a da metrópole, como dá a entender o bibliotecário português Luiz Joaquim dos Santos Marrocos. Marrocos, vindo com a corte portuguesa para o Brasil em 1808 e estabelecido no Rio de Janeiro, acabou se casando com o que ele chama, de maneira depreciativa, de “carioca”. Em carta à irmã, que permaneceu em Portugal, conta a respeito dos dotes da esposa: […] Esta minha sinhazinha não é rigorista de modas, não sabe dançar, nem tocar; não serve de ornato à janela com o leque e com o lenço; não sabe tomar visitas na sala, nem discorrer nas guerras, porém sabe satisfazer-me em tudo o que pertence ao governo da casa, meu e seu arranjo, por ser este o meu gênio e a sua criação; pois, apesar de em casa de sua mãe haver uma imensidade de escravas para o serviço, eram as filhas obrigadas por semanas a regerem este mesmo serviço, a tartaruga velha o fazia executar (o serviço) sem a menor falha ao som do chicote e palmatória […].[18]

Em 1835, um inspetor, ao visitar um orfanato, reclamou ao presidente da província que a professora ensinava literatura em vez de costura e bordado.[19] Apesar da lei de 15 de outubro de 1827, a primeira regulamentação das escolas públicas, determinar que devesse haver paridade salarial entre mestres e mestras, onde encontrar professoras mulheres no Brasil?

O artigo 12 dessa lei é bem limitante em relação ao que era permitido às mestras. Elas não poderiam ensinar geometria e se limitariam à instrução aritmética, "só às suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servirão a economia doméstica". Seriam nomeadas para dar aulas somente as "brasileiras e de reconhecida honestidade". E obviamente elas dariam aulas para meninas e não para rapazes.

Com o passar do tempo, a educação elementar no Brasil foi sofrendo diversas mudanças, entre elas a inserção cada vez maior das professoras em seu meio. Surgiram as Escolas Normais, que abriram possibilidade para as mulheres solteiras trabalharem para garantir a sua sobrevivência.

Os mestres, imputados como mais duros na maneira de educar as crianças, foram aos poucos sendo substituídos pelas professoras. Afinal, para a sociedade, uma mulher cuidar de crianças era um prolongamento das funções maternas e, por isso, aceitável como profissão feminina.

Anália Franco e seus alunos sem mãe

Uma dessas professoras foi Anália Franco (1853-1919). Anália foi a prova de que não só as mulheres más eram vistas como verdadeiros estorvos pela sociedade, mas também as boas. Ela, assim como muitas outras, teve de enfrentar a mesma estrutura social que julgava as "más" para poder fazer o bem.

Anália formou-se aos 16 anos, e, em 1872, passou num concurso para ser professora no estado de São Paulo, conseguindo

transferência para o interior. Impressionada com o número de escravos enviados para a Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia, passou a ter como objetivo dar uma educação a essas crianças.

A Lei do Ventre Livre, de 1871, que libertava as crianças nascidas de mães escravas, segundo a historiadora Mary del Priore, continha “dez artigos que permitiam a exploração do ‘filho do ventre livre’ até a sua maioridade”. Em resumo, a lei permitia que a criança fosse criada pelo senhor da escrava até atingir a idade de 8 anos, depois disso ou o Estado pagava uma indenização pela criança, ou o menor trabalhava até os 21 anos para o senhor da sua mãe.[20] Mas a realidade era diferente, geralmente as escravas eram obrigadas a se livrar de seus filhos.

Numa das primeiras cidades, Anália tentou se estabelecer na zona rural, e uma fazendeira ofereceu-lhe uma casa para servir de escola. A oferta era de que a casa fosse dela gratuitamente, desde que não misturasse as crianças brancas com as negras. A ideia foi prontamente repelida pela professora, que disse que não aceitava a condição e que pagaria aluguel para poder ensinar às crianças sem restrições e separação de cor. Tinha início o protótipo de sua “Casa Maternal”.

Logo, Anália começou a receber diversos órfãos, e a casa ficou pequena para acolher a tantos. Mas esse seria o menor de seus problemas: a fazendeira deu um jeito de acabar com aquele “albergue de negrinhos” e conseguiu pô-la para fora.

Anália retirou-se com as crianças para a cidade mais próxima, alugando ali uma nova casa com o pagamento que recebia do Estado como professora. Isso, porém, não era suficiente para alimentar e vestir todos os que dependiam dela. Ela não teve escrúpulo algum em sair às ruas com os seus “alunos sem mãe” para pedir esmolas.

Logo, tornou-se um escândalo local, afinal, onde já se havia visto uma moça branca mendigar para filhos de escravas? A sociedade local principiava a voltar-se contra ela, que ficara mal falada, quando os abolicionistas e republicanos lhe deram abrigo. Ao longo dos anos, ela também se revelaria espírita[21] e se envolveria com a

maçonaria,[22] passando, assim, a atrair contra si a oposição de uma parte dos católicos.

Anália, além de educadora, foi jornalista, escreveu peças teatrais e diversos livros, como *A égide materna*, *Leituras infantis*, *Manual para as creches*, *Noções de geografia elementar*, *Brevíssimo resumo de aritmética*, *Primeiras lições para as escolas maternais*, *As preleções de Jesus* e *Habilitação à existência das sessões de espiritismo*.

Em 1901, ela inaugurou a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva do Estado de São Paulo, que tinha por objetivo amparar, instruir e educar crianças pobres e carentes. Em 1907, após seis anos de existência, a associação já possuía 22 escolas maternais e duas noturnas na capital paulista, cinco escolas maternais no interior e dois liceus femininos, um em São Paulo e outro em Santos. Anália também fundou asilos para órfãos, viúvas e mães abandonadas com filhos e criou as primeiras creches para mulheres trabalhadoras.

Junto à educação e ao amparo dos órfãos, ela acabou criando cursos visando tanto a essas crianças como a pessoas carentes a ter educação prática para ingressarem de alguma forma no mercado de trabalho e garantirem algum tipo de renda. Assim, abriu classes de música, escrituração mercantil, enfermagem, entre outras. Montou oficinas tipográficas, de costura, de flores artificiais e de criação de chapéus.

O jornalista e escritor João do Rio recolheu diversos depoimentos para o seu livro *O momento literário*, de 1908. Um deles foi o do romancista Curvelo de Mendonça, que assim se referiu a Anália Franco: Essa jovem delicada e meiga trabalhou a princípio só. Fez-se professora particular e pública, escreveu livros, abriu escolas para instruir as crianças e educar a mulher brasileira, retirando-a da confabulação miserável nos confessionários dos padres. É preciso reparar nesse fato, que é expressivo. Ninguém no Rio de Janeiro falou nisso. Os livros, os romances e a revista, que essa brasileira notável tem escrito e dirigido, nem um só momento aparecem em nosso meio literário. […] O Sr. (José) Veríssimo e os outros críticos ignoram tudo isso. Que importa! A obra não fica

sendo menor, nem menos valiosa [...]. Entretanto, a coisa está ali em São Paulo. Ninguém a vê porque não quer ou não sabe.[23]

Em 1917, a estrutura construída por Anália e seus seguidores possuía cerca de trinta escolas maternais na capital paulista, asilos, creches e escolas em mais de vinte cidades do interior de São Paulo e em Minas Gerais. Uma forma de angariar recursos para todas elas foram os bazares beneficentes, nos quais se vendiam produtos feitos pelos internos. Havia também um “Elenco Dramático e Musical”, que se apresentava em diversas cidades. O grupo, dividido entre atores e músicos, tinha cerca de sessenta pessoas, contando alunos e professores, que continuavam ensinando entre uma apresentação e outra. Os textos encenados geralmente eram de autoria de Anália, e os teatros ficavam lotados.[24]

Anália faleceu em 1919, vitimada pela gripe espanhola, e seu legado é levado adiante até os dias de hoje.

O cinema e as melindrosas

Na época de Anália Franco, chegou uma novidade no Brasil: a energia elétrica. Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, foi a primeira cidade brasileira a tê-la, em 1883. Entretanto, a energia elétrica gerada em escala industrial, fazendo funcionar a iluminação pública e privada e os primeiros equipamentos elétricos, só se tornaria uma constante a partir de 1907. Com esse fator modernizante, diversos hábitos novos seriam introduzidos na sociedade, entre eles o cinema. Surgiram os primeiros cinematógrafos nas capitais, em que as pessoas podiam ver cenas em movimento de cidades do exterior e pequenos dramas e comédias.

Em 1923, Benjamin Costallat lançou um dos maiores sucessos editoriais brasileiros, o romance moralista *Mademoiselle Cinema*. Nele, surge como protagonista Rosalina, uma típica melindrosa carioca, filha de um importante e corrupto político que acaba morto numa cama de bordel. Rosalina é rica, coberta de mimos, volúvel,

falsa e vaidosa. Costallat faz dela o retrato da adolescente corrompida pela modernidade cujo ícone era o cinema, novo ambiente de sociabilidade e de aprendizagem de modas e novos costumes. No livro, ela envolve-se com um homem mais velho, Roberto Fleta, que, assim que é descartado pela amante, explode:

– Ah! Finalmente compreendo… Finalmente compreendo por que te chamam de Melle. Cinema! Assim te chamam porque és falsa; como o cinema, és falsa e artificial e mentirosa! E depois… e depois… és como o cinema: um espetáculo… um espetáculo barato… um espetáculo… para quem quiser… quem quiser, que entre… que entre… És, sim, e maravilhosamente, a Melle. Cinema!…

E ele se tinha ido depois de lhe ter atirado a última injúria: Sua p…[25]

Se, na década de 1920, alguns anos após a morte de Anália Franco, poucos no Rio de Janeiro ainda sabiam quem ela era, nomes como os de Clara Bow, Theda Bara, Mary Pickford e Gloria Swanson estavam na boca de todos os jovens. Ou melhor, na maquiagem, no cabelo, nos trejeitos e no vestuário. Hollywood começava com seu cinema, ainda mudo, a ditar moda. As garotas andavam com os lábios carmim, corte de cabelos curtos com a franja reta sob os olhos, chamado *à la garçonne*, inspirado na atriz Louise Brooks. Os vestidos curtos mostravam as pernas e os joelhos e traziam decotes nas costas, tudo inspirado pelas atrizes que povoavam as telas e as mentes dos jovens.

As mais velhas, educadas sob os rígidos padrões de repúdio ao corpo, não se deixavam abater: continuavam escondendo seus dotes e, como sempre, achando a nova moda um escândalo. Enquanto as gerações anteriores continuavam se apertando em espartilhos, cobrindo o busto e escondendo os pés, as jovens deixavam-se levar pelo novo modelo importado.

A inserção da mulher europeia e da norte-americana como protagonistas no mundo moderno, fazendo o que o homem fazia, era um reflexo da Primeira Guerra Mundial (1914-18), quando elas passam a contribuir com os esforços de guerra de seus países. As brasileiras não tiveram essa necessidade premente, mas receberam o exemplo e gostaram do que viram. A mulher urbana que surgia diante de seus olhos tomava as calçadas, ia trabalhar, dirigia os

próprios carros e fumava em público. Maquiava-se, cuidando e valorizando o próprio corpo e indo às compras sozinha.

Com as personagens vividas na tela por Gloria Swanson e Pola Negri, o cinema mostrou para as brasileiras um tipo de heroína, ou muitas vezes anti-heroína, bem distante da Ceci de Carlos Gomes e de outras personagens brasileiras transpostas para a tela no início do cinema nacional.

Diversas personagens femininas vistas na tela têm vontade própria, ambição e refinamento e não precisam necessariamente de um homem para ser felizes. São as "vampes" e as "mulheres fatais" que mexeriam com a cabeça de homens e mulheres, principalmente das últimas, que passaram a ver que para serem felizes podiam depender de si mesmas, nem que para isso precisassem agir de forma inescrupulosa, sem respeito às normas sociais e atravessando uma vez ou outra a tênue linha do que a sociedade determinava como "bem" e "mal".

A atriz Wanda Marchetti, nome artístico de Esther Marchetti da Silva (1902-1985), deixou suas impressões a respeito dessa época: Gostaria de sair daquele mundo em que fui criada, mundo austero, pais bons, mas intransigentes, tudo era pecado e feio. Amarrada pelos preconceitos sociais eu sofria. Queria alcançar minha independência interior. Tornei-me adulta aos 15 anos […]. Meus pais julgavam-me perdida moralmente, pois eu já naquela época achava que a virgindade era coisa do passado. Dizia a mim mesma: "Quero ser independente […] ter sucesso, atrair o sexo oposto, aprender a ser eficiente. Quero entender o mundo e os seres humanos. Quero ser gente […]. Quero ser gente […] quero aprender as danças, a me maquilar, a dirigir automóveis e a fazer teatro".[26]

Nenê Romano, uma "mulher fatal"

Muitas conseguiram se libertar por meio das artes, como Wanda Marchetti e tantas outras que abraçaram essa profissão, que na época era praticamente equiparada com a prostituição. Esta última

apresentava diversos níveis para diversos níveis de clientes, desde ruas mal-afamadas em que as mulheres, das janelas de seus quartos, chamavam seus clientes, até as cortesãs de luxo, como Nenê Romano, que assistiu do palanque das autoridades à inauguração do Monumento à Independência do Brasil no Ipiranga, em São Paulo, em 1922.

Nenê Romano, cujo nome verdadeiro era Romilda Machiaverni, tem origem incerta. Apesar de os pais dela, Raymundo Machiaverni e Philomena Eboli, terem se casado em São Paulo em 28 de dezembro de 1895, consta no inquérito policial de sua morte que ela teria nascido em Turim, Itália, em 23 de outubro de 1897. De qualquer forma, cresceu com os irmãos no bairro operário do Brás.

Romilda trabalhou como costureira e depois como camareira no Hotel Bela Vista, na rua Boa Vista, Centro de São Paulo. Não se sabe se antes do hotel ou depois é que se iniciou na prostituição. O que chama a atenção é o fato de ter sido costureira. Muitas prostitutas escondiam-se por trás de trabalhos femininos para justificar seus ganhos. Diziam que viviam de costura, o que facilitaria justificar a saída e entrada de pessoas em suas casas.

Durante mais de um século, as costureiras seriam mal-afamadas por conta das prostitutas. Em anúncios colocados nos jornais brasileiros, as oficinas que contratavam costureiras eram explícitas na busca das profissionais que não "costurassem para fora".[27] Nos que eram sérios, constavam termos como: "exige-se boa conduta" ou "que tenha boa conduta".

Nenê Romano, efetivamente versada ou não em costura, acabou por se tornar o que a imprensa da época chamaria de "mundana". Segundo consta, ela possuía, entre outros atributos, "olhos, a um tempo doces e temíveis, melancólicos e profundos, como os de todas as mulheres fatais" e um "pescoço de cisne".[28] Nenê acabou chamando a atenção e sendo requisitada pela elite. Entre seus clientes, estavam ricos fazendeiros, industriais e políticos, como o presidente Washington Luís e o deputado Roberto Moreira. A imprensa, muito irônica e discretamente, iria acusá-la de influir no governo paulista: Houve um tempo, mesmo em que se disse que ela intervinha diretamente nos negócios do Estado… Esse capítulo da sua história, nós não o conseguimos, todavia, esclarecer… Alguém,

cujo depoimento, nesse particular, é valioso, não se achando, de momento, no Rio, a outra pessoa não sabíamos a quem recorrer… [29]

Mudando-se do Brás para a região mais central de São Paulo, Nenê Romano, na época apelidada de Olga Romano, passou a morar numa casa na rua Bento Freitas, nº 3. No seu jardim, ela foi atacada em 22 de setembro de 1918 por dois capangas, que a polícia identificaria como Inácio Alves de Carvalho e Marcos Viotti. Eles imobilizaram a vítima e navalharam seu rosto do lado esquerdo, da parte de baixo da bochecha até o pescoço. Pelo corte recebido por Nenê no antebraço direito, provavelmente a ordem era marcá-la dos dois lados.

Os capangas, conforme o futuro inquérito apuraria, eram funcionários de uma das fazendas de café da região de Ribeirão Preto pertencentes a Iria Alves Ferreira (1853-1927), apelidada de “Rainha do Café”. Sua filha, Maria Eugênia Junqueira, apelidada de “Sinhazinha Junqueira”, fora a mandante do crime e havia pedido à mãe que lhe arrumasse os capangas.[30]

O erro de Nenê foi ter se envolvido com o “Príncipe Kaká”, apelido do dr. Oscar Rodrigues Alves, filho do ex-presidente Rodrigues Alves e secretário do governo estadual paulista. Maria Eugênia era amante de “Kaká”. Ela ficara enciumada com o flerte entre ele e Nenê ocorrido no “corso” da avenida Paulista durante o Carnaval, quando a sociedade flagrou um longo beijo dado por Oscar na mão da cortesã. Depois disso, a amante armou por meses o plano, envolvendo até atrair a vítima para a sua residência para um chá e um jantar, quando os homens poderiam gravar bem a sua face.

O crime foi solucionado, os capangas julgados e condenados, mas Sinhazinha Junqueira não cumpriu nenhuma pena. Havia morrido de febre amarela em sua casa na rua Marquês de Itu meses depois do atentado a Nenê. Esta acabou contratando o jovem advogado paulista Moacyr de Toledo Piza para tentar obter da família milionária uma indenização pelo ocorrido.

Moacyr, além de advogado, era, como muitos jovens da sua geração, também jornalista e escritor. De família socialmente bem posicionada, aos 31 anos não gozava de uma grande fortuna, mas

tinha talento e um gênio agressivo. Paulo Duarte, seu colega de jornalismo e faculdade, contou em suas memórias os diversos casos em que Moacyr se envolveu, destruindo quartos de hotéis e restaurantes por ciúmes.[31]

Moacyr e Nenê já se conheciam anteriormente, da casa de madame Pinotta, na Vila América, e tornaram-se amantes. Mas ele não podia dar a ela as joias que os clientes lhe davam, manter a casa e a sua família, enfim, o estilo de vida a que Nenê havia se acostumado. Durante algum tempo, manteve-se com um conto de réis, o que não chegava para cobrir todas as suas despesas.

Martha Munhoz era uma imigrante espanhola que se dizia artista. Conheceu Nenê na infância, mas o destino separou-as. Reencontraram-se e restabeleceram a amizade em 1916, quando Romano entrou para a prostituição. Martha tinha uma casa na rua dos Timbiras, nº 18, que acabou por vender para a amiga, tornando-se sua pensionista. A espanhola foi uma das testemunhas que mais tinham o que dizer no inquérito aberto pela polícia em outubro de 1923. Ela assim se recordou do relacionamento do casal: […] O doutor Moacyr demonstrou uma grande paixão para com ela e tornou-se […] de tal modo ciumento, que as pessoas que privassem com Nenê afastaram-se de sua casa com receio daquele advogado, eu sabia das relações íntimas de Nenê com algumas pessoas, inclusive um velho que era quem fornecia o que ela necessitava.[32]

Diversas outras pessoas conhecidas de Nenê testemunharam a respeito das constantes brigas entre os dois amantes. Também falaram do gênio violento de Moacyr e da arma que trazia sempre na cintura, a qual exibia de maneira ostensiva dentro da casa da amante. Martha Munhoz, pela crescente animosidade de Moacyr a todos em volta de Nenê, acabou por encontrar outra pensão. Antes, porém, testemunhou uma das agressões dele contra ela: estava à mesa com o casal quando ele arremessou um copo em direção ao rosto de Nenê, que conseguiu se desviar a tempo.

Por diversas vezes, tomado pelos ciúmes, o advogado teria ameaçado a amante de morte. “Outras vezes dizia que ainda havia de suicidar-se e que alguém mais haveria de acompanhá-lo à sepultura”, segundo Martha. Moacyr começou a rondar a casa de Nenê a fim de verificar quem ia lá. Escondia-se atrás de árvores e

carros e passava a noite observando, e algumas vezes conseguia que algum vizinho alugasse um quarto a ele, onde ficava espiando a casa da amante pela janela.

A gota d'água para Nenê foi quando, em setembro de 1923, junto com duas amigas e três rapazes, havia ido cear no Anglo Park, no bairro do Tucuruvi. O restaurante, com reservados e quartos à disposição e localizado em local ermo, era um ponto de encontro clandestino e discreto entre casais. Ali, Nenê e os demais foram surpreendidos com Moacyr arrombando a porta da sala em que se encontravam. Entrando desvairadamente, agrediu a amante e o rapaz com quem ela estava e obrigou-a a sair de lá com ele.

Um mês antes, em agosto, Moacyr havia lançando o livro *Roupa suja*, no qual literalmente lavou a roupa suja em público, insinuando e destilando seu veneno para alguns dos clientes de Nenê. Isso fez com que eles tomassem distância dela, com medo do escândalo no qual poderiam se ver envolvidos. Com isso, ela rompeu definitivamente com Moacyr.

Por ocasião do seu aniversário, em outubro, ele mandou a Nenê um faqueiro de presente e uma carta, que ela rasgou sem olhar, assim como evitava o telefone para não o atender. Quem lhe anotava os recados sabia que os do dr. Moacyr nem precisavam ser dados, porque ela não retornaria.

Nenê tinha um hábito: passear de carro pelos bairros dos Jardins e Higienópolis, onde morava grande parte dos endinheirados de São Paulo. Como presente para si mesma pela passagem de seu aniversário, chamou um carro de aluguel da Garagem de Luxo, localizada perto do Theatro Municipal, no Centro, por volta das 21h30 para dar um passeio.

Quando ela saiu de casa para tomar o automóvel, Moacyr, que estava de tocaia, surpreendeu-a. Disse que precisava falar com ela urgente. Nenê, provavelmente para evitar um escândalo na porta da casa, convidou-o para entrar no carro e saíram. Pouco depois, quando o carro subia a avenida Angélica, Moacyr, sacando de seu revólver, desfechou três tiros contra Nenê e, logo em seguida, um contra si mesmo. Ela faleceu imediatamente, e ele, quando era transportado pelo motorista do táxi, em pânico, para a Delegacia Central.

A “mulher fatal”, segundo a opinião pública, havia “desviado” o “bom moço” de seu caminho. É o que podemos observar lendo as notícias dos jornais da época. Enquanto os necrológios falando de Moacyr dão quase que o seu currículo completo e os jornalistas suspiram a perda de alguém brilhante, a vítima, Nenê Romano, é chamada de “mundana”. Quando a menção a ela rende mais que algumas linhas, é para lembrar que era a culpada pelo ocorrido. Um exemplo é o artigo do jornal *O Combate* de 26 de outubro de 1923: Nenê Romano, flor da rua e da lama, mulher do povo e contra o povo, que possuía o sorriso que acendia os mais perigosos fogos da paixão torturante e louca; o mais completo símbolo da leviandade e da perversidade mulíebre conseguiu, com a sugestão da mulher que faz sofrer e rir, armar o braço de Moacyr Piza e desafiar a morte. E a morte venceu!…[33]

Não temos como saber se ela em algum momento chegou a amá-lo ou se apenas o usou. Ao perceber que ele não conseguia lhe dar o nível de vida a que estava acostumada, voltou à antiga vida. O que qualquer pessoa faria – berrar, gritar, beber, chorar nos ombros dos amigos –, Moacyr transformou em assassinato seguido de suicídio.

Moacyr deixou um poema escrito durante as últimas discussões com Nenê, incluído num livro póstumo com textos seus, chamado *Vespeiro*. Nele, registrou suas angústias: “Por que o bem de olvidá-la não consigo?/ Eu que, do seu amor, ando olvidado?” Por fim, quase que numa confissão, premedita o que estava prestes a ocorrer: “O amor de uma mulher, que é o meu Destino/ e cuja boca é a taça de veneno, que faz de um homem justo – um assassino!”[34] Ele entrou no carro sabendo o que faria, mas, para a sociedade e a moral da época, a culpada de tudo foi a vítima, como continua sendo até os dias de hoje.

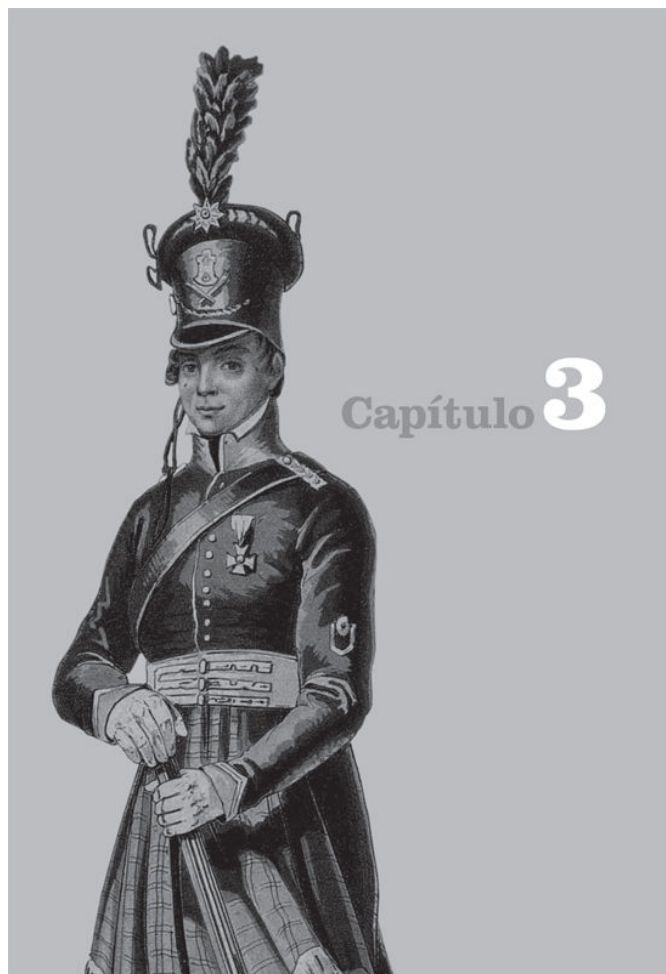
No cemitério da Consolação, em São Paulo, um dos belos exemplos de arte tumular é a obra *Interrogação*, realizada pelo escultor Francisco Leopoldo e Silva para o túmulo de Moacyr de Toledo Piza. A escultura, em granito natural, mostra uma mulher nua, sentada, com a cabeça apoiada no braço direito, que por sua vez se apoia no joelho direito. Uma bola aos seus pés dá um ponto à interrogação que conseguimos observar ao inclinar a cabeça para

o lado direito. A escultura, que faz a pergunta muda ao assassino, foi encomendada pelos amigos de Moacyr, inconformados com o seu ato.

Nenê, ou melhor, Romilda, foi enterrada em outro cemitério, no do Araçá, num túmulo que estava em seu nome, comprado para enterrar sua mãe. Enquanto o de Moacyr continua hoje sendo visitado por conta da obra de arte, o de Nenê passou para outra família. Isso aconteceu pois seus parentes não atenderam ao chamamento da prefeitura para o recadastro, perdendo assim o uso do jazigo. Os ossos que ali estavam, incluindo os de Nenê Romano, encontram-se hoje ensacados, no prédio do columbário do cemitério, junto com as ossadas de outros invisíveis que acabaram relegados ao esquecimento.

Nenê Romano, foto da revista *Marreta*, 24 ago. 1923.

1 “Libéra nós, Dominé” é uma corruptela de *Libera nos, Domine*, do latim: Livrai-nos, Senhor.
2 Monquelat, *Pelotas dos excluídos*, p. 69.
3 Moraes Filho, *História e costumes*, p. 51.
4 Silva, *Diccionario da lingua portugueza*, tomo 1, p. 228.
5 Moraes Filho, op. cit., pp. 51-2.
6 *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Província de São Paulo para o ano de 1858*, p. 108.
7 Algranti, *Honradas e devotas mulheres da colônia*, p. 106.
8 Araújo, *Pobres, honradas e virtuosas*, p. 25.
9 Almeida, *O folclore nas Ordenações do Reino*, p. 101.
10 Leme, *Nobiliarquia paulistana*, tomo I, p. 131.
11 *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, v. 30, p. 131, e v. 89, p. 230. Ver também resolução do príncipe regente d. João contra o capitão-general na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 53, p. 475.
12 Arroyo, *Igrejas de São Paulo*, p. 14.
13 Rocha, *Frei Galvão*, p. 47.
14 Mott, *Rosa Egipcíaca*, p. 42.
15 Ibidem, p. 256.
16 Oliveira e Lobo, *O nome dela era Rosa*, p. 645.
17 Macedo, *Um passeio pelas ruas do Rio de Janeiro*, p. 375.
18 Marrocos, *Cartas*, p. 213.
19 Dias, *Quotidiano e poder*, p. 26.
20 Del Priore, *Castelo de papel*, p. 138.
21 Sobre o assunto, ver: Nogueira, *Os espíritos assombram a metrópole*.
22 Sobre o assunto, ver: Lodi-Correa, *Anália Franco e sua ação sócio-educacional na transição do Império para a República (1868-1919)*.
23 Lodi-Correa, *Anália Franco e sua ação sócio-educacional na transição do Império para a República (1868-1919)*, pp. 155-6.
24 Eleutério, *Lugar da emancipação da mulher no periodismo paulista*, p. 661.
25 Costallat, *Mademoiselle Cinema*, p. 118.
26 Marchetti, *Diário de uma atriz*, pp. 18-20.
27 Termo usado em diversos locais do Brasil como sinônimo para mulher adúltera.
28 *Correio da Manhã*, p. 1.

29 Idem.
30 *Correio Paulistano*, p. 6.
31 Duarte, *Memórias*, v. 9, pp. 299-306.
32 Inquérito Policial, folha 41 (verso) e ss. Processo nº 2.503/23 – Tribunal de Justiça de São Paulo.
33 *O Combate*, p. 1.
34 Prado, *Há 40 anos falecia Moacyr de Toledo Piza*, p. 18.

Capítulo 3

HEROÍNAS
E VILÃS

No Panteão da Pátria estão mulheres que
lutaram suas guerras como (e com) os homens,
enquanto outras guerreiras, criminosas e cangaceiras
encarnaram o lado perverso da história

Mães assassinas, filhas de Maria
Polícias femininas, nazijudias
Gatas gatunas, kengas no cio
"Todas as mulheres do mundo" –
Rita Lee e Roberto de Carvalho

Heroínas da pátria

Em Brasília, foi criado em 1986 o Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves. Trata-se de um memorial para homenagear os brasileiros que serviram à nação. Nesse panteão, no seu terceiro andar, encontra-se o chamado Salão Principal, no centro do qual repousa o belo Livro de Aço, que se trata do Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Regulamentado pela lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, destina-se ao "registro perpétuo do nome dos brasileiros ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo". Os nomes incluídos nele são aprovados pela Câmara e pelo Senado e sancionados pela Presidência da República.

Pertencem ao rol de heroínas de nossa nação seis mulheres: Zuleika Angel Jones, mais conhecida como Zuzu Angel (1921-1976), Jovita Feitosa (1848-1867), Clara Camarão, Bárbara de Alencar (1760-1832), Anita Garibaldi (1821-1849) e Ana Néri (1814-1880). Elas ainda são um pequeno número, cerca de 16% em relação aos mais de quarenta homens lá inscritos, fora os que estão em tramitação e não passaram por uma das Casas do Congresso Nacional. Mas estão mais bem representadas do que as mulheres que podem participar da escolha dos próximos nomes.

Atualmente, no Senado, temos 81 eleitos, sendo setenta homens e onze mulheres, representando pouco mais de 13% dos senadores. Na Câmara, a representação feminina é de 9,9%. Dos 513 deputados federais eleitos, 51 são mulheres. O espaço político é patriarcal e masculino. Segundo a senadora Regina Sousa, o plenário do Senado Federal até 2016 "não tinha um banheiro para as mulheres. Só banheiro dos homens. A gente ia lá na cantina para usar o banheiro. Agora, que foi pressionado, construíram um banheiro para as mulheres também".[1]

Essa é uma mostra da representatividade das mulheres num mundo, o da política, ou melhor, o da decisão, dominado ao longo das eras pelo homem. Quase todas aquelas escolhidas oficialmente como heroínas brasileiras ou se destacaram por assumir um papel masculinizante e lutar suas guerras como os homens, ou, ao contrário, entraram em suas próprias lutas superevidenciando tendências consideradas femininas. São mães que foram à luta e enfrentaram a ditadura para saber o que fizeram com seus filhos, ou mulheres que colocaram um uniforme e fingiram ser homens para poder participar da guerra, ou, antes disso, surpreenderam pelo fato de surgirem numa batalha para ajudar o exército masculino.

Clara Camarão e Anita Garibaldi

Tanto Clara Camarão quanto Anita Garibaldi foram parceiras de seus maridos e de seus ideais, lutando com eles as suas batalhas, que também passaram a ser delas. Quase duzentos anos separam as duas heroínas. Clara Camarão era uma índia que não se sabe precisar onde e quando nasceu. Para alguns, ela era potiguar de Aldeia Velha,[2] arredores de Natal, no atual estado do Rio Grande do Norte, na segunda metade do século XVII; segundo outros, teria nascido em Vila Viçosa, no Ceará.[3] Antônio Felipe Camarão, seu companheiro, foi, assim como ela, catequizado pelos jesuítas.

Clara destacou-se, juntamente com seu marido, no combate aos holandeses. Sua primeira proeza foi durante a batalha de Porto Calvo, quando Nassau e o exército holandês invasor tentaram acabar com o foco de resistência portuguesa na região, em 18 de fevereiro de 1637. O comandante Henrique Dias, que comandava os negros, foi ferido, e Felipe Camarão, que comandava os índios, começava a esmorecer, quando surgiu Clara Camarão comandando algumas mulheres, o que insuflou ânimo no exército. A noite fez a sangrenta batalha cessar.

Os sobreviventes foram recuados para Alagoas, e Clara e suas guerreiras deram escolta às refugiadas e seus filhos. O que mais

fez, a história não guardou. Ora colocam-na como heroína entre as mulheres do Tejucupapo, ora comandando uma legião de guerreiras durante a primeira Batalha de Guararapes, em 18 e 19 de abril de 1648. Com a morte do marido, a heroína também morre, pois deixa de existir qualquer outro registro sobre ela.

Já Anita era uma brasileira que teve a vida mais bem registrada que Clara. Nasceu na cidade de Laguna, em Santa Catarina, em 30 de agosto de 1821. Casou-se cedo, aos 14 anos de idade, mas o casamento durou cerca de três anos até Anita rompê-lo. Na época, o sul do Brasil vivia um momento delicado, com a Revolução Farroupilha, que desejava a separação e a criação de uma república. Os ideais e a guerra chegaram a Santa Catarina junto com as tropas vindas do sul, e Laguna foi tomada pelos revolucionários em 22 de julho de 1839.

Entre os soldados, encontrava-se o revolucionário italiano Giuseppe Maria Garibaldi, foragido no Brasil por conta de sua participação numa fracassada sublevação em Gênova que o condenou à morte. Ao que consta, a paixão entre Anita e Giuseppe foi instantânea. Em 20 de outubro, poucos dias após se conhecerem, a brasileira seguia o mesmo destino do italiano, embarcando com ele para uma expedição a Cananeia.

Em sua biografia, transcrita pelo romancista Alexandre Dumas, Garibaldi assim se lembrou de Anita nos primeiros dias juntos, quando numa tumultuada lua de mel tiveram que enfrentar a Marinha brasileira:

[…] Apesar do flanco do nosso navio estar crivado de balas, da nossa mastreação ter avaria, estávamos resolvidos a não ceder, deixando-nos matar até o último. É verdade que éramos conservados nesta resolução pela vista da amazona brasileira que estava a bordo. Anita, que, como já disse, não havia querido desembarcar, tinha também tomado parte no combate […] coadjuvava-nos admiravelmente.

[…] Tive durante este combate uma das mais vivas e cruéis emoções da minha vida. Anita achava-se de sabre em punho em cima do tombadilho, animando os meus homens. Repentinamente uma bala a derrubou e a dois dos meus camaradas. Corri para ela, juntando não encontrar mais que um cadáver, mas Anita levantou-se

sã e salva; os dois homens estavam mortos; supliquei-lhe então que descesse para a câmara.

– Sim, vou descer, me disse ela, mas é para enxotar os poltrões que lá se foram esconder.

E bem depressa tornou a aparecer, trazendo por diante dois ou três marinheiros envergonhados.[4]

Anita não apenas seguiu o marido em todas as batalhas, mas comungou com ele, segundo o próprio, do espírito de liberdade dos povos. Toda tentativa de proteção dele para com Anita era refutada por ela. Ela fazia o que queria e não queria ser tratada como uma mulher indefesa.

Seguindo o destino do marido, após as batalhas no sul do Brasil, acabaram por ir para o Uruguai. Ali, casaram-se oficialmente na igreja após ela ter ficado viúva do primeiro marido e começaram a criar os filhos que tiveram. Também acabaram por voltar à luta, ajudando o governo de Montevidéu contra a Argentina. Devido à instabilidade da região, Garibaldi conseguiu enviar Anita e os filhos para a Itália, unindo-se depois a eles.

Na Itália, Garibaldi participou da guerra de emancipação e unificação do território italiano. Anita deixou os filhos com a sogra em Gênova e partiu para encontrar o marido em Roma. Morreu grávida de seis meses durante a debandada do exército de Garibaldi em 4 de agosto de 1849. Pela sua participação em batalhas dos dois lados do Atlântico, foi alcunhada de “Heroína de Dois Mundos”. Em 1932, o ditador italiano Benito Mussolini participou da solenidade que depositou os restos mortais da brasileira na base do monumento equestre em homenagem a ela levantado na Piazzale Anita Garibaldi, em Roma.

As mulheres e o Exército

A outra guerreira que consta no rol dos heróis da pátria, ou ao menos era essa a sua intenção, foi Jovita Alves Feitosa. Nascida no

Ceará, morava no Piauí quando decidiu se juntar aos Voluntários da Pátria para lutar na Guerra do Paraguai (1864-70). Jovita dessexualizou-se e travestiu-se, cortando os cabelos e usando roupas de homem. Tudo para ser aceita num ambiente totalmente masculino, mas, em Teresina, levantou suspeita. Uma mulher na rua, vendo as orelhas furadas de Jovita, apalpou seu peito, sentindo seus seios, e denunciou-a à polícia. A jovem foi interrogada pelo chefe da polícia de Teresina em 9 de julho de 1865.

Quando o presidente da província do Piauí, Franklin Dória, teve certeza de que ela não era louca nem havia se alistado para seguir um “ilícito amor”,[5] ou seja, que o patriotismo realmente era o que a moveu ao ato, mandou que ela fosse aquartelada com o posto de segundo-sargento. Jovita chegou ao Rio de Janeiro em setembro de 1865, após passagem por Maranhão e Pernambuco, onde fora exibida como símbolo de recrutamento para o corpo dos Voluntários da Pátria.

Após ter sido tratada como celebridade por algum tempo, teve o seu embarque para a guerra negado pelo ministro da Guerra a 16 de setembro de 1865: Não havendo disposição que permita a mulheres terem praça nos corpos do exército, nem nos da guarda nacional, ou de voluntários da pátria, não pode acompanhar o corpo sob o comando de V. S. com o qual veio da província do Piauí a voluntária Jovita Alves Feitosa, na qualidade de praça do mesmo corpo, mas sim como qualquer outra mulher das que se admitem a prestar junto aos corpos em campanha os serviços compatíveis com a natureza de seu sexo, serviços cuja importância pode tornar a referida voluntária tão digna de consideração como de louvor o tem sido por seu patriótico oferecimento: O que declaro a V. S. pra teu conhecimento e governo. Deus guarde V. S.[6]

Apesar das apelações de Jovita, nada mudou, e ela foi proibida de embarcar. Deixando o Exército, continuou no Rio de Janeiro, onde morreu em setembro de 1867. Matou-se aos 19 anos com uma facada no coração após ter sido abandonada pelo amante, o engenheiro inglês Guilherme Noot, que retornou para a Inglaterra sem ter pisado no campo de batalha.[7] Uma versão romanceada deu-a simulando a própria morte e embarcando clandestinamente para a guerra, onde também teria encontrado seu fim.

Machado de Assis exteriorizou o pensamento da sociedade da época a respeito das mulheres na Guerra do Paraguai numa crônica publicada no jornal *A Semana Ilustrada*, em 7 de fevereiro de 1865. Nela, posicionou-se de maneira contrária à participação feminina na guerra: Não nascestes para a Guerra, isto é, para a guerra da pólvora e da espingarda. Nascestes para outra guerra, em que a mais inábil e a menos valente vale por dois Aquiles. De qualquer modo, ajudais os homens. Uma como mãe espartana, arma o filho e manda para a batalha; outras bordam uma bandeira e entregam aos soldados; outras costuram as fardas dos valentes; outras dilaceram as próprias saias para encher cartuchos; outras preparam os fios para os hospitais; outras juncam de flores o caminho dos bravos. Deixarão os soldados que lhes arranquem aquela bandeira? Entregarão as fardas que os vestem? Não tendes uma espada, tendes uma agulha; não comandais um regimento, formais coragens, não fazeis um assalto, fazeis uma oração; não distribuis medalhas, espalhais flores.[8]

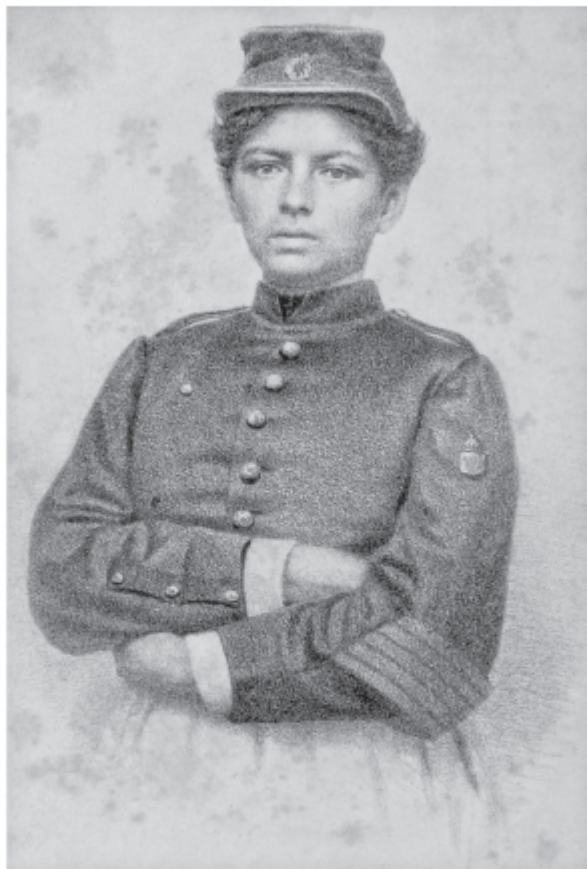



Imagem de Jovita Feitosa publicada no livro *Jovita, voluntária da Pátria*, de José Coaracy, de 1865.

Jovita funcionou durante algum tempo como “garota-propaganda” do alistamento dos voluntários, porém não deixou de causar ao mesmo tempo desconforto na sociedade patriarcal. Diversas outras mulheres tentaram seguir o seu exemplo, como a pernambucana Mariana Amélia do Rego Barreto, de 18 anos, que tentou se alistar no 5º Batalhão dos Voluntários da Pátria. Em

Alagoas, há a lembrança de outra voluntária, que teria sido esquecida se não houvesse entrado para o folclore:
Sinhá Mariquinha

da saia comprida

da crista de galo
do pé de galinha
não foi recebida
na tropa de linha.[9]

O Ministério dos Negócios da Guerra acabou por tomar providências, e, a partir do segundo semestre de 1865, proibiu que as províncias aceitassem voluntários do sexo feminino.[10] Afinal, o braço armado de um Estado organizado no qual ao homem cabia o poder e a decisão não estava enfrentando uma crise aguda ou uma catástrofe a ponto de se utilizar de mulheres para combater o inimigo. Era diferente da época de Clara Camarão, com a invasão holandesa, e da de Anita Garibaldi, nas revoluções de que participou, e de Maria Quitéria durante a Independência, quando todos os recursos materiais e humanos precisavam ser amplamente utilizados nas batalhas.

As primeiras mulheres a entrarem oficialmente no Exército Brasileiro foram as que ingressaram nos quadros da Força Expedicionária Brasileira enviada para a Europa durante a Segunda Guerra Mundial. Porém eram técnicas e enfermeiras, não eram combatentes. Desde a década de 1990 o Exército aceita voluntárias mulheres para servir e as emprega em diversos postos, como nas áreas de saúde, administrativa e técnica, mas não na chamada “linha militar bélica”, ou seja, a de combate.

Em 2012, com a lei federal nº 12.705, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, é que o Exército passou a se preparar para receber cadetes mulheres em suas escolas preparatórias de oficiais. A primeira que se adequou às mudanças foi a Escola Preparatória de Campinas, no interior de São Paulo, que em 2017 recebeu as primeiras cadetes, que devem se formar em 2021. Seguindo as normas atuais vigentes para promoção é possível que em 2064 o Brasil tenha a sua primeira comandante militar.

A primeira presa política

Se a guerra, para a sociedade, não é um local para as mulheres, o que dizer então da política? Bárbara de Alencar poderia ter uma ou duas palavras para trocar com Machado de Assis, amigo do seu neto José de Alencar, se tivessem se encontrado pessoalmente.

Bárbara Pereira de Alencar, também chamada de Bárbara do Crato, nasceu em 11 de fevereiro de 1760 em Exu, Pernambuco, e faleceu em 18 de agosto de 1832 em Fronteiras, no Piauí. Foi uma lutadora, mas não uma guerreira no estilo de Clara, Anita e Jovita. Ela foi uma líder revolucionária. O poder, como já dito, é um ambiente de decisão majoritariamente masculino e um dos mais difíceis de a mulher conseguir adentrar, e quando o faz, se instalar e ser aceita como igual. Bárbara de Alencar não só conseguiu, como passou a fazer parte de um seleto grupo que conspirou contra o governo de d. João VI no Brasil.

Junto com seus filhos, participou ativamente da insurreição no Ceará em 1817, arregimentando um exército armado para apoiar a causa. Conseguiu proclamar a República do Crato, uma extensão da Revolução Pernambucana, depois de um cerco à cidade. Mas, sem grande apoio de outros lugares, acabou sucumbindo perante o exército português.

O governador da capitania do Ceará, Manoel Inácio de Sampaio, deu ordens para a sua prisão. José Pereira Filgueiras, capitão-mor e compadre de Bárbara, seu aliado num primeiro momento, voltou-se contra ela, pressionado por Sampaio. Filgueiras reprimiu a insurreição e baniu Bárbara para uma de suas fazendas.[11] Mas isso não foi o suficiente para o governador. Filgueiras mandou um general com tropas atrás dela para prendê-la. Foi levada inicialmente para Fortaleza e por fim ficou presa na Bahia em condições degradantes. Somente foi libertada três anos depois, em 17 de novembro de 1821, devido a uma anistia geral.

Em 1824, o fechamento da Assembleia Constituinte Brasileira por d. Pedro I fez eclodir mais uma revolta no Nordeste brasileiro, a Confederação do Equador. Bárbara também participou dela, na qual viu morrerem dois de seus filhos. Por todas as perseguições sofridas e pela longa prisão, é considerada a primeira brasileira a ser perseguida politicamente. Apesar de matriarca dos Alencar, que entrariam para a história brasileira como políticos no Segundo

Reinado e escritores e intelectuais, Bárbara foi reconhecida por ser uma mulher política.

O gênero de Bárbara não pesou em seu comportamento e no destaque recebido pelas suas ações. Isso é diferente de duas outras heroínas oficiais do Brasil: Zuzu Angel e Ana Néri, que se distinguiram por externarem de maneira pública e decidida os tributos do arquétipo do modelo materno. Seus lugares no panteão foram garantidos no momento em que excederam o papel de mãe e lutaram por seus filhos e pelos filhos dos outros, enfrentando o poder masculino e os conflitos gerados por eles, como a ditadura e a guerra.

A *Mater Dolorosa* que abalou o regime militar

Zuzu, nascida Zuleika de Sousa Netto, em Curvelo, Minas Gerais, a 5 de junho de 1921, foi casada com o norte-americano Norman Angel Jones. Tiveram três filhos: Stuart Angel Jones (1946-1971), Ana Cristina e Hildegard. Desde jovem, Zuzu se interessou por criar roupas.

Em 1957, dez anos após mudar para o Rio de Janeiro, montou um ateliê em Ipanema. Valorizando a cultura brasileira, trabalhava com matéria-prima nacional, das rendas e chitas do Nordeste aos nossos motivos naturais. Enfrentava o preconceito contra a mulher costureira e estilista. Dizia que os costureiros homens haviam masculinizado as mulheres, "mas quando se diz, no Brasil, costureiro, o que se visualiza? Um criador, um artista. Já costureira, o que se visualiza? Uma mulher debruçada sobre uma máquina, que faz modelinhos ao gosto do freguês, enfim, uma coitadinha".[12] Zuzu acabou sendo reconhecida fora do Brasil e angariando clientela internacional.

Em 1971, seu filho, Stuart, envolvido com a luta armada contra a ditadura, desapareceu. Daí em diante, a vida de Zuzu foi a de milhares de outras mães que, durante o período, tiveram negado o direito de enterrar seus filhos mortos. Nesse ponto, a história dela

contrasta com a de outra costureira, uma vizinha da casa em que eu morava, que igualmente viu seu filho, estudante universitário, desaparecer da noite para o dia. Essa vizinha era uma senhora modesta e sem recursos. Em conversas com minha mãe, recordo-me de trechos sussurrados, para que eu, criança, não ouvisse, dizendo que uma vidente consultada por ela via o rapaz no mato. Se vivo e escondido ou morto, nunca descobri, nem a mãe dele.

Dispondo de mais recursos, Zuzu conseguiu causar muita celeuma para os militares no poder, ainda mais por seu filho desaparecido ser cidadão norte-americano. Ela realizou em setembro de 1971 um desfile de modas no consulado brasileiro em Nova York, tecnicamente um território brasileiro no exterior, que foi pego de surpresa quando modelos vestindo a coleção estampada desfilaram com trajes com pássaros engaiolados e motivos bélicos. O desenho do anjo ferido e amordaçado simbolizava o filho. Um filme curto desse desfile, descoberto faz alguns anos, mostra Zuzu com um rosto cansado, pouco antes do evento, usando junto com o vestido negro um véu na cabeça, a própria *Mater Dolorosa* em luto. A repercussão na imprensa internacional foi imensa. No mesmo mês, foi destaque em jornais no Canadá e nos Estados Unidos, que noticiaram que a *designer* brasileira buscava seu filho desaparecido.

Cinco anos depois, conseguiu entregar ao secretário de Estado norte-americano um dossiê a respeito de Stuart. Visitava esposas de oficiais no Brasil e no exterior ou escrevia para elas em busca de ajuda, chegando a envolver até o senador Edward Kennedy na questão, além de várias atrizes de Hollywood que eram suas clientes.

Numa carta datada de 18 de junho de 1973, o cardeal de São Paulo, d. Evaristo Arns, escreveu a Zuzu: “Nossa Senhora teve o consolo de apertar em seus braços o cadáver do filho torturado, e ainda ensanguentado. E é ela que transmitirá à mãe de Stuart um consolo, se possível, nesta Terra.”[13] Mas Zuzu não teve consolo, porque procurava respostas e a verdade. Queria, como tantos outros, um corpo para chorar e velar, que, como bem lembrou Arns, até Maria teve, por que não ela? Em sua busca para que o governo militar assumisse o que havia ocorrido com seu filho, o barulho feito

por Zuzu foi alto e incômodo, o que causou, por anos, um grande constrangimento à ditadura.

Em 14 de julho de 1976, a estilista sofreu um acidente automobilístico na saída do túnel Dois Irmãos, atual Zuzu Angel, em São Conrado, no Rio de Janeiro, e morreu instantaneamente. Em 1998, a Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos reconheceu o regime militar como responsável pela morte da estilista. Ela teria sido jogada fora da pista por agentes da repressão.

Seu filho, Stuart, segundo ela já havia conseguido apurar, havia sido torturado e morto na Base Aérea do Galeão por membros da Cisa (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica), em 16 de junho de 1971.

Rose Marie Muraro, escritora, intelectual e uma das mais importantes feministas brasileiras, disse sobre a amiga: “Zuzu foi a grande heroína, a maior de nós todas. […] Sozinha, procurando o corpo do filho como uma *Mater Dolorosa*, foi mais danosa para o Regime [Militar] do que toda a ação armada.”[14]

As visíveis e as invisíveis na Guerra do Paraguai

Ana Néri também se fez notar motivada pela ausência dos filhos. Nascida a 13 de dezembro de 1814 em Cachoeira, Bahia, Ana Justina Ferreira era de família econômica e socialmente bem posicionada. Casou-se com o oficial de marinha de origem portuguesa Isidoro Antônio Néri. O casal teve três filhos: Justiniano, Isidoro e Pedro. Viúva aos 29 anos, com o mais velho com 5 anos e o mais novo com 2 incompletos, acabou por mudar-se para Salvador, provavelmente em busca de melhor educação e colocação social para seus filhos. Os dois primeiros ingressam na Faculdade de Medicina, e o mais novo foi posteriormente enviado para a Escola Militar, no Rio de Janeiro.

Com a eclosão da Guerra do Paraguai, Ana Néri pediu ao governador da Bahia para que pudesse seguir para o conflito: Tendo já marchado para o exército dois de meus filhos, além de um irmão e outros parentes, e havendo se oferecido o que me restava na cidade, aluno do 6º ano de Medicina, para também seguir a sorte de seus irmãos e parentes, na defesa do país, oferecendo seus serviços médicos – como brasileira, não podendo ser indiferente aos sofrimentos dos meus compatriotas, e, como mãe, não podendo resistir à separação dos objetos que me são caros, e por uma tão longa distância, desejava acompanhá-los por toda a parte, mesmo no teatro da guerra, se isso me fosse permitido; mas opondo-se a este meu desejo a minha posição e o meu sexo, não impedem, todavia, estes dois motivos, que eu ofereça os meus serviços em qualquer dos hospitais do Rio Grande do Sul, onde se façam precisos, como que satisfarei ao mesmo tempo os impulsos de mãe, e os deveres da humanidade para com aqueles que ora sacrificam suas vidas pela honra e brio nacionais e integridade do Império. Digne-se V. E. de acolher benigno este meu espontâneo oferecimento, ditado tão somente pela voz do coração – Bahia, 8 de agosto de 1865.

Essa carta de Ana, então com mais de 50 anos, publicada no *Diário da Bahia* em 11 de agosto de 1865,[15] recebeu dois dias depois uma resposta igualmente pública do governador: O rasgo de patriotismo e de abnegação com que V. M. depois de ter visto seguir para o campo de guerra, em que se acha empenhado o país, um irmão e dois filhos e agora o terceiro como médico, se oferece para, acompanhando-os em tão nobre missão, prestar os serviços de humanidade compatível com o seu sexo e idade, nos hospitais do Rio Grande do Sul, não pode deixar de ser benevolente acolhido por esta Presidência, que folga de louvar os sentimentos com que V. M., por esse ato tão importante e digno de inveja, se torna recomendável ao país. Aceito, pois, tão espontâneo oferecimento, e vão ser expedidas ordens ao Conselheiro Comandante das Armas, com que se entendera V.M. para ser contratada como primeira enfermeira, e brevemente seguir para o Rio de Janeiro.

Junto ao irmão, o tenente-coronel Joaquim Maurício Ferreira, embarcou na segunda quinzena de agosto para o Sul, onde acabou

não se fixando. Ao longo de cinco anos, seguiu o exército nas campanhas de Curupaiti, Humaitá, Assunção, Cerro Corá e Corrientes. Antes, porém, de se estabelecer em hospitais de campanha, teria sido treinada pelas Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo e feito um estágio em Salto, na Argentina.

Além de atuar em hospitais improvisados próximos aos campos de batalha, ela montou com seu filho Isidoro, médico, um corpo de saúde do Exército em sua casa em Assunção, no Paraguai, onde atendia pacientes. Perdeu em batalhas o seu filho Justiniano e mais um sobrinho. Em 1871, com o fim da guerra, retornou para o Brasil, levando consigo seis crianças adotadas. De passagem pelo Rio de Janeiro, em direção à Bahia, recebeu diversas demonstrações sociais de apreço pelos seus serviços, assim como ao chegar em sua província natal. Recebeu do governo pelos serviços prestados uma condecoração e um soldo anual. Terminou seus dias no Rio de Janeiro junto a um de seus filhos que ali servia, falecendo em 20 de maio de 1880.

Na carta pública de Ana Néri ao presidente da província da Bahia, ela evocava uma fragilidade emocional, ao dar a entender que nada mais lhe restava além dos filhos que partiram para a guerra. Afirmava que o seu sexo não permitia que fizesse outra coisa além de trabalhar como enfermeira, revestindo tudo isso em tintas patrióticas. Mas, apesar de oferecer seus serviços no Rio Grande do Sul, foi além, como demonstram os diplomas recebidos como sócia honorária da Sociedade de Socorros, em Corrientes, Argentina, e sócia instaladora da Sociedade de Beneficência Portuguesa em Assunção, no Paraguai. O fato de ter montado um ambulatório também em Montevidéu, ao acompanhar um dos filhos para essa cidade, mostra bem quanto ela deve ter feito para ficar perto deles.

Os textos publicados nos jornais e a rapidez da resposta pública do presidente da província da Bahia demonstram o interesse em fazer publicidade da partida de Ana para a campanha contra o Paraguai como um ato patriótico de esforço de guerra. Tanto Clara Camarão quanto Anita Garibaldi insuflaram ânimo aos homens quando eles as viram surgindo para combater junto, mas esse momento, como já dito, havia passado, e era necessário recorrer a

outros elementos. O da viúva virtuosa e caridosa era o que melhor poderia se encaixar socialmente. Ana Néri foi um símbolo, personificou bem estereótipos como o da maternidade e da caridade. Como mulher virtuosa, reforçou a imagem aceita pela sua condição de gênero e de membro da elite brasileira do século XIX.

O destaque dado a ela, nomeada pelo Exército como “Mãe dos Brasileiros” pelo desvelo aos seus filhos e pelo cuidado oferecido aos de outras mães, foi bem diferente do das outras mulheres brasileiras nesse conflito. A aura de patriotismo que a envolveu acabou transformando-a em destaque, ao contrário de muitas outras mães que perderam seus filhos na guerra e tiveram de sobreviver com a pensão oferecida pelo governo. Também as outras enfermeiras não tiveram o mesmo reconhecimento. Apesar de terem levado a mesma vida miserável nos hospitais, cuidando de feridos e doentes, elas viviam do próprio trabalho, que não havia sido uma escolha voluntária, como no caso de Néri.[16]

Néri, como um símbolo do aceitável socialmente, destacou-se, enquanto milhares de outras mulheres que também seguiram homens para a guerra acabaram sendo apagadas da história. O que sabemos sobre elas chegou até nós por meio de despachos militares ou de memórias da guerra.

O exército brasileiro que chegou a Mato Grosso em 1865 era composto por 2.203 soldados e 1.300 civis, entre homens, mulheres e crianças. Algumas dessas mulheres chegavam junto com seus filhos, maridos e amantes, outras pela aventura, mas a maioria pela pobreza. Eram as chamadas “vivandeiras”, que cozinhavam, cuidavam das roupas e dos ferimentos dos soldados, ajudavam nos hospitais de campanha. Muitas carregavam seus filhos e os que iam tendo ao longo da guerra com os soldados. Uma delas, segundo relato de Alfredo D’Escragnolle Taunay, havia matado um paraguaio que tentara arrancar o filho dela.[17]

Segundo o general Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, essas mulheres que seguiam com o exército brasileiro não tinham medo de coisa alguma: Iam às linhas avançadas mais perigosas, levar a comida aos maridos. Nas linhas mais encarniçadas de atiradores, via-se estas infelizes se aproximarem dos feridos, rasgarem suas saias em ataduras, para lhes estancarem o sangue,

montá-los na garupa de seus cavalos e conduzi-los em meio a balas, para os hospitais. Algumas trocavam as amazonas por bombachas nos dias de combate e as pontas de suas lanças se salientavam nas laterais de seus regimentos.[18]

Em seu livro de memórias, *Episódios militares*, o general Joaquim Pimentel, outro participante da Guerra do Paraguai, lembrou-se com bastante admiração de uma mulher chamada simplesmente de Florisbela, que acompanhava o 29º Corpo de Voluntários. Ela tomava a carabina do primeiro soldado que caía e ocupava valentemente a sua posição até o fim da luta; depois disso, ajudava no hospital, cuidando daqueles que haviam se ferido em combate. Pimentel recordava-se dela com os lábios enegrecidos de pólvora por morder o cartucho.

Para os soldados, Florisbela foi um fator de entusiasmo, porém este foi apagado por quem poderia dar um lugar a ela, a sociedade. Ana Néri, a viúva virtuosa que cuidava de seus filhos e dos filhos de outras mães, era sim um exemplo digno a ser cultuado pelo Estado, o oposto de Florisbela, que era, segundo Pimentel, uma "transviada", uma mulher "sem nome e sem família". Ele próprio revoltou-se com a situação:

Quem não se recorda dos atos de heroísmo de Florisbela, mulher que, devendo fugir a uma morte certa enfrentou batalhas, […] no entanto, […] quem hoje fala em Florisbela, ignorada, desconhecida quando merecia uma epopeia […], outras, passaram por heroínas, cantadas em romances e poesias variadas e ela nem uma simples menção viu figurar o seu nome!

Todo o 2º Corpo do Exército, às ordens do Conde de Porto Alegre, viu-a, admirou-a, invejou-a. A Pátria esqueceu-a. Florisbela tinha a desventura de ser uma transviada, sem nome, nem família; mas se alguma mereceu o nome de heroína, ela deveria se figurar também no 1º plano.

D. Ana Néri, em cenário diferente, exercia a nobre missão de seu sexo. Era caridade e a paz. Era viúva honrada que espargia pelos necessitados […] muitas vidas salvou com seus desvelos e carinhos. A Pátria, porém, cobriu-a com o manto de sua gratidão.[19]

Outra mulher de quem Pimentel se recordava era Maria Francisca da Conceição, casada com o cabo de esquadra do Corpo

de Ponteiros do Exército. Ela seguiu com o marido para a Guerra do Paraguai e desafiou ordens do conde de Porto Alegre, quando este determinou o assalto ao forte de Curuzu. Porto Alegre determinou que nenhuma mulher deveria acompanhar seus companheiros nessa expedição, segundo Pimentel.[20] Elas deveriam ficar sob a proteção do exército em Tuiuti. Mas Maria não aceitou isso.

> Tinha treze anos e amava soberanamente o consorte. Dotada de ânimo varonil, de resoluções prontas, decidiu-se a acompanhá-lo a todo transe. Recorreu a um cabeleireiro do acampamento, voltando com suas madeixas destruídas. Estava com o cabelo reduzido à escova! Despiu os ornatos femininos, deu pregas em uma calça do marido, vestiu a blusa dos uniformes e arranjou um boné. Insinuou-se no meio das fileiras na ocasião do embarque. Era um soldadinho imberbe, de pequenina estatura. Ninguém deu pelo disfarce.
>
> Na refrega, uma bala dá em cheio na fronte do marido, que cai morto. A 22 de setembro a jovem viúva avança contra Curupaiti. Toma lugar nas primeiras filas dos assaltantes; bate-se nelas, penetrando no formidável baluarte juntamente com os poucos que ali podem entrar. É repelida com eles e, na faina de matar, adianta-se. Maria resvala ensanguentada e vai cair fora da trincheira! Os companheiros acodem-na, e ela é salva da fúria do agressor […].
>
> Só no hospital conhecem-lhe o sexo. Espanto geral de todos. Cada qual refere às suas proezas na luta, acrescidas com as vivas cores da simpatia, da admiração e do pasmo. Chamaram-na Maria Curupaiti. Tornou-se venerada. Era moça. E era bonita. Na batalha de 3 de novembro de 1867, em Tuiuti, irrompe Conceição nas fileiras do 42º Corpo de Voluntários da Pátria seus patrícios: – e aí trava-se combate contra as numerosas forças do adversário. O seu exemplo arrebata os homens, aos quais não cessam de dizer, com o sorriso das heroínas nos lábios: – Aqui está Maria Curupaiti! Avante![21]

Morreu pobre e esquecida no Rio de Janeiro. Além dela, muitas outras podem ser resgatadas de velhas memórias, como Aninha Gargalha e Maria Fuzil, gente simples do povo, que, junto com outras setenta mulheres, fabricaram 3.500 balas de fuzil durante o ataque paraguaio contra o Forte Coimbra, onde estavam. Aninha e Maria, na calada da noite, conseguiram sair do forte escondidas e ir até o rio para apanhar água para os sitiados.[22]

Marias na Guerra da Independência

Além das seis mulheres que atualmente o Estado brasileiro considera heroínas oficiais, existem muitas outras que marcaram a nossa história. Salta aos olhos a falta delas. Ainda que o processo para a inclusão de vários outros nomes exista, estes são atropelados por prioridades, por urgências determinadas pela construção de um discurso do Estado. Uma dessas mulheres, que efetivamente lutou em um campo de batalha no século XIX, ainda não teve homologado o seu lugar oficial no Panteão dos Heróis. Trata-se da baiana Maria Quitéria de Jesus Medeiros (1792-1853).

Quitéria, vendo-se órfã de mãe aos 9 anos, ajudou a cuidar da casa e dos irmãos. Viveu uma vida livre, criada pelo pai, aprendendo a montar, atirar e caçar. Isso desgostou profundamente a sua segunda madrasta, que não a via com bons olhos justamente por conta de seu estilo de vida, contrário ao que se esperava de uma mulher de sua época.

Em 6 de setembro de 1822, instalou-se na região onde o pai de Maria Quitéria possuía fazenda a junta provisória do governo baiano contrário aos portugueses. Diversos enviados da junta foram para as fazendas explicar o que estava ocorrendo e pedir auxílio de homens e munições para enfrentarem os portugueses. O que foi recebido pelo pai de Maria Quitéria, segundo ela, "falou longa e eloquentemente dos serviços que Dom Pedro prestara ao Brasil, de suas virtudes e nas da Imperatriz", de modo que, afinal, "[…] senti o coração ardendo em meu peito".[23]

Maria Quitéria, que havia ouvido a conversa, pediu ao pai para se alistar, o que foi prontamente proibido. Porém, determinada, com o auxílio da irmã, ela cortou o cabelo, vestiu-se como homem e, usando o nome do cunhado, apresentou-se em Cachoeira como "soldado Medeiros".

Ingressou inicialmente no Regimento de Artilharia, porém, como era franzina para o trabalho com os canhões, acabou sendo transferida para a infantaria. Ela havia fugido de casa durante a ausência do pai, que se pôs a procurá-la assim que deu pelo seu desaparecimento. Achou-a já no exército, mas não conseguiu que

ela saísse nem que o exército a expulsasse. Quitéria era útil. Além de realmente querer lutar, tinha experiência com armas e já vinha recebendo treinamento.

Seu batismo de fogo ocorreu em fevereiro de 1823, em Itapuã. Foi citada na ordem do dia por sua valentia em atacar uma trincheira inimiga, fazendo vários prisioneiros. Em abril, avançando com água até os seios, impediu o desembarque de tropas inimigas na barra do Paraguaçu. Foi recebida com júbilo em Salvador junto com o exército que libertou a cidade dos portugueses, em 2 de julho de 1823.

Recebida no Rio de Janeiro pelo imperador d. Pedro I, foi por ele pessoalmente condecorada com a Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul. Também lhe foi concedida pelo resto da vida uma pensão militar pela sua bravura em combate. Maria Quitéria teria, na ocasião, pedido ao imperador que escrevesse ao seu pai para perdoá-la.

O curioso da história é que devemos a uma mulher estrangeira, a viajante inglesa Maria Graham, o que efetivamente sabemos sobre Maria Quitéria. Até mesmo a imagem da guerreira baiana que chegou até os dias de hoje foi-nos legada pela escritora. Graham recebeu um desenho de Maria Quitéria feito por um compatriota seu, Augustus Earle, que, de passagem pelo Brasil, a retratou. A inglesa fez imprimir a imagem em seu livro *Diário de uma viagem ao Brasil*, publicado em Londres em 1824. Se não fosse por esse ato, não teríamos hoje ideia do rosto da baiana, como não conhecemos o de Clara Camarão, Maria Felipa e tantas outras mulheres. Graham conheceu Quitéria pessoalmente em 29 de agosto de 1823, como se recorda em seu diário:

Recebi hoje uma visita de Dona Maria de Jesus, jovem que se distinguiu ultimamente na guerra do Recôncavo.

Sua vestimenta é a de um soldado de um dos batalhões do Imperador, com a adição de um saiote escocês, que ela me disse ter adotado da pintura de um escocês, como um uniforme militar mais feminino. Que diriam a respeito os Gordons e os Mac Donalds? O traje dos velhos celtas, considerado um atrativo feminino?! […]

Ela é iletrada, mas inteligente. Sua compreensão é rápida e sua percepção aguda. Penso que, com educação, ela poderia ser uma pessoa notável. Não é particularmente masculina na aparência;

seus modos são delicados e alegres. Não contraiu nada de rude ou vulgar na vida do campo e creio que nenhuma imputação se consubstanciou contra sua modéstia. Uma coisa é certa: seu sexo nunca foi sabido até que seu pai requereu a seu oficial comandante que a procurasse.[24]

Gravura de Maria Quitéria impressa no livro escrito por Maria Graham sobre sua viagem ao Brasil, publicado em Londres em 1824.

Ao voltar para a Bahia, foi bem recebida por seu pai e pela comunidade em geral, que vinha para conhecer a famosa heroína. Meses depois, casou-se com um modesto lavrador, com quem teve uma filha, Luísa Maria da Conceição. Com a morte do seu pai e a morosidade do processo de inventário, acabou falecendo antes de poder usufruir os bens deixados por ele. Morreu aos 61 anos, quase cega, vivendo de seu soldo do Exército.

Como vimos, diversas outras mulheres brasileiras participaram de combates durante o processo de Independência do Brasil. Entretanto, foram esquecidas, ou melhor, apagadas. Além do

gênero, a cor e o *status* social influíram no processo de apagamento dessa memória. De que forma, por exemplo, uma história escrita por homens brancos, dentro de uma sociedade escravagista, poderia dar visibilidade a uma negra, líder de comunidade, pobre, iletrada e versada em capoeira como Maria Felipa de Oliveira?

Maria Felipa vivia na ilha de Itaparica, na Bahia. Junto com outras mulheres da ilha, juntou-se à guerra contra os portugueses. Primeiro atuou como espiã, vendo o movimento dos navios lusitanos e informando suas posições. Daí passou, com suas companheiras, para a ação. Segundo a história oral, elas teriam chegado a seduzir soldados portugueses e, quando estes tiraram as roupas e ficaram nus, foram surrados por elas com cansanção, uma planta que arde e queima a pele. Neutralizados os inimigos, as mulheres queimaram suas embarcações.

Seguiam-na cerca de quarenta mulheres, que, além da sedução, também partiam para o combate armadas com facões e com o que mais pudessem se servir. Teriam sido responsáveis por incendiarem a canhoneira *Dez de Fevereiro*, em 1º de outubro de 1822, na praia de Manguinhos, e a barca *Constituição*, em 12 de outubro de 1822, na praia do Convento. Maria Felipa continuou sua vida em Itaparica até seu falecimento, em 1873.

Não haveria páginas suficientes para resgatar todas as mulheres que se destacaram e foram apagadas ou elevadas, de acordo com a intenção do Estado e da sociedade. Poderíamos falar ainda sobre a que já foi um dia considerada a primeira heroína da Independência brasileira, sóror Joana Angélica de Jesus. Nascida em 1762, faleceu em 20 de fevereiro de 1822. Madre superiora do Convento do Carmo, em Salvador, Bahia, agiu de maneira a resguardar a integridade das freiras, colocando-se diante dos soldados portugueses que queriam invadir a clausura, e acabou morta por eles. Ou, ainda, de d. Rosa Maria de Siqueira, paulista, nascida em 1690, que, durante uma viagem para Portugal em 1714, ajudou os homens do navio em que estava numa batalha de dois dias contra piratas argelinos.

Heroínas ou vilãs?

Em meio a tantas mulheres que se destacaram pela valentia e o destemor, uma dúvida ainda persiste: o que realmente significa ser uma heroína se não um estereótipo? Parece tênue a linha que separa uma heroína de uma vilã. Anita Garibaldi, por exemplo, ao dar combate aos seus irmãos brasileiros em uma revolução patrocinada pelos interesses econômicos dos fazendeiros do Sul, não foi uma vilã em sua época para o Estado que hoje a enaltece? Maria Felipa e Maria Quitéria também não seriam propriamente chamadas de heroínas do ponto de vista do exército português.

Também entra nesse caso, por exemplo, a judia alemã Olga Benário, nascida na Alemanha em 12 de fevereiro de 1908. As simpatias de Olga pelo comunismo levaram-na para a Rússia no fim dos anos 1920, onde fez carreira dentro da Terceira Internacional Comunista. Em 1934, ela foi designada para acompanhar de volta ao Brasil o comunista Luís Carlos Prestes, com quem acabou se envolvendo. Ele vinha com a missão de dar um golpe e implantar o comunismo no Brasil. O golpe não deu certo, e o governo de Getúlio Vargas pôs um fim à tentativa de levante em novembro de 1935.

Selo em homenagem a Olga Benário Prestes, da extinta República Democrática Alemã.

Olga e Prestes acabaram presos, e ela, depois de recorrer em várias instâncias, foi deportada para um campo de concentração na Alemanha nazista. Olga estava grávida de Prestes, e uma campanha da irmã e da mãe dele mobilizou o Brasil e a Europa. Mas a única coisa que conseguiram foi que, quando o bebê que ela esperava, Anita Leocádia, nasceu, Olga conseguisse amamentá-la durante catorze meses e que a criança fosse depois entregue à família de Prestes. Olga foi morta em 23 de abril de 1942 no campo de extermínio de Bernburg.

Durante o período de divisão da Alemanha, a Oriental, de ideologia comunista, transformou Olga em uma heroína, batizando ruas, creches e escolas com o seu nome, além de seu rosto constar em selos e moedas emitidos no período.

Se algumas mulheres são transformadas de heroínas em vilãs e vice-versa, por uma simples mudança do olhar, outras realmente encarnam o lado perverso da humanidade. Segundo a psiquiatra Nise da Silveira, em estudos nos anos 1920, a maioria dos crimes cometidos por mulheres seria de origem passional.[25] Também seriam restritos mais ao ambiente interno doméstico, uma vez que os vícios, como bebida, sexo e jogo, eram mais comuns no ambiente masculino e externo ao qual elas tinham pouco acesso. Vendo com olhares atuais essa informação, parece que tudo gira em torno do homem, e até para a mulher ser malévola ela depende do outro gênero.

Mas será que a mulher para ser ruim necessita de um homem? A resposta é não. A maldade masculina está relacionada intrinsecamente a dois fatores: poder e dinheiro. Como, durante séculos, a maioria esmagadora das mulheres foi mantida pela sociedade no espaço que lhes foi destinado, ou seja, o lar, a sua crueldade, quando aflorada, acabou se refletindo no ambiente interno e nos relacionamentos amorosos.

Outra questão é a cobrança à mulher. A mulher, quando comete um crime, é culpada duplamente pela sociedade: primeiro, pelo crime propriamente dito; segundo, porque rompeu com o estereótipo de que tem de ser boa, discreta e virtuosa. Quando restam dúvidas a respeito do grau de culpabilidade da vilã e existe um homem envolvido, normalmente o advogado de defesa, partindo da

premissa da “fragilidade” física e emocional da mulher, busca cativar o júri a seu favor.

Neyde, a Fera da Penha

As mulheres, como os homens, cometem crimes movidas por ciúmes. Podemos lembrar aqui da “Sinhazinha Junqueira”, que mandou retalhar o rosto de Nenê Romano, ou ainda, de Neyde Maria Lopes, que acabou conhecida como “a Fera da Penha” por ter assassinado Tânia Maria Coelho Araújo, de 4 anos, filha do seu amante.

Neyde, com pouco mais de 20 anos, conheceu Antônio Couto Araújo no fim dos anos 1950 na Estação Ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Começaram a se envolver, até que um conhecido em comum avisou a ela que Antônio era casado e tinha filhos. Confrontado, o amante negou e deu o seu endereço para ela ir conferir pessoalmente, caso continuasse duvidando. Ele achou que Neyde não ia fazer isso, mas fez, e mais, acabou por estabelecer uma amizade com Nilza, esposa de Antônio, alegando ser uma conhecida dele dos tempos de colégio. Visitava-a quando o marido não estava, e assim passou a conviver com as duas filhas do casal, Tânia, apelidada de Taninha, e Sônia.

Cerca de um mês após o início das visitas a Nilza, Neyde descobriu que estava grávida. Contou para o amante, que disse a ela para tirar a criança, que esta não poderia nascer. Neyde tentou convencê-lo de que assumiria sozinha o bebê, mas ele teria sido violento, e ambos se agrediram. A relação entre ambos declinou, até um dia em que ele, carinhoso, a procurou para um passeio. Levou-a até a casa de um amigo em Botafogo, onde ela desmaiou. Na realidade, era uma clínica de aborto, e ela saiu de lá ainda dopada, sentindo fortes dores. Antônio a teria narcotizado, e o aborto teria sido feito sem a sua permissão.[26]

Neyde acabou por comprar um revólver Taurus, calibre 32, e frequentar o apartamento de uma amiga da família, na Penha, muito

próximo de um antigo matadouro. Em 30 de junho de 1960, Neyde ligou para um vizinho da escola em que Taninha estudava e pediu para chamar a diretora. Disse que era a mãe da menina e que estava doente, que uma amiga chamada Odete iria buscar a filha enquanto ela iria ao médico no Centro da cidade. Neyde apareceu na escola por volta das 14h30 passando-se por Odete. A menina, que já a conhecia, foi-lhe entregue, e elas partiram. Pouco depois, Nilza chegou para entregar à filha um lanche e soube do que ocorrera.

Neyde andou por horas com a menina até o matadouro na Penha, onde a assassinou com um tiro na nuca. Em seguida, jogou um litro de álcool no cadáver e pôs fogo. Em seu depoimento, pouco ela disse. Porém, ao ser confrontada pelo radialista Saulo Gomes, que entrou ao vivo com ela na delegacia, confessou não só que tinha matado a menina, mas que queria ter feito o mesmo a todos se tivesse mais tempo.

Neyde foi apelidada por Nelson Rodrigues, em seus artigos para o jornal *Última Hora*, de “A Fera da Penha”. Pegou 33 anos de prisão, trinta por homicídio e três por sequestro, dos quais cumpriu quinze. Mora a poucos quilômetros de Nilza e Antônio, que permaneceram casados e tiveram mais três filhos.

É possível que, para alguns leitores, tenha passado despercebida a questão de Neyde ter sido enganada pelo amante, que a fez passar por um aborto não consentido. Ele arrancou de dentro dela o bebê que ela queria, sem a sua vontade. Ela havia dito a ele que não precisaria assumir, que “encontraria forças para contar tudo” a seus pais e que “eles talvez me perdoassem e eu viveria unicamente para o meu filho”.[27] Um crime não justifica o outro, sem dúvida, mas é importante perceber todas as violências cometidas nesse episódio.

Casos como esse, de mulheres que matam crianças, bem como de mães que matam os filhos, chocam ainda mais a sociedade, pois a maternidade, o arquétipo da mãe, é colocado em xeque. No primeiro semestre de 2017, uma mulher em Cravinhos, interior do estado de São Paulo, estava sob suspeita de ter ela mesma matado ou de ter tramado o assassinato de seu filho. O crime teria ocorrido devido à orientação sexual do adolescente. Outro crime recente,

ocorrido em junho de 2017 em Piranhas, Goiás, foi o de uma mãe que, por estar chateada e o filho de 2 anos estar chorando, o jogou na fogueira que havia feito para queimar o lixo no quintal da casa. Jogou álcool e manteve a criança no fogo segurando-a com um pedaço de pau até que morresse.

Suzane von Richthofen

Mulheres também matam os pais, ou participam do assassinato de alguma forma. Ficou famoso nesse sentido o caso de Suzane von Richthofen, que tramou a morte deles junto com o seu namorado e o irmão dele. Os irmãos mataram os pais de Suzane, Manfred e Marísia, com golpes em suas cabeças enquanto dormiam na noite de 31 de outubro de 2002. Todos pegaram mais de trinta anos de prisão, mas a saga de Suzane continuou na cadeia.

Segundo matéria da revista *Veja* de agosto de 2016,[28] Suzane aparentemente se mostra com diversas facetas. Para o promotor Paulo José da Palma, responsável pelo acompanhamento da pena dela, a jovem era constantemente elogiada em todas as prisões pela qual passou. A diretora da Penitenciária de Tremembé, onde ela cumpre pena, é chamada por ela de “mãe” e costumam andar de braços dados pelo pátio.

Quando Suzane conquistou o direito ao regime semiaberto, passou por um teste psicológico, que concluiu ser ela dotada de “egocentrismo elevado” e “agressividade camuflada”, além de ser “manipuladora, insidiosa e narcisista”. Quem convive há mais tempo com ela, como agentes penitenciários, notou a forma como muda o tom da voz de acordo com o interlocutor. Com as detentas, ela fala de um jeito; quando está com um carcereiro “ou alguém de quem ela quer alguma coisa”, faz voz de menininha.

Em 2014, ela envolveu-se com Sandra Regina Ruiz Gomes, conhecida como Sandrão, presa por sequestro e assassinato de um adolescente. Antes do envolvimento com Suzane, Sandra era casada na prisão com Elize Matsunaga, presa por matar e

esquartejar o marido, Marcos Kitano Matsunaga, em junho de 2012. Suzane teria sido o pivô do fim do relacionamento entre Sandrão e Elize. Segundo uma das detentas, “Suzane nunca gostou de mulher. Ela jogou charme para o Sandrão para virar a primeira-dama da cadeia e ser protegida e respeitada”. Sandrão até hoje, terminado o relacionamento com Suzane, diz ter dúvidas a respeito do que fez a ex se aproximar dela. “A Su é um enigma. Nunca se sabe o que está sentindo de verdade […]. Digo só que ela desgraçou a minha vida.”

Em 2009, Suzane informou a um juiz que o promotor Eliseu José Gonçalves, da Vara do Júri e de Execuções Penais de Ribeirão Preto, a teria assediado. A denúncia foi parar na Corregedoria. Colegas de Gonçalves afirmaram que quem foi assediado teria sido ele, punido com suspensão de 22 dias. Para um repórter, afirmou sobre ela: “Prefiro ouvir falar do diabo, mas não quero ouvir o nome dessa moça.”

Suzane, segundo o relatório Infopen Mulheres,[29] publicado em 2014, faz parte da minoria de mulheres brancas, na época cerca de 11%, que se encontravam custodiadas no Sistema Penitenciário. A maioria das mulheres presas são negras e com baixa escolaridade.

Nesse ano, havia 579.781 pessoas presas, sendo 37.380 mulheres e 542.401 homens. Entre 2000 e 2014, a população feminina encarcerada aumentou 567%, enquanto que a dos homens no mesmo período cresceu 220,20%. O relatório revelou dados interessantes, como o fato de que grande parte das mulheres presas é de jovens, têm filhos, são as responsáveis pela provisão do sustento familiar, possuem baixa escolaridade, são oriundas de extratos sociais desfavorecidos economicamente e exerciam atividades de trabalho informal em período anterior ao aprisionamento.[30]

Do total de mulheres aprisionadas, 68% estavam envolvidas com o tráfico de drogas não relacionado às maiores redes de organizações criminosas. A maioria delas ocupa uma posição coadjuvante, em sua maioria transportando drogas e realizando pequeno comércio com elas, sendo poucas as que exercem atividades de gerência do tráfico.

O envolvimento da maioria das mulheres presas com o tráfico de drogas ocorre devido ao contato delas com esse ambiente ainda na adolescência. São advindas de famílias desorganizadas, e a violência normalmente é uma constante ou dentro da casa, ou no bairro em que viviam, ou em ambos. Muitas são obrigadas a ingressar no tráfico por conta do aprisionamento do companheiro, outras acabam sendo pegas portando celulares e armas para dentro dos presídios, e ainda existem aquelas de que o tráfico se utiliza para transportar drogas por elas não serem o foco da ação policial, o que torna a circulação de entorpecentes mais fácil.

As “baronesas do pó”, as mulheres realmente com poderes dentro do tráfico, são raras. A maior parte delas tem um *status* mais elevado na comunidade em que vivem por conta do relacionamento com o chefe do tráfico local. Trafegam socialmente por esse ambiente, mas não administrativamente. Usufruem o dinheiro e a influência advindos do relacionamento num ambiente de violência. Acabam encontrando na transgressão modos de se impor pela força e serem reconhecidas.

As mulheres no cangaço

O modelo não é novo. Um dos seus símbolos maiores é Maria Gomes de Oliveira (1911-1938), conhecida popularmente pelo apelido de Maria Bonita, a famosa companheira de Virgulino Ferreira da Silva (1898-1938), o Lampião. Ele foi o mais famoso líder do cangaço, um movimento de banditismo em que ladrões, estupradores e assassinos saqueavam e controlavam áreas do sertão nordestino, impondo suas regras e leis.

Maria Bonita, casada desde os 15 anos com o sapateiro José Miguel da Silva, apelidado de Zé do Neném, tinha brigas constantes e separações temporárias com o marido. Numa dessas separações, conheceu Lampião, ela com 18 anos e ele com 31. Até então, o bando de cangaceiros não aceitava mulheres. Ao se abrir exceção para Maria Bonita, outras passaram a fazer parte do grupo.

Ao contrário do mito criado ao redor das mulheres que se juntaram ao bando, de que atiravam, assaltavam e cobriam as fugas dos companheiros, elas eram protegidas por estes. Quando o bando estava em perigo ou enfrentando a polícia, as mulheres eram levadas para um local seguro com algum homem para protegê-las. Uma das raras exceções foi Sérgia Ribeiro da Silva (1915-1994), conhecida como Dadá, companheira de Cristino Gomes da Silva Cleto (1907-1940), o Corisco, única mulher do bando de Lampião a portar fuzil. As demais usavam para sua proteção revólveres calibre 32.

No caso de Dadá, ferimentos recebidos por Corisco nas mãos em 1939 teriam-na obrigado a tomar parte ativa nas lutas. Guerreiras ou não, a questão é que as mulheres adentraram o cangaço não só por amor. A relação entre Maria Bonita e Lampião não foi norma entre os cangaceiros. Dadá, por exemplo, foi raptada e estuprada por Corisco, sofrendo uma grande hemorragia com a perda da virgindade.

Vivendo uma vida fora da lei, as mulheres, de certa maneira, fugiam do ambiente familiar opressor e limitado e passavam a viver a maior aventura de suas vidas, ou ao menos a que realmente poderiam viver naquele mundo limitado. Além de os cangaceiros cozinharem, a responsabilidade pelos filhos (Maria Bonita teve quatro, sobrevivendo uma menina, e Dadá sete, sobrevivendo três crianças) era de outras famílias. Os recém-nascidos eram entregues para ser criados por padres, juízes ou fazendeiros, dados os perigos a que o bando estava exposto.

As cangaceiras, assim como hoje as “baronesas do pó”, ostentavam as suas riquezas: joias, vestidos e cabelos de acordo com a moda. Claro que esse não era o dia a dia delas: usavam, assim como os homens, vestimentas de couro para enfrentar o sertão, mas divertiam-se. Tinham gramofone, escutavam música, davam bailes e acabaram levando o feminino para dentro do bando.

Maria Bonita não tinha esse nome no bando: era chamada de Dona Maria, Maria do Capitão ou Maria de Lampião. O “Dona” já demonstrava o seu *status* elevado no bando e perante a população, mas também sempre lembrava a quem ela “pertencia”: ao Capitão.

Ela foi assassinada numa emboscada realizada pela polícia na Grota de Angico, em Poço Redondo, Sergipe, em 28 de julho de 1938. Teve o fim do seu companheiro e de seus seguidores: sua cabeça foi decepada do corpo, porém, segundo exames, ela ainda estaria viva quando isso ocorreu. Dadá, que com o tempo deixou de ser amante de Corisco e acabou se tornando sua companheira fiel, escapou da morte. Passou anos lutando para que as cabeças dos cangaceiros, expostas no Museu Antropológico Estácio de Lima, na Bahia, fossem enterradas por respeito aos mortos, o que ocorreu mais de trinta anos após a morte deles, em 1969.

A Rainha do Café

Enquanto o crime nas classes baixas pode ser um meio de se conseguir melhoria material e algum *status* dentro da comunidade, nas classes elevadas, muitas vezes ocorre visando à manutenção do poder econômico e social da família. Esse é o caso de um crime que abalou o estado de São Paulo em 1920.

Lembram-se da Rainha do Café, Iria Alves Ferreira, mencionada no capítulo *Boas, más e perigosas*, que teria fornecido os capangas para que sua filha, “Sinhazinha Junqueira”, se vingasse de Nenê Romano? O crime contra Nenê, uma vingança por ciúmes, ocorreu em setembro de 1918. Dois anos depois, em 22 de maio de 1920, foi encontrado um corpo em Cravinhos, numa região chamada Espraiado, próxima a Ribeirão Preto, e a polícia local foi acionada.

O cadáver, masculino, encontrava-se com o rosto descarnado. Além disso, haviam arrancado suas orelhas e a língua e mutilado o seu crânio. Ainda havia vários ferimentos nas costas e um no estômago.

Pessoas suspeitas foram presas e interrogadas, e surgiram os nomes de José Sant’Anna e seu filho Antônio Sant’Anna e dos cúmplices Romualdo Serapião e Praxedes José da Silva. Segundo as confissões obtidas, o planejamento do crime teria sido realizado por Iria Alves Ferreira e pelo administrador de suas fazendas,

Alexandre Silva. O que as investigações apuraram foi que, em 21 de maio, os envolvidos estavam todos na fazenda Pau Alto, uma das várias pertencentes a ela. Lá, num quarto, dormia um homem que teria cerca de 35 anos. Foi morto na cama, golpeado pelos capangas contratados após ordem dada por Alexandre. Iria Alves e outro comparsa teriam assistido ao assassinato da soleira da porta.

O corpo foi levado numa carroça, e a ideia de jogá-lo no rio Pardo não foi concretizada porque já era alta madrugada. Assim, resolveram deixá-lo no campo para descartá-lo no rio no dia seguinte. Entretanto, de manhã, o cadáver foi encontrado por outras pessoas, que acionaram a polícia.

Iria Alves Ferreira era descrita até então como uma mulher “empreendedora e incansável, que nobilita seu coração sensível a todas as dores, a todas as necessidades”.[31] Era a terceira maior produtora de café da região de Ribeirão Preto e única mulher. Na área, ela construiu muitos orfanatos e escolas; era tida como profundamente devota e virtuosa, amiga pessoal do arcebispo e visita constante do palácio, onde assistia à missa na capela particular do religioso. Mas isso não impediu que ela, aos 67 anos, e o seu administrador fossem presos pelo crime cometido.

A notícia ganhou os principais jornais paulistas e foi exaustivamente explorada. Um filme foi feito sobre o assunto, e um romance, produzido a respeito. Apesar de o cadáver nunca ter sido identificado, o jornal *O Parafuso* de 15 de dezembro de 1920 divulgava que se trataria do ex-genro francês de Iria, Alphonse Defforge. Segundo rumores, Maria Eugênia Junqueira teria se casado com ele em Paris e, ao descobrir que o interesse dele era meramente financeiro, o teria abandonado e voltado para o Brasil. Com o falecimento dela em 1919, o marido teria vindo reivindicar a sua herança e acabara morto por isso.

Essa é uma das hipóteses. A outra seria de que Iria não passaria de uma vítima de conchavos políticos. Seu cunhado, Joaquim da Cunha Junqueira, do Partido Republicano Paulista, era chefe político na região. A denúncia contra ela seria uma denúncia contra os mandos e desmandos dos “coronéis” paulistas que dominavam a política local e nacional e contavam com a força da polícia e de seus capangas contra a população do campo. Logo, a “Rainha do Café”

foi rebatizada pelos jornais de “Rainha dos Bandidos”, e Iria passou a ser o símbolo da repulsa da sociedade contra o despotismo dos fazendeiros.

Ao longo do processo, os funcionários que a acusaram denunciaram que fizeram a delação sob tortura para confessar o que interessava às autoridades. Três advogados, que posteriormente virariam importantes políticos locais, tomaram conta do caso: Fábio Barreto, Camilo de Moraes Mattos e Meira Júnior. Logo eles iniciaram uma campanha com matérias pagas em jornais contra-atacando as acusações feitas a Iria. Segundo eles, ela era uma vítima rica escolhida pela polícia e pelo Judiciário para que estes pudessem mostrar ao povo como eram imparciais.

O estratagema era tentar influir na opinião dos juízes que julgariam um recurso, ao mesmo tempo em que preparavam o público para a possível libertação de Iria, o que efetivamente acabou ocorrendo. O tribunal acatou o recurso, entendendo que a denúncia feita contra Iria e Alexandre Silva era improcedente, mas os executores foram a julgamento.

No entanto, a Rainha do Café não descansaria enquanto não fosse declarada inocente. Ela foi posta em liberdade por “falta de indícios” da sua “apregoada criminalidade”, como ela afirmou em carta aberta ao presidente do estado de São Paulo, Washington Luís, publicada na primeira página do jornal *A Cidade* em 26 de novembro de 1920.

> Eis por que ao pedido dos meus advogados junto o meu, dirigido por este meio a V.Exa., a quem imploro e suplico a abertura de novas e severas investigações policiais em torno do facto que me arrastou as grades da prisão, e acredite v.Exa., não as temo, antes confio em que, havendo argúcia, habilidade e imparcialidade, serão os próprios auxiliares de V.Exa. que proclamarão, bem alto, a minha inocência e também a culpa das autoridades ineptas e prevaricadoras que me colheram na trama desse processo que desonrou o meu nome e de toda a minha família, mas que nada honra a polícia paulista e fez descrer da civilização do Estado de São Paulo.
>
> Iria Alves Ferreira, São Paulo, 24 de novembro de 1920.[32]

O poder de Iria e de seu grupo político era forte o suficiente para logo em seguida vingarem-se dos que a levaram para a prisão: o chefe do Gabinete de Investigações e Capturas, Accacio Nogueira, perdeu o posto, o delegado regional de Ribeirão Preto, Silva Carvalho, e o promotor público da comarca foram transferidos, e o subdelegado Ramos, demitido.[33]

Dois anos depois, em correspondência particular a Washington Luís, Iria ainda clamava inocência: Já não é a primeira vez que eu venho a presença de V Exª implorar, num apelo dolorido ao seu coração de pai amantíssimo, um momento de atenção para o meu sofrimento. Já não é mais ao Chefe de Estado que imploro justiça: é uma súplica de mãe na sua desgraça desamparada! V Exª que talvez ainda tenha Mãe e Pai, medite um pouco na dor cruciante que me empolga há dois anos, vendo o sofrimento dos filhos que me rodeiam, quando as crianças me apontam na rua!… As horas passam para mim como lustros e os dias como séculos! E que dias! Dias sem luz porque vejo apenas as trevas que envolvem a minha dor, as trevas que alumbram este caso misterioso que me sepultou em vida, encarcerada na sociedade depois de infamada, caluniada e flagiciada como uma ré criminosa a quem se deu a liberdade por comiseração e por piedade! Está em mãos de V. Ex. um relatório completo relativo a este negregoso “crime de Cravinhos”. Soube que meu filho foi pedir a V. Ex que se interessasse por este caso triste que me tem enchido a vida de amarguras (…). Pois bem: venha juntar ao pedido dele, em caráter privativo, a minha súplica dolorida, nesse transe desesperado da minha existência nunca descri das energias e da firmeza do seu caráter e conto os dias do governo de V. Excª com uma alvoroçada aflição, porque, a mim se me afigura que, findo o seu quatriênio, pesará a atmosfera de desinteresse, o silêncio que verá apagar no meu coração a crença, a esperança que eu deposito em V. Exª de se desvendar essa trevosa história que me envenenou para sempre os dias, e me fez passar com meus filhos o mais doloroso calvário que criatura humana jamais passou.[34]

Apesar de seus apelos e de sua influência política e econômica, Iria nunca conseguiu que fosse reconhecida a sua inocência no caso. Ela nunca mais voltou para a *Petit Paris*, como Ribeirão Preto era conhecida devido à riqueza do café. Faleceu em São Paulo, em

sua casa na rua Vergueiro, em 20 de novembro de 1927[35] e está enterrada no cemitério da Consolação. A seu funeral compareceram políticos, secretários e representantes ministeriais. A lista de nomes da sociedade paulista e brasileira é imensa. O seu túmulo continua, noventa anos depois da sua morte, como um monumento ao seu alegado calvário. Nele, uma mulher ajoelhada contempla o Cristo carregando sua cruz, diversas frases gravadas no granito evocam a sua condição de mártir, de caluniada: “Como vós meu Jesus/ carregando a minha cruz/ perdoei/ aos que me caluniaram/ e perseguiram”, ou ainda: “Se alguém/ me quiser seguir tome a sua cruz e siga-me – Marcos, Capítulo VIII, versículo 34.”

Quem foi Iria realmente? Sua implicação com a vingança da filha contra Nenê Romano mostra que estaria longe de ser somente uma senhora milionária, piedosa e virtuosa. Apesar de ser julgada como perseguida por desafetos políticos, o poder do grupo a que pertencia fez-lhe parcialmente justiça, vingando-se dos subordinados que a levaram para a prisão, mas não se atreveu a ir além limpando sua honra, dando a ela o que pedia: que a sua inocência fosse proclamada, pela justiça ou pelo governo do estado. O que é importante no caso é o que aparece em toda a entrelinha do enredo de sua prisão e imputação do crime.

A sua influência e o seu poder econômico e político foram grandes. Rainha do Café ou dos Bandidos, Iria contratou os melhores advogados da sua região e comprou jornalistas e matérias sobre a sua alegada inocência. Indo além, pleiteou pública e particularmente ao presidente do estado, e depois presidente do Brasil, que lhe fosse feita justiça. Trafegava no mundo masculino e no feminino, um por meio do poder de mando, do dinheiro e da influência política, outro por suas obras assistenciais e pela amizade com o arcebispo de Ribeirão Preto.

Até hoje, podemos observar os mesmos métodos utilizados por ela para se livrar da prisão. O uso do dinheiro, do compadrio, da influência na imprensa são métodos, infelizmente, constantemente observados pelos brasileiros anos depois.

Carlota Joaquina, a “rainha devassa”

Iria não está sozinha na galeria de pessoas influentes e com ligações estreitas com o poder que conseguiram sair livres de um processo. As coisas ainda são mais fáceis para uma mulher que estava no auge do poder e que a maioria das pessoas enxerga como uma vilã até os dias de hoje: a rainha d. Carlota Joaquina (1775-1830).

Como esquecer as cenas da personagem interpretada por Marieta Severo no filme *Carlota Joaquina*, falando mal do Brasil e dos brasileiros e que, ao partir do Rio de Janeiro, não queria levar nem a terra do país em seus sapatos? Caricaturas à parte, a história, ou melhor, os homens que lhe dedicaram algumas linhas, não foram os mais compreensivos com a princesa, respingando sobre sua história os seus datados preconceitos machistas. Oliveira Martins refere-se a ela ser como “uma Messalina mais infame ainda, e mais impudica do que a romana”.[36]

Uma das diversas acusações que sempre pesaram sobre ela foi a de ser infiel ao marido, d. João VI. Nascida na Espanha, foi enviada para Portugal muito jovem, uma criança que acabou sendo criada pela sogra, d. Maria I, antes de esta enlouquecer. As duas davam-se bem, e a rainha era praticamente a única a quem d. Carlota respeitava ao longo da sua infância e parte da adolescência. Com a primeira menstruação, vieram as obrigações do casamento, que eram, basicamente, ter filhos. Ninguém na corte acreditava que aquela jovem muito baixa, peluda e de feições pouco agradáveis pudesse engravidar. Mas engravidou e teve vários.

Seu relacionamento com o marido, futuro d. João VI, sofreu turbulências ao longo dos anos. Segundo as más-línguas, somente os primeiros quatro filhos, dos nove que d. Carlota teve, seriam de d. João. A intriguenta duquesa de Abrantes, Laura Junot, recordou-se da “diversidade cômica” da família de d. João VI. Em suas memórias, disse: “O que é notável nesta família de Portugal é não haver um único filho parecido com a irmã ou o irmão […].”[37]

D. Carlota Joaquina em 1826, pintura de Luis de la Cruz y Ríos. Acervo Museu do Prado.

O próprio esposo deu margens à discussão sobre a infidelidade da esposa. Em 1802, quando o infante d. Miguel nasceu, o *London Observer*, assim como outros jornais ingleses, chegou a relatar que d. João havia afirmado a vários membros do corpo diplomático que não se considerava pai do recém-nascido, porque já ia para mais de dois anos que não mantinha relações sexuais com d. Carlota.[38]

Segundo alguns, d. Miguel seria filho de d. Pedro José Joaquim Vito de Meneses Coutinho, oitavo conde de Cantanhede e sexto marquês de Marialva. Para outros, o pai seria um servidor dos palácios portugueses chamado João dos Santos. Isso rendeu até um versinho na época: "D. Miguel não é filho/ D'El-Rei D. João/ É filho de João dos Santos/ Da Quinta do Ramalhão."

Além desses, d. Carlota teria também tomado por amantes o general napoleônico Junot, embaixador francês em Lisboa, um

almirante britânico e Luís Mota Feio. Muito além de levantarmos a lista de amantes da rainha, o que nos interessa é um crime ocorrido no Rio de Janeiro em que d. Carlota estaria envolvida, por conta de uma de suas relações clandestinas.

Ela chegou junto com a família e a corte portuguesa ao Brasil em 1808 e estabeleceu-se em diversos bairros, como Andaraí, Estácio e, por fim, Botafogo. D. João, com os filhos, ficou em outa residência, a chamada Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão. Sim, eles moravam em residências separadas, ele com os filhos e depois com a filha mais velha, casada, e d. Carlota, com as filhas solteiras.

Em 8 de outubro de 1820, às 23 horas, d. Gertrudes Angélica Clara Pedra chegava a sua casa em Botafogo, bem perto da ponte do Catete. Estava acompanhada de suas duas filhas e vinha de um ofício religioso no Centro da cidade. Ao descer de sua carruagem, foi alvejada por um tiro de bacamarte, que a matou imediatamente. D. Gertrudes era casada com Fernando Carneiro Leão, filho da baronesa de São Salvador dos Campos de Goytacazes. Fernando era conhecido popularmente, devido a sua figura, como “belo Fernandinho”. Era um homem galante que futuramente iria juntar à beleza o título de conde de Vila Nova de São José.

Os cidadãos do Rio de Janeiro colocaram-se em polvorosa. Várias hipóteses foram levantadas, desde que houvesse alguma vingança tardia envolvendo a família e a Revolução Pernambucana, até que a mandante do crime seria uma tal “viúva Pena”, que gostava do marido de Gertrudes. Entretanto, a filha da vítima, a marquesa de Maceió, Guilhermina Adelaide Carneiro Leão, anos após o assassinato da mãe, acreditava na culpa da rainha d. Carlota Joaquina. Ela não estava sozinha: outras pessoas que se recordavam do fato, já passados mais de cinquenta anos do ocorrido, como o conselheiro Vasconcelos de Drummond e o dr. Manuel Joaquim de Menezes, eram da mesma opinião.[39]

A rainha teria um relacionamento amoroso com Fernando Carneiro Leão, e, ao descobrir o fato, d. Gertrudes ameaçou um escândalo: iria diretamente a d. João VI dar queixa. Isso seria, ainda segundo Melo Morais, o que havia sido apurado por José Albano Cordeiro, desembargador do Paço, incumbido do caso diretamente pelo rei. O assassino, contratado pela rainha, segundo José Albano,

seria o mulato Joaquim Inácio da Costa, apelidado de Corta-Orelha, que estava foragido, e assim continuou por anos, voltando à corte em 1822.

Antes de lavrar a sentença, o juiz comunicou a d. João VI o resultado das suas investigações. Dizia José Albano que a culpada merecia uma sentença de acordo com o crime de homicídio, porém, como estava tão "altamente colocada",[40] ele entregava o caso diretamente ao rei, para que, diante de todas as informações obtidas, pudesse decidir o que fosse melhor para todos. Bem, d. Carlota Joaquina não foi presa…

Esse "diz que diz" é só um dos vários outros de ambos os lados do Atlântico em que encontramos a rainha envolvida. Uma mulher que tinha amantes, contratava assassinos e se intrometia no jogo do poder como um homem só poderia ser uma grande vilã, segundo o pensamento da época. Mas o grande problema de d. Carlota foi ter sido mulher e ter se envolvido com a política do lado do perdedor, como veremos adiante.

1 Palestra proferida durante o evento Grandes Debates: Mulheres no Poder – Os desafios no espaço da política, realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em 22 maio 2017.

2 Fernandes e Oliveira, *A mulher potiguar*, p. 1.944.

3 Silva, *Brasileiras célebres*, p. 87.

4 Dumas, *Memórias de José Garibaldi*, p. 97.

5 *Publicador Maranhense*, p. 2.

6 Apud Barroso, *Segredos e revelações da história do Brasil*, p. 150.

7 *Jornal do Commercio*, p. 1.

8 Assis, *Crônicas*, pp. 294-5.

9 Apud Barroso, op. cit., p. 150.

10 Apud Rodrigues, *Mulheres sertanejas na Guerra do Paraguai*, p. 5.

11 Martins, *Os mártires pernambucanos*, p. 19.

12 Schumaher e Brazil, op. cit., p. 535.

13 Acervo Digital Zuzu Angel. Disponível em: <http://www.zuzuangel.com.br/documental/carta-original-de-d-paulo-evaristo-arns>. Acesso em: 6 mar. 2017.

14 Muraro, *Memórias de uma mulher impossível*, p. 172.

15 Citado por Bernardo J. de Souza, *Heroínas bahianas*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1936, pp.129-30.
16 Hahner, *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*, p. 73.
17 Taunay, *A retirada da Laguna*, p. 103.
18 Cerqueira, *Reminiscências da campanha do Paraguai*, p. 3.
19 Pimentel, *Episódios militares*, pp. 19-20.
20 Ibidem, p. 149.
21 Ibidem, pp. 149-50.
22 Dourado, *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai*, p. 25.
23 Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil*, p. 330.
24 Ibidem, p. 329 e ss.
25 "Psychologia das mulheres criminosas no Brasil", *Revista Criminal*, p. 39.
26 Moura, Araújo e Barros, *Crimes que abalaram o Brasil*, p. 170.
27 Ibidem, p. 169.
28 Campbell, *Suzane von Richthofen, 14 anos depois*.
29 Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres.
30 Idem.
31 *Almanach ilustrado de Ribeirão Preto*, p. 84.
32 *A Cidade*, 26 nov. 1920, p. 1.
33 *O Estado de S. Paulo*, 26 nov. 1920, p. 12.
34 Carta de Iria Alves Ferreira para Washington Luís, de 27 de setembro de 1922. Apud: Jorge, *O crime de Cravinhos: oligarquia e sociedade em São Paulo. 1920-1924*, p. 131.
35 *Correio Paulistano*, 22 nov. 1927, p. 10.
36 Martins, *Portugal contemporâneo*, v. I, p. 102.
37 Abrantes, *Recordações de uma estada em Portugal*, p. 78.
38 Brandão, *El-Rei Junot*, p. 117.
39 Morais, *Chronica do Brasil Império*, v. 2, p. 177.
40 Fazenda, *Antiqualhas e memórias do Rio de Janeiro*, v. 5, p. 185.

Capítulo 4

O PODER DAS MULHERES E AS MULHERES DE PODER

Da matriarca da Independência à primeira mulher presidente da República, a luta para chegar ao poder exigiu de conhecidas e anônimas brigar contra os preconceitos em favor dos seus direitos

Vira a mesa,
Assume o jogo
Faz questão de se cuidar
Nem serva, nem objeto
já não quer ser o outro
hoje ela é um também.
"Desconstruindo Amélia" – Pitty

As governantes do Brasil

Existe um verdadeiro processo de demonização de d. Carlota. Conseguimos perceber isso com a análise de discurso empregado para se falar dela. Vemos repetidamente palavras como "devassa", "manca", "feia" sendo usadas por quem se referia a ela, mas dificilmente alguém de sua época chamando-a de inteligente e perspicaz. Isso se deve ao fato de, como devota do absolutismo num mundo onde esse sistema estava agonizando, ter perdido as batalhas políticas que havia lutado. Como vencida, vemos o português Oliveira Martins, em sua obra sobre a história de Portugal, assim se referir à rainha: Carlota Joaquina, megera horrenda e desdentada, criatura devassa e abominável em cujas veias corria toda a podridão do sangue Bourbon, viciado por três séculos de casamentos contra a natureza, atiçava essa chama [o absolutismo] como a hórrida feiticeira, no fundo do seu antro, assopra o lume da sua cozinha diabólica.[1]

Logo nos vem à mente, lendo tal descrição, a bruxa do desenho da Disney *Branca de Neve*, criando a sua icônica maçã envenenada. D. Carlota, na visão de Oliveira Martins, foi a demoníaca madrasta dos brasileiros e dos portugueses. Era uma bruxa porque era a favor do absolutismo e tinha lutado por ele para

colocar seu filho d. Miguel, igualmente absolutista, no trono de Portugal.

Oliveira Martins não foi o primeiro a tecer comentários desairosos a respeito de d. Carlota. Um dos primeiros a fazê-lo foi o seu ex-secretário espanhol José Presas no livro *Memorias secretas de la princesa del Brasil*, publicado em 1830 e com sucessivas reedições no Brasil desde 1940. Nele, Presas comenta de maneira insinuante sobre um possível relacionamento entre d. Carlota e o almirante inglês no Rio de Janeiro sir Sidney Smith, demonstra como a rainha gastava demais com joias e sapatos e tece ironias a respeito do seu apetite sexual. Presas escreveu o livro porque se sentia injustiçado. Na obra mesmo confessa que, se a promessa de dinheiro ou uma carta com uma letra de câmbio houvessem chegados até ele, o livro não teria se tornado público.

Mas, colocando o livro no contexto de ser uma vingança raivosa de um ex-secretário a sua patroa, ele também revela um assunto muito interessante: as tentativas frustradas, mas bem urdidas, de d. Carlota se fazer representante da Coroa espanhola perante as colônias da Espanha na América Latina.

Desde que chegara ao Brasil, ela já havia alertado o pai, o rei da Espanha, que a destruição do governo espanhol por Napoleão era uma questão de tempo. D. Carlota via com precisão a voracidade do imperador da França, para quem tomar Portugal não bastaria. A carta com a predição já encontrou o pai destronado na Espanha. O rei Carlos IV abdicou da coroa em 19 de março de 1808 – onze dias após a família real desembarcar no Rio de Janeiro. D. Fernando VII, irmão de d. Carlota, assumiu, mas ambos, pai e filho, foram feitos prisioneiros por Bonaparte, que colocou o seu irmão, José, no trono espanhol.

Os tumultos na Espanha, com esse ato de Napoleão, abriram uma crise político-administrativa nas colônias espanholas na América. Com todos os Bourbons espanhóis presos na Europa, d. Carlota e seu sobrinho, o infante d. Pedro Carlos, ambos residindo no Rio de Janeiro, eram os únicos libertos. Com isso, na corte portuguesa no Brasil surgiram três partidos distintos em relação às colônias espanholas.[2] O almirante Sidney Smith, suspeito de envolvimento amoroso com d. Carlota Joaquina, apoiou a sua

pretensão ao posto de regente da América espanhola. A rainha chegou a encontrar apoiadores entre os espanhóis e os refugiados de Buenos Aires no Rio de Janeiro, os chamados “carlotistas”. Estes a imaginavam desembarcando no Vice-Reinado do Rio da Prata, do mesmo modo como d. João no Brasil, para manter a colônia unida e coordenar, em segurança, a luta pela libertação na Europa.[3]

O outro partido, liderado pelo conde de Linhares, d. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro dos Estrangeiros, via em d. Pedro Carlos, sobrinho do rei d. Fernando e de d. João, o melhor dos dois mundos. Com sangue Bourbon e Bragança nas veias, ele poderia ser a esperança de unificar a península Ibérica e a América Latina sob uma mesma Coroa. O terceiro partido, o do embaixador britânico no Rio de Janeiro, lorde Strangford, achava que quanto pior, melhor: se a América espanhola se desintegrasse, facilitaria os interesses ingleses na região.

D. João fez jogo duplo, para variar. Inicialmente, parecia que apoiaria a esposa, mas depois dificultou muito os seus planos. O governo português e a corte deixaram de dar suporte à pretensão da princesa em assumir a regência das colônias espanholas na América. Ela foi forçada a abrir mão de sua posição como legítima herdeira do trono espanhol em liberdade dizendo estar disposta a enviar em seu lugar d. Pedro Carlos. Nem Braganças, nem Bourbons assumiram qualquer regência. Napoleão foi derrotado, o rei da Espanha voltou ao trono, e as colônias separaram-se.

Não foi essa a única ocasião em que d. Carlota se envolveu nos jogos de poder. Devido à doença da sogra, a rainha d. Maria I, o príncipe d. João assumiu os negócios do trono de maneira extraoficial em 1792. Somente em 1800 é que foi oficializado como príncipe regente em nome da mãe.

Com a chegada de d. João ao poder, a relação entre ele e d. Carlota Joaquina deteriorou-se. Com esta ressentida por ele não compartilhar o poder com ela, o casamento foi desmoronando. D. João, assim como a mãe, era dado a crises de depressão e deixava-se ficar cada vez mais em Mafra. Entre 1805 e meados de 1806, ele teve diversos incômodos, tontura e mal-estar geral, isso tudo aliado à melancolia. De Mafra, acabou partindo para Vila

Viçosa, e começaram os murmúrios de que estava com os mesmos sintomas da primeira fase da doença mental que atingiu d. Maria I.

D. Carlota escreveria em 1806 para os pais, os reis da Espanha, afirmando que "o príncipe está com a cabeça quase totalmente perdida".[4] Ao pai, ia mais longe, pedindo que pressionasse d. João a colocá-la como membro do Conselho de Estado.

A princesa, em parceria com os marqueses de Alorna e de Ponte Lima e os condes de Sarzedas e de Sabugal, procurou tomar a regência. Vazada a conspiração, que ficaria conhecida como "conspiração dos fidalgos" ou "conspiração de Mafra", o príncipe regente, num raro assomo de energia, retornou a Lisboa, desterrando diversos nobres e demitindo servidores da corte, o que pôs fim à trama.

D. João e d. Carlota passaram a viver em cortes separadas. Enquanto ela residia a maior parte do tempo na sua Quinta do Ramalhão, ele ficava em Mafra.

D. Carlota jogava o jogo do poder abertamente, como um homem faria, numa época em que se acreditava que a mulher não era talhada para isso. Segundo os iluministas do século XVII, a mulher era um ser fraco, débil, sensível, cuja maior vantagem era ser dotada de astúcia, que lhe contrabalançava a fragilidade. Mas o homem é que seria o senhor da razão, o ser intelectual e ativo, enquanto ela era um sujeito passivo. Biologicamente, segundo imaginavam, a mulher não passaria de um "homem falhado", uma espécie que não alcançou a plenitude fisiológica que se julgava que o sexo masculino teria alcançado. Esse ponto era defendido pelo abade Mallet na parte que lhe coube escrever do verbete "Mulher", na *Enciclopédia* editada por Denis Diderot. A parte do verbete que a examina do ponto de vista da moral foi escrito por Joseph-François-Édouard de Corsembleu, senhor de Desmahis, em que podemos encontrar, por exemplo, a seguinte observação: A natureza colocou em vigor por um lado a coragem, majestade e razão, por outro lado, graça, beleza, delicadeza e emoção. Estas vantagens não são sempre incompatíveis, às vezes as diferenças servem como contrapesos, e às vezes, elas são as mesmas qualidades em graus diferentes. O que é virtude ou atratividade em um sexo é um defeito ou deformidade no outro.[5]

Ainda, a *Enciclopédia* afirmava que, para as mulheres atingirem a felicidade, elas deveriam ignorar o que o mundo, ou seja, os homens, chamam de prazer. A maior glória delas consistiria em viver de maneira oculta, não chamar atenção sobre si, afinal, ser discreta e solene a levaria, naturalmente, a ser respeitada. As mulheres deveriam limitar-se às obrigações de esposa e de mãe.[6]

D. Carlota fugia muito do padrão do que seria normal e tolerável para uma mulher da sua época, logo, não seria difícil classificá-la como uma "anormal", segundo a ótica dos seus contemporâneos, que a colocaram como uma pessoa masculinizada, uma viciada em sexo e com mais firmeza em suas decisões e um temperamento mais másculo que o do seu marido, d. João VI. Ela não se encaixava completamente no modelo feminino da época, e pior: aos olhos dos homens, não fazia qualquer questão de se encaixar.

Ela tinha uma sede de poder e uma inteligência que, se era bem vista nos homens, era motivo de se temer e odiar nas mulheres. Elas deveriam, na época, ser modelos de virtude e caridade cristã, não de estadistas, como pregavam as ideias dos intelectuais.

Raras foram as mulheres que chegaram ao trono e exerceram o poder tendo gosto por isso. D. Maria I de Portugal e tantas outras, como as primeiras governantes de capitanias hereditárias no Brasil, fizeram-no como que aceitando um fardo pesado sobre si e geralmente tuteladas por algum homem, um administrador ou um confessor. Já d. Carlota buscava o poder e queria exercê-lo.

D. Carlota Joaquina tinha algo que não era bem visto pelos homens, além de ser inteligentíssima. Ela decididamente não havia sido criada apenas para ser uma mulher que fosse totalmente obediente ao marido. Puxara a sua mãe, que, junto com o amante, o ministro Manuel Godoy, influía no governo espanhol.

D. Carlota havia sido a neta preferida do rei espanhol Carlos III, com quem conviveu até os 10 anos. O rei designou-lhe o padre Filipe Scio como tutor. Padre Filipe era um dos grandes intelectuais de sua geração: foi o responsável por uma tradução completa da Bíblia para o espanhol, falava grego, latim, hebraico, italiano e francês.

Quando d. Carlota teve que enfrentar os exames públicos perante toda a corte espanhola, incluindo os embaixadores

estrangeiros, antes de partir para Portugal, respondeu a questões relativas a religião, geografia, história, gramática e línguas portuguesa, francesa e espanhola. Também demonstrou suas habilidades em dança, canto, etiqueta, equitação e pintura. Foi elogiada por sua prodigiosa memória, sua compreensão e seu desembaraço, causando admiração não apenas por tanto conhecimento aprendido com tão pouca idade, mas principalmente por ser uma mulher instruída.

Apesar de tudo isso, a vida de d. Carlota foi reduzida a uma caricatura por meio dos discursos históricos ao longo dos anos, nos quais ela aparece como uma personagem simiesca e malévola. Essa imagem permeia até hoje o discurso adotado, quase que por osmose, em muitos livros de história. Eles repetem a antiga construção do discurso masculino, no qual a sociedade patriarcal e sexista tenta colocar “no lugar” aquela mulher que, em vez de ser um modelo de virtudes, se atreveu a jogar, de igual para igual, os jogos de poder num ambiente majoritariamente masculino. O discurso do poder utilizado no caso de Carlota Joaquina é masculino e refratário a qualquer ideia de que a mulher venha a ter um protagonismo político num espaço ancestralmente ocupado pelo homem.

E pior de tudo, como dito anteriormente, ela saiu perdedora. Morreu sozinha em 1830. Apesar de o filho d. Miguel ter dado um golpe em d. Maria II e se livrado temporariamente da Constituição e do liberalismo imposto por d. Pedro I, não chegou a ver a mãe após tomar o poder. Um ano após a morte de d. Carlota, d. Pedro abdicaria do trono brasileiro e partiria para a Europa, onde destronaria o irmão. Acabaria novamente com o absolutismo e reempossaria a filha como rainha constitucional portuguesa. D. Miguel ainda hoje em Portugal consegue despertar simpatias, entretanto, d. Carlota é quase que unanimemente desprezada e menosprezada dos dois lados do Atlântico.

A matriarca da Independência

Outra figura da época que até hoje tem a sua trajetória diminuída nos livros de história é d. Leopoldina, a primeira imperatriz brasileira. Seu nome, quando surge nos textos escolares, aparece em dois modelos rasos: ou é a esposa de d. Pedro I ou a mãe de d. Pedro II. Essas são definições muito simplistas para uma mulher que foi a primeira a participar ativamente da política brasileira em nível nacional e a governar diretamente o Brasil. Além de ser uma das principais articuladoras entre os grupos favoráveis à Independência, ela substituiu d. Pedro, por ausência deste, primeiro como princesa regente, em 1822, depois em 1826 como imperatriz regente.

Nascida na Áustria em 1797 e falecida no Rio de Janeiro em 1826, aos 29 anos, d. Leopoldina teve dois fatores que a impediram de entrar para a história como uma bruxa, como a sogra. Primeiro, ela ficou do lado dos vencedores no processo da Independência do Brasil; segundo, é até hoje considerada por alguns uma mártir de paciência por ter aguentado a infidelidade escancarada do marido. Não que os homens sempre fossem santos e nunca tivessem amantes, muito pelo contrário. É que na época deles não era mais de bom-tom, como havia sido na França antes da Revolução Francesa, exibir publicamente as favoritas reais como d. Pedro, numa de suas várias contradições, fazia. O paladino do liberalismo mundial, o "doador de Constituições", reprisava modelos absolutistas.

D. Leopoldina, assim como a sogra, d. Carlota, havia sido bem educada, em todos os sentidos, inclusive em como participar dos jogos de poder usando a sua feminilidade. Ao contrário da rainha portuguesa, porém, ela não impunha, sugeria, não fazia cara feia ou birra, mas calava-se e esperava o momento correto de agir.

A austríaca era uma Habsburgo, uma família que desde a Idade Média havia descoberto que era mais barato conseguir territórios por meio do casamento dos seus membros do que pela guerra. Esse processo havia sido iniciado em 1363, quando Rodolfo IV, duque da Áustria, anexou o Tirol aos domínios da família. O Estado acabou sendo incorporado como herança após o rei Meinhard III, cunhado dele, ter morrido sem deixar herdeiros.[7] A política de Rodolfo nortearia os próximos cinquenta anos da dinastia com o mote "*Bella gerant alii, tu felix Austria nube/ Aliis nam quae Marte,*

dat tibi diva Venus",[8] que significa: "Deixe que os outros façam a guerra, tu, Áustria feliz, casa-te/ O que Marte dá aos demais, para ti será um presente de Vênus."

Miniatura com a imagem de d. Leopoldina. Acervo Museu Imperial/Ibram/MinC.

D. Leopoldina, como todas as arquiduquesas Habsburgo, foi uma mulher educada para governar. Até representação de peças teatrais entrou na educação dela e dos irmãos, para que perdessem a timidez diante do público e soubessem como se portar diante de multidões. Tinha um grande espírito cristão, somado à sua sólida formação científica e cultural. Era versada em política também e possuía noções de governo.

Seu casamento com o então príncipe herdeiro de Portugal, d. Pedro I, foi um desafio. Leopoldina era dotada de uma grande força de vontade e coragem. Enfrentar a perspectiva de vir para o Brasil naquela época, com uma viagem que demorava meses e repleta de riscos, não era para qualquer pessoa. Seria a primeira princesa a vir para o Novo Mundo, e a ideia inicial era que faria isso para se casar e voltariam em breve para a Europa, porém ela nunca mais

regressou. A promessa era ela se tornar futuramente rainha de Portugal, mas, devido à forma como conduziu seu destino, acabou sendo a primeira imperatriz brasileira.

Se dotada de esperança e de sonhos românticos antes de sua viagem, ao chegar ao Brasil eles logo se desvaneceram. Acostumada com verões mais suaves e um frio rigoroso, logo começou a sofrer com o clima do Rio de Janeiro e com as inúmeras gravidezes modificando a sua aparência e comprometendo sua saúde.

Entretanto, pior para ela foi o choque cultural. A corte portuguesa de d. João VI esperava que o príncipe d. Pedro se casasse com uma de suas tias portuguesas. A chegada de uma austríaca, uma estrangeira, com hábitos e costumes diferentes da corte bragantina, logo criou um clima de desconfiança entre eles e a futura soberana culta e que buscava constantemente se manter intelectualmente atualizada. Era delicada e respeitosa com todos, diferente de d. Carlota, que era bruta, chegando a ponto de esbofetear em público os filhos já adultos, por exemplo.

No lugar de apreciar as intermináveis festas religiosas, um dos poucos eventos da corte dos Braganças, e as intrigas, preferia estudar a natureza, fazer longas cavalgadas e caminhar coletando espécies vegetais, minerais e animais. Para uma corte acostumada a chamar de educadas mulheres que soubessem ler e escrever, a "estrangeira" era um ser à parte. Era malvista também por se intrometer em negócios de Estado, como ao implorar publicamente ao sogro que não a separasse do marido quando, em 1821, ainda se decidia quem voltaria para Portugal após a Revolução do Porto, se d. João VI ou d. Pedro.

Sua trajetória como mulher pública apresentava duas facetas distintas e pouco comuns para a época. Por um lado, cumpria o seu papel, como mulher virtuosa e caridosa, de acordo com o modelo da época, segundo a educação recebida. Atendia a grupos sociais desfavorecidos, inclusive escravos. Por outro lado, não abandonou a sua curiosidade científica, obtendo cada vez mais conhecimento sobre a fauna e a flora brasileira e difundindo-o, protegendo naturalistas estrangeiros, pintores e viajantes e apoiando a criação de instituições científicas brasileiras. Ela reorganizou e ordenou as

coleções da chamada Casa dos Pássaros, que viria a ser futuramente o embrião do Museu Nacional, e, numa das salas do Palácio de São Cristóvão, organizou um Museu de História Natural.

Essa Leopoldina, alvo de preconceitos da corte, era altiva e destemida, a ponto de não permitir que o julgamento dos outros interferisse no seu trabalho e pensamento e em suas ações de cunho político, social e científico. Era uma pessoa independente, com uma forte personalidade e muito determinada, inclusive no campo político.

Muito antes de d. Pedro, d. Leopoldina já havia tomado a resolução de ficar no Brasil, independentemente do pedido da Assembleia Constituinte portuguesa de que os príncipes voltassem para a Europa. Ela não somente aderiu ao movimento da Independência como teve um papel político ativo dentro dele, inclusive no convencimento do marido à causa.

O primeiro momento dela como personagem política do processo da Independência deu-se durante a campanha de dezembro de 1821 a janeiro de 1822 para que d. Pedro desobedecesse às ordens de Lisboa e continuasse como regente no Brasil.

Os bilhetes trocados entre ela e o seu secretário particular, George Anton von Schäffer, nessa época, informando aos aliados o trabalho desempenhado para fazer o príncipe se decidir a favor dos brasileiros, são prova disso. O “Fico” de d. Leopoldina foi bem anterior ao do marido. D. Pedro ainda acalentava a ideia de se tornar rei de Portugal e temia que a Assembleia Constituinte portuguesa o destituísse como herdeiro do trono caso não obedecesse a suas ordens. D. Leopoldina já havia percebido que seria um erro sair do Brasil, que politicamente já estava como um vulcão pelas ordens emitidas pela Assembleia Portuguesa que visavam à recolonização do Brasil. Cumprir as ordens de Lisboa era perder o Brasil para a casa de Bragança.

E ela conseguiu convencer o marido. É inegável que, com a sua educação política, d. Leopoldina conseguiria exercer todo um jogo de sedução a respeito do poder que ele teria no Brasil, ao contrário da instabilidade que havia em Portugal, onde d. João VI era um virtual prisioneiro da Assembleia Constituinte de Lisboa.

Em seus bilhetes para Schäffer, ela demonstra a sua satisfação: “Ele está mais bem-disposto para com os brasileiros do que eu imaginava.” Mas não só isso: ainda interferia na decisão dos próprios partidários do Fico ao indicar que, para o bem do processo, eles teriam de aceitar que d. Pedro escolhesse livremente os seus futuros ministros. Ela já havia negociado isso com o próprio príncipe, e aconselha os partidários da autonomia política brasileira que, se não aceitassem essa condição, “tudo então estaria perdido”. Num dos bilhetes, desabafava: “Muito me tem custado alcançar tudo isso. Só desejaria insuflar uma decisão mais firme.”[9] A decisão firme veio em 9 de janeiro de 1822, quando d. Pedro decidiu publicamente ficar no Brasil. No dia 11, entretanto, a Divisão Auxiliadora do Exército Português sublevou-se e tentou colocar em prática o plano de levar os príncipes rebeldes presos para Lisboa.

As tropas portuguesas acabaram capitulando e partiram do Brasil, porém essa vitória teve um gosto amargo. Custou a d. Leopoldina e a d. Pedro a morte do herdeiro, d. João Carlos, de 11 meses, que não suportou a repentina viagem para a fazenda de Santa Cruz, para onde o príncipe enviou a família para ficar a salvo da revolta no Rio de Janeiro.

D. Leopoldina tornou-se uma articuladora política do movimento de autonomia do Brasil em relação a Portugal. Junto aos partidários e d. Pedro, negociava e aparava arestas entre eles, passava informações a ambos, fazendo até o encarregado dos negócios da Áustria, o barão de Mareschal, trabalhar a seu favor. Também contava com elementos maçônicos e religiosos como aliados.

Seu destaque atraiu as mulheres partidárias da causa da Independência. Em 23 de agosto de 1822, recebeu um manifesto assinado por 186 mulheres baianas que a felicitavam pela decisão de d. Pedro de ficar no Brasil e “ponderando nós que nesta heroica resolução teve V.A.R., anuindo ao que deliberava seu augusto e adorado esposo […] mostrando assim quanto é digna do trono para onde a vontade do Onipotente arbítrio dos impérios a tem chamado”. Após a aclamação de d. Pedro como imperador do Brasil, em 13 de outubro de 1822, um documento assinado por 55 mulheres paulistas afirmava à agora imperatriz do Brasil o amor, o respeito e a gratidão de suas súditas.

Quando d. Pedro fez uma viagem a Minas Gerais, d. Leopoldina, como aliada política, dividiu o governo com o marido pela primeira vez. Pelo decreto de 13 de agosto de 1822, ele colocou a esposa como regente do Reino do Brasil durante a viagem que fez a São Paulo. Isso é a maior comprovação da confiança que o príncipe tinha na mulher, que foi, sem dúvida alguma, a sua principal aliada. Os poderes da princesa incluíam, segundo o decreto, "tomar todas as medidas urgentes e necessárias ao bem e à salvação do Estado", entretanto, a liberdade dela ia até certo ponto, pois, ainda segundo o decreto, ela deveria comunicar tudo ao marido "para receber a minha aprovação e ratificação".

Durante o seu afastamento do Rio de Janeiro, chegaram notícias de Lisboa informando sobre as deliberações da Assembleia que determinavam o retorno imediato dos príncipes para a Europa e a prisão de diversos ministros, além de anular todos os atos de d. Pedro como regente.

D. Leopoldina, exercendo a autoridade que lhe fora conferida por d. Pedro, foi além da rotina administrativa que vinha cumprindo. Em 2 de setembro de 1822, sob a sua presidência, reuniu-se o Conselho de Estado, posicionando-se favoravelmente à separação e estabelecendo um primeiro plano de defesa para o Brasil independente que nascia. Porém, ao contrário do que muitos gostariam, ela não "assinou a nossa Independência".

D. Leopoldina fez exatamente o que havia combinado com d. Pedro: cumprindo o que lhe era permitido pelo decreto de sua regência, presidiu o Conselho e, assim que as considerações foram feitas, mandou que fossem expedidos os despachos e cartas pessoais dela e de José Bonifácio para o príncipe em São Paulo. Cabia a ele a ratificação de tudo. Mas, independentemente do que dizia o decreto que colocou d. Leopoldina como regente, é importante entender que o grau de intimidade e aliança política entre eles era muito grande. Já havia entre o casal um acordo pró-independência do Brasil. D. Leopoldina jamais conduziria um Conselho de Estado favorável à independência se não tivesse certeza de que o príncipe ratificaria as decisões tomadas por ela.

O paradeiro da carta que d. Leopoldina mandou para d. Pedro é um mistério. Assim como diversas outras dela, essa também

desapareceu. Temos conhecimento da missiva por conta de uma testemunha do 7 de Setembro, o padre Belchior Pinheiro de Oliveira. Ele publicou-a num livro raro em 1826, e a carta reapareceu transcrita novamente na época do centenário da Independência, em 1922. No texto dela, podemos ver a habilidade política de d. Leopoldina, como ela conhecia bem o marido e sabia que somente um texto enérgico tiraria qualquer dúvida que ele ainda pudesse ter, levando-o a oficializar a Independência.

> […] As Cortes Portuguesas ordenam a vossa partida imediata, ameaçam-vos e humilham-vos. O Conselho de Estado aconselha-vos a ficar. Meu coração de mulher e de esposa prevê desgraças se partirmos agora para Lisboa. Sabemos bem o que têm sofrido nossos pais. O Rei e a Rainha de Portugal não são mais reis, não governam mais, são governados pelo despotismo das Cortes que perseguem e humilham os soberanos a quem devem respeito. […] O Brasil será em vossas mãos um grande país. O Brasil vos quer para seu monarca. Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio ele fará a sua separação. O pomo está maduro, colhei-o já, senão apodrece. […] Pedro, o momento é o mais importante de vossa vida. Já dissestes aqui o que ireis fazer em São Paulo. Fazei, pois. Tereis o apoio do Brasil inteiro e, contra a vontade do povo brasileiro, os soldados portugueses que aqui estão nada podem fazer. – Leopoldina[10]

Com o chamado “Grito do Ipiranga”, a luta da Independência só estava começando. D. Leopoldina ainda ajudaria d. Pedro politicamente e também como uma espécie de secretária particular para os negócios estrangeiros.

Uma das questões que ficam claras é que o pensamento de d. Leopoldina era independente das ideias políticas do marido. Ela não aceitava placidamente todas as resoluções de d. Pedro. Ele tinha uma formação política menos consistente que a dela, e seria inexato supor que o marido exerceria alguma influência sobre a esposa. Assim, por exemplo, d. Leopoldina, uma absolutista convicta, não foi convertida pelo esposo numa liberal. Ela divergia constantemente da opinião política dele, como podemos notar pelas cartas e pelos bilhetes que lhe mandava, chegando isso a ser causa de tensões entre o casal.

Em 1823, com o fechamento da Assembleia Constituinte brasileira por d. Pedro e o exílio de aliados de peso, como José Bonifácio e outros, os espaços políticos passaram a ser ocupados por adversários políticos da imperatriz, incluindo, futuramente, aliados da nova favorita do imperador, Domitila de Castro, feita marquesa de Santos em 1826.

Entretanto, se moralmente d. Pedro não tinha qualquer respeito pela esposa, a confiança política que ele tinha nela nunca foi destruída por qualquer intriga dos seus adversários. A imperatriz continuou o seu trabalho, buscando ininterruptamente o reconhecimento da Independência, a serviço do qual colocou seus contatos e suas relações familiares na Europa. Também incentivou a imigração alemã para o Brasil e, com ela, o trabalho livre, e colaborou na obtenção de soldados mercenários que reforçariam o exército na Guerra da Independência e na da Cisplatina.

Muito mais do que ser humilhada pelas aventuras amorosas do marido, o espaço político de d. Leopoldina aos poucos foi se restringindo. Por meio de suas cartas aos familiares, percebe-se que, a partir de 1824, suas ideias se opuseram aos rumos tomados por d. Pedro na direção do governo. Sua influência sobre o imperador diminuiu, e ela acabou se tornando isolada política e intelectualmente. Até mesmo a questão da escolha de quem iria educar seus filhos foi tirada de d. Leopoldina pela corte. Percebemos isso pelo movimento dos cortesãos portugueses de d. Pedro, que continuaram no Rio de Janeiro ao lado deles após a Independência. Eles, por meio da intriga, conseguiram expulsar a preceptora inglesa Maria Graham do seu posto dentro do palácio. Maria Graham foi por um curto período uma amiga dedicada e uma interlocutora intelectualmente à altura de d. Leopoldina, com quem dividia o gosto pela literatura e pelas ciências naturais.

D. Leopoldina passou a adotar uma postura de neutralidade. Via as coisas erradas e registrava-as para os seus secretários, mas não as enfrentava publicamente, pois, sem aliados, sabia que seria um desgaste desnecessário. Um exemplo foi quando um dos seus correligionários da época da Independência, frei Sampaio, deixa de ser escolhido para bispo de São Paulo. D. Pedro colocaria no lugar um aliado político da família da marquesa de Santos. D. Leopoldina,

para o seu secretário Schäffer, desabafou: Aqui infelizmente anda tudo errado, pois, falando sinceramente, mulheres infames iguais a uma Pompadour e Maintenon!!, e ainda piores, visto lhes faltar a educação, e ministros vendidos completamente à Europa e à Santa Ignorância governam tudo e os outros [se referindo a ela mesma] devem calar-se […].[11]

A marquesa de Santos foi muito mais do que objeto da paixão do imperador. Passou a ser um elemento político que dividiu a corte em duas esferas de influência: a da amante do imperador e a da imperatriz. Enquanto a influência de Domitila aumentava, a de d. Leopoldina diminuía, e a sua exasperação e indignidade com o fato ficam claras na carta citada.

Até hoje a história desse que pode ser considerado o mais público triângulo amoroso da história nacional desperta paixões. Com a novela *Novo Mundo*, levada ao ar pela Rede Globo na faixa das 18h em 2017, pudemos ver a divisão do público feminino, por meio de suas manifestações nas mídias sociais. Havia dois times: um a favor de Domitila e o outro a favor de d. Leopoldina. Mas raras eram as mulheres que culpavam d. Pedro pelo sofrimento imposto à imperatriz. Também diversos autores homens, como Alberto Rangel, Carlos Maul, entre outros, contribuíram com doses de machismo ao culparem d. Leopoldina por ser sexualmente desinteressante a d. Pedro em comparação à amante paulista do imperador.

Alguns historiadores acharam traços de certa passividade em d. Leopoldina perante o caso escandaloso de d. Pedro com a marquesa. Mas não era bem uma passividade, era uma estratégia que não deu muito certo. Se antes d. Leopoldina, acostumada com a infidelidade constante do marido desde que chegou ao Brasil em 1817, ficava calada, pois entendia que as aventuras dele eram passageiras, essa estratégia em relação a Domitila de Castro revelou-se um erro. D. Pedro realmente se apaixonou pela paulista e fez dela presença constante na vida dele e na da mulher ao nomeá-la dama camarista da imperatriz em 4 de abril de 1825.

D. Leopoldina nunca foi passiva, porém, com plena consciência de seus deveres como imperatriz, sabia que ao trono cabia dar exemplos de patriotismo, moral e retidão de caráter. Se ela enfrentasse diretamente a situação, haveria um desgaste maior

ainda em relação ao imperador e aos seus súditos. Era preciso preservar a imagem da família imperial, e foi o que ela fez ao evitar tomar uma posição pública sobre o caso.

Ela contrabalançava com a sua simpatia, suas atitudes virtuosas e seu comportamento moral os desvarios políticos e morais de d. Pedro. Ela, com a sua paciência e ajuda aos pobres e necessitados, transformou-se num símbolo capaz de inspirar amor e respeito. Claro que essa atitude de fingir que não via o romance público do marido, chegando a ser obrigada a conviver com a amante e com a filha de ambos, a duquesa de Goiás, brincando com seus filhos no palácio, foi de uma grande violência emocional. A profunda dor de toda essa situação acabou por levar d. Leopoldina à depressão.

A imperatriz, consciente do seu papel e entendendo a visibilidade que tinha na sociedade brasileira, sabia que não havia como escapar da situação. Ela não poderia abandonar d. Pedro sem que isso revertesse num escândalo público e numa mácula contra a casa imperial. Em determinado momento, d. Leopoldina parece ter imaginado uma solução diplomática para a situação desagradável em que vivia. Segundo se entende de uma notícia vinculada em Lisboa, em 7 de abril de 1827,[12] ela faria uma viagem à Europa. Esse poderia ser um plano. Ela sairia do Brasil dizendo que iria visitar os parentes na Áustria e ficaria por lá até que d. Pedro se livrasse da amante. Entretanto ela faleceu antes que essa viagem pudesse ser concretizada.

As suas atitudes morais e dignas fizeram, por exemplo, abortar um golpe militar que envolvia a queda de d. Pedro, segundo as memórias do conselheiro Vasconcelos de Drummond. Nelas, ele afirmava que teve em mãos “provas inconclusas” de que os militares só não depuseram d. Pedro em maio de 1824 devido à “respeitosa veneração que todos tributavam à Imperatriz Leopoldina”, que fez com que eles voltassem atrás em suas intenções. O mesmo não ocorreu em 1831, quando d. Pedro não contava mais com a presença de d. Leopoldina ao seu lado.[13]

A imagem positiva que d. Leopoldina conseguiu passar à sociedade, diferentemente da de d. Pedro, pode ser avaliada no fim de sua curta existência. Houve uma verdadeira comoção nacional,

profundamente sentida no Rio de Janeiro durante o período de sua doença que a levaria a óbito em 11 de dezembro de 1826.

Rezas, lágrimas e dezenas de procissões, com a população indo a missas e fazendo pedidos para todos os anjos e santos, foram observadas e registradas por muitos diplomatas e viajantes estrangeiros na ocasião no Rio de Janeiro. A comoção popular chegou a ponto de a polícia da corte ter que proteger a casa da marquesa de Santos. Tanto ela quanto, mais tarde, os médicos foram vistos como culpados pelo fim da vida da imperatriz.

Além da dor dos brasileiros registrada pelos estrangeiros, os jornais dessa época ainda nos fazem recordá-la. Dezenas de necrológios, cartas e poesias devidos à morte de d. Leopoldina apareceram estampados em várias edições. Numa das cartas, publicada no jornal *Astréa*, em 12 de dezembro de 1826, uma mulher afirmava não ser "possível resistir ao dever de patentear a minha dor. […] Quem haverá que não pranteie essa morte? quem dotado de humano coração, e sensível que não se abandone a lutuosos sentimentos, quando deixa de existir a melhor das Princesas, a mais prudente das Esposas, e a mais digna das mães?".[14]

Em 1827, quando deveria ter sido aprovado pela Câmara o valor da dotação da imperatriz, ou seja, o valor que ela deveria receber pelo seu posto, foi decidido que o valor seria usado para saldar as dívidas contraídas por ela. Devido ao fato de nunca ter tido uma dotação própria regular, ela acabou acumulando diversas dívidas ao longo dos anos, principalmente por comprometer-se a ajudar ex-funcionários e pessoas carentes. Diversos discursos foram feitos na ocasião, um deles por Lino Coutinho, no qual ele afirmava que o Brasil devia pagar essas contas por ter sido ela, além de imperatriz, "amiga deste país, e por ter sido uma imperatriz virtuosa e santa".[15]

Essa ideia, a de esposa mártir, somada à aura de fatalidade e ao caráter trágico do fim da sua vida, permeou a construção de sua memória na história do Brasil. Afinal, assim que o seu prestígio político encontrou o auge, d. Pedro começou a se envolver com Domitila de Castro, iniciando a desgraça pessoal da vida de d. Leopoldina. O revés sentimental acabou sobrepujando toda a sua história e todo o seu envolvimento no campo político nacional e

internacional em prol da Independência e do reconhecimento do Brasil como Estado soberano. Assim, sua figura foi reduzida durante anos a mãe e esposa sofrida, santa e virtuosa.

Domitila de Castro, muito mais que amante

Assim como d. Leopoldina foi muito mais do que mãe e esposa, também Domitila, a marquesa de Santos, foi muito mais que amante. D. Pedro, conforme frisou em diversas cartas para ela, conheceu-a em agosto de 1822 em São Paulo, às vésperas do Grito do Ipiranga. Ele havia chegado à cidade escoltado desde o Rio de Janeiro pelo alferes Francisco de Castro do Canto e Melo, irmão mais novo de Domitila.

Segundo uma história familiar, ela teria se acercado do então príncipe regente para pedir pela liberdade de Antônio Bernardo Quartim, um cunhado seu, marido de uma meia-irmã.[16] Ele havia sido preso por ter participado de uma revolta ocorrida em São Paulo, a chamada Bernarda de Francisco Ignácio, que se voltou contra José Bonifácio e seu irmão Martim Francisco no governo da província. Outra hipótese é que o envolvimento entre eles ocorreu devido ao pedido dela de que o príncipe interviesse para ajudá-la a ficar com os filhos, a quem o ex-sogro buscava tomar.

Domitila não conseguiu a liberação do cunhado, mas manteve sempre seus filhos junto a si. Também outros pontos, como o atraso da aposentadoria do pai, foram agilizados, entre outras promoções familiares. Um contato mais íntimo da família de Domitila com o poder pode ser visualizado na presença do nome de um cunhado dela, o militar português Boaventura Delfim Pereira, entre as pessoas que participaram da cerimônia de sagração e coroação de d. Pedro como imperador do Brasil, no fim de 1822.

O caso de amor que se desenvolveria entre os dois daria a ela acesso à intimidade do imperador, e, com isso, pedidos e o escambo com o poder teriam uma facilidade maior em ocorrer. Podemos notar o grau de influência política da favorita do imperador

quando a inglesa Maria Graham, em um de seus livros,[17] menciona que havia se irritado pelo fato de o diplomata britânico no Brasil sir Charles Stuart ter dado à amante do imperador grande atenção.

Sir Charles havia sido credenciado pelo rei d. João VI para negociar o tratado de reconhecimento entre Portugal e o Brasil. A aproximação entre ele e Domitila foi política. Em despacho para o ministro de Relações Exteriores da Inglaterra, Stuart afirmou que a marquesa de Santos teria sido uma das responsáveis por d. Pedro haver aceitado determinado ponto do tratado no que tocava à forma cerimonial de como ele teria aceitado a coroa: em vez de "por unânime aclamação dos povos", o tratado se referiria a "constituição".[18]

Também ficou conhecida a rixa de Domitila com o grupo político de José Bonifácio. O Patriarca da Independência não via com bons olhos a família dela, chamava-a de prostituta, e a mãe dela, de bruxa. Eram de campos opostos na política paulista, e, com ambos na corte e no centro do poder brasileiro, essa rixa foi maximizada.

José Bonifácio, seus irmãos e aliados foram exilados do país com o fechamento da Assembleia Constituinte, que, segundo o conselheiro Vasconcelos de Drummond, teve influência de Domitila: Ambos estes partidos [partido português e partido republicano] rodearam a Domitila, e esta mulher em semelhante conjuntura foi o centro das cabalas e intrigas que deram em resultado a dissolução da Constituinte, e a prisão e deportação de alguns dos seus mais temíveis adversários.[19]

D. Pedro deu a Domitila títulos nobiliárquicos que ostensivamente evocavam Santos. Essa cidade, que nada tinha a ver com ela, era o local de nascimento dos irmãos Andradas. José Bonifácio chamava-a de "Pátria dos Andradas".[20] Os títulos de viscondessa e depois de marquesa de Santos, dados após o banimento dos rivais do país, eram provas vivas da sua hegemonia política levada ao extremo, com o domínio simbólico sobre a terra dos seus inimigos políticos derrotados.

Após o término de sua relação com d. Pedro em 1829, ela retornou para São Paulo, onde se envolveu com o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, um dos principais líderes na província paulista. Durante o relacionamento com Domitila, ele foi eleito duas vezes

presidente da província de São Paulo, cargo hoje equivalente ao de governador de estado. Tiveram seis filhos, o último, Heitor, nascido em 1842, quando ela tinha 44 anos.

Se Domitila não foi imperatriz do Brasil, ao menos foi primeira-dama da província. Mas isso não bastava: ela continuou militando no Partido Liberal e, junto com Tobias de Aguiar, participou da Revolução Liberal de 1842. O marido foi preso devido ao fato de ser um dos principais líderes da revolta e foi encarcerado no Rio de Janeiro. Domitila foi escoltada pelas tropas de Luís Alves de Lima e Silva, então barão de Caxias, e levada para São Paulo.

Na prisão, Tobias começou a sofrer de gastrite, e um relatório médico indicou ao governo que o local extremamente úmido da Fortaleza da Laje, encravada em plena baía de Guanabara, poderia fragilizar ainda mais o estado dele. Domitila, quando soube da prisão de Tobias, partiu com os filhos para a corte. Lá, ao se inteirar das condições físicas do marido, solicitou que pudesse morar na fortaleza e cuidar dele. O governo inicialmente permitiu, mas voltou atrás. A marquesa, por intermédio de um procurador, solicitou ao próprio imperador d. Pedro II o favor de cuidar de Tobias:

Senhor, com toda a submissão e respeito comparece perante Vossa Majestade Imperial a marquesa de Santos implorando a graça de poder residir na prisão em que está ou estiver preso seu marido Rafael Tobias de Aguiar, como até há pouco, lhe tinha sido facultado e ao depois lhe foi proibido.

O marido da suplicante senhora acha-se gravemente enfermo, dependendo portanto dos cuidados e zelo da suplicante: não e preferível que seja das paternais e retas instruções de V.M.I. ficar ele, embora indiciado de crimes, distante dos cuidados que se prescreve a humanidade e que ela, como sua esposa, tem dever restrito de prestar-lhe.

Espera, pois a suplicante e procurador a V.M.I. seja servido deferir a suplicante como requer, facultando-lhe o residir onde estiver preso seu marido.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1843.

Como procurador

Francisco de Santa Barbara Garcia[21]

Domitila não só conseguiu o que pretendia, como Tobias foi transferido para a Fortaleza de São Francisco Xavier, na ilha de Villegagnon, em instalações melhores que as anteriores. Após mais de um ano preso, Tobias foi anistiado em março de 1844, e ele e Domitila retornaram para São Paulo.

Tobias foi eleito duas vezes deputado provincial por São Paulo, o que equivaleria atualmente a deputado federal. Também disputou duas vezes o cargo de senador por São Paulo, porém d. Pedro II, a quem cabia a decisão final sobre qual dos nomes mais votados de uma lista tríplice entraria para o Senado, nunca aprovou o seu nome, provavelmente por seu envolvimento na Revolução de 1842. Domitila voltou diversas vezes ao Rio de Janeiro, agora na condição de esposa de um deputado. Tobias faleceu a bordo de um navio durante uma grave crise renal em outubro de 1857. Ela sobreviveria mais dez anos, falecendo em 3 de novembro de 1867, às vésperas de completar 70 anos de idade.

Já viúva, continuava seu trabalho político, como indicam as cartas trocadas com seu genro, o conde de Iguaçu. Este, além de genro de Domitila, era cunhado de d. Pedro II, pois havia se casado com a meia-irmã dele, Maria Isabel de Bragança e Bourbon, última filha de d. Pedro I e da marquesa. O conde trabalhava diretamente junto com o imperador, e Domitila, em uma ortografia precária, tentava passar àquele, por meio do genro, informações sobre os bastidores da política paulista: … Primo não poso deixar agora de lhe falar em politica, pois o governo o que me parece he todo fazer mal ao Imperador mandarnos hum agente do Papa dahi para ca como Presidente Papa xamão o hózebio e como o Povo não queirão votar no genro deste malvado esse traste do genro do lobo – e não queirão dar os seos votos Aqueles a q^{m} o Prezidente ordenna seja este povo emcomodado gasta se todos os dinheiros dos cofres p^{a} se fazer desordens – não sendo nada Nada a favor do Imperador o que nos vale he so estarem pesoas m^{to} baixas ouvida deste desgrasado Presidente. Já houverão suas Mortes em casa Pava e não tem havido em Mogi porque o pobre do curão fes q^{e} fosse José Bonifacio [neto do Patriarca] e João e o padre Mamede que m^{to}

fizerão pª não corer sangue o Presidente mandou o bobo do Pinto e Mandou o diabo do genro (a) hum diabo revolucionario que já quis matar o lente em Pernambuco este homem de maranhão veio reseber orden do Presidente pª se por a testa de soldados para fazer o que bem lhe parecer. Eu Primo m^{to} e m^{to} estimo ao Imperador e tenho tantos motivos pª hisso e assim sinto m^{to} helle não ver os tramas que os malvados se estão armando não aqui porque graças a Deos que (a) so dezejao pais no brasir e o Imperador a testa (a) de le encomodar. Mas quando haja alguma coiza sobre o Imperador lhe heide mandar contar.[22]

Português podia não ser o forte de Domitila, mas a política e seus meandros, sim, a ponto de a fazer entrar de maneira hilária na história de São Paulo, quando ela praticamente raptou a banda de música da cidade para evitar a festa da vitória do partido opositor.[23]

Em 1827, a lei de 11 de agosto criava os cursos jurídicos no Brasil, e a primeira faculdade a funcionar foi a de São Paulo. Com o tempo, e o conhecimento que Domitila tinha das principais famílias brasileiras, ela passou a ser uma espécie de protetora dos jovens bem posicionados que iam estudar na cidade. Cuidou de muitos que caíram doentes, como foi o caso do jovem mineiro Afonso Celso de Assis Figueiredo, que pegou tifo. Domitila levava remédios e comida para o jovem, até ele ficar curado. Afonso Celso seria, no futuro, o último chefe de gabinete do Império deposto pelo golpe militar de 15 de novembro de 1889.

Mas as relações dela com os estudantes não foram sempre tão pacíficas. É famosa a história de uma peça de teatro chamada *O voto livre*, de Pedro Taques de Almeida. O texto tratava das mazelas do nosso sistema eleitoral na época. Segundo rumores, haveria uma cena em que apareceria um personagem representando a marquesa de Santos levando para a urna o voto de um morto que tinham coberto numa rede, fazendo-o passar por um doente. No dia da estreia, Domitila lá estava em seu camarote para enfrentar pessoalmente tal cena, mas tudo não passava de um boato, no fim das contas. Porém, como a peça contasse determinados fatos de modo distorcido, Domitila protestou, levando os estudantes na plateia a tomar posição junto a ela e vaiar.

Fotografia da marquesa de Santos na meia-idade, *circa* 1850. Acervo Biblioteca Nacional/RJ.

De outra vez, a marquesa não teve sorte, e a plateia voltou-se contra ela quando entrou no teatro. Devido à discórdia partidária entre o Partido Conservador e o Liberal, ela foi vaiada e acabou saindo do local de braços dados com um estudante fantasiado de centurião romano, que a tomou galantemente pelo braço dizendo que o lugar dela não era ali, "onde há canalha que ousa apupar uma senhora!".[24]

Não apenas no campo da política ela teve uma influência que desapareceu completamente na história do Brasil. Seus diversos trabalhos de caridade, envolvendo desde pessoas pobres até encarcerados, levaram-na a participar da maçonaria em São Paulo,

conforme recorda Pires de Almeida, que afirmou tê-la visto presidir uma sessão magna, assessorada pelos vigilantes Clemente Falcão Filho e João Teodoro Xavier, ambos professores da Academia de Direito.[25]

Entre as diversas ajudas publicamente dadas por ela estão: contribuição para o restauro da igreja de São Francisco Xavier do Engenho Velho, ainda quando morava no Rio de Janeiro e se relacionava com d. Pedro I; doação para a Campanha da Cisplatina; doação em dinheiro para as tropas dos Voluntários da Pátria quando passaram por São Paulo em direção à Guerra do Paraguai e franqueamento de uma de suas fazendas para elas pernoitarem. Também criou vários ambulatórios na cidade e ajudou financeiramente na construção da primeira sede própria da Santa Casa de Misericórdia, bem como na construção da capela do cemitério da Consolação.

Definitivamente, a vida dela não pode ser reduzida aos 10% em que foi amante de d. Pedro I, e nem ao fato de, além disso, ter sido mãe e esposa.

Isabel, a imperatriz que não foi

Quatro anos após a morte de Domitila, o Brasil teria novamente uma mulher como chefe de Estado. A princesa d. Isabel assumiu sua primeira regência, de um total de três, em maio de 1871. Era a primeira vez que uma brasileira nata governava o Brasil. A imperatriz d. Leopoldina, sua avó, apesar de ter adotado o Brasil como sua pátria, havia nascido na Áustria. Também diferentemente da avó, ela não governou por poucas semanas. Sua primeira regência foi de maio de 1871 até março de 1872, a segunda, de março de 1876 a setembro de 1877, e, pela terceira e última vez, governou de janeiro de 1887 até agosto de 1888.

A princesa Isabel nasceu no Palácio de São Cristóvão em 29 de julho de 1846, segunda filha de d. Pedro II e da imperatriz Teresa Cristina. Seu irmão mais velho, o príncipe d. Afonso Pedro, herdeiro

do trono, faleceu no ano seguinte ao de seu nascimento, em 1847, aos 2 anos de idade. O casal imperial ainda teve outra filha, a quem deram o nome da avó, a princesa d. Leopoldina, nascida em 1847 e falecida em 1871, e o príncipe d. Pedro Afonso, nascido em 1848 e falecido em 1850.

Com a morte dos irmãos, e com a Constituição imperial outorgada por d. Pedro I permitindo que, assim como em Portugal, as mulheres pudessem assumir o trono, em 10 de agosto de 1850, o Senado e a Câmara reuniram-se e reconheceram d. Isabel como princesa imperial do Brasil, ou seja, como a herdeira da coroa.

Uma das primeiras preocupações em relação às princesas foi relativa à educação. D. Pedro II traçou para elas um programa mais rígido do que o que normalmente seria dado para mulheres educadas. Segundo a historiadora Jaqueline Vieira de Aguiar,[26] tanto d. Isabel quanto a irmã, d. Leopoldina, receberam uma dupla educação.

Como d. Pedro II exigiu, era necessário que a instrução das filhas não fosse diferente "da que se dá aos homens, combinada com a do outro sexo; mas de modo que não sofra a primeira".[27] Além de terem ensinamentos comuns a uma mulher de sua época, como "primeiras letras" e "prendas domésticas", era preciso instruir as crianças de modo que "o caráter de qualquer das princesas deve ser formado tal qual convém a Senhoras que poderão ter que dirigir o governo constitucional e de um império como o do Brasil".

Entretanto, se o ensino formal preparava as princesas para a dupla jornada tão comum às mulheres do século XX, d. Pedro II não fez muito para dar à sua herdeira a experiência política necessária para governar. Ele manteve-a constantemente afastada das decisões de Estado por um longo tempo. Se a princesa Isabel sabia latim, italiano, francês, inglês e alemão, além de química, física, economia política, astronomia, matemática, geologia, botânica, retórica, ciências naturais, geografia e história, pouco conhecia sobre a realidade brasileira e seus complexos problemas. Ela só teria contato mais profundo com esses assuntos após o casamento e, principalmente, à medida que ela assumisse as diversas regências por afastamento do pai.

A educação da princesa terminou formalmente aos 18 anos, ao se casar, em 1864, com o príncipe francês Luís Felipe Maria Gastão de Orleans, conde D'Eu, neto do rei Luís Filipe da França. Mesmo sendo a herdeira do trono, d. Isabel iria desempenhar o papel da mulher de sua época, sendo obediente ao marido. Ao longo dos primeiros anos de casamento, o conde D'Eu impunha-se sobre a mulher. Quando partiu para a Guerra do Paraguai, deixou para a esposa diversas recomendações, desde que não deveria se encontrar sozinha com outros homens até o modo como ela deveria se portar e o que comer.

Assim, d. Isabel, apesar de ter recebido a educação destinada a homens na sua época, não rompeu com as normas sociais vigentes e acabou deixando que sua vida fosse moldada pelo pai e pelo marido. Após o término de sua educação formal imposta por d. Pedro, d. Isabel passou a ter um novo programa de estudos, estabelecido pelo conde d'Eu, que, como estrangeiro, vindo de um país onde não havia escravidão, com outro tipo de visão de mundo, tentava passar outra realidade de vida para a esposa. Na tentativa de aprimorar e preencher os vazios deixados por uma educação acadêmica caótica, d. Isabel passou a seguir o programa de autoaprimoramento cultural dado pelo esposo.[28] A princesa começou a estudar a respeito da Constituição inglesa e ler livros sobre teoria política.

Foto da princesa Isabel, de Joaquim Insley Pacheco [18--]. Coleção Thereza Christina Maria, Biblioteca Nacional/RJ.

Somente com o passar dos anos, já casada e com filhos, é que d. Isabel iria se desvencilhar um pouco das duas figuras masculinas da sua vida. Ela chegou a confrontar o pai a respeito de algumas decisões, como na causa religiosa, quando a Igreja se indispôs contra a maçonaria e o governo e o imperador foram favoráveis aos maçons, chegando a encarcerar bispos que cumpriam a bula Syllabus do papa Pio IX e as determinações do Concílio Vaticano I.

Depois de casada, começaram as diversas viagens que fez com o marido pela Europa. Na segunda, em 1871, visitou a irmã, a princesa Leopoldina, que havia se casado com o príncipe Luís Augusto de Saxe-Coburgo-Gota. Estava junto a Leopoldina quando ela faleceu de febre tifoide em Viena, em 7 de fevereiro de 1871.

Em 1873, nove anos depois de casada, d. Isabel conseguiu levar uma gestação até o fim. Descobriu-se grávida na Europa, e tanto ela

quanto o marido e a tia, d. Francisca, princesa de Joinville, irmã de d. Pedro II, rogaram a este que a permitisse ficar e ter o bebê lá. Ele negou, pois o herdeiro do trono tinha que nascer no Brasil, e, em consulta ao Conselho de Estado, todos os homens decidiram o mesmo. O casal, resignado, voltou para o Rio de Janeiro. As primeiras contrações começaram em 25 de julho de 1874; depois de cinquenta horas de trabalho de parto, a criança foi batizada no dia 27 jogando-se água benta dentro do útero da mãe com uma seringa.[29] Depois, extraíram o corpo sem vida para fora, com a ajuda de ferros, um dos quais era um perfurador craniano para ajudar na retirada.

D. Isabel havia se aproximado mais do catolicismo após a morte da irmã. Com dificuldade para engravidar e o contínuo aumento da pressão para dar um herdeiro ao trono brasileiro, ela era constantemente vista em igrejas, pagando promessas ou fazendo-as. Podia ser surpreendida varrendo algum templo e recolhendo nas próprias saias a poeira juntada. Logo passou a ser tachada de carola.

A situação da princesa não era fácil. Desde o início, devido ao fato de ser mulher, era vista com desconfiança pelos políticos e pela imprensa. Ambos achavam que era influenciada pelo marido, um “estrangeiro”, o “francês”. Era difícil para a sociedade patriarcal da época imaginar que uma mulher pudesse pensar por si mesma e ocupar um posto de poder.

Acreditava-se que o dever da mulher era para com o marido e a família, tinha que ter filhos, educá-los e cuidar do lar. Depois de mais de dez anos tentando engravidar, parecia a essa sociedade machista que d. Isabel também era, além de tudo, falha nesse sentido. A ciência da época levava a acreditar que a culpa em não gerar filhos era exclusivamente da mulher.

Posteriormente, a princesa viria a ser mãe, mas, com a demora de isso acontecer, em 1872, d. Pedro II voltou da viagem à Europa com os dois netos mais velhos, os primeiros filhos da finada princesa Leopoldina, e os criaria como destinados a futuramente assumir o trono no lugar da tia. Com a vinda dos próprios herdeiros, d. Isabel e Gastão acabariam se distanciando dos sobrinhos; no sentido oposto, alguns políticos brasileiros se aproximariam dos

netos mais velhos de d. Pedro II, já que viam com mais naturalidade um homem no trono do que uma mulher.

Nessa duplamente problemática e distorcida visão que se tinha de d. Isabel, ela assumiu em 1871 pela primeira vez a regência em nome de seu pai. Se a avó, d. Leopoldina, não teve problemas em ser reconhecida como governante no lugar do marido, o mesmo não ocorreu com a neta. Segundo Robert Daibert Júnior,[30] havia um problema quanto à interpretação da Constituição. Não estaria claro o suficiente se na ausência de d. Pedro II do Brasil o trono deveria ser assumido pela princesa ou por uma espécie de regência seletiva, suscitando, ainda, dúvidas a respeito das atribuições de um regente. Depois de muito debate, finalmente a princesa Isabel foi reconhecida como regente natural do pai, podendo usufruir plenamente o poder, inclusive tendo acesso ao Poder Moderador.

Em 3 de julho de 1871, d. Isabel recebeu pela primeira vez o gabinete ministerial para despacho conjunto. Tinha, então, 25 anos, e assim contou ao pai na Europa sobre o ocorrido: Ontem teve lugar meu primeiro despacho, mas primeiro que lhe diga que quando Papai partiu pareceu-me coisa tão esquisita ver-me assim do pé para a mão uma espécie de imperador sem mudar de pele, sem ter uma barba, sem ter uma barriga muito grande. Perdoe, isso é uma maldade […]. Quando entrei na sala fiquei abismada, cinco enormes pastas recheadas, algumas de uma maneira monstruosa, estavam-me esperando. Felizmente a coisa foi mais fácil do que julguei à primeira vista.[31]

O despacho limitou-se basicamente à assinatura de cartas escritas para governantes estrangeiros e para títulos de nobreza, além de aposentadorias e exonerações. Havia no Senado e na Câmara um debate a respeito do orçamento e do voto de graça, que pouco parecia importar a d. Isabel, desde que o governo não tivesse que ser desmanchado e que ela não tivesse que compor outro gabinete, como ela explica na continuação da carta ao pai: Papai verá pelos jornais a discussão do voto de graças que por fim passou como o governo quis. Por pouco que a panela não se entornava e que eu ficava, não posso dizer de calças pardas, mas em vestido pardo, com o molho que escorresse e que eu tinha de limpar, o que não havia de ser nada cômodo […] Enfim a caranguejola por ora vai

indo, e espero bem entregá-la antes que vá abaixo. Amanhã irei ao Paço da Cidade receber as deputações a este respeito do Senado e da Câmara dos Deputados, a quem darei esta resposta lacônica como as suas e pelo teor delas: Agradeço em nome do Imperador os sentimentos que manifestam por parte do Senado (do da Câmara dos Deputados) e a cooperação que este (ou esta) promete ao Governo.

E assim d. Isabel ia tendo os seus primeiros ensinamentos práticos a governar o país no lugar do pai, imitando-lhe a postura neutra, ao menos em público. Suas cartas, às vezes de maneira cômica, outras de forma irônica, parecem tentar passar ao destinatário que a princesa não tinha sede de poder, talvez para tranquilizar o imperador, tão cioso de suas prerrogativas. Durante essa sua primeira regência, ela assinou a Lei do Ventre Livre, articulada politicamente pelo visconde do Rio Branco.

Somente no seu terceiro período como regente, com o pai já velho e doente em viagem à Europa e sem saber se ele regressaria vivo ao Brasil, parece que a princesa realmente experimentou uma liberdade política maior. Enfrentou o barão de Cotegipe, presidente do Conselho de Ministros, em diversas ocasiões, tanto privadas quanto durante reuniões com o gabinete, a respeito da aprovação de uma lei ampla e geral que libertasse os escravos. Isso já era uma realidade em diversas províncias brasileiras, como Ceará, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Para a historiadora Mary del Priore, a adesão pública do casal d. Isabel e Gastão à ideia da abolição teria se dado pela pressão exercida pela opinião pública.[32] Durante a Guerra do Paraguai, o conde D'Eu, chefe das operações no fim da guerra, sugeriu ao governo provisório paraguaio que acabasse com a escravidão nesse país.[33] Sem poder fazer o mesmo no Brasil, somente na terceira regência da esposa é que o casal teve condições, devido principalmente à opinião pública mais favorável ao término da escravidão, de externar seus desejos.

Tal envolvimento direto e público com a causa ocorreu no final de 1887, quando, segundo a socióloga Angela Alonso, "o país se encontrava à beira de uma Guerra Civil"[34] devido à divisão entre os estados contrários e os favoráveis à abolição. Anteriormente, a

família imperial havia participado do movimento de libertação dos escravos limitando-se a doar dinheiro para campanhas de compras de alforrias, e o imperador havia convocado o Conselho de Estado durante a Guerra do Paraguai para saber as opiniões dos conselheiros sobre o término da escravidão, o que levaria à criação da Lei do Ventre Livre. Isabel, muitas vezes, em viagens pelo Brasil, distribuiria cartas de alforrias como quem distribuía esmolas. Para a princesa, a liberdade concedida assemelhava-se a um ato de caridade.[35] Nada diferente do que o próprio movimento abolicionista também pensava. O movimento lutava pela liberdade dos escravos, sem qualquer plano para a sua absorção na sociedade.

Nesse momento, entretanto, d. Isabel aplicaria diretamente pressão sobre o chefe do ministério, o barão de Cotegipe. Externou a ele suas preocupações com a possibilidade da secessão dos estados abolicionistas no Brasil, sem que o ministro demonstrasse a menor boa vontade de tratar sobre o tema.[36]

Entretanto, apesar do que se imagina, d. Isabel não pensava em mudá-lo e não foi a responsável direta pela queda do ministério devido ao posicionamento deste em relação à abolição da escravidão no Brasil. A crise que levou à queda do gabinete Cotegipe deveu-se a problemas entre a polícia e os militares ocorridos na cidade do Rio de Janeiro. Conforme revela a historiadora Maria de Fátima Moraes Argon, a própria princesa regente informou ao imperador d. Pedro II em 4 de março de 1888: "[…] O ministério tem-se desmoralizado bastante, eu sinto, mas a menos que a crise surja agora por causa dos fatos ocorridos, não tenho achado que fosse ocasião para substituí-lo."[37]

A chance da queda do ministério surgiu após a demissão do chefe de polícia da corte, envolvido numa repressão contra os militares. O chefe, famoso pela sua perseguição aos abolicionistas, levou de roldão todo o gabinete, e exatamente neste ponto da história entra a real intervenção da princesa.

Conforme lembra o historiador Robert Daibert Júnior,[38] em vez de aceitar, como tradicionalmente d. Pedro II fazia, a indicação de um novo chefe do ministério por parte do ministro demissionário, como um voto de confiança, d. Isabel antecipou-se à recomendação de Cotegipe. A regente retirou de dentro do mesmo Partido

Conservador, cujo gabinete caíra, o senador pernambucano João Alfredo, que havia sido um dos responsáveis pela aprovação da Lei do Ventre Livre. Dessa forma, conseguiu que a lei da abolição fosse aprovada em tempo recorde com apoio de parte do próprio Partido Conservador, que permanecia no governo, e do oposicionista Partido Liberal, que defendia o projeto abolicionista.

Se d. Isabel tivesse dissolvido o Parlamento e convocado novas eleições na tentativa de que os liberais, defensores da pauta da abolição, alcançassem maioria, provavelmente o Partido Conservador, como oposição, não deixaria passar a lei. Consequentemente, a opinião pública, contrária à escravidão, teria incendiado o país.

Apesar da festa, a abolição chegou atrasada e incompleta. O Brasil foi o último país da América e um dos últimos do mundo a bani-la. A libertação tirou os grilhões dos escravos, mas não os integrou socialmente. A queda da monarquia e a mudança de rumo político interromperam qualquer projeto social que viesse a tentar integrar plenamente esses libertos à sociedade. Se a monarquia não deu uma resposta rápida a esse problema social, a república tampouco.

D. Isabel, numa carta para seus filhos,[39] explica como agiu em relação à abolição. Nela, deixou claro que negou indenizar os fazendeiros que perderam seus escravos com a lei, pois para isso teria que ser criado um imposto, e quem pagaria pela libertação seria o povo, que pouco ou nada tinha com isso. No entanto, os fazendeiros que ainda mantinham escravos e viram-se sem esse tipo de mão de obra no início da colheita do café, que no Brasil é feita entre maio e setembro, passaram a representar uma fonte de insatisfação contra a futura imperatriz que lhes tomou suas propriedades e parte dos lucros da colheita.

A construção da imagem de d. Isabel como "Redentora dos Escravos", segundo Angela Alonso, teria sido criada por monarquistas: "No começo da República, os republicanos foram fazer política e os monarquistas foram escrever livros sobre a história do Império. Produziram aí a visão muito favorável à família real, de um tempo de bonança e sem conflitos."[40]

Ao contrário desses escritores, a imprensa, que, em grande parte ajudou a desmoralizar a família imperial ainda durante o Segundo Reinado, continuou seu trabalho contra a princesa Isabel depois da queda da monarquia: No meio do turbilhão das últimas lutas, no meio de todos os debates dos últimos dias, foi notável que não se tivesse ouvido discutir os direitos da ex-princesa Isabel, Condessa d'Eu, nem se tivessem agitado as grandes massas defensoras da rainha, conforme era denominada aquela infeliz senhora, vítima dos deslumbramentos nervosos. É por aí que se pode aferir da importância da princesa no movimento evolutivo de nossa vida social. A Srª Isabel foi sempre, para nós, a boa senhora honesta e caridosa, mal ajudada por um cérebro desorganizado, sem nenhuma orientação política. No meio do bulício, desapareceu como verdadeira nulidade.[41]

Apesar da intervenção direta da princesa Isabel no caso da Lei Áurea, que fez perder o apoio dos latifundiários escravagistas à Coroa, a opinião pública e os políticos em geral já haviam dado o seu veredito a respeito de um Terceiro Reinado feminino. Viam nela uma princesa carola, ou "papista", como se dizia, e uma marionete nas mãos do marido. O jornal *O Pharol* de 5 de junho de 1888, quinze dias após a assinatura da Lei Áurea, assim se referia à governante brasileira: […] Estamos sob o domínio do marido dessa mulher, ao qual, estrangeiro, pouco se lhe importa o Brasil. Ela faz o que o marido quer e não o que é desejo do povo; faz mais – afronta os interesses do povo para afagar os desejos do marido. Cumpre reagir: cada cidadão tem o dever do patriotismo.[42]

Mesmo os abolicionistas só passaram a vê-la com melhores olhares e a considerar o futuro da monarquia por outro prisma após a aproximação de d. Isabel da causa. Entretanto, nem entre eles ela era unanimidade, como demonstra Antônio da Silva Jardim, que se utilizou de seu gênero para atacá-la: Sim, concidadãos! Sim: o que se diria da senhora, brasileira, que, aos quarenta anos de idade, tendo o pai doente, velho, longe da Pátria, passasse os dias de folia carnavalesca sob chuva torrencial, a jogar entrudo?[43] Que se diria se essa senhora, tendo a enorme responsabilidade da direção de um Estado, destoando da circunspeção de todas as suas

compatriotas em menos tempo de vida, estivesse em pueril batalha das flores? […].[44]

Os nacionalistas culpavam-na por ter um marido francês; os escravagistas, pela perda da propriedade sem indenização; os secularistas, por ela ser uma católica ferrenha; e os homens, por ser mulher, preferindo um herdeiro masculino ao trono. Eles seriam quase todos solapados do poder, juntos com a monarquia, pelo movimento positivista e o golpe militar de 15 de novembro de 1889. D. Isabel morreu no exílio, no Castelo D'Eu, na Normandia, na véspera de se completarem 32 anos da República brasileira, em 14 de novembro de 1921.

Abolicionistas

Enquanto a imagem da princesa Isabel foi elevada a "Redentora", centenas de mulheres que lutaram pela abolição foram sendo esquecidas, como a poetisa Narcisa Amália (1852-1924), a primeira mulher a se profissionalizar como jornalista, alcançando projeção em todo o país com artigos em favor do fim da escravatura, dos direitos da mulher e dos oprimidos.

Segundo a historiadora Mary del Priore,[45] existem inúmeros exemplos de mulheres que se bateram pela causa abolicionista, como Adelina, uma charuteira, que era escrava do próprio pai e participou de vários comícios abolicionistas em São Luís do Maranhão. Exímia conhecedora das ruas da cidade, por onde transitava abertamente para vender seus charutos, ajudava os abolicionistas passando-lhes informações e articulando a fuga de escravos.

Na Bahia, Amélia Rodrigues, em seus artigos no jornal *O Monitor*, protestava contra o envio de escravos para a Guerra do Paraguai. Em Pernambuco, Ignês Pessoa denunciava em seus poemas o sofrimento dos cativos, enquanto Maria Amélia de Queiroz fundava com outras companheiras a associação Aves Libertas para lutar pela abolição. Em suas conferências e nos seus

artigos, também defendia a república e a participação das mulheres nas lutas sociais. No Ceará, Maria Tomásia Figueiredo de Melo, uma das fundadoras e presidente da sociedade abolicionista feminina Sociedade das Cearenses Libertadoras, fundada em dezembro de 1882, teve papel preponderante na abolição da escravidão na província em 1884.

No topo do poder

Em 2010, foi eleita no Brasil a primeira chefe de Estado do período republicano, Dilma Vana Rousseff, para o mandato de 2011 a 2014. Reeleita para o mandato de 2015 a 2019, foi deposta da Presidência pelo processo de *impeachment* tramitado pelo Congresso Nacional, finalizado em 31 de agosto de 2016.

Cento e um anos separam o nascimento das duas últimas mulheres a governar o país. A princesa Isabel nasceu em 1846, Dilma, em 1947. Entretanto, muito da mentalidade patriarcal da época de d. Isabel ainda jaz impregnada na sociedade brasileira. Assim como a princesa era vista pela sociedade como alguém que era manipulada pelo marido, o conde D'Eu, Dilma também foi tratada como sendo um "poste" ou uma "marionete" nas mãos do seu padrinho político, o ex-presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva. Desde aquela época até hoje, parece que a mulher não vive sem ter um homem mandando que ela faça as coisas. Dentro da política, então, que é o campo de atuação imemorial do sexo masculino, nem pensar!

O que seria visto como tenacidade e perseverança num homem, numa governante é tratado negativamente. Dilma e a princesa Isabel eram vistas como "teimosas", e não apenas no Brasil. Em 14 de setembro de 2016, o *Financial Times* chamou a presidente brasileira de "teimosa cabeça-dura", justificando ser esse o motivo de ela não renunciar.

Enquanto d. Isabel era vítima de "deslumbramentos nervosos", Dilma mereceu da revista *IstoÉ* uma capa em que aparecia gritando,

com o título “As explosões nervosas da presidente”.[46] O comportamento público das duas também foi visto com críticas. Enquanto Silva Jardim condenava a princesa, uma senhora de 42 anos, por brincar o Carnaval, a jornalista Rachel Sheherazade desdenhou da roupa usada por Dilma durante a defesa que realizou no Senado, durante treze horas, das acusações que levaram à abertura do seu *impeachment*, como se a maneira como ela se vestia fosse mais importante que o discurso.

Se o político homem é gordo, magro, alto, baixo, barbudo ou sem barba, se está com o terno e os cabelos desalinhados, dificilmente esses detalhes são mencionados. Mas com a mulher é diferente. Também a mentalidade patriarcal imperou nas comparações feitas entre a presidente Dilma e a esposa do então vice-presidente, Marcela Temer, 43 anos mais nova que o marido.

Beleza, comportamento, juventude, roupas, cortes de cabelo *etc.* passaram a importar muito mais para alguns jornalistas e a sociedade de modo geral do que a política em si. A sociedade patriarcal parecia muito mais confortável com uma mulher como Marcela – jovem, discreta, “bela, recatada e ‘do lar’”, segundo matéria da revista *Veja* de abril de 2016 –, ao lado de seu marido, do que com uma senhora divorciada de quase 70 anos governando o Brasil. Isso graças às imagens veiculadas nos jornais e nos telejornais que representavam Dilma como um corpo e não como a presidente do país.

Capa da revista *IstoÉ* de 6 abr. 2016 dizia que a presidente sofria de “explosões nervosas”, “destempero” e “alienação com a situação real do Brasil”, assim como a princesa Isabel sofria de “deslumbramentos nervosos”.

Lembro-me de uma viagem que fiz ao Chile em 2006, logo após a posse da presidente Michelle Bachelet. Numa banca de jornais em Santiago, um periódico trazia a seguinte manchete: “Primera Pascua

sin huevos.” A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, quando ficou viúva do marido, o ex-presidente Néstor Kirchner, levantou “suspeitas” na sociedade argentina sobre se conseguiria governar sem ele. A onda machista no Brasil contra a ex-presidente Dilma chegou ao nível mais grosseiro em junho de 2015. Num famoso site de compra e venda pela internet, apareceu sendo comercializado um adesivo de 60 por 40 centímetros. Nele, numa montagem, via-se a presidente do Brasil com as pernas abertas. O adesivo foi feito para ser colado na entrada do tanque de gasolina dos carros, de modo que, quando abastecidos, a bomba simulava a penetração sexual em Dilma.

Diferentemente de d. Leopoldina e, principalmente, da princesa Isabel, esta última destinada a governar efetivamente o Brasil, Dilma não nasceu predestinada a herdar nenhum trono, nem foi educada desde criança para governar. A segunda dos três filhos do búlgaro Pétar Russév, que no Brasil adotou o nome de Pedro Rousseff, e da brasileira Dilma Jane Silva, ela nasceu numa família de classe média alta em Belo Horizonte. Estudou em colégios bons e teve aulas particulares.

Em vez de entrar para a Escola Normal e ser professora, destino comum das mulheres da sua classe social, como sua mãe, sua tia e algumas de suas amigas, Dilma decidiu ingressar no Colégio Estadual Central (atual Escola Estadual Governador Milton Campos) para cursar o que na época chamava-se científico, em março de 1964. Logo depois, o Exército derrubaria o presidente João Goulart, e uma ditadura militar seria implantada no país.

Paralelamente aos estudos no colégio, ela engajou-se politicamente e passou a militar no movimento estudantil. Daí passou à Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop), onde conheceu seu primeiro marido, o jornalista Claudio Galeno de Magalhães Linhares. Ele foi um dos primeiros a ser presos com o golpe de 1964 no Rio de Janeiro, mas foi solto por um *habeas corpus* coletivo. Este foi cassado posteriormente, fazendo-o ir para a clandestinidade.

Depois da Polop, Dilma ingressou no Colina – Comando de Libertação Nacional –, que em 1969 juntou-se à VPR – Vanguarda Popular Revolucionária –, formando a Vanguarda Armada

Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Apesar de ter recebido treinamento como guerrilheira, Dilma afirmou repetidas vezes que não participou de ações armadas; entretanto, usou documentos falsos, realizou encontros secretos, trabalhou com transporte de armas e dinheiro roubado.

Em 1969, Dilma seguiu para a clandestinidade junto com o seu companheiro. Tinha acabado de completar 21 anos. Foi para o Rio de Janeiro deixando para trás a família e o curso de economia na Universidade Federal de Minas Gerais, que tinha iniciado dois anos antes. Enquanto esteve na clandestinidade, usou vários codinomes, como Estela, Luiza, Maria Lúcia, Marina, Patrícia e Wanda.

O relacionamento de Dilma e Galeno durou de 1967 até 1969, quando ela passou a se relacionar com o advogado e militante Carlos Araújo, que depois viria a ser deputado estadual. Com ele, Dilma viria a ter sua única filha, Paula Rousseff Araújo.

Presa em São Paulo em 1970, Dilma enfrentou sessões de pau de arara, choques elétricos, socos e palmatórias. Foi condenada a pena de seis anos e um mês de prisão e teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Porém conseguiu redução da pena junto ao Superior Tribunal Militar, onde denunciou as torturas sofridas. Conseguiu sair da cadeia no fim de 1972 e foi morar em Porto Alegre, onde o companheiro Carlos Araújo estava preso. Lá, formou-se em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 1975, foi demitida da Fundação de Economia e Estatística (FEE), ligada ao governo do Rio Grande do Sul, por seu nome estar na lista de “subversivos”.

Depois da anistia dada pelo governo militar, ela filiou-se ao Partido Democrático dos Trabalhadores (PDT) em 1979. Sairia dele em 2001 para entrar no Partido dos Trabalhadores (PT).

Dilma foi secretária da Fazenda da Prefeitura de Porto Alegre de 1988 a 1989, presidente da FEE, de onde havia sido demitida anteriormente por ser “subversiva”, de 1991 a 1993, e ainda secretária de Energia, Minas e Comunicações dos governos de Alceu Collares (PDT) e Olívio Dutra (PT).

Com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva para a Presidência da República em 2003, ela coordenou a equipe de infraestrutura do governo de transição entre o do presidente Fernando Henrique

Cardoso e o de seu sucessor. Em 2003, foi nomeada ministra de Minas e Energia, ficando no cargo até 2005, quando assumiu o ministério da Casa Civil.

Em 20 de fevereiro de 2010, por ocasião do 4º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, Dilma foi aclamada pré-candidata do partido às eleições. Quando tomou posse, em 1º de janeiro de 2011 sinalizou que a sua vitória política era uma vitória de gênero. Em seu discurso, afirmou: “Meu compromisso supremo […] é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos.” Seu segundo mandato, conturbado pela crise política que se seguiu à crise econômica mundial, levou a primeira mulher a governar o Brasil a ser também a primeira governante desse sexo a ser deposta.

Em busca da igualdade

A luta das mulheres para chegar ao poder começou ainda no século XIX com o movimento feminista no Brasil. Nem a princesa Isabel, muito menos d. Leopoldina, tinham qualquer pauta sobre direitos políticos para o gênero feminino. Se a Constituição de 1824, outorgada por d. Pedro I, não proibia o voto feminino, foi porque era impensável para a sociedade da época que a mulher pudesse exercer algum direito político.

Mas certas mulheres não pensavam dessa maneira, como foi o caso de Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), mais conhecida pelo pseudônimo que adotou: Nísia Floresta Brasileira Augusta. Ela nasceu numa fazenda próxima ao povoado de Papari, atual cidade de Nísia Floresta, no Rio Grande do Norte. Quando a família mudou-se para Goiana, em Pernambuco, Nísia passou a ter uma educação esmerada, sendo apresentada por seu pai, um advogado de origem portuguesa, à cultura europeia.

Casou-se muito jovem, aos 13 anos, contra a vontade paterna, mas o casamento não deu certo, e ela voltou a viver com a família. Viveu em Olinda e posteriormente em Recife, onde, após o

assassinato do pai por motivos políticos, passou a viver com um jovem estudante de direito, Manoel Augusto de Faria Rocha, sob constantes ameaças do primeiro marido de processá-la por adultério.

Em 1831, aos 21 anos, Nísia publicou seus primeiros artigos feministas no jornal *Espelho das Brasileiras*, editado em Recife e dedicado às mulheres pernambucanas. Um ano depois, publicou a obra que seria um marco para a história da igualdade e da independência das mulheres no Brasil: *Direito das mulheres e injustiça dos homens*. A obra é uma tradução livre do livro da feminista inglesa Mary Wollstonecraft. Ela expunha o fato de que a ignorância na qual as mulheres eram mantidas seria a responsável pelas dificuldades que enfrentavam. Sem instrução, não podiam participar da vida pública, e a instrução feminina na época era diferente da masculina. Os homens tinham ensinos mais práticos, inclusive de matemática, que lhes permitia fazer contas, enquanto as mulheres aprendiam o suficiente para serem prendadas.

Junto com o seu companheiro, Nísia mudou-se para Porto Alegre, onde ele faleceu. Com dois filhos pequenos, partiu para exercer a profissão disponível na época para uma “viúva honesta”: dar aulas. Ela já vinha exercendo a atividade de preceptora em Porto Alegre e, após a morte do marido, passou a dirigir uma escola para moças. Mudou-se em 1837 para o Rio de Janeiro, onde fundou, um ano depois, o Colégio Augusto, em memória ao seu falecido companheiro. No anúncio que mandou publicar no *Jornal do Commercio*, em 31 de janeiro de 1838, expôs a novidade de ensino para as mulheres a que se propunha: Um colégio de educação para meninas, no qual, além de ler, escrever, contar, coser, bordar, marcar e tudo o mais que toca à educação doméstica de uma menina, ensinar-se-á a gramática da língua nacional por um método fácil, o francês, o italiano, e os princípios mais gerais da geografia. Haverá igualmente neste colégio mestres de música e dança. Recebem-se alunas internas e externas. A diretora, que há quatro anos se emprega nesta ocupação, dispensa-se de entreter o respeitável público com promessas de zelo, assiduidade e aplicação no desempenho dos seus deveres, aguardando ocasião em que possa praticamente mostrar aos pais de família que a honrarem com

a sua confiança, pelos prontos progressos de suas filhas, que ela não é indigna da árdua tarefa que sobre si toma.[47]

Ela foi a primeira brasileira na corte a montar um colégio para moças – antes dela, as escolas eram dirigidas por estrangeiras – e a revolucionar o currículo delas. A crítica veio logo, tanto por parte de outros educadores do Rio de Janeiro quanto em jornais. Nove anos depois da sua fundação, o Colégio Augusto enfrentava ainda críticas, como a publicada no jornal *O Mercantil*, em 2 de janeiro de 1847, a respeito das alunas, em seus exames finais, terem sido premiadas com distinção: “[…] Trabalhos de língua não faltaram; os de agulha ficaram no escuro. Os maridos precisam de mulher que trabalhe mais e fale menos.”[48]

Em suas constantes viagens à Europa, tomou contato com o pensamento positivista e conheceu Auguste Comte. Em seus artigos, livros e conferências, combatia a escravidão no Brasil, além do patriarcalismo da sociedade brasileira, na qual a mulher era tratada como um mero enfeite. Pregava igualmente a liberdade de culto, a independência política das províncias, criando-se um real sistema federativo para o Brasil, e a implantação da república. Nísia faleceu na França em 24 de abril de 1885.

Mulheres e votos

Em 9 de janeiro de 1881, foi aprovado o decreto nº 3.029. Conhecido como Lei Saraiva, reformou a legislação eleitoral, obviamente sem fazer qualquer menção à mulher. Entretanto, o seu art. 2º, § 10º, autorizava serem eleitores todas as pessoas com “diplomas científicos ou literários de qualquer faculdade, academias, escola ou instituição nacional ou estrangeira, legalmente reconhecidos”. Isso foi o que bastou para que Isabel de Sousa Mattos, dentista gaúcha, evocando a nova lei, requisitasse em 1885 o seu alistamento eleitoral. Sua vitória não foi fácil: teve de entrar com um processo, que só ganhou em segunda instância.

Já morando no Rio de Janeiro, após a queda da monarquia, quando foram decretadas eleições para uma nova Constituinte, ela requisitou o seu alistamento na capital. A Junta Eleitoral, diante do fato inusitado, pediu um parecer do ministro do Interior, José Inácio Cesário de Faria Alvim, que julgou improcedente o pedido. A interpretação da Lei Saraiva dada por Alvim serviu para que as comissões eleitorais negassem a inscrição eleitoral das mulheres. Dentro da Constituinte, diversas vezes tentaram-se emendas que dessem direito pleno para as mulheres exercerem a sua cidadania, como quando 31 constituintes assinaram uma emenda conferindo às mulheres o direito ao voto, porém ela foi rejeitada, e uma longa luta se iniciaria.

Outra Isabel, a baiana Isabel Dillon, também devido à Constituinte de 1891, tentou ser candidata a deputada, alegando que o regulamento eleitoral criado, também por Cesário Alvim (decreto nº 511, de 23 de junho de 1890), não excluía as mulheres do processo. Deixando a questão de gênero de lado, ela possuía todos os quesitos solicitados: era maior de 21 anos e sabia ler e escrever.

Tornou pública a sua plataforma eleitoral por meio do jornal de Josefina Álvares de Azevedo, *A Família*, que a publicou em 28 de agosto de 1890. Nela, "assumiu o compromisso de defender os princípios da igualdade religiosa entre as pessoas, a ampla liberdade de pensamento, o direito do cidadão que estivesse em pleno gozo de seus direitos políticos a votar e ser votado".[49] Além disso, defendia a aprovação de projetos de proteção a crianças, mulheres e aos operários. O sonho da primeira candidata a deputada naufragou quando ela não conseguiu nem mesmo tirar o título de eleitor.

As sufragistas

Em 1910, surgiu no Rio de Janeiro o Partido Republicano Feminino (PRF), fundado por Leolinda de Figueiredo Daltro (1859-1935) e

outras feministas cariocas. Leolinda também se vira frustrada em 1890 ao não conseguir o seu título de eleitora.

Junto com diversas mulheres, entre elas a escritora Gilka Machado, aproveitando uma brecha na lei de criação dos partidos políticos, conseguiu que o PRF fosse registrado oficialmente em 18 de agosto de 1911. Os estatutos do programa do partido, publicados no Diário Oficial em 17 de dezembro de 1910, mostravam que a luta era por direitos políticos e sociais iguais aos usufruídos pelos homens.

Charge da revista *O Malho*, de 14 nov. 1911, repercutindo a criação do Partido Republicano Feminista, bem como o pensamento patriarcal da época. Acervo Biblioteca Nacional/RJ.

Lendo o estatuto, podemos observar que a luta visava, além da emancipação da mulher brasileira, a que fossem extensivas a elas as disposições constitucionais vigentes. Dessa forma, gozando dos mesmos direitos dados aos homens, elas poderiam ser incorporadas plenamente à sociedade brasileira. Se não podiam votar para que esses direitos e o seu partido fossem ouvidos, elas podiam fazer muito barulho, e fizeram.

O PRF, devido à brecha na lei, era oficialmente um partido, porém não podia lançar candidatos, afinal, a mulher ainda não tinha direito de ser eleita nem de ser eleitora. Entretanto, a entidade não só solicitava audiências oficiais, como realizava passeatas e procurava sempre se mostrar publicamente. Leolinda e as suas sufragistas conseguiram o apoio do senador Justo Chermont, que apresentou em 1919 o projeto nº 102, no qual o parágrafo único determinava que fossem extensivas às mulheres maiores de 21 anos as disposições das leis nº 3.139, de 2 de agosto de 1916, e 3.208, de 27 de dezembro de 1916. Ou seja, a mulher poderia votar e ser votada.

O projeto de lei reafirmava que, se por um lado a principal missão da mulher na terra era ser mãe, essa missão não era "incompatível, com os seus deveres sociais e com os direitos políticos que o regime democrático lhe deve garantir". O senador ainda continuava o seu arrazoado informando que diversas nações estavam adotando em suas leis essa igualdade de direito e que caberia ao Brasil imitá-las devido às provas dadas pelas mulheres de sua "capacidade, aptidão, coragem e patriotismo". Também afirmava que se elas eram obrigadas a pagar seus impostos, por que deviam ser proibidas de regulá-los? O projeto passou pela primeira discussão na Câmara, mas não teve prosseguimento para uma segunda discussão, quando entraria em votação e viraria lei.

Grande parte das filiadas ao PRF eram alunas de Leolinda, que dirigia a Escola de Ciências, Artes e Profissão Orsina da Fonseca, no bairro da Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro. Afinal, como poderiam futuras professoras educar homens que usufruiriam o pleno direito à cidadania se elas não tinham acesso a esse direito?

Leolinda, junto com Orsina da Fonseca, primeira mulher do presidente Hermes da Fonseca, criou a Linha de Tiro Feminino, na qual as mulheres puderam receber treinamento com armas de fogo. Durante mais de dez anos, o PRF procurou ocupar de diversas maneiras a cena política, criticando a cidadania incompleta das mulheres. Em 1919, Leolinda Daltro lançou a sua candidatura à Prefeitura do Rio de Janeiro, mas não conseguiu que o seu registro fosse permitido.

Na esteira do caminho aberto por ela e as suas sufragistas, foi criada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), em 1922. Com maior penetração no país, iniciou uma campanha nacional pelo direito ao voto pelas mulheres.

A bióloga Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do médico e cientista Adolfo Lutz, ao ir para a Europa terminar seus estudos, teve contato com as sufragistas inglesas e a explosiva campanha para o voto feminino. Retornando ao Brasil em 1918, após se licenciar em ciências na Universidade Sorbonne, prestou concurso público, que lhe garantiu uma vaga como bióloga no Museu Nacional. Em 1919, junto com outras mulheres, incluindo Maria Lacerda de Moura, uma das únicas feministas do período a se envolver com o movimento operário anarquista, criou a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, que seria o embrião da FBPF.

As suas campanhas deram-se em diversas frentes, como na imprensa e na Câmara Federal, realizando debates e manifestações artísticas, chegando até mesmo a promoverem panfletagem aérea no Rio Grande do Norte e no Rio de Janeiro.

Em 1922, durante os festejos do Centenário da Independência, a FBPF realizou o I Congresso Internacional Feminista, que contou com a presença da líder feminista norte-americana Carrie Chapman Catt, fundadora da Aliança Internacional da Mulher. Na ocasião, foram convidados diversos homens, políticos e membros destacados da sociedade para participarem do Congresso. Um deles foi o senador Lauro Müller, simpático à causa feminista. Em seu discurso, Müller afirmou que os "homens são como carneiros, se um presidente de Estado furasse a cerca os outros iriam atrás".[50] Quatro anos depois, como se previsse o futuro, o discurso do senador se provaria real.

Em 1926, o antigo projeto do senador Justo Chermont, de 1919, foi reapresentado na Câmara dos Deputados com algumas modificações. O relator foi o deputado Juvenal Lamartine, do Rio Grande do Norte, membro da Comissão de Constituição e Justiça. Logo ele foi procurado por uma comissão da FBPF, que acabou por transformá-lo num combatente ao lado delas. Lamartine deu parecer favorável sobre o tema no Congresso logo antes de sair para se

candidatar à presidência do Rio Grande do Norte. Como candidato ao governo do estado, incluiu em sua plataforma a concessão dos direitos políticos para as mulheres potiguares.

E assim foi eleito com o apoio de Bertha Lutz e da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino para ser governador do Rio Grande do Norte no triênio de 1928 a 1931. Antes mesmo de assumir o governo, ainda em 1927, manobrou no senado do seu estado para fazer aprovar a Lei Eleitoral do Rio Grande do Norte que concedeu o direito ao voto às mulheres. Celina Guimarães Viana e Julia Alves Barbosa tornaram-se oficialmente as primeiras eleitoras brasileiras, e Luísa Alzira Teixeira Soriano foi eleita prefeita da cidade de Lajes em 1928, aos 32 anos. Seria a primeira mulher a ocupar uma prefeitura em toda a América Latina.

A participação da mulher na política nacional ainda demoraria mais alguns anos. Somente após a Revolução de 1930 e a instalação de Getúlio Vargas no poder é que o Código Eleitoral nacional foi reformado, inclusive com a participação de Bertha Lutz. O decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, no seu art. 2º, estipulava que era “eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código”, e o art. 59 dizia que, para ser candidato, bastava ser eleitor. Logo, após uma árdua luta começada na época do Império, as mulheres finalmente podiam votar e ser candidatas.

Leolinda Daltro, que acompanhava a distância essa segunda geração de feministas, declarou que então era uma pessoa feliz e que podia morrer por ter visto vitoriosa a luta pela emancipação política das mulheres. Ela morreu atropelada em maio de 1935 e foi homenageada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino por meio da revista que editava, chamada *Mulher*. Segundo a matéria, a FBPF reconhecia que Leolinda teve de [...] lutar contra a pior das armas de que se serviam os adversários da mulher: o ridículo. Talvez isto a houvesse magoado profundamente tanto que se afastou das lides feministas. Mas a sua obra patriótica não parou por ai: dedicou-se a alfabetização no meio desses milhões de analfabetos, nela consumindo a sua velhice.[51]

A luta de Leolinda pelas mulheres só foi mais uma de sua vida. Nascida na Bahia, mãe de cinco filhos, fez sua carreira no Rio de

Janeiro, onde os criou separada do marido. Antes de lutar pelas mulheres, lutou pelos índios. Achava que o lugar deles era integrados à sociedade e que eles deveriam ser educados sem nenhuma tentativa de cristianizá-los. Em 1896, partiu para o interior do Brasil na tentativa de alfabetizá-los. Inicialmente, contou com apoio de fazendeiros e políticos republicanos para a empreitada, mas foi muito malvista nas cidades do interior por onde passou, sendo expulsa de Uberaba, em Minas, acusada de ser esposa do diabo. Voltando ao Rio de Janeiro, fundou o Grêmio Patriótico Leolinda Daltro, com o qual pretendia levar adiante o seu projeto de alfabetização das populações indígenas sem a intervenção da Igreja.

Assim como Anália Franco com os seus “negrinhos” causava espanto pelas ruas das cidades do interior, Leolinda andava com índios, que a acompanhavam por diversos lugares, até mesmo aparecendo com ela em cerimônias públicas. Ela foi ridicularizada em diversos jornais e revistas por suas ideias e suas demonstrações públicas em relação às diversas causas que abraçava.

Em 2003, foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro a resolução nº 233, que instituiu o Diploma Mulher-Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro. Todos os anos, em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, o diploma é conferido a dez mulheres que tenham oferecido contribuições relevantes à defesa dos direitos da mulher e às questões de gênero.

A PRECURSORA DO FEMINISMO INDIGENA

A veneranda senhora Leolinda Daltro foi, sem duvida, um dos mais impressionantes vultos femininos da nossa terra. Prégadora dos novos destinos da Mulher, educadora, palmilhadora das nossas selvas, a sua figura se viu sempre nimbada por um immenso prestigio. Por isso a cidade soube, commovida, do desastre de que foi victima e acompanhou com anxiedade os transes por que a veneranda brasileira passou, a operação que soffreu e que, privando-a preliminarmente de uma das pernas, não conseguiu conjurar o desenlace. A velha directora da Escola Profissional Orsina da Fonseca morreu!

Publicando aqui o retrato de Leolinda Daltro, fizemol-o acompanhar de um instantaneo colhido no momento em que baixavam ao tumulo os seus despojos, em presença de figuras representativas da sociedade, das lettras e da administração.

Notícia do falecimento de Leolinda Daltro. *Revista da Semana*, 11 maio 1935, p. 37. Acervo Biblioteca Nacional.

A mulher na política

Em 1933, as mulheres participaram ativamente do processo para a eleição da Assembleia Constituinte Nacional. De 254 representantes com direito a voto, entre eleitos e membros classistas, havia duas mulheres. Uma era a médica paulista Carlota Pereira de Queirós, eleita deputada constituinte. Carlota havia se destacado durante a Revolução Constitucionalista de 1932, quando, com o auxílio da Cruz Vermelha de São Paulo, montou um grupo de setecentas mulheres para prestar socorros médicos aos soldados paulistas.

Carlota Pereira de Queirós na Assembleia Constituinte de 1934. Acervo Câmara dos Deputados.

Em seu primeiro discurso na Câmara, em 13 de março de 1934, Carlota afirmou que cabia a ela "a honra, com a minha simples presença aqui, de deixar escrito um capítulo novo para a história do Brasil: o da colaboração feminina para a história do País". Carlota era uma incógnita para a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, pois ela não pertencia ao movimento. Seu capital político era como membro da aristocracia paulista e por seu envolvimento com ações benemerentes e assistencialistas.

O oposto de Carlota Pereira era a outra representante feminina na Constituinte, a líder sindical negra Almerinda Farias Gama, representando os sindicatos dos Datilógrafos e Taquígrafos. Almerinda nasceu em 1899 em Alagoas. Ficou órfã e mudou-se para o Pará, onde foi criada por uma tia. Começou a publicar crônicas no jornal *A Província*, em Belém, tornou-se datilógrafa,

casou e teve um filho, que morreu bebê, e acabou viúva, com a morte do marido por pneumonia. Precisando arrumar emprego, notou que os salários para as datilógrafas eram de 200 réis, enquanto que os homens que exerciam a profissão ganhavam 300 réis. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde conseguiu melhores salários e formou-se em direito.

Almerinda durante votação para escolha de representante de classe para a Assembleia Constituinte de 1934. Acervo CPDOC – Fundação Getulio Vargas.

Começou a participar da política sindical, que a levou a ser eleita presidente do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos, e com ajuda da FBPF conseguiu ser nomeada representante de classe na Constituinte. Terminada a Constituição, Almerinda tentou eleger-se deputada pelo Distrito Federal para o Congresso em 1934. No seu "santinho", ou seja, no seu panfleto político, assim se definia: Advogada consciente dos direitos das classes trabalhadoras, jornalista combativa e feminista de ação. Lutando pela independência econômica da mulher, pela garantia legal do trabalhador e pelo ensino obrigatório e gratuito de todos os brasileiros em todos os graus.[52]

Infelizmente, não conseguiu se eleger, entretanto, continuou na luta sindical e política, tornando-se dirigente do Partido Socialista Proletário do Brasil. A data de morte de Almerinda é incerta. Sabe-se apenas que é posterior a 1992, quando deu a sua última entrevista. Em 2016, a Prefeitura de São Paulo criou o Prêmio Almerinda Farias Gama para prestigiar as ações que, por meio de seu alcance midiático e social, tenham colaborado para a promoção da igualdade racial no município de São Paulo.

Em 1934, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino resumiu num documento a plataforma da política nacional proposta pelas e para as mulheres. Entre os treze pontos, estavam questões referentes a maternidade, equiparação salarial, licença remunerada e acesso a cargos públicos. No Brasil inteiro, foram eleitas nove mulheres para as Assembleias Legislativas estaduais, incluindo uma negra, Antonieta de Barros, em Santa Catarina. As demais foram Quintina Ribeiro, em Sergipe, Lili Lages, em Alagoas, Maria do Céu Fernandes, no Rio Grande do Norte, Maria Luísa Bittencourt, na Bahia, Maria Teresa Nogueira e Maria Teresa Camargo, em São Paulo, Rosa Castro e Zuleide Bogéa, no Maranhão.

Bertha Lutz, a criadora da FBPF, também acabou entrando para a Câmara dos Deputados em 28 de julho de 1936 pela vaga deixada com o falecimento do deputado Cândido Pessoa. Carlota Pereira de Queirós, eleita novamente por São Paulo, e Bertha Lutz organizaram uma comissão especial na Câmara dos Deputados para redigirem um Estatuto da Mulher.

O documento final foi criado consultando-se as próprias interessadas, as mulheres, por meio do movimento feminino, e ouvindo-se as opiniões de juristas e outros peritos. O documento tinha como objetivo regulamentar a legislação nacional de acordo com os direitos e as obrigações delas. O projeto chegou a passar por uma primeira discussão na Câmara dos Deputados, em outubro de 1937, mas foi sepultado em novembro, com o fechamento do Congresso Nacional pelo golpe dado por Getúlio Vargas que instituiu o Estado Novo.

Bertha Lutz também propôs a criação de um Departamento Nacional da Mulher. O departamento seria um espaço com atuação voltada para o atendimento de questões do cotidiano feminino,

como saúde, proteção à maternidade, e também um órgão de defesa das condições de trabalho e de vida dessa população. Entretanto, as duas mulheres na Câmara dos Deputados entraram em choque. Carlota Pereira de Queirós, com a mentalidade de um Estado assistencialista, queria que o departamento passasse a se denominar Departamento de Amparo à Mulher, sendo ligado ao Ministério da Saúde, do que Bertha discordava. Segundo Lutz, a necessidade de amparo não era inerente à condição feminina.

A discussão entre ambas era mais profunda. Enquanto Lutz era efetivamente uma militante feminista, Carlota tinha outra agenda e outro entendimento da questão. Tinha por visão que homens e mulheres deveriam coexistir em igualdade de direitos, enquanto Bertha imaginava um departamento criado e formado por mulheres trabalhando para mulheres e que pudesse ser o elemento gerador de um futuro partido político feminista. Enquanto ambas discordavam sobre o assunto, outras mulheres discordavam delas. Tanto a sindicalista Almerinda Farias Gama quanto a anarquista pró-operariado Maria Lacerda de Moura afastaram-se da FBPF devido ao fato de as mulheres de elite, como Bertha Lutz e outras, militarem mais pela questão de gênero em si do que pelo direito de todos os tipos de mulheres, como as operárias e as analfabetas, que não tinham acesso ao voto.

A divisão de classe sobrepõe-se à divisão de gênero até hoje. Pudemos ver isso recentemente durante as votações no Congresso Nacional, no primeiro semestre de 2017, quando algumas deputadas e senadoras votaram de maneira favorável à reforma da nova lei trabalhista. Entre as novas disposições, a lei manteve a proibição de que as mulheres grávidas trabalhem em local de insalubridade máxima, mas agora permite que em grau médio e mínimo ela só possa ser afastada por atestado médico. As lactantes, de acordo com a nova lei, podem trabalhar em locais de insalubridade máxima.

Esse ponto da reforma da lei é quase que uma inversão do ônus da prova. Não cabe ao empregador a garantia do bem-estar do funcionário, no caso a mulher: cabe a ela procurar um médico que ateste que o trabalho em ambiente insalubre apresenta perigo para ela e para a criança. Esse ponto da lei foi aprovado com uma

esperança de que uma ressalva do presidente fosse feita sobre o assunto.

De qualquer forma, as discussões sobre os direitos das mulheres na Câmara, assim como as questões ideológicas entre Bertha e Carlota, terminaram abruptamente em 10 de novembro de 1937, quando o Congresso Nacional foi fechado por Getúlio Vargas.

Carlota, Bertha e a mulher nas ciências

Com o fechamento da Câmara, Bertha Lutz encerrou sua carreira política. Ela deixou o cargo de presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1942, mas nunca a militância nacional e internacional pelos direitos das mulheres. Em 1945, foi enviada pelo governo de Getúlio Vargas como delegada do Brasil para a Conferência de São Francisco, que criou a Carta da ONU.

Segundo recentes pesquisas realizadas por Fatima Sator e Elise Luhr Dietrichson, da Universidade de Londres, que trabalharam com a documentação da conferência, Bertha foi a responsável direta pela inclusão da questão da igualdade de gênero na Carta da ONU, capitaneando as delegadas latino-americanas e a australiana no processo.

Bertha Lutz na Conferência de São Francisco, em 1945. Arquivo das Nações Unidas.

Lutz enfrentou o preconceito das delegadas dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, contrárias à ideia da brasileira. A proposta de Bertha, além de incluir a igualdade de gênero na Carta, criava um órgão intergovernamental para a promoção dela, o que foi tachado pelas representantes inglesa e norte-americana como um monte de "propostas vulgares". A brasileira sofreu preconceito de gênero das próprias colegas, que a apelidaram de "Lutzwaffe", fazendo um paralelo irônico entre os discursos da brasileira sobre a questão e os ataques da Força Aérea alemã, a Luftwaffe, durante a Segunda Guerra. Apesar do *bullying*, parte da proposta de Lutz passou, e a Carta de criação das Nações Unidas, em seu preâmbulo, diz reafirmar a fé "nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, *na igualdade de direito dos homens e das mulheres*", porque uma brasileira, junto com outras mulheres do Hemisfério Sul, lutou por isso. Bertha Lutz é uma das únicas quatro mulheres a assinar a Carta das Nações Unidas.

Em paralelo, trabalhou durante 46 anos como professora e pesquisadora do Museu Nacional, onde também se destacou internacionalmente com o seu trabalho como bióloga e nas pesquisas zoológicas, com descoberta de espécies até então

desconhecidas. Faleceu no Rio de Janeiro em 16 de setembro de 1976.

Sua companheira na Câmara, Carlota Pereira de Queirós, ainda tentou retornar à política, candidatando-se em três ocasiões para a Câmara dos Deputados, mas não conseguiu votos suficientes. Como Bertha, também se destacou em seu campo de atuação profissional, na área médica. Formou-se em medicina em 1926 com uma tese intitulada *Estudos sobre o câncer*, vencedora do prêmio Miguel Couto. Foi interna na cadeira de clínica médica e chefe do laboratório de clínica pediátrica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, fundou e dirigiu algumas clínicas pediátricas. Em 1929, ganhou do governo paulista uma bolsa para estudar na Europa, onde se aperfeiçoou em nutrição infantil, trabalhando na França, na Alemanha e na Suíça com profissionais célebres.

Sua atuação durante a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, com a criação do Departamento de Assistência aos Feridos e na direção da Oficina de Costura, deram-lhe a visibilidade social suficiente para lançar-se na política.

Em 1950, fundou a Associação Brasileira de Mulheres Médicas, que presidiu por vários anos, e foi uma das criadoras do primeiro curso de Serviço Social no Brasil. Publicou livros na área médica e na de história paulista, participando do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Foi apoiadora do golpe militar de 1964. Faleceu em São Paulo em 17 de abril de 1982. Como forma de homenageá-la, a Câmara dos Deputados criou, por meio da resolução nº 3, de 2003, o Diploma Mulher Cidadã Carlota Pereira de Queirós. Ele é distribuído anualmente a cinco mulheres, de diferentes áreas de atuação, que contribuíram de alguma forma para o pleno exercício de cidadania na defesa dos direitos da mulher e nas questões de gênero.

Tanto Carlota Pereira de Queirós quanto Bertha Lutz, além de militantes, foram pioneiras de sua geração em trabalhar nas áreas em que se diplomaram. Médicas, advogadas e tantas outras já se formavam desde a reforma educacional ocorrida em 1879, que franqueava à mulher o ensino superior no Brasil. Mas poucas eram as que exerciam de fato como profissão o que aprenderam nas

academias. A reforma Leôncio de Carvalho no ensino brasileiro foi motivada por uma mulher, Maria Augusta Generoso Estrela (1860-1946). Maria Augusta era filha de um industrial do ramo farmacêutico e apaixonada por medicina. Como no Brasil não havia chance de ela, por ser mulher, ser aceita em nenhuma universidade, o pai financiou, até quando pôde, os seus estudos nos Estados Unidos.

Aos 15 anos ela entrou no preparatório da Academia St. Louis, que a levaria para o New York Medical College and Hospital for Women, onde se formou em 1881. O pai de Maria Augusta, em determinado momento, passou por uma crise financeira e ficou sem recursos para manter a filha no exterior. A história dela, que já havia se tornado pública no Brasil, motivou o imperador d. Pedro II a conceder-lhe por decreto, em 1877, uma bolsa de estudos, a primeira para uma brasileira estudando fora do país. Ainda em Nova York, Maria Augusta criou com uma amiga o jornal *A Mulher*, que tratava sobre os direitos da mulher brasileira, arte e literatura.

Em 1882, desembarcou de volta no Rio de Janeiro, onde o imperador a recebeu em audiência. A lei aprovada três anos antes fez com que ela pudesse validar o seu diploma no Brasil e clinicar para mulheres. A primeira brasileira a se formar em medicina no Brasil foi Rita Lobato Velho Lopes (1866-1954), na Faculdade de Medicina de Salvador, em 1887.

Senadoras, governadoras e ministras

Enquanto a Câmara Federal entre 1933 e 1937 teve duas deputadas federais, o Senado demoraria mais de sessenta anos para ter uma mulher em seus quadros. Em 1990, foram eleitas as primeiras senadoras: Júnia Marise, por Minas Gerais, e Marluce Pinto, por Roraima. Em 1994, a terra de Ana Jansen, o Maranhão, teria a primeira governadora eleita do Brasil, Roseana Sarney.

Durante as múltiplas situações políticas enfrentadas pelo Brasil de 1946 até a primeira eleição democrática após o governo militar, o

país teve somente uma mulher no posto de ministra de Estado. A pioneira foi Esther de Figueiredo Ferraz (1915-2008), na pasta da Educação e Cultura de 1982 a 1985, no governo do general João Baptista Figueiredo. Após a reabertura política, de 1990 a 2016, houve 32 mulheres em cargos ministeriais, começando pela ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello, que ocupou o posto de 1990 a 1991.

A sobrevivência do pensamento patriarcal

Foram bem conhecidas algumas frases polêmicas a respeito das mulheres proferidas pelo sucessor da presidente Dilma, Michel Temer. Por exemplo, quando disse em entrevista ao *Programa do Ratinho*, em abril de 2017, que "governos precisam ter maridos. Daí não quebram", ou ainda quando, no seu discurso no Dia das Mulheres, em 8 de maio de 2017, afirmou: Tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela, do quanto a mulher faz pela casa, pelo lar. Do que faz pelos filhos. E, se a sociedade de alguma maneira vai bem e os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada formação em suas casas e, seguramente, isso quem faz não é o homem, é a mulher [...] Na economia também, a mulher tem uma grande participação. Ninguém mais é capaz de indicar os desajustes, por exemplo, de preços em supermercados mais do que a mulher. Ninguém é capaz melhor de identificar eventuais flutuações econômicas do que a mulher, pelo orçamento doméstico maior ou menor.

Os protestos contra essa imagem das mulheres descrita por Michel Temer foram vários. A quadrinista Alexandra Moraes, por exemplo, comentou em seu Twitter: "Acho que o Michel Temer pegou o discurso do Dia das Mulheres que o marechal Deodoro deixou na gaveta." O jornalista e escritor Marcelo Rubens Paiva afirmou que a frase era fruto de uma mentalidade antiquada e contestou a sua informação a respeito de as mulheres fazerem

compras no supermercado: “Quem faz supermercado é mulher? Na minha casa eu que faço. Há muitos anos.”

A reação não ficou restrita apenas às redes sociais e à mídia brasileira. A rede de televisão norte-americana CNN afirmou que o presidente do Brasil, no dia em que as mulheres comemoram suas conquistas, foi merecidamente criticado por elogiar as habilidades delas no supermercado.[53] O jornal *The New York Times* também falou sobre o assunto num artigo intitulado “Brasileiro Temer irrita mulheres com elogio às suas habilidades no supermercado”.

O alemão *Frankfurter Allgemein Zeitung* comentou que a tentativa de Temer em elogiar as mulheres por serem especialistas em trabalhos domésticos, crianças e compras saiu pela culatra. O jornal espanhol *El País* publicou uma reportagem com o título “O presidente do Brasil reduz o papel da mulher à casa e ao supermercado”. O britânico *The Independent* tachou a fala de Temer de “sexista”. O também britânico *The Telegraph* comentou que Temer era impopular entre as mulheres pelo seu envolvimento com o *impeachment* de Dilma, além do fato de ter acabado com o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos e por seu primeiro gabinete ministerial, que tomou posse em maio de 2016, ter sido formado exclusivamente por homens.

Depois de Ernesto Geisel (1974-79), Temer foi o primeiro presidente a montar um gabinete sem mulheres. Posteriormente, com as críticas sobre isso, foi nomeada em setembro de 2016 Grace Mendonça como ministra da Advocacia-Geral da União e, no início de 2017, Luislinda Valois como ministra dos Direitos Humanos. Desembargadora aposentada, ela é considerada a primeira juíza negra brasileira.

Marielle presente!

Marielle Franco nasceu no Rio de Janeiro em 27 de julho de 1979 e foi criada na comunidade do Morro do Timbau, a parte mais antiga do Complexo da Maré. A Maré é uma enorme área na Zona Norte

carioca que abriga dezesseis favelas, com um dos piores índices de desenvolvimento humano (IDH) do Rio de Janeiro.

Aos 16 anos, Marielle, como catequista, atuava na Pastoral da Juventude; mais tarde, passaria a frequentar os bailes *funk* como qualquer adolescente de seu meio. Além de negra, pobre e favelada, engravidou e teve uma filha aos 19 anos, acrescentando à sua lista de rótulos o de “mãe solteira”. Mas ela não era uma mulher que se deixaria definir por rótulos. Fugindo do destino de muitas das adolescentes que engravidam, retomou o curso pré-vestibular comunitário na Maré dois anos após abandoná-lo. Com uma bolsa de 100%, entrou na Pontifícia Universidade Católica (PUC), onde cursou ciências sociais. Defendeu seu mestrado na Universidade Federal Fluminense (UFF), com o título “UPP: A redução da favela a três letras”.

A morte de uma amiga por bala perdida, durante um confronto entre policiais e traficantes, despertou-a para a militância em direitos humanos. Trabalhou na Brasil Foundation e no Centro de Ações Solidárias da Maré (Ceasm). Em 2006, como assessora do deputado estadual Marcelo Freixo, passou a coordenar a Comissão dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Durante seu período à frente da comissão, ela criou as bases para um protocolo de fluxo de atendimento aos familiares de policiais mortos, em parceria com a Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Com o apoio de Freixo, Marielle candidatou-se a vereadora em 2016 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Foi a quinta mais votada, com 46.502 votos. Em treze meses, Marielle apresentou 116 proposições e 16 projetos de lei, entre os quais para garantir o aborto em casos legais, para abrir creches no período noturno para pais que trabalham nesse turno e para criar uma campanha contra o assédio sexual nos ônibus. Três foram aprovados: um sobre regulamentação de mototáxi, outro sobre contratos da Prefeitura com organizações sociais de saúde e uma lei autorizando a criação de mais casas de parto, em prol da humanização do nascimento.

Sua militância feminista levou-a a ser escolhida para presidente da Comissão da Mulher da Câmara dos Vereadores. Além de suas preocupações com os problemas sociais dos menos favorecidos,

Marielle também defendia pautas dos movimentos negro e LGBT. Em suas mídias sociais, é possível ver as fotos que ela publicava com a companheira, a arquiteta Monica Tereza Benício, e com a sua filha Luyara. Marielle marcava as fotos com a hashtag #nossasfamiliasexistem, procurando dar visibilidade às famílias de gays e lésbicas, que fogem da definição dada pelo projeto de Estatuto da Família.

Em março de 2018, tornou-se relatora de uma comissão da Câmara dos Vereadores para acompanhar a intervenção militar no Rio de Janeiro. Assim como seu partido, Marielle era contrária à intervenção, e afirmou no seu Twitter em 19 de fevereiro: No Rio, já tivemos várias experiências de intervenções desastrosas, como a do Exército na Maré. Ela durou cerca de um ano, no período de Copa e Olimpíadas. Gastou-se R$ 600 milhões, um investimento enorme que poderia ser usado em políticas efetivas.

Quanto às revistas feitas por soldados em malas escolares de crianças, ela provocou: “Que tal procurar em outras malas, que estão em mansões e helicópteros?”

Em 13 de março, Marielle denunciou a morte de Matheus Mello de Castro, obreiro da Igreja Evangélica Missão de Fé, em Manguinhos, Zona Norte do Rio. Ele foi alvejado depois de deixar a namorada em casa. A vereadora tuitou: “Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?” Não era a primeira vez que Marielle usaria sua voz para dar visibilidade a quem engrossava estatísticas. Alguns dias antes, denunciou policiais do 41º Batalhão da Polícia Militar, que estariam agindo com truculência na comunidade de Acari. O batalhão acumula mais de duzentos inquéritos por suspeitas de abusos.

No dia seguinte, 14 de março, retornando do evento “Jovens Negras Movendo as Estruturas”, na Lapa, teve o carro que a conduzia alvejado a tiros no bairro do Estácio. Marielle, no banco traseiro, foi morta por quatro tiros, que a atingiram na cabeça. Outras três balas acertaram as costas do motorista, Anderson Pedro Gomes, de 39 anos, matando-o. As suspeitas são de que tenha sido uma execução e que esta esteja relacionada com as pautas defendidas pela vereadora.

Por todas as frentes em que lutava e pela maneira como foi morta, Marielle acabou por se transformar num símbolo. Manifestações espalharam-se por diversas cidades no Brasil e no exterior, levando mais de cem mil pessoas às ruas em protesto pelo seu assassinato. Diversas organizações, como a ONU e o Parlamento Europeu, mostraram preocupação com o fato de uma representante eleita e militante dos direitos humanos ter sido barbaramente assassinada.

Ao mesmo tempo, na internet, surgiu uma campanha de difamação em que, sem qualquer prova, tentava-se culpar a vítima, associando-a com o crime organizado. Acusaram Marielle de ter sido eleita pelo tráfico, quando a maior parte de seus eleitores não era de comunidades, e sim da Zona Sul do Rio de Janeiro. Afirmaram que ela teria engravidado aos 16 anos, que teria sido esposa de um traficante, que sua morte fora causada por não cumprir acordos com o crime organizado e uma série de outras inverdades.

Levava-se em conta a sua luta contra o assassinato de pessoas na periferia com a premissa de que essas mortes causadas pelo poder público eram justificadas. Entretanto, os direitos humanos pelos quais ela militava são para todos os humanos, inclusive os utilizados pelo Estado opressor para impor sua ordem. Marielle lutava não só pelas pessoas mortas na periferia, como também pelos policiais e por suas famílias. No espaço de Opinião do jornal *O Globo* de 9 de janeiro de 2018, afirmou que as ações do prefeito em alterar as atribuições da guarda civil deveriam ser para “garantir melhores condições de trabalho dos agentes, aumentando os seus rendimentos e efetivos”.

Em sua última aparição pública, na Lapa, Marielle finalizou sua intervenção com uma frase da escritora norte-americana Audre Lorde que resume a causa feminista que ela defendia: “Não sou livre enquanto houver mulheres que não são, mesmo que suas algemas sejam muito diferentes das minhas.”

As mulheres na justiça

Luislinda, nascida em Salvador em 1942, é neta de escravos. De família humilde, aprendeu sobre discriminação e justiça social logo cedo, na pele. Conta que, aos 9 anos, um professor havia pedido material de desenho, réguas e esquadro de plástico, e seu pai comprou-os de madeira. Ao ver a qualidade do material, o professor disse na frente de toda a sala de aula que se os pais dela não podiam comprar material para ela estudar o lugar dela não era lá, que ela seria mais feliz indo aprender a fazer feijoada na casa de uma branca. Profundamente humilhada, Luislinda saiu da sala de aula aos prantos, respirou fundo, recompôs-se e voltou com a resposta pronta: “Professor, eu não vou aprender a fazer feijoada, não. Vou estudar para ser juíza e, quando crescer, vou te prender.”[54]

Quando nasceu, ela morava num casebre de palha, que, depois de muita luta dos pais, passou a ser uma casa de taipa. Para poder estudar, foi catadora de marisco, babá e lavadeira. Formou-se em direito aos 39 anos e em 1984 entrou para a magistratura, sendo a primeira juíza a usar abertamente guias, os chamados colares de candomblé, em suas audiências. Ela não cumpriu a promessa de prender o seu professor quando se tornasse juíza, mas foi autora da primeira condenação por racismo no Brasil, quando, em 28 de setembro de 1993, condenou o supermercado Olhe Preço a indenizar a empregada doméstica Aíla de Jesus, acusada injustamente de furto.

A primeira mulher juíza e desembargadora brasileira foi Thereza Grisólia Tang (1922-2009), que pediu para ser enterrada com a sua toga, tamanho o seu orgulho pela profissão. Ela passou a se interessar pelo direito quando viu um tumulto na delegacia de sua cidade, São Luís Gonzaga, no Rio Grande do Sul. Averiguando qual era o problema, descobriu que haviam prendido um alemão e acusavam-no de ser nazista.

Era a época da Segunda Guerra Mundial, e o homem, sem entender português, não compreendia nada do que ocorria e por que estava na cadeia. Thereza questionou os policiais e exigiu que o alemão tivesse direito de defesa. O rapaz, quinze anos mais velho

que ela, chamava-se Valter Tang, conseguiu a liberdade e apaixonou-se pela garota, que concordou em se casar com ele, desde que ela pudesse estudar.

Em 1954, depois de ignorar muito preconceito, inclusive vindo de pessoas que questionavam a sua escolha profissional, como se mulher só pudesse ser professora, ela entrou para a magistratura. Foi desembargadora, corregedora-geral de justiça e presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Aposentou-se compulsoriamente aos 70 anos de idade. Como desembargadora, levantou questões a respeito do aprimoramento de leis para que se garantissem melhores condições para as mulheres encarceradas.

Apesar de primeira juíza brasileira, Thereza não foi a primeira mulher a ser advogada no Brasil. Esse posto é de Myrthes Gomes de Campos (1875-1965). Nascida em Macaé, escandalizou a família ao querer ir para o Rio de Janeiro estudar direito na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Bacharelada em 1898, enfrentou discriminação por ser mulher e somente em 1906 conseguiu ser aceita de maneira plena no antigo Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, atual Instituto dos Advogados do Brasil. Em 1899, exerceu publicamente como advogada uma defesa diante de um tribunal de júri, derrotando um promotor tido como imbatível e conseguindo a absolvição do réu.

Em seu discurso perante o tribunal, reafirmou sua posição como mulher e advogada: […] Envidarei, portanto, todos os esforços, a fim de não rebaixar o nível da justiça, não comprometer os interesses do meu constituinte, nem deixar uma prova de incapacidade aos adversários da mulher como advogada. […] Cada vez que penetrarmos no templo da justiça, exercendo a profissão de advogada, que é hoje acessível à mulher, em quase todas as partes do mundo civilizado, […] devemos ter, pelo menos, a consciência da nossa responsabilidade, devemos aplicar todos os meios, para salvar a causa que nos tiver sido confiada. […] Tudo nos faltará: talento, eloquência, e até erudição, mas nunca o sentimento de justiça; por isso, é de esperar que a intervenção da mulher no foro seja benéfica e moralizadora, em vez de prejudicial como pensam os portadores de antigos preconceitos.[55]

Além de primeira advogada, também foi funcionária da justiça, como encarregada pela Jurisprudência do Tribunal de Apelação do Distrito Federal. Dedicou-se durante muito tempo aos estudos jurídicos, produzindo textos e artigos para o *Jornal do Commercio* e para periódicos especializados em matérias jurídicas, como a *Revista do Conselho Nacional do Trabalho*, *Folha do Dia* e *Época*. Tratou em seus artigos a respeito de temas como aborto, voto feminino, serviço militar para mulheres, direito da família, advocacia feminina, entre outros. Aposentou-se em 1944.

Já a primeira a tomar posse como juíza do Supremo Tribunal Federal foi a carioca Ellen Gracie Northfleet, indicada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 2000. Em 2006, assumiu a presidência do Supremo para o biênio de 2006 a 2008, também se tornando a primeira mulher a fazê-lo. Apesar de ter sido bastante celebrada por movimentos feministas a chegada da ministra ao Supremo, estes não gostaram muito quando ela, numa decisão que alegou ser técnica, votou em 2004 contra a manutenção de uma liminar que liberava o aborto de fetos com anencefalia.

O poder financeiro

Outra forma de poder, esse usufruído pelas mulheres durante gerações, era o que provinha do dinheiro. Como vimos anteriormente, a marquesa de Santos casou-se pela segunda vez por separação total de bens. O que era dela continuava sendo administrado por ela e não pelo marido, o que lhe dava liberdade para usufruir, aplicar e fazer o que quisesse com o seu dinheiro e com o conforto que pudesse obter por meio dele. Para outras, a fortuna veio com a morte do marido ou do pai. No caso da viúva, habitualmente, quem se casava de novo acabava por ter o novo marido não apenas usufruindo o seu patrimônio, mais ainda: gerenciando-o. Manter-se viúva era não apenas um caminho para a independência financeira: era também uma mudança de ambiente.

O historiador Diego Amaro de Almeida lembra que, com a morte do marido, o cotidiano da viúva passava para “além da esfera doméstica, tradicionalmente reservada à mulher”. O cotidiano da mulher, principalmente a de posses, como as viúvas de grandes fazendeiros, […] se abrirá [após a morte do marido] também para o âmbito público: mais que conviver com advogados, escrivães, juízes, para a administração dos negócios, haverá as “obrigações” sociais com a presença em batizados, inaugurações, festas, quando não aquelas organizadas e realizadas por sua iniciativa.[56]

E assim será a vida de Maria Joaquina de Almeida. Nascida em 27 de novembro de 1803 em Taubaté, na capitania de São Paulo, ela casou-se com o fazendeiro Luciano José de Almeida em 1825. Luciano herdou dos pais a fazenda Boa Vista, produtora de cana-de-açúcar e anil, mas sua fortuna teve início quando passou a plantar café nela. Em 1854, quando ele faleceu, a fazenda Boa Vista era um marco não apenas na economia regional, mas nacional: sozinha, era responsável pela maior produção individual de café do Brasil. Maria Joaquina e seus filhos herdaram um patrimônio considerável constituído de 3.995 alqueires de terras na área de Bananal e região, onde estavam plantados 993 mil pés de café. Ficaram ainda para os herdeiros 816 escravos, tropa com 149 muares, 800 cabeças de gado e 20 mil arrobas de café colhido.[57]

Maria Joaquina era analfabeta, ou semianalfabeta, e iria aprender com os preceptores dos seus filhos. Mas, se as primeiras letras faltavam a ela, o mesmo não ocorria com força de vontade e determinação. Antes mesmo de conseguir se educar, desenvolveu um método próprio por meio de símbolos com os quais registrava as entradas, as saídas e a produção de cada uma das fazendas, fazendo ao seu modo a contabilidade.

A fortuna deixada por Luciano com a sua morte foi avaliada em mais de 2.500 contos de réis. Coube a Maria Joaquina a metade desses bens, aproximadamente 1.252 contos de réis, que, ao longo dos anos, ela fez praticamente duplicar. Quando de sua morte, em 1882, o valor total dos bens deixados por ela chegava a mais de 2 mil contos de réis. A “matriarca de Bananal” era dotada de um grande tino comercial. Enquanto muitas fazendas e o patrimônio de diversos cafeicultores do Vale do Paraíba viram-se ameaçados com

a supressão progressiva do trabalho escravo, ela trilhou o caminho da diversificação de seus negócios. Passou a atuar no mercado financeiro, comprando títulos da dívida pública e apólices do governo.[58]

Para o aumento desse patrimônio, Maria Joaquina teve que ser uma excelente gestora, não apenas do dinheiro recebido ou das safras plantadas, colhidas e vendidas, mas do dia a dia de suas fazendas e de seus empregados e escravos. A fazenda Boa Vista era quase que autossuficiente: produzia até tecido, além de cachaça, açúcar, velas, farinha, mel. Possuía boticário, capelão, parteira, ferreiro, marceneiro. Também tinha um hospital, que provavelmente deveria mais se assemelhar a uma enfermaria. De qualquer modo, a fazenda era um microcosmo particular regido pelo pulso forte de Maria Joaquina.

Como administradora dessa complexa e exigente empresa regida habitualmente pelo sexo masculino, Maria Joaquina teceria relações com homens de "diferentes categorias sociais, que a sujeitarão a diferentes tratamentos interpessoais",[59] lidaria com comissionários de café, agentes financeiros, tropeiros, escravos, capatazes, feitores, professores, médicos, boticários, comendadores, viscondes, condes, barões e políticos em geral. Tudo isso sem perder a sua feminilidade. Essa pode ser observada por meio do inventário de suas joias e pela predileção, segundo histórias familiares, por meias francesas.

Lidando com esses homens sem se colocar em segundo plano, como habitualmente ocorria com as mulheres na sociedade patriarcal, Maria Joaquina iria até por meio de outros homens mostrar o seu lugar na hierarquia local. Isso ocorreu quando, por exemplo, deu um sarau em homenagem ao visconde de Aguiar Toledo: O dr. Laurindo José de Almeida, em nome de sua mãe, tem o prazer de convidar vossa senhoria para, no dia 7 de setembro do corrente ano, honrar com sua presença a um sarau que, para prova de apreço e consideração ao Exmo. Sr. Visconde de Aguiar Toledo, será oferecido a S. Ex. no palacete do Exmo. Sr. Comendador Manuel de Aguiar Valim, nesta cidade. Bananal, Agosto de 1877.[60]

Maria Joaquina utilizou o filho, um homem, como preposto para o ato de convidar, mas frisando que o fazia no nome dela. Era ela

quem homenageava um nobre, e no espaço de outro homem, o palacete de seu genro, Aguiar Valim, em Bananal. Mas a tramitação social dela não ficou restrita apenas ao mundo masculino. Com desenvoltura, tramitou entre os dois mundos, e, como mulher de posses e viúva, foi ativa na benemerência local, ajudando os pobres e a Santa Casa de Misericórdia de Bananal, que dependeu diretamente de sua ajuda de 1873 até o seu falecimento. Também praticou, como várias pessoas de sua época, a libertação de seus escravos como forma de filantropia.[61]

Uma lenda local, não completamente comprovada, diz que o prestígio financeiro de Bananal devido ao café foi tanto que, quando o governo brasileiro solicitou um empréstimo em Londres, os banqueiros ingleses teriam solicitado que a Câmara da cidade fosse avalista da dívida.[62] Sendo essa história realmente verdade, e na época que teria ocorrido, entre a morte do marido de Maria Joaquina e a Guerra do Paraguai, dificilmente isso teria ocorrido sem que ela concordasse.

Maria Joaquina faleceu em Bananal a 2 de janeiro de 1882 e está sepultada num jazigo no cemitério da Santa Casa. Em seu testamento, deixou uma grande soma, quatrocentos contos de réis, para os pobres.

Outra mulher cafeicultora que ficou famosa por administrar o próprio patrimônio foi Veridiana Valéria da Silva Prado (1825-1910). Filha do barão de Iguape, Antônio da Silva Prado, e de Maria Cândida de Moura Vaz, Veridiana foi casada com o tio, Martinho da Silva Prado, aos 13 anos, sendo o marido catorze anos mais velho que ela. Viveu durante muitos anos uma vida de sinhá, ou seja, cuidava da fazenda, dos escravos, do marido e dos filhos. Inicialmente, com o dote recebido por Veridiana, adquiriram uma fazenda de cana-de-açúcar, que posteriormente seria convertida em plantação de café, iniciando a robusta fortuna da família. Ao longo de vinte anos, teve nove filhos, sendo que o primeiro nasceu em 1840 e o último em 1860. Oito desses filhos chegaram à vida adulta.

Em 1877 separou-se do tio-marido devido a uma discussão a respeito do casamento da filha Ana Blandina Vicência da Silva Prado, que, com 33 anos, estava decidida a se unir ao diplomata Antônio Pereira Pinto. Enquanto a mãe apoiava o desejo da filha, o

pai foi contra. Prevaleceu a vontade das mulheres e Veridiana foi morar em outra residência. É importante lembrar que, apesar das inúmeras fazendas de café de Veridiana e Martinho, de onde provinha a fortuna do casal, o pai dela, o barão de Iguape, havia falecido dois anos antes, e ela já estava de posse de sua herança paterna. A separação deu-se mais de corpos e de mentalidades do que efetivamente na legislação. Ambos em seus testamentos alegavam ser casados em comunhão de bens, e ela havia colocado o marido como inventariante.

Ao se separar, Veridiana não seria a primeira mulher da família a desafiar as regras sociais e ser independente. Sua avó, Ana Vicência, com a morte de seu marido em 1793, havia solicitado à rainha d. Maria I permissão para ela própria assumir a guarda de seus filhos órfãos menores, podendo assim ser tutora e administrar a parte deles da herança paterna sem depender de outro homem para isso.

Veridiana teve uma educação razoável para uma menina na província de São Paulo e ao longo dos anos foi se aprimorando, assim como a fazendeira Maria Joaquina, ao assistir às lições dadas aos seus filhos por preceptores e governantas. Desde 1848, após oito anos morando nas fazendas da família, Veridiana havia retornado para São Paulo e vivia num casarão próximo da Igreja da Consolação. Após a separação do marido, passou a visitar frequentemente a Europa, onde se encontrava com a filha, Ana Vicência, que morava em Paris. Para lá também acabou se mudando o filho mais novo, Paulo Prado. Veridiana passou a manter um apartamento na cidade, onde convivia com escritores e intelectuais como Eça de Queiroz, Joaquim Nabuco, Oliveira Martins, Graça Aranha, Ramalho Ortigão e o barão do Rio Branco.

Em 1884, sua elegante e moderna mansão no novo bairro de Higienópolis, em São Paulo, estava pronta e para lá se mudou. Havia comprado o terreno em seu nome, escolhido o arquiteto e opinado no projeto, que seguiu o estilo francês. Inaugurou em sua nova casa o mais importante salão literário e político de São Paulo na época. Recebia desde cientistas, médicos, artistas, arquitetos e engenheiros, como Teodoro Sampaio, até os abolicionistas José do Patrocínio e Luís Gama.

D. Veridiana rompeu com diversas regras de etiquetas provincianas ao manter um salão onde reinava soberana diante de um fluxo majoritariamente masculino. Segundo tradição familiar,[63] ela teria sido a primeira paulista a sair às compras sozinha, acompanhada somente do cocheiro. Organizou diversos leilões para causas beneficentes, nos quais ela mesma vendia as uvas que colhia em sua chácara. Foi uma incentivadora das corridas de bicicleta, patrocinando e doando terras para a construção do primeiro velódromo de São Paulo. Considerada uma pessoa extravagante, por sua independência, foi vítima de diversos comentários, e algumas famílias paulistas recusavam frequentar seu salão. Tal fato não ocorreu nem com a princesa Isabel, nem com d. Pedro II, que foi recebido por ela na última visita que fez a São Paulo.

Ela foi mais uma das mulheres do seu tempo a romper com os padrões sociais instituídos para o seu gênero e o ambiente interno a que ele deveria ficar restrito. Ao separar-se do marido, passou a assumir publicamente atividades até então consideradas próprias dos homens, como administração dos seus bens, importação de material moderno para suas fazendas e propriedade na cidade, além de trazer do exterior também mudas vegetais próprias de clima temperado para aclimatá-las. Destacou-se por abrir sua casa a novas ideias, como o abolicionismo, estando os Prados entre os primeiros fazendeiros de café a abolir a escravidão em suas fazendas.

Veridiana faleceu em 1910 e deixou em seu testamento grande quantia de dinheiro para mulheres de sua família, amigas e protegidas, proibindo-as, entretanto, de compartilhar essa herança com seus maridos.[64]

Poderosas amantes

Outra forma da ascensão econômica e social da mulher ao poder, além de nascer ou ficar rica, era pelo livre exercício de sua

sexualidade. Deu certo, como já vimos, com a marquesa de Santos, que teve em contrapartida a sua imagem transformada em mito de mulher fatal, assassina da esposa oficial e corrupta. Outra que acabou virando sinônimo de mulher forte e independente, mas pelo mito e não pela vida real, foi Ana Jacinta de São José, transformada em dona Beja, a “Feiticeira de Araxá”.

Teria nascido por volta de 1800 no arraial de São Domingos, depois elevado a vila de São Domingos de Araxá, atual cidade de Araxá, em Minas Gerais. Segundo a lenda envolvendo seu nome, perdeu a mãe aos 12 anos, quando passou a ser criada por outros parentes. Aos 15 anos, teria sido raptada pelo ouvidor Joaquim Inácio Silveira da Mota.

Entretanto, não parece que um ouvidor designado para atuar em Goiás pudesse usar de força bruta para raptar uma moça e viver com ela livremente em Paracatu, Minas Gerais. De qualquer forma, o mito do rapto, como lembra a historiadora Rosa Maria Spinoso de Montandon, demonstra que Beja recebeu inicialmente um […] tratamento próximo à cortesã virtuosa, vítima do rapto perpetrado pelo ouvidor, violência que, junto à intolerância e a rejeição social, teriam determinado sua opção pela prostituição. Desse modelo passou-se para o da “prostituta libertina”, onde parece haver-se instalado comodamente, realizando-se com plenitude.[65]

Após esse alegado rapto, as histórias que envolvem o seu nome dizem que ela retornou para sua cidade natal, Araxá. Aí passou a ser malvista publicamente pela sociedade local, principalmente pelas mulheres, uma vez que os homens a desejariam e a cortejariam. Além de sua casa na cidade, adquiriu uma chácara nos arrabaldes, chamada “Chácara do Jatobá”, onde receberia a sociedade e garimpeiros enriquecidos que pudessem pagar pela entrada e pela oportunidade de ser escolhido por Beja para dormir com ela. Não eram os homens que a escolhiam, e sim ela.

A real vida de Ana Jacinta é revelada pelo testamento de um religioso, o vigário Francisco José da Silva. Nesse documento, o político e fazendeiro abastado de Minas Gerais legitimou a filha Teresa Thomásia de Jesus, que teve com Ana Jacinta quando esta tinha 18 anos de idade. Também no testamento, deixou para Ana a quantia de 500 mil-réis, por “serviços prestados em sua residência”,

uma tentativa mal disfarçada em manter em segredo o estado de mancebia em que vivia com dona Beja.

A história da morte de sua mãe e de seu rapto não para em pé ao vermos o censo de Araxá de 1832, quando Ana Jacinta aparece com 32 anos, morando numa casa na cidade juntamente com a sua mãe, Maria Bernarda, de 56 anos, e diversos escravos. Ela realmente teve duas filhas, Teresa e Joana, que fez educar e as quais casaram com famílias ricas e influentes da região.

Suposta foto de d. Beja idosa. Acervo do Museu Histórico de Araxá Dona Beja.

Grande parte do mito da Beja, que em nada parece com a Ana Jacinta de carne e osso, foi criado por Sebastião de Afonseca e Silva, que forneceu toda a visão que temos até hoje sobre ela por meio dos textos que publicou em jornais de Minas Gerais, além de seus arquivos e livros. Dele vem o registro de que Beja seria uma

mulher bonita, que enfeitiçava os homens com a sua beleza e os enlouquecia com a sua luxúria.

Essa imagem acabou por transformá-la nacionalmente em “garota-propaganda” do empreendimento das famosas Termas de Araxá, no fim dos anos 1930, inclusive com uma fonte termal batizada em sua homenagem. Todos que passam pelo Grande Hotel do Barreiro, em Araxá(MG), podem observar os painéis de azulejo pintados por Joaquim Rocha Ferreira e alguns vitrais. Neles, o mito de dona Beja ressurge de maneira pictórica. Ela não apenas se banharia diariamente naquelas águas quando viva, mas ainda, como último pedido, teria bebido de uma das fontes antes de morrer.

A imagem da mulher bem-cuidada e luxuriante foi apropriada por diversas manifestações e produtos culturais e perpetuada no imaginário nacional por meio de novela, samba-enredo e tema de desfile de escola de samba nos anos 1980. A verdadeira Ana Jacinta teria se casado, depois de casar suas filhas, com o garimpeiro Guimarães Bastos e mudado para o arraial de Bagagem de Diamantina, onde estabeleceu um garimpo, falecendo em 1880.

Outra mulher cuja figura mítica sobrepujou a humana foi a ex-escrava Xica da Silva. A vida dela, estudada pela historiadora Júnia Ferreira Furtado,[66] pouco tem a ver com a imagem luxuriante que as produções culturais, escritas ou filmadas, fizeram chegar ao público em geral.

Júnia desconstruiu até mesmo o mito a respeito do nome da Xica, que na realidade era Chica: Francisca da Silva de Oliveira. Mulata, escrava, nasceu de mulher negra e de um português por volta da primeira metade da década de 1730 no Arraial do Tejuco, atual Diamantina, em Minas Gerais. Assim como Beja, Xica é mito; já Francisca, como Ana Jacinta, é mais real, mas talvez menos pitoresca e mais comum. Ambas as mineiras foram extremamente sexualizadas pelos homens que trataram sobre elas: Sebastião de Afonseca e Silva, no caso de Beja, e Joaquim Felício dos Santos, que em seu livro *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*, de 1868, apesar de afirmar que Xica era uma mulher vulgar, atesta que ela dominava o contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira, a pessoa mais rica do local.

Outro que contribuiu para a construção do mito, depois de Joaquim Felício dos Santos, foi seu sobrinho-neto João Felício dos Santos. Nos anos 1970, lançou o romance *Xica da Silva*, que inspirou o filme homônimo de Cacá Diegues, e no qual, assim como havia feito em seu livro *Carlota Joaquina, a rainha devassa*, carregou nas tintas.

Segundo Júnia, o livro e o filme sobre Xica seguem o gosto da liberação sexual da época. O monstro pintado pelo tio-avô na pena do sobrinho-neto transformou-a em uma espécie de Vênus negra liberada e libertária, o estereótipo sexualizado e objetificado da "mulata", como as do Sargentelli,[67] ou a Mulata Globeleza.[68] Era, no dizer da escritora Ruth Guimarães, o "louvor gratuito à mulata […], divertimento de intelectuais. A realidade é outra. Em qualquer ponto do país, a mulata é vítima do sistema duas vezes: como mulher e como negra".[69] Como Júnia mostra, o mito estava muito longe da verdadeira Chica redescoberta pela historiadora.

Com a descoberta de diamantes na região de Diamantina, em 1729, o governo de Portugal criou um modelo de contrato arrematado de quatro em quatro anos. O interessado ou o representante de uma sociedade que arrematasse o contrato tinha direito de explorar as minas em nome do governo português, pagando a este os impostos e ficando com o lucro. Um dos contratadores foi João Fernandes de Oliveira, pai do rapaz de mesmo nome que viria a se relacionar com Chica.

Esta havia sido tomada desde a adolescência como amante de seu proprietário, Manuel Pires Sardinha. Quando o filho do contratador chegou à cidade para substituir o pai nos negócios, comprou Chica por oitocentos réis, em 1756, e alforriou-a em dois meses. O caso dos dois passou a ser público.

João Fernandes era um jovem educado, que havia estudado em Coimbra, e tomou Chica como sua concubina. A alforria dela foi determinada pelo seu sexo, que lhe possibilitou o relacionamento com o contratador. Com esse ato, o peso da cor e da escravidão diminuiriam não apenas para ela, mas também para a vasta descendência que o casal teria.

Eles viveram juntos por dezessete anos e tiveram treze filhos, o que, segundo Júnia Furtado, põe por terra a forma como ela foi

representada em livros, filmes e novelas como uma pessoa lasciva e extremamente sexualizada: ou ela estava parindo, ou tinha acabado de parir, quando se encontrava grávida do amante novamente. Ao longo desses anos, Francisca adotou o sobrenome Silva e posteriormente o Oliveira do contratador, após o nascimento do primeiro filho. Tornou-se proprietária de casas e escravaria, o que era uma constante para escravos libertos que quisessem ascender socialmente. Numa sociedade escravagista em que a alta classe desprezava o trabalho, passando a carga deste a seus escravos, qualquer negro que quisesse participar dela deveria se adequar aos seus usos e costumes.

Os filhos de ambos tiveram a melhor educação, e as nove filhas foram enviadas para o Recolhimento de Macaúbas, o melhor local da região para uma mulher receber a educação própria do período. Cinco delas tomaram votos para se tornar religiosas, porém quatro abandonaram o lugar para se casar.

Em 1770, devido a negócios envolvendo o testamento deixado pelo pai em Portugal, João Fernandes teve que retornar à Europa, deixando Chica com as filhas em Minas e levando consigo os rapazes. O mais velho, João, foi feito herdeiro do pai em Portugal; todos os filhos tiveram direito a herança e fizeram bons casamentos. Mesmo Chica foi mantida no Tejuco de posse de bens consideráveis e faleceu em fevereiro de 1796, sendo enterrada na Igreja de São Francisco de Assis. Isso mostra quanto o dinheiro e a posição ocupada por Chica na sociedade tinham-na “embranquecido”, uma vez que a irmandade dessa igreja, a que ela pertencia, assim como a outras, era reservada para a elite branca do Tejuco.

Chica, por meio do concubinato com um homem rico, conseguiu ascender socialmente. Mas não foi a única ex-escrava a fazê-lo. Tanto ela quanto o marido tentaram fazer desaparecer por meio do poder do dinheiro o que os olhos viam: seus filhos eram mestiços, e isso seria um estigma. João Fernandes deixou para seu herdeiro dois terços de todos os seus bens, desde que ele se casasse com mulher acima de sua condição social, o que acabou não acontecendo.

Ele se casou aos 28 anos com a filha de um lavrador, com permissão do governo português, devido a duas questões: primeiro

que a garota estava grávida e ele tinha que reparar a honra dela, segundo que, sendo mestiço, não encontraria alguém mais nobre que ele disposta a tomá-lo por marido. Já as filhas tiveram mais sucesso, uma vez que o dinheiro deixado para elas era suficiente para um belo dote, e rapazes portugueses de boas famílias não as dispensaram.

1 Martins, *História de Portugal*, tomo II, p. 267.
2 Azevedo, *Carlota Joaquina, cartas inéditas*, p. 47.
3 Ibidem, p. 45.
4 Ibidem, pp. 87-8.
5 Apud Tamizari, *A mulher na concepção materialista de Diderot*.
6 Azevedo, *Carlota Joaquina, cartas inéditas*, p. 18.
7 Debris, "*Tu, felix Áustria, nube*", p. 113.
8 Moréri, *Le Grand dictionnaire historique*, p. 319.
9 *A imperatriz Maria Leopoldina*, pp. 127-34.
10 Apud Oberacker, *A imperatriz Leopoldina*, p. 281.
11 Ibidem, pp. 418-9.
12 *A Gazeta de Lisboa*, n. 84, 7 abr. 1827.
13 Apud Oberacker, op. cit., p. 321.
14 Últimos momentos da senhora d. Maria Leopoldina…, pp. 45-6.
15 *Annaes do Parlamento Brazileiro*. Sessão de 21 jul.1827.
16 Rezzutti, *Domitila*, p. 55.
17 Graham, *Escorço biográfico de d. Pedro I*, p. 162.
18 Ibidem, p. 103.
19 Drummond, *Anotações de A. M. V. de Drummond à sua biografia*, p. 98.
20 Andrada e Silva et al., *Cartas andradinas*, p. 14 e ss.
21 Apud Irmão, *Rafael Tobias de Aguiar: o homem, o político*, p. 401.
22 Apud Rangel, *D. Pedro I e a marquesa de Santos*, p. 451.
23 Rezzutti, op. cit., p. 245.
24 Rangel, op. cit., p. 300.
25 Rezzutti, op. cit., p. 228.
26 Aguiar, *Princesas Isabel e Leopoldina: mulheres educadas para governar*, p. 56.
27 Atribuições da Aia – POB – Maço 29, Doc. 1038, Museu Imperial/Ibram/Minc. Apud Aguiar, op. cit., p. 56.
28 Barman, *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*, p. 113.

29 Del Priore, *Castelo de papel*, p. 148.
30 Daibert Júnior, *Isabel, a "Redentora" dos escravos*, p. 36.
31 Arquivo Grão-Pará XL-2 – Carta de d. Isabel a d. Pedro II, Laranjeiras, 4 jun. 1871. Apud Barman, op. cit., pp. 159-60.
32 Del Priore, op. cit., p. 222.
33 Mesquita, *O Terceiro Reinado*.
34 Carlomagno, *Livro lança nova luz sobre a abolição no Brasil*.
35 Barman, *Princesa Isabel do Brasil*, p. 237.
36 Del Priore, op. cit., p. 221.
37 Apud Argon, *A princesa d. Isabel sob o véu e o manto*, p. 260.
38 Daibert, op. cit., p. 132.
39 Barman, op. cit., p. 249.
40 Carlomagno, op. cit.
41 Jornal *República Brasileira* de 21 nov. 1889. Apud Mesquita, *O Terceiro Reinado*.
42 Daibert, op. cit., p. 86.
43 Carnaval.
44 Jardim, *Propaganda republicana (1888-1889)*, pp. 76-88.
45 Del Priore, *Feminismo brasileiro: as pioneiras*.
46 Revista *IstoÉ*, n. 2.417, 6 abr. 2016.
47 Duarte, *Nísia Floresta*, p. 16.
48 Ibidem, p. 17.
49 Schumaher e Brazil, op. cit., p. 281.
50 Schumaher e Brazil, op. cit., p. 219.
51 Apud *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*.
52 Apud Schumaher e Brazil, op. cit., p. 34.
53 Charner, *Brazilian president under fire over praise of women's supermarket skills*.
54 *Correio do Povo*, 7 out. 2011, p. 10.
55 *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 2, 30 set. 1899.
56 Almeida, *Senhora do Café: Maria Joaquina de Almeida*, p. 59.
57 Ibidem, p. 24.
58 Ibidem, p. 118.
59 Ibidem, p. 140.
60 Ibidem, p. 141.
61 Ibidem, p. 143.
62 Porto, *Bananal, muito passado e algum presente*, p. 119.
63 Homem, *O palacete paulistano*, p. 107.

64 Idem, ibidem.

65 Montandon, *Dona Beja: desfazendo as teias do mito*, p. 138.

66 Furtado, *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*.

67 Oswaldo Sargentelli (1924-2002). Sargentelli, que se autodefinia como “mulatólogo”, foi um dos mais famosos criadores de shows de mulatas, que ocorriam em suas boates no Rio de Janeiro nos anos 1970.

68 Personagem de Carnaval criado pela Rede Globo surgido em 1991. Consiste numa passista mulata sambando nua, com o corpo parcialmente coberto com purpurina ou efeitos especiais, ao som da música-tema da emissora para o Carnaval. A vinheta é exibida diversas vezes ao longo da programação diária da emissora durante a época do Carnaval.

69 Entrevista da escritora Ruth Guimarães para a revista *Manchete*. In: Studart, Heloneida. Entrevista com Ruth Guimarães: “Não é fácil ser mulata.”

Capítulo 5

ARTISTAS E MECENAS

Atrizes, pintoras, escultoras, escritoras,
cantoras – negras, ricas, pobres, brancas, famosas ou não –,
nenhuma teve vida fácil no mundo das artes

Eu hoje represento a cigarra
Que ainda vai cantar
Nesse formigueiro quem tem ouvidos
Vai poder escutar
Meu grito!
"Luz del Fuego" – Rita Lee

Profissão atriz

Assim como em diversas outras áreas, a das artes não foi o local mais fácil para a mulher se estabelecer e se destacar no Brasil. Como já vimos anteriormente, para a mulher, como atriz, pensar em quebrar a "quarta parede",[1] ela teria que ter feito desmoronar completamente todas as demais que a mantinham longe do ambiente externo.

Se ver e ser vista em público desacompanhada, em determinados períodos de nossa história, já transformava mulheres até então consideradas respeitáveis em motivo de comentários, o que falar das que tinham a ousadia de subir num palco? "Exibir-se", tornar-se pública para que todos a vissem em ação e comentassem livremente sobre ela era um verdadeiro escândalo.

As primeiras atrizes brasileiras foram as índias, quando havia alguma santa ou mártir cristã que precisava aparecer no palco do teatro jesuítico, usado para fim de catequese. Caso contrário, não havia papel que a mulher pudesse desempenhar nele. As coisas não melhoraram muito no futuro, com a decadência desse tipo de teatro cristão no Brasil e o estabelecimento do palco como forma de diversão e não de ensino, que chegou junto com a riqueza do ouro no século XVIII.

Apesar do aparecimento das primeiras casas de espetáculos no Rio de Janeiro, em Salvador, em Minas Gerais e em São Paulo, o elenco feminino ainda não era muito bem-visto. A rainha d. Maria I, no fim do século XVIII, proibiu as mulheres de participarem de representações teatrais.[2] Entretanto, a ordem virou letra morta na Colônia, onde algumas companhias mantinham mulheres em seus elencos.

O próprio teatro em si não era um local público que a mulher brasileira pudesse frequentar livremente. Ainda no século XVIII e início do XIX, as mulheres que fossem assistir a peças deveriam utilizar somente os camarotes, ficando semiocultas por detrás das cortinas destes.

Com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, vieram também companhias portuguesas de teatro. A primeira apresentou-se na inauguração do Real Teatro de São João no Rio de Janeiro, em 1813, com destaque para a atriz portuguesa Mariana Torres. Após a Independência, d. Pedro I contratou uma companhia portuguesa com mais de vinte atores, sendo a principal atriz Ludovina Soares da Costa,[3] cujo marido, João Evangelista da Costa, também era ator e galã da companhia. Outro membro da família era o irmão de Ludovina, Manuel Soares, que no Brasil iria se transformar num grande ator cômico.

Não por acaso a atriz Ludovina entrou para a lista das pessoas com as quais d. Pedro I teria tido um dos seus inúmeros relacionamentos. Se é verdade, não há provas, mas a profissão exercida por ela já a deixava mal falada de qualquer maneira, tendo consumado ou não o ato.

Logo um novo ator teatral nascido no Brasil, considerado o primeiro profissional nacional dessa arte, iria sobressair. Seu nome era João Caetano (1808-1863), o primeiro brasileiro a ter a sua própria companhia teatral. A Caetano já foram dedicadas muitas páginas, mas o que nos interessa realmente é a atriz da companhia: Estela Sezefreda.

Nascida no Rio Grande do Sul em 14 de janeiro de 1810,[4] Estela chegou ao Rio de Janeiro em 1822 e entrou para o corpo de baile do Teatro São Pedro de Alcântara, mas não se destacaria muito no bailado e sim nas artes dramáticas. Atuou pela primeira vez ao lado do futuro marido, João Caetano, no Teatro do Valongo, em 1833, aos 23 anos. O escritor Joaquim Manuel de Macedo considerou-a a primeira atriz do teatro romântico brasileiro, que fugia da “velha e monótona declamação”.[5]

O casal completava-se. O genial João Caetano saberia ler pouco e escrevia mal. Nos primeiros anos Estela fazia a primeira leitura das peças que o marido queria interpretar. Joaquim Manuel de

Macedo vai além, ao insinuar que ela seria o grande gênio por detrás do marido.

> [Estela,] com a delicadeza feminil mais apurada, com jeitosa dissimulação nesse ler de artista, insinuava em acentuações e em expressões de sentimentos, conselhos disfarçados e generosos ao esposo, cujo orgulho se revolta à mais leve ideia da menor dúvida sobre os milagres do seu gênio dramático.[6]

Se, por um lado, João Caetano dispunha de um quase natural talento para ator dramático, Estela teria sido mais artista que o marido, por ser mais conhecedora dos preceitos dessa arte do que ele.

Ela continuou na companhia teatral até 1855, retornando apenas uma vez para fazer o papel de uma mulher idosa no drama *Mistérios de Paris*. O que era para ser apenas uma ponta, fazendo um personagem secundário, tornou-se um marco em sua carreira. Em 1863, faleceu o marido. Ela organizou a própria companhia teatral,[7] sendo a primeira mulher brasileira a fazê-lo, e estreou no Teatro Lírico Fluminense em 1864. Fez sua última aparição em cena no ano seguinte e faleceu em Niterói a 13 de março de 1874.

Como vimos, a atriz portuguesa Ludovina atuava no teatro junto com o marido e o irmão, assim como Estela, com o marido João Caetano. Tanto na Europa quanto no Brasil, vamos ver ocorrerem esse formato de famílias de artistas. Não era coincidência, muito menos hereditariedade da “veia artística”: era mesmo uma questão de eles serem vistos como pessoas marginais à sociedade, não se relacionando com outras classes.

Mais de um século depois, as atrizes Bibi Ferreira (1922) e Dercy Gonçalves (1907-2008) sentiram na pele essa marginalização. Dercy lembrava que “prostituta e atriz de teatro eram muitas vezes consideradas sinônimos”:[8] ambas eram obrigadas a se deixar examinar periodicamente por médicos. No caso de Bibi, ela ainda nem era a grande atriz que se tornou quando sentiu esse preconceito, mas apenas uma criança de 6 anos.

O pai dela, o ator Procópio Ferreira, tentou matriculá-la no Colégio Sion, no bairro do Cosme Velho, no Rio de Janeiro, no início

de 1929. Quem tratou sobre o assunto inicialmente foi a esposa dele. Quando a madre perguntou a ela qual a profissão do marido, esta respondeu que ele era um artista.

Alguns dias depois, um contato telefônico do colégio alertou-os de que chegaria para eles pelo correio um memorando a respeito da aluna Abigail Ferreira. Procópio, sem esperar o tal dossiê a respeito de sua filha, foi direto ao colégio saber do que se tratava. Lá foi informado de que a menina não seria mais aceita. O motivo alegado era que o colégio não recebia negros, mesmo pertencentes à sociedade, nem, muito menos, filhos de atores. Quando a esposa de Procópio disse que o marido era artista, a freira havia entendido que a arte dele era outra. Acrescentou: de “teatro não admitimos ninguém”.[9] Ainda segundo o colégio, haveria o risco de os pais tirarem seus filhos de lá por conta do ingresso no local de uma criança como essa.

Procópio, indignado, não entendia como os pais, que o aplaudiam no teatro, não aceitavam o contato das filhas com a sua Abigail. Em entrevista para o jornal *Correio da Manhã*, afirmou que “não era natural” os pais “[…] se revoltarem contra a convivência de suas filhas com a minha garotinha que não está em idade de ensinar maus costumes e não os tem”.[10]

Mas a filha de Procópio não ficaria sem educação. Bibi Ferreira viria a ser uma das maiores estrelas do teatro brasileiro, uma das mais versáteis e poliglotas. Aos 22 anos, em 1944, montou a sua própria companhia teatral, a Companhia Bibi Ferreira. Por ela passaram como atores em início de carreira nomes que fariam a história do teatro brasileiro do século XX, como Cacilda Becker, Maria Della Costa, Henriette Morineau, Sérgio Cardoso e Nydia Licia, entre outros.

Bibi não é apenas atriz. Destacou-se escrevendo, dirigindo, cantando e atuando em mais de 150 espetáculos desde que seu pai a levou para o palco com 4 meses de vida, substituindo uma boneca que havia desaparecido.

Em 1983, estreou o seu espetáculo *Piaf*, sobre a cantora francesa Édith Piaf (1915-1963). Na época, não apenas ganhou todos os prêmios da crítica brasileira, mas também a Comenda da

Ordem do Mérito das Artes da França. Depois de Piaf, Bibi encarnou a cantora portuguesa Amália Rodrigues.

Aos 95 anos, em 2017, continua em cartaz com um espetáculo com canções de Frank Sinatra em *Bibi Ferreira canta Sinatra*, e, em paralelo, corre o Brasil com o *show 4xBibi*, em que interpreta e canta Piaf, Amália Rodrigues, Gardel e Sinatra. Tudo isso enquanto ensaia para o espetáculo *Bibi por toda a minha vida*, onde passará por diversas cantoras e marcos femininos da vida musical brasileira, como Chiquinha Gonzaga, Maria Bethânia, Carmen Miranda, Elizeth Cardoso, Clara Nunes, Elis Regina, Rita Lee, entre outras.

Chiquinha Gonzaga, a primeira maestrina

Dessa lista de mulheres cujas vidas e músicas Bibi pretende interpretar, salta aos olhos o nome de Chiquinha Gonzaga. Com as notícias de jornais publicadas no início de 1929, quando a entrada de Bibi foi vetada no Sion, vemos uma nota do SBAT – Sociedade Brasileira de Atores Teatrais. O teatrólogo Armando Gonzaga, em nome da sociedade, escreveu: Aceitando mesmo, apenas para argumentar, que o ator seja um indivíduo completamente perdido no conceito social; nada mais natural e piedoso do que procurar salvar a sua prole. E foi a isso que se recusaram inexplicavelmente as diretoras do colégio Sion, elas que acham que o ator é uma expressão da infâmia no convívio da sociedade. Dir-se-á que as prudentes irmãs temeram que a pobre criança, com seis anos apenas, já estivesse de tal modo contaminada pelo “mal do teatro”, que oferecesse um grave perigo às educandas do Sion. Mas se é assim, confessem essas senhoras a fragilidade dos ensinamentos ministrados no seu afamado colégio, os quais não resistiriam à ligeira influência dos maus costumes de uma criança de seis anos![11]

A fundadora do SBAT, Chiquinha Gonzaga, havia sentido na pele o que era ser considerada uma pessoa “perdida” no “conceito social”, como escreveu Armando Gonzaga. Chiquinha sentiu não só o preconceito da sociedade, mas também o da sua própria família,

por querer praticar a sua arte. Ao romper com a sociedade patriarcal para ter o direito de decidir por si própria o que queria fazer de sua vida, ela acabou por se tornar a primeira compositora da música popular brasileira. Deixou um legado de cerca de 2 mil composições e mais de setenta peças para o teatro. Mas isso teve um preço.

Chiquinha Gonzaga foi o nome reduzido adotado por Francisca Edwiges Neves Gonzaga, nascida em 17 de outubro de 1847 no Rio de Janeiro. Seu pai, José Basileu Neves Gonzaga, era de uma família ilustre e bem posicionada socialmente. Militar, chegou ao posto de marechal do Exército Brasileiro. As pretensões aristocráticas da família Gonzaga sofreram um revés quando José Basileu enamorou-se da parda Rosa de Lima Maria, que fora alforriada no dia do seu batismo.[12] Pobre e nascida de mãe escrava, Rosa não foi bem aceita pela família de José Basileu, o que parece não ter importado muito a ele. O casal teve nove filhos, sendo Chiquinha a primeira a nascer.

José e Rosa só se casaram oficialmente em 1860, treze anos após o nascimento de Chiquinha, com o pai atestando na pia batismal que as crianças nascidas eram seus “filhos naturais”, termo usado para designar bastardos ou filhos nascidos de pais solteiros. Toda essa obstinação de José em afrontar a família e tomar como companheira uma mulher de fora do seu círculo social não o levou à desgraça, não o fez ser banido da família e muito menos o fez perder promoções. Menos sorte, por ser mulher, teve a filha.

Chiquinha foi muito bem educada pelo cônego Trindade, até mais do que as mulheres do período, pois recebeu lições de cálculo e línguas. As lições de música também não deixaram a desejar. Teve aulas com o maestro Elias Álvares Lobo e, anos mais tarde, com o pianista e compositor Arthur Napoleão. Aos 11 anos, compôs a sua primeira música. Apesar do seu contato direto com o piano clássico, tinha interesse pelos ritmos africanos e pelas músicas dos negros ouvidas nas ruas, que seriam uma de suas principais influências futuramente.

A garota foi destinada pela família paterna a ter um excelente casamento aos 16 anos, com o empresário Jacinto Ribeiro do Amaral, oito anos mais velho que ela. Foi seu padrinho de casamento Luís Alves de Lima e Silva, o futuro duque de Caxias. Do

pai, ganhou um piano, que seria motivo de discórdia entre Chiquinha e o marido, segundo a biógrafa Edinha Diniz.

Chiquinha utilizava o piano como forma de expressar a pouca autonomia de que ainda dispunha dentro do casamento. Jacinto percebeu isso e passou a ter ciúmes da música e do aparelho, tentando reprimi-la para que se adequasse à imagem da esposa ideal para a época, abnegada e voltada somente para os interesses da família.

O primeiro filho do casal, João Gualberto, nasceu em julho de 1864, e, no ano seguinte, nasceu a filha, Maria do Patrocínio. O período da Guerra do Paraguai (1864-70) seria marcante na vida de Chiquinha. O marido havia adquirido um navio mercante, que foi fretado pelo governo durante a guerra para o transporte de tropas para o *front*. Jacinto levou Chiquinha e o filho mais velho para acompanhar as viagens na tentativa de "domar" a esposa e afastá-la do piano, mas não adiantou nada: ela conseguiu um violão a bordo, que se transformaria no novo pomo da discórdia entre o casal. Numa das viagens, Jacinto mandou que a mulher escolhesse entre ele ou a música, ao que ela teria respondido: "Pois, senhor meu marido, eu não entendo a vida sem harmonia."[13] Com 18 anos, tomou o filho e voltou sozinha para o Rio de Janeiro, onde a família não lhe deu guarida. A mãe, com o marido militar ausente na Guerra do Paraguai, sem saber qual seria a sua vontade, aconselhou a filha a retornar ao lar, o que ela fez.

Entre as idas e vindas do casal, em 1869, o compositor, flautista e criador do choro Joaquim Antônio Callado, teve editada a sua primeira música, a polca "Querida por todos", que dedicou à "Ex. Sra. D. Francisca H.N.G.", abreviação de Hedwiges Neves Gonzaga. Essa dedicatória demonstra o contato que Chiquinha já deveria manter com o mundo musical da cidade do Rio de Janeiro. Em janeiro de 1870, nasceu seu último filho com Jacinto, Hilário. Oito meses depois, ela saiu de casa levando o filho mais velho, João Gualberto.

O marido moveu-lhe uma ação judicial de divórcio por abandono de lar e adultério quando Chiquinha se envolveu com o engenheiro João Batista de Carvalho, com quem passou a morar. O pai dela, José Basileu, que vivera durante anos sem ser casado e tendo

“filhos naturais”, achou tudo um escândalo e declarou-a morta, proibindo que o nome da filha fosse mencionado em sua casa.

Maria do Patrocínio, filha de Chiquinha com Jacinto, foi inicialmente criada pelos avós maternos, que proibiram a mãe da menina de visitá-la. Com a insistência de Chiquinha em ver a filha, futuramente Jacinto colocaria Maria num colégio interno. O filho Hilário foi criado pela família paterna.

Chiquinha acabou também se desiludindo com João Batista e, não suportando o comportamento mulherengo do companheiro, abandonou-o. Porém este não permitiu que ela levasse consigo a filha que teve com ele, Alice Maria, nascida em 1876.

Dessa maneira, Chiquinha foi obrigada a transformar a música e o piano, que haviam lhe custado o casamento e inserido-a no mundo da boemia carioca, em seu ganha-pão. Mudando-se com o filho João Gualberto para uma casa modesta na rua Aurora, em São Cristóvão, começou a dar aulas de diversas matérias, além de piano. Obviamente, a procura pelas suas ofertas de aula não era grande, pois os pais de família, preocupados com a moralidade da época, não estavam muito dispostos a que seus filhos tivessem contato com uma mulher separada.

O amigo Joaquim Antônio Callado auxiliou-a nos primeiros anos, acrescentando ao seu grupo de choro um piano, o que tornou Chiquinha a primeira chorona e a primeira “pianeira”. Pianeiros eram os pianistas populares que ganhavam a vida tocando em festas em geral. Muitos não tinham formação musical e não sabiam ler partitura, o que não era o caso de Chiquinha. Eles também se diferenciavam do pianista clássico por saberem improvisar e criar uma bossa, um balanço, que os distinguia do pianista erudito. Chiquinha, ao piano, e o filho João Gualberto, no clarinete, passaram a se apresentar no Choro do Callado, o grupo musical de Joaquim, que tocava em saraus e festas.

Em 7 de fevereiro de 1877, Chiquinha compôs, durante um sarau na casa do maestro Henrique Alves de Mesquita, a sua primeira polca, “Atraente”, que, publicada rapidamente, às vésperas do Carnaval, rendeu-lhe algum dinheiro. Nascia assim a primeira compositora popular brasileira profissional, de cuja arte surgiriam muitas outras polcas, maxixes, valsas e a famosa marcha-rancho “Ó

abre alas". Escrita em 1899 para o cordão carnavalesco Rosas de Ouro, sem qualquer relação com a escola de samba de mesmo nome, ela fez de Chiquinha Gonzaga a primeira pessoa a escrever uma música específica para um bloco carnavalesco.

Não era estranho mulher compor e tocar, mas fazer disso um modo de ganhar dinheiro, ainda mais com uma dança de salão popular, foi inédito. Com altos e baixos financeiros típicos de quem vive do trabalho artístico, ela mesma fazia as suas roupas e, sem chapéu, usava um lenço. A crítica da sociedade sempre se abateu sobre ela desde que abandonou a casa do marido e foi declarada morta pelo pai.

Uma mulher que desmanchasse o casamento até poderia sobreviver socialmente mantendo-se de maneira discreta, em geral sendo sustentada por um amante, mas a que se atrevesse a trabalhar estava totalmente condenada. Ao se tornar uma "mulher pública", estava fadada a ser desmoralizada e atacada, inclusive dentro do próprio meio boêmio e musical. No começo, se os boêmios e músicos abriram as portas para uma mulher bonita, inteligente e faceira, elementos desse meio se ressentiram ao ver que ela era mais do que isso. Chiquinha mostrou-se uma boa musicista, sendo técnica, criativa e musicalmente muito superior a alguns.

Entre fogo inimigo e amigo, ela sobreviveu pelo popular. Se não seria aceita pela classe alta de onde veio, ao menos a sua marginalização abria-lhe as portas para esse estilo. Em 1859, havia surgido em Paris um gênero de teatro musical menos erudito que a ópera, as operetas, avós dos musicais atuais. Arthur Azevedo nacionalizou o gênero com a peça musicada *O Rio de Janeiro em 1877*. Isso inspirou Chiquinha a tentar criar algo nesse sentido escrevendo, em 1880, a peça *Festa de São João*, que tratava sobre o amor não realizado. Musicou-a compondo para diversos instrumentos musicais além do piano, estudando sozinha manuais e livros sobre o assunto. No entanto, manteve a peça inédita. Em 1883, tentou entrar para o ramo do teatro musical musicando a peça *Viagem ao Parnaso*, de Arthur Azevedo, mas este mandou que ela parasse, pois achava que o trabalho estava acima da capacidade de uma mulher.

Determinada como sempre, Chiquinha musicou uma opereta num ato de Palhares Ribeiro chamada *A corte na roça*, que foi, a muito custo, levada a cena no Teatro Príncipe Imperial em 1885. O sucesso que se seguiu colocou até os jornalistas em apuros, pois não sabiam se podiam levar para o feminino a palavra maestro, chamando Chiquinha de “maestrina”, nem se dentro desse universo até então dominado por homens poderia haver uma mulher.

Por sorte, Chiquinha não se deixou levar pela opinião dos empresários, que prefeririam que ela assinasse a música com um pseudônimo masculino, o que ela achou um absurdo. Essa peça, além de fazer com que fosse reconhecida como uma compositora competente e que sabia usar elementos populares nacionais na sua música, mostrou a ela quão desorganizado e pouco profissional era o teatro musical na época. Os músicos intrometiam-se no processo, isso quando iam ensaiar, querendo cortar músicas ou até mesmo cenas; o maestro, quando aparecia, regia como queria, não respeitando o tempo da música marcado na partitura. Isso fazia com que Chiquinha se irritasse e obrigasse o regente a seguir com o que ela tinha estabelecido.

Seguiram-se anos de luta pelo reconhecimento e batalhas árduas pela profissionalização do meio teatral. Chiquinha foi uma lutadora pela defesa dos direitos autorais, ação completamente inédita até então. Ao fundar junto com colegas, em 1917, a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), ela concretizava o sonho que considerava justo, o de receber uma parcela do que era arrecadado quando a música ou o texto teatral era levado a cena.

Bateu-se pela abolição, chegando a vender suas partituras de porta em porta para arrecadar dinheiro para comprar alforrias, como foi o caso do escravo músico Zé da Flauta, a quem conseguiu comprar a liberdade. Também foi uma republicana, mas logo se decepcionou com o rumo que o país tomou, escrevendo uma das primeiras músicas de protesto – até nisso a primeira mulher a fazer – contra o presidente Floriano Peixoto. Por pouco conseguiu escapar da prisão.

Em 1891, Chiquinha, sabendo que o pai se encontrava doente, tentou vê-lo, mas no leito de morte José Basileu ainda afirmou que a filha que teve estava morta fazia muito tempo. Após a morte dele,

ela conseguiu aos poucos se reaproximar da mãe. Tentou com os demais filhos também, mas apenas João, que viveu desde o início com a mãe, tinha uma atitude desinteressada em relação a ela: as filhas procuravam-na por razões financeiras. Mas teve um “filho” que permaneceu ao seu lado por quase três décadas. Chiquinha inovou em diversas áreas, inclusive no amor, ao se apaixonar, no Rio de Janeiro, pelo português João Batista Fernandes Lage, um jovem de 16 anos. O casal tinha 36 anos de diferença. Não que as mulheres mais velhas não se apaixonassem ou tivessem flertes com rapazes mais jovens, mas Chiquinha teve a coragem de viver esse amor.

O casal fez uma viagem à Europa e na volta ela apresentava João para as pessoas como sendo o seu filho. Ela adotou-o socialmente, passando ele a se chamar João Batista Gonzaga. Parece que havia limites até para Chiquinha, autoimpostos por ela própria, que havia escandalizado a sociedade carioca e brasileira de muitas maneiras até então impensáveis. Assumir diante de todos esse relacionamento de maneira escancarada era colocar em risco a sua reputação profissional e perder, com isso, o seu ganha-pão. Era melhor que cochichassem sobre essa maternidade estranha e tardia, esse filho sem pai, nascido de uma gravidez que ninguém viu, do que a condenarem publicamente. A sua seriedade e discrição eram grandes, e sua privacidade não foi invadida. Somente 42 anos após a morte de Chiquinha a sua principal biógrafa, Edinha Diniz, descobriu essa história, tamanho o respeito do meio artístico à maestrina.

Além de pioneira em diversos aspectos, tanto desafiando costumes como criando espaço para futuras mulheres profissionais dentro da cena musical brasileira, Chiquinha Gonzaga também revolucionou a música brasileira, rompendo com o reinado da música europeia e inserindo ritmos africanos em suas composições. Assim, ajudou a formar uma identidade musical brasileira. Levou também instrumentos como o pandeiro e os violões para dentro dos teatros brasileiros, chegando até a reger num concerto em homenagem a Carlos Gomes uma composição sua usando esses instrumentos em 1889. Não é por acaso que a lei nº 12.624, de 9 de maio de 2012, instituiu o dia 17 de outubro, data do nascimento de

Chiquinha Gonzaga, como o Dia Nacional da Música Popular Brasileira.

Mas até nessa sua tentativa de popularizar e criar um estilo musical com identidade brasileira Chiquinha criou polêmica, que ocorreu de maneira aberta em 1914.

Nair de Teffé, a primeira caricaturista

Motivada por um comentário de que nas recepções oficiais no Palácio do Catete não se tocavam músicas nacionais, a jovem primeira-dama Nair de Teffé (1886-1981), esposa do presidente marechal Hermes da Fonseca, resolveu mudar isso. Na recepção em homenagem ao término do mandato presidencial do marido, Nair executou ao violão um maxixe, disfarçado de tango, de autoria de Chiquinha Gonzaga, chamado "Corta-Jaca". O ataque veio do senador Rui Barbosa, que alguns dias depois, em 7 de novembro de 1914, da tribuna do Senado, esbravejava: Uma das folhas de ontem estampou em fac-símile o programa da recepção presidencial em que, diante do corpo diplomático, da mais fina sociedade do Rio de Janeiro, aqueles que deviam dar ao país o exemplo das maneiras mais distintas e dos costumes mais reservados elevaram o *corta-jaca* à altura de uma instituição social. Mas o *corta-jaca* de que eu ouvira falar há muito tempo, que vem a ser ele, Sr. Presidente? A mais baixa, a mais chula, a mais grosseira de todas as danças selvagens, a irmã gêmea do batuque, do cateretê e do samba. Mas nas recepções presidenciais o *corta-jaca* é executado com todas as honras de música de Wagner, e não se quer que a consciência deste país se revolte, que as nossas faces se enrubesçam e que a mocidade se ria![14]

A elite ainda não estava preparada para cair no samba e requebrar os quadris. Apesar dos ataques, Chiquinha sobreviveria muitos anos e seria um grande sucesso, inclusive em Portugal, onde chegou a apresentar suas músicas e peças inteiras. Ela compôs a

sua última partitura aos 83 anos, falecendo aos 87, em 28 de fevereiro de 1935.

Nair de Teffé, que causou a celeuma nacional com o “Corta-Jaca”, também foi uma mulher à frente de seu tempo. Filha de Joana e Antônio Luiz von Hoonholtz, barões de Teffé, Nair nasceu no seio da alta sociedade brasileira. Seu pai foi um herói da Guerra do Paraguai e diplomata. Ela foi educada na França, no Convento de Santa Úrsula, em Nice, e em Paris teve aulas de desenho com *Mlle.* Levrut e de desenho com modelo-vivo na Académie Julian, por onde também passaram muitas artistas brasileiras, como Tarsila do Amaral (1886-1976), contemporânea de Nair.

Para desespero do barão de Teffé, a sua inteligente filha desenvolveu, além de uma veia artística, uma satírica, levando-a desde cedo a realizar caricaturas. Estas começaram a circular na alta sociedade carioca, mas até esse ponto, tudo sendo feito em âmbito doméstico, restrito ao seu círculo íntimo, não havia nada de diferente do que outras mulheres talentosas fizeram até então. Entretanto, Nair inovou ao romper com o espaço doméstico, expondo-se e ao seu trabalho num espaço até então destinado ao homem. Vencida a resistência do pai, ela conseguiu permissão para publicar suas caricaturas. A primeira delas foi a da artista francesa Réjane, na *Fon-Fon* de 31 de julho de 1909. Depois disso, começou a colaborar com diversas publicações nacionais e estrangeiras, como *Binóculo*, *Careta*, *O Malho*, *Ken*, *Fon-Fon*, *Revista da Semana*, *Gazeta de Notícias*, além das revistas francesas *Le Rire*, *Excelsior*, *Fémina* e *Fantasio*. Ela é considerada pelo crítico de arte e escritor Herman Lima a primeira caricaturista brasileira.

Existem os que afirmam que Nair de Teffé seria a primeira mulher no mundo a fazer caricaturas, o que não é verdade. A primeira mulher a fazer isso de forma profissional foi Mary Williams (1869-1961), que começou a trabalhar como ilustradora para o *The San Francisco Examiner* em 1897 e depois para o *New York World* como caricaturista em 1899. Entretanto, a história da mulher, não só no Brasil como no mundo, é uma história do silêncio sobre elas. Como saberemos com certeza se não houve estrangeiras e brasileiras que, fazendo uso de pseudônimos masculinos, não trabalharam com essa arte antes? O pseudônimo servia tanto para

que a mulher não fosse reconhecida, e com isso “falada”, normalmente por imposição patriarcal, como para fazer sua arte ser aceita de maneira mais fácil por homens: editores, produtores e empresários artísticos e pelo próprio público. De que outra forma ela poderia, desde os primórdios, lidar com o preconceito dos homens se não agindo de forma a fazer com que eles acreditassem no que queriam acreditar?

Nair passou a publicar suas caricaturas utilizando um anagrama para o seu nome, Rian, para preservar sua identidade, e não podia aceitar pagamento, porque isso não convinha para uma mulher da aristocracia da época. Futuramente, ela faria de Rian uma marca. Nesse ponto, a história dela e a de Chiquinha Gonzaga divergem. Se Chiquinha, já marginalizada, não tinha nenhum prurido em ser reconhecida como artista no mundo musical e insistiu com os empresários que seu nome real aparecesse em seu trabalho, Nair não romperia com a sociedade aristocrática em que nascera, em que alguns trabalhos, ainda mais femininos, não eram bem-vistos. Em entrevista a Herman Lima sobre a sua arte, ela mesma disse que colaborou em revistas, “embora sem remuneração, é claro”.[15]

Chiquinha foi uma precursora. Abriu frente para as mulheres em áreas até então dominadas pelo homem e lutou pela profissionalização e pela remuneração dos trabalhos artísticos. Conseguiu ser aceita em ambientes e trabalhos anteriormente só frequentados pelo sexo masculino. Nair foi mais uma das inúmeras mulheres que, com dons artísticos, tiveram que tratá-los como passatempo até encontrarem um marido. Após seu casamento com o presidente Hermes da Fonseca, viúvo e 31 anos mais velho que ela, Nair deixou de se dedicar a sua carreira. Esse casamento foi o único, até hoje, realizado durante o mandato de um chefe de Estado do período republicano. Outros dois, na época do Império, já haviam ocorrido: o de d. Pedro I com d. Amélia em 1829 e o de d. Pedro II com d. Teresa Cristina em 1843.

A ILLUSTRAÇÃO BRAZILEIRA

PREÇO DO NUMERO: 1$000 — TERÇA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 1913 — 5º ANNO — N. 110

O CASAMENTO DO SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA — O Exmo. Sr. marechal Hermes da Fonseca e senhorita Nair de Teffé, posando especialmente para «A Illustração», no «Villino Nair», em Petropolis, antes das cerimonias civil e religiosa.

Foto do casamento de Nair de Teffé com o presidente marechal Hermes da Fonseca. Capa da revista *A Illustração Brazileira*, 10 dez. 1913. Acervo Biblioteca Nacional/RJ.

Aqui também cabe outra comparação. Enquanto Chiquinha, 36 anos mais velha que o homem que ela amou, teve que adotar o rapaz para justificar a presença dele junto a ela, Hermes e Nair

casaram-se em 1913 no Palácio Presidencial Rio Negro, em Petrópolis, sob as bênçãos do cardeal Arcoverde, poucos meses após a viuvez do marechal.

Após o mandato de Hermes, Nair sofreu um acidente e foi se tratar na Europa. O casal viveu por seis anos na Suíça e retornou em 1921 ao Brasil. Ele foi eleito presidente do Clube Militar e viu-se no meio de uma intriga política e do movimento tenentista. Acabou sendo preso em 3 de julho de 1922 e libertado no dia seguinte. No dia 5, novamente foi encarcerado, acusado de participar da Revolta do Forte de Copacabana. Nair, assim como a marquesa de Santos havia feito 79 anos antes, pediu que fosse presa junto com o marido, mas, ao contrário de Domitila, não conseguiu. Hermes saiu da prisão graças a um *habeas corpus* no começo de 1923, morrendo nove meses depois em Petrópolis, para onde havia se retirado para junto dos sogros e da esposa.

Nair entrou numa forte depressão com a perda do marido e nunca mais se casou. Sempre iria se referir a ele, carinhosamente, como “o marechal”. Com o tempo, voltou a fazer suas caricaturas e envolveu-se em obras sociais. Em Petrópolis, dedicou-se a atividades teatrais e culturais, chegando a atuar como atriz, diretora e roteirista. Já havia participado em 1913 da apresentação da peça que Coelho Neto lhe dedicou, chamada *Miss Love*. A apresentação foi realizada no Rio de Janeiro, no teatro João Caetano numa récita beneficente. Em 1932, ao ter acesso à herança do pai, morto no ano anterior, construiu no Rio de Janeiro, na avenida Atlântica, em Copacabana, o Cine Rian. Teria perdido tanto o cinema quanto a ilha Francisca, em Angra dos Reis, presente do seu falecido marido, segundo rumores, por dívidas de jogo.[16]

Numa entrevista em 1924 posicionou-se publicamente a favor do voto e do trabalho feminino: “Por que permitir ainda que os homens continuem a atrapalhar a vida econômica do sexo frágil […] disputando-lhes os empregos e os cargos ao alcance de suas forças e capacidade?”[17]

A velhice de Nair não foi muito fácil. Quase sem renda, era obrigada a dividir a pensão deixada pelo marido com um dos filhos deficientes do primeiro casamento dele. No começo dos anos 1970, foi surpreendida pela Receita Federal cobrando-lhe impostos

atrasados. Não teve dúvida: fazendo aflorar a mocinha que fizera uma caricatura de Rui Barbosa após o pronunciamento devido a sua execução do “Corta-Jaca”, tantos anos antes, fez no formulário enviado pelo governo a caricatura do ministro da Fazenda da época, Delfim Netto, com a seguinte mensagem: “Ministro, desculpa-me, mas essa coisa de Imposto de Renda é muito complicada pra mim. Vocês deviam dispensar os adultos com mais de setenta anos.”[18]

Dizia detestar duas coisas: ser chamada de primeira-dama e o imposto de renda. Quase foi despejada da casa em que morava em Niterói, em 1970, por falta de pagamento. Durante o governo do presidente Médici e com a morte do enteado, a sua pensão foi corrigida, e ela passou a recebê-la integralmente.

Aos 81 anos, andou de avião pela primeira vez e achou ótimo, muito melhor que ônibus ou carro. Foi para uma viagem a São Paulo, a convite de uma emissora de TV, fazer num programa a caricatura do então presidente, marechal Costa e Silva. Suas declarações demonstravam que, com a idade, não perdia a noção das mudanças sociais: demonstrou ser a favor do divórcio, era fã da Jovem Guarda e chegou a afirmar que só não usava minissaia porque suas pernas já não colaboravam.[19]

Passou os anos finais morando em Niterói, numa sala cheia de móveis, onde dormia. Seu passatempo era fazer caricatura dos atores de novelas. Faleceu em 10 de junho de 1981, no dia em que completava 95 anos.

A mulher, o corpo e a arte

Nair até hoje não teve contestado o título de primeira caricaturista brasileira, entretanto, ela não foi a primeira brasileira a se envolver com as artes plásticas. Tal título poderia ser da mítica pernambucana Rita Joana de Sousa, que, falecida aos 23 anos, em 1719, teria sido pintora, filósofa, historiadora, escritora e poetisa de obras nunca dadas a público.[20]

Um dos principais motivos da falta de mulheres artistas de destaque no Brasil, bem como no restante do mundo, vem do fato de que, até o século XIX, elas, se aceitas nas Academias e Escolas de Belas Artes, não podiam cursar aulas com modelo-vivo. Como lembra a socióloga Ana Paula Cavalcanti Simioni: O estudo do modelo-vivo era concebido como parte essencial da formação dos artistas, transformando-se em valor supremo, particularmente na academia francesa, vista como um modelo para as demais, incluindo a brasileira. Considerava-se inapropriado que mulheres observassem os corpos despidos. Tal ressalva moral traduziu-se em uma exclusão institucional: as escolas de artes oficiais foram, por muito tempo, reticentes com relação ao ingresso de alunas entre seus quadros.[21]

Durante muito tempo, as mulheres que queriam estudar arte mais a fundo contavam com professores particulares, quando apoiadas por seus pais, maridos e familiares, e destacavam-se normalmente pintando paisagens e naturezas-mortas. Se a Academia Imperial de Belas Artes, sediada no Rio de Janeiro, não as aceitava, a Exposição Geral de Belas Artes, organizada periodicamente por essa instituição, não lhes vetava o envio de trabalhos.

Dessa forma, foram encontradas entre 1844 e 1922 mais de duzentas mulheres participantes das exposições,[22] que, com a República, receberam o nome de salões. Algumas dessas mulheres receberam destaque, como Joana Teresa Alves de Carvalho, Francisca Breves, Elvira Ayrosa, Cornélia Ferreira França, Rachel Haddock Lobo, Guilhermina Tollstadius e Isabel Alberto, entre outras. Em 1888, o crítico Luís Gonzaga Duque-Estrada tratou em sua obra sobre a arte brasileira da artista Abigail de Andrade: […] A sra. Abigail rompeu os laços banais dos preconceitos e fez da pintura a sua profissão, não como outras que, acercadas dos mesmos cuidados paternais, aprendem unicamente a artezinha colegial […]. A sra. Amadora possui um espírito mais fino, mais profundamente sensível às impressões da natureza e sabe, ou por si ou inteligentemente guiada, aplicar o seu talento a uma nobre profissão que há de, se não agora, pelo menos em breve tempo, colmar-lhe a vida de felicidades.[23]

Abigail nasceu em Vassouras, no Rio de Janeiro, em 1864, no seio da elite cafeeira da região. Teve educação esmerada e, assim como a sua conterrânea, a capitalista Eufrásia Teixeira Leite, também estudou no colégio de Madame Grivet. Ansiando por mais educação e contato com a capital, Abigail chegou ao Rio de Janeiro no início da década de 1880, onde passou a morar com uma tia.

No ano seguinte, o Liceu de Artes de Ofícios do Rio de Janeiro, criado em 1856, passou a permitir o ingresso de mulheres como alunas ao criar o Curso Profissionalizante Feminino. Esse curso visava dar cumprimento ao decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879, que abriu a oportunidade às brasileiras de frequentarem diversas instituições de ensino superior, desde que em salas reservadas para o seu sexo.

Entretanto, a ideia da aceitação e formação de mulheres em trabalhos de arte manuais era totalmente técnica, voltada para um público mais humilde, para que pudesse gerar renda para seu sustento por meio da confecção de brochuras e cartonados para livros, desenhos para gravuras, colorir figurinos, mapas e estampas e enfeitar chapéus.[24] Mesmo assim, Abigail aproveitou a chance que surgiu para aprimorar-se.

No Liceu, passou a ser aluna do artista Ângelo Agostini, dono da *Revista Ilustrada* e das falidas *Diabo Coxo* e *Cambrião*, em São Paulo. A evolução da carreira de Abigail deu-se paulatinamente, e tanto a Academia quanto a crítica foram reconhecendo a sua arte. Ela tornou-se uma das primeiras brasileiras a se firmar como artista num meio onde antes a mulher entrava apenas como modelo.

Em 1884, participou da Exposição Geral de Belas Artes, em que ganhou a Grande Medalha de Ouro, também conhecida como medalha de ouro de primeiro grau. Foi a primeira brasileira a receber uma. Sucederam-se até 1888 diversas exposições, inclusive com a oferta por parte da Academia Imperial de Belas Artes em adquirir algumas de suas obras para o acervo estatal, o que foi recusado pela pintora.[25]

Assim como Nair/Rian, Abigail, devido à classe social a que pertencia, não podia ter uma profissão. Provavelmente, é por isso que, mesmo ela sendo condecorada em 1884, o crítico Gonzaga Duque-Estrada chama-a de “Sra. Amadora”. Ela não podia ser

considerada uma artista plena sem ser profissional, sem viver de sua arte, o que deve ter causado uma dualidade e uma incompletude em diversas artistas como ela.

Se por um lado 1888 marcou a consagração e o reconhecimento de Abigail, também marcou a sua saída do Brasil. Ela havia se envolvido com o seu mestre, Ângelo Agostini, casado e 21 anos mais velho. Juntos, partiram para Paris após Abigail ter uma filha, a futura pintora Angelina Agostini (1888-1973). Em 1889, seu nome apareceu junto com o da pernambucana Alice Santiago entre as pintoras participantes da Exposition Universelle. Também em 1889 nasceu e morreu pouco depois de tuberculose um menino, seu segundo filho com Agostini. No ano seguinte, Abigail morreu da mesma doença aos 26 anos em Paris.

Com a República, em 1892, a Escola Nacional de Belas Artes, sediada no Rio de Janeiro, sucessora da Academia Imperial de Belas Artes, criada em 1826, passaria a aceitar mulheres, mas não a absorvê-las totalmente. Como já vimos, o estudo destinado a elas era diferenciado em relação ao do homem. Por isso, grande parte das mulheres que entraram para a Escola Nacional de Belas Artes optou pelo curso de livre frequência, em vez do estatutário, em que teriam de prestar exames de admissão respondendo sobre matérias que o seu currículo não contemplava.

Se abertas a todos, as aulas de modelo-vivo seriam um problema na época. A abertura da escola para mulheres previa a criação de turmas separadas por gênero, o que não ocorreria imediatamente. As classes de modelo-vivo eram bastante frequentadas pelos alunos. Uma sala excessivamente cheia de homens, com os alunos acotovelando-se diante de modelos nus ou seminus, não era, certamente, um ambiente em que as alunas se sentiriam confortáveis.

Nicolina e Julieta, mulheres e escultoras

Até o início do século XX, somente duas mulheres que entraram na Escola Nacional de Belas Artes optaram por ter aulas de modelo-vivo: a campineira Nicolina Vaz (1874-1941) e a belenense Julieta de França (1870-1951), ambas estudantes de escultura.

Nicolina já havia estudado escultura em Campinas e se tornado reconhecida na cidade. Em 1897, ela ganhou do Pensionato Artístico do Estado de São Paulo uma bolsa para estudar na Escola Nacional de Belas Artes. Casou aos 16 anos em 1890 com o médico Benigno Alfredo de Assis, com quem teve diversos filhos. Ele foi um grande incentivador da sua arte. É o que podemos inferir, tendo em mente a rígida sociedade da época. Seria impensável uma jovem senhora de 23 anos, casada e com filhos, partir de Campinas para estudar na capital sem autorização do marido e sem rompimentos e escândalos.

Em 1904, ela recebeu uma nova bolsa do Pensionato Artístico do Estado de São Paulo, dessa vez com algum alarde, uma vez que somente com a aprovação da dotação por parte da Assembleia estadual ela era oficializada. Até então, o governo paulista só havia enviado homens para estudar no exterior, o que ocasionou um entrave burocrático. Nicolina foi estudar na Académie Julian, para aprimorar suas técnicas e conseguir fazer direito as classes de modelo-vivo, uma vez que não foi aceita para ter aulas sobre o tema na Belas Artes em 1897. A Julian foi uma das mais importantes escolas privadas de arte da Europa na época e uma das primeiras a aceitar mulheres e permitir que elas tivessem acesso às classes de modelo-vivo.

Ao retornar ao Brasil, conquistou diversos prêmios e o reconhecimento do público. Muito tímida e introspectiva, não foi receber sua menção honrosa de primeiro grau em 1901, ganha no Salão Nacional de Belas Artes antes de sua partida para a França. Em 1906, recebeu outra menção honrosa e, em 1907, a medalha de prata.

Após a morte do marido, passou a viver de sua arte, aceitando encomendas tanto particulares quanto governamentais e recebendo por elas. Em 1911, casou-se com o também escultor Rodolfo Pinto do Couto.

Autora de muitos bustos de presidentes brasileiros que hoje se encontram no Museu da República, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, também tem esculturas espalhadas pela cidade, principalmente nos jardins, como no do Passeio Público e no da Quinta da Boa Vista. Em São Paulo é autora do túmulo do último governador paulista da época do Império, general Couto de Magalhães que está no cemitério da Consolação. Foi a primeira mulher a projetar e esculpir um conjunto escultórico num cemitério brasileiro. Também em São Paulo é autora da Fonte Monumental, um conjunto escultórico em mármore de Carrara e bronze que hoje se encontra na praça Júlio de Mesquita, no centro da capital. Nicolina morreu no Rio de Janeiro em 1941.

A outra escultora de que falamos, Julieta de França, foi bem menos tímida e introspectiva que Nicolina. Tendo iniciado seus estudos artísticos em Belém, no Pará, chegou ao Rio de Janeiro para estudar na Escola Nacional de Belas Artes, onde entrou em 1897. Ao contrário de Nicolina, conseguiu ser aceita no curso de modelo-vivo, tornando-se a primeira no Brasil a cursar a matéria. Em 1900, Julieta foi a única concorrente na categoria escultórica à bolsa da Escola de Belas Artes para estudar no exterior e obteve-a. Assim como Nicolina, e diversas outras brasileiras, Julieta foi para Paris, onde entrou para a Académie Julian e, em 1902, para o Instituto Rodin, onde as aulas para mulheres eram ministradas por Émile Antoine Bourdelle, discípulo do escultor Auguste Rodin.

Em 1904, sua obra *O sonho do filho pródigo* foi aceita pelo Salão de Belas Artes de Paris. A crítica francesa era a melhor possível em relação a ela. Henri Dac, crítico do *Univers*, colocou a obra de Julieta logo abaixo de *O pensador*, de Rodin.[26] Animada com o resultado, Julieta enviou uma cópia do artigo para o diretor da Escola Nacional de Belas Artes, Rodolfo Bernardelli. Este, porém, se limitou a dizer que a vizinhança da escultura dela à grande obra de arte de Rodin era perigosa e mandou que ela se lembrasse da fábula de Ícaro.[27] Na mitologia grega, Ícaro é filho de Dédalo e encontra-se preso junto com o pai na ilha de Creta. Para conseguirem fugir do local, Dédalo constrói asas com penas de gaivotas e mel e manda que o filho não voe nem muito perto do mar, para a umidade não deixar as penas pesadas e ele afundar, nem

próximo ao sol, para que o calor deste não derreta o mel e o faça cair no mar. Sem ouvir o pai, Ícaro não busca o meio-termo e, deixando-se encantar pelo sol, acha que pode chegar até ele. O mel derrete, as penas soltam-se, e ele morre afogado no mar. Essa é a mensagem que Bernardelli tentava passar a Julieta enquanto a imprensa francesa e a brasileira louvavam-na como artista.

Após cinco anos na França, ela retornou ao Brasil. Passou a expor no Salão Nacional de Belas Artes, onde foi notada por diversos críticos, mas sua carreira nacional teve um fim abrupto. Em 1906, Julieta participou de um concurso para um monumento à República com o trabalho *Glória da República do Brasil*. No entanto, a comissão, formada por Rodolfo Bernardelli e diversos professores e artistas conceituados, reprovou o projeto de Julieta, informando que ele "não satisfazia quer do ponto de vista de obra de arte, quer considerado exclusivamente quanto à interpretação ou alegoria histórica e comemorativa".[28]

Julieta insurgiu-se contra o júri. Submeteu seu trabalho a mais de cinquenta artistas, entre brasileiros, italianos, franceses e portugueses. Organizou os laudos recebidos favoráveis ao seu trabalho, entre eles os de Auguste Rodin, Bourdelle, Carolus-Duran, ao lado dos brasileiros Rodolfo Amoedo e Eliseu Visconti, e submeteu o dossiê ao Congresso Nacional para que esse agisse como Supremo Tribunal contra a comissão artística nacional.

Julieta, com sua guerra movida contra a comissão, colocou em dúvida grandes nomes, como o do diretor da Escola Nacional de Belas Artes. Como era que o Brasil, até então dado a louvar os grandes mestres franceses, italianos e portugueses, tomava deles uma reprimenda dizendo que uma comissão de sumidades havia falhado ao desqualificar o trabalho de Julieta de França? No fim, nada de fato ocorreu, a não ser o desaparecimento do nome da escultora do cenário artístico nacional, que lhe fechou as portas após ser afrontado. Ela passou a ser professora de modelagem no Instituto de Surdos e Mudos no Rio de Janeiro e posteriormente voltou para Belém, onde um projeto seu para um monumento ao marechal Floriano Peixoto foi aceito em concurso nos anos 1920, quando voltou, por pouco tempo, a receber menção nacional.

Julieta de França, revista *Fon-Fon*, 12 mar. 1921, p. 23. Acervo Biblioteca Nacional/RJ.

Segundo Ana Paula Cavalcanti Simioni:

> Seu caso é paradigmático dos limites e cerceamentos impostos pelo mesmo campo artístico. A baixa institucionalização e a precariedade do campo cultural brasileiro trouxe duas consequências, opostas. Uma primeira seria positiva: dada a carência de escultores foi possível que uma mulher se candidatasse e vencesse o concurso da escola, o que lhe trouxe relativa fama. Porém, essa mesma fraqueza do meio cultural fazia dela vítima fácil da dominação personalista e autoritária, em especial, da realizada pelo diretor da academia que, ao fim, reinava na escola, nos júris dos salões e nas encomendas públicas. Na disputa entre Bernardelli e sua ex-aluna, evidentemente somente ele poderia sair vencedor. E o prêmio final foi claro: ele passou para a história da arte sendo nome conhecido por todos, ela foi excluída, tornando-se pouco mais do que uma linha nos dicionários especializados.

Georgina de Albuquerque e a mulher como heroína

Outro nome saído da Escola Nacional de Belas Artes para a consagração nacional e internacional foi o da paulista Georgina Moura Andrade de Albuquerque, nascida na cidade de Taubaté em 1885.

Georgina Albuquerque, como viria a ser conhecida, entrou aos 19 anos na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Casou-se com o pintor Lucílio de Albuquerque, que a incentivou na arte. Foram juntos para Paris, onde ela continuou seus estudos, evoluindo como pintora impressionista. Em 1909, Georgina recebeu a sua primeira menção honrosa pelo quadro *Supremo amor*, que participou do Salão Nacional de Belas Artes daquele ano. Seria o início do seu reconhecimento pela crítica brasileira, que com o passar dos anos colocaria o trabalho dela em pé de igualdade com os demais pintores nacionais.

Participou de diversas exposições fora do Brasil, e aqui, em 1927, assumiu a cadeira de pintura deixada por João Batista Costa na Escola Nacional de Belas Artes, lecionando por vinte anos como livre-docente e, posteriormente, como catedrática. Chegou a ser a primeira mulher diretora da escola. Em 1943, após a morte do marido, criou o Museu Lucílio de Albuquerque, onde instituiu cursos de pintura e desenho para crianças. Há obras suas em diversos museus no mundo e foi representante no Brasil do Museu Guggenheim de Nova York. Faleceu no Rio de Janeiro em 1962.

Existem trabalhos de Georgina em diversos museus no Brasil, como Itamaraty, Museu Nacional de Belas Artes e Museu Histórico Nacional. No Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro existe uma tela icônica chamada *Sessão do Conselho de Estado que decidiu a Independência*. A obra não é só importante por ter feito de Georgina a primeira brasileira a pintar uma tela de gênero histórico, mas porque ela pintou uma mulher como sendo o centro dos acontecimentos que levaram a um marco importante da história do Brasil.

No quadro da artista, a então princesa d. Leopoldina aparece em destaque presidindo a sessão do Conselho de Estado, realizada em setembro de 1822, que concluiu que o rompimento com Portugal era inevitável. Nesse espírito, enviaram, tanto ela quanto José Bonifácio, cartas para o príncipe d. Pedro no sentido de que este

oficializasse a independência brasileira. D. Leopoldina aparece na grande tela com os demais estadistas, os irmãos Andradas, Gonçalves Ledo, Clemente Pereira, gravitando ao redor dela, que é o centro da cena graças ao foco de luz que a ilumina.

Temos, pela primeira vez na história brasileira, uma artista mulher resgatando a imagem de outra mulher e valorizando-a. Georgina retrata plasticamente a dimensão de estadista que d. Leopoldina efetivamente teve. A pintora deu voz às memórias do conselheiro Drummond, testemunha do Conselho de Estado, que escreveu: “Fui testemunha ocular e posso asseverar aos contemporâneos que a princesa Leopoldina cooperou vivamente dentro e fora do país para a independência do Brasil. Debaixo deste ponto de vista o Brasil deve à sua memória gratidão eterna.”[29]

Essa obra, com características impressionistas, foi apresentada em 1922 no Rio de Janeiro por ocasião dos festejos do Centenário da Independência. O trabalho, depois comprado pela Comissão do Centenário da Independência, contrasta fortemente com outro do mesmo período: *Retrato de dona Leopoldina de Habsburgo e seus filhos*. Essa tela foi encomendada pelo diretor do Museu Paulista ao pintor italiano Domenico Failutti e ficou pronta em 1921, sendo até hoje parte da exposição permanente da instituição.

Ao contrário de Georgina, Domenico representou d. Leopoldina como matriarca, reduzindo, ou o artista, ou o responsável pela encomenda, a imperatriz a um estereótipo. A primeira imperatriz do Brasil, na obra de Failutti, é a genitora de uma prole numerosa, com o futuro imperador d. Pedro II, no centro, em destaque, sentado em seu colo, enquanto que as demais princesas gravitam ao redor dele. O pintor representa-a no clássico e confortável papel de mãe, excluindo qualquer elemento político.

É possível entendermos que o quadro encomendado representa a visão do homem da época. Porém, passados quase cem anos desde essas duas releituras, os livros escolares, quando mencionam d. Leopoldina, invariavelmente se referem a ela como “mãe do imperador d. Pedro II” ou “esposa do imperador d. Pedro I”.

Quadro *Sessão do Conselho de Estado*, de Georgina Albuquerque. Acervo Museu Histórico Nacional/Ibram/MinC.

Quadro de Domenico Failutti: *Retrato de dona Leopoldina de Habsburgo e seus filhos*. Museu Paulista/USP.

Anita e Tarsila

Em 1917, enquanto Georgina começava a se afirmar como grande nome nas artes plásticas nacionais, em São Paulo, o escritor Monteiro Lobato publicava no jornal *O Estado de S. Paulo* uma crítica intitulada “Paranoia ou mistificação. A propósito da exposição Malfatti”.[30] Nela, Lobato demonstra o seu desprezo e, por que não dizer, preconceito, com as correntes modernas: “Estas considerações são provocadas pela exposição da Sra. Malfatti, onde se notam acentuadíssimas tendências para uma atitude estética forçada no sentido das extravagâncias de Picasso e companhia.” A crítica a Anita Malfatti (1889-1964) não é totalmente destruidora. Ele vê nela não apenas […] “uma moça que pinta”, como há centenas por aí, sem denunciar centelha de talento, calar-nos-íamos, ou talvez lhe déssemos meia dúzia desses adjetivos “bombons”, que a crítica açucarada tem sempre à mão em se tratando de moças. Julgamo-la, porém, merecedora da alta homenagem que é tomar a sério o seu talento dando a respeito da sua arte uma opinião sinceríssima, e valiosa pelo fato de ser o reflexo da opinião do público sensato […].

Realmente, Monteiro Lobato estava certo, Anita Malfatti não era apenas “uma mulher que pinta”. Era uma artista formada na Europa e nos Estados Unidos e ligada à vanguarda internacional da arte. Anita nasceu em 1889 em São Paulo, a quarta filha do engenheiro Samuel Malfatti e da norte-americana Eleonora Elizabeth Krug, de ascendência alemã protestante. Com a morte do pai, a mãe passou a dar aulas de pintura e desenho para sustentar a família, e Anita, com esse contato com as artes, passou a se interessar por pintar.

Em 1907, formada pelo Mackenzie College, Anita passou a dar aulas de desenho para crianças. Apoiada financeiramente pelo tio e padrinho, o engenheiro George Krug, foi para a Alemanha e

matriculou-se na Academia Real de Berlim. Lá ela começa a ter contato com a vanguarda da arte europeia, como o movimento expressionista alemão, e permaneceu no país estudando até 1913, quando retornou ao Brasil. Anita realizou sua primeira exposição em São Paulo sem qualquer repercussão. Com a guerra, qualquer ideia de conseguir uma bolsa do governo para estudar em Paris se esvaiu. Assim, ela partiu em 1914, novamente com ajuda do tio, para os Estados Unidos, onde entrou para a Independent School of the Arts, em Nova York. Ao regressar ao Brasil, realizou em São Paulo uma exposição individual com os seus quadros em 1917.

Após quase sete anos de estudo em diversos cursos e academias do mundo, ela recebeu aquela crítica de Monteiro Lobato. O escritor então passou a ser atacado por um grupo de intelectuais modernistas, como Mário de Andrade (1893-1945), Oswald de Andrade (1890-1954), Menotti del Picchia (1892-1988), entre outros, que partiram em defesa da arte de Anita.

Na realidade, os paulistas ainda não estavam preparados para a arte de Anita. Ela era mais vanguardista do que a elite de São Paulo estava acostumada. Acompanhando o movimento expressionista, seus quadros nada tinham das pinturas acadêmicas e naturalistas: eram justamente o oposto. Nada era natural, as cores eram fortes e contrastantes e não se encaixavam no padrão que o público via, como um espelho, nas pinturas tradicionais. A arte de Anita encantou os modernistas, que a adotaram, e causou irritação e desconforto em muitos, como Monteiro Lobato. Mas isso não impediu que no futuro se relacionassem, com ela criando ilustrações para seus livros e participando com ele e Menotti del Picchia de um programa na Rádio Cultura nos anos 1940.

Anita passou a pertencer ao chamado Grupo dos Cinco, composto por ela, Tarsila do Amaral, Menotti Del Picchia, Oswald de Andrade e Mário de Andrade. Em 1922, a pintora participou da Semana de Arte Moderna, e, no ano seguinte, partiu para Paris com uma bolsa do Pensionato Artístico de São Paulo. Lá, estudou na Académie Julian e teve contato com importantes artistas plásticos.

Anita retornou ao Brasil no fim dos anos 1920 e passou a dar aulas de desenho no Mackenzie College. Também continuou pintando e expondo, assim como recebendo aclamações da crítica.

Em 1941, tornou-se presidente do Sindicato dos Artistas Plásticos. Foi homenageada em 1963 com uma sala especial na VII Bienal de Arte de São Paulo, falecendo em 1964.

O que pouca gente sabe é que ela era canhota. Anita nasceu com uma malformação da mão direita, passou por cirurgia reparadora, mas teve de aprender a fazer as coisas e, futuramente, a pintar com a mão esquerda. Disfarçava a mão deformada com lenços coloridos.

Anita acabou com o tempo se afastando do grupo modernista que a havia elegido como símbolo. Não seguiu seu desdobramento artístico, o Movimento Pau-Brasil, ao contrário da pintora Tarsila do Amaral, a quem Anita tinha apresentado aos modernistas após a Semana de 22.

Tarsila nasceu em 1886 numa fazenda de café na região de Capivari, em São Paulo. Inicialmente, como as meninas da elite brasileira da época, foi educada em casa por uma preceptora, *Mlle.* Marie van Varemberg d'Egmont. Depois partiu para São Paulo, para ser educada num colégio, e posteriormente para a Espanha, no internato Sacré Coeur de Jesus, em Barcelona, onde teve seu primeiro contato com a pintura. Em 1906, de volta ao Brasil, casou-se com um parente, o médico André Teixeira Pinto. O casal teve uma filha, Dulce.

Assim como Chiquinha Gonzaga, Tarsila escolheu a arte ao casamento. Mas, além do abismo cultural entre ambos, André havia traído Tarsila. Diferentemente das mulheres do seu tempo, ela não aceitou a traição como uma coisa comum dentro do casamento e pediu a separação. A liberdade em tomar esse passo ousado e escandaloso para a sociedade da época deu-se pelo apoio de seu pai, José Estanislau do Amaral, o "dr. Juca", rico fazendeiro, militante da Abolição e da República. Ele amparou as decisões da filha e deu-lhe meios financeiros para que ela tivesse uma liberdade nada comum na época. Futuramente, seria ele quem lutaria para anular o casamento de Tarsila com André para que a filha pudesse se casar novamente.

Em 1913, Tarsila partiu para morar em São Paulo, onde começou a estudar e praticar diversas artes, como poesia, piano, escultura e pintura, tendo aulas com mestres renomados como o

pintor Pedro Alexandrino e o escultor Wilhelm Zadig. Em 1917, com a exposição de Anita Malfatti, as duas passaram a ter contato. Em 1920, Tarsila partiu para estudar em Paris na Académie Julian. Lá, também passou a frequentar o ateliê de outros artistas, tendo aula com Émile Renard.

Na Europa, teve contato com o mundo da vanguarda da arte pelo qual Anita Malfatti havia passado anos antes. A troca de cartas entre as duas ajudava a atualizá-las. Enquanto Anita colocava Tarsila a par do movimento modernista paulista, esta narrava à outra sobre os mestres e os estilos europeus em voga.

Alguns meses após a Semana de Arte Moderna, Tarsila retornou ao Brasil, onde teve seu primeiro contato com Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Menotti del Picchia. Com eles e Anita, fundou, como já vimos, o Grupo dos Cinco. O que aprendeu na Europa seria praticado no Brasil. Tarsila pintou retratos de Mário e Oswald de Andrade com cores expressionistas e gestualidade marcada.

Oswald e Tarsila passaram a se relacionar e partiram juntos para Paris, onde ela abandonou qualquer pretensão acadêmica e passou a ter aulas de técnicas mais modernas. Tornou-se aluna de André Lhote, e o contato com o poeta Blaise Cendrars abriu a ambos a porta de entrada para a intelectualidade de vanguarda na capital francesa. O casal passou a se relacionar com os pintores Fernand Léger, Constantin Brancusi, Pablo Picasso e Albert Gleizes, os músicos Erik Satie, Darius Milhaud e Igor Stravinsky e o escritor Jean Cocteau.

Tarsila criou e expôs em Paris obras de inspiração cubista, mas sem perder as suas origens, a sua brasilidade. São desse período as obras *A negra* e *A caipirinha*, ambas de 1923. Em 1924, de volta ao Brasil, partiu com os modernistas, a mecenas Olívia Guedes Penteado e o poeta Blaise Cendrars numa viagem às cidades históricas mineiras, onde redescobriram a arte do Brasil Colonial, parada no tempo e praticamente esquecida. A viagem abriu a mente dos participantes, principalmente as de Oswald e Tarsila. Deixaram para trás o consumo da arte europeia e passaram, por meio das técnicas e do estilo moderno, a dar uma dimensão brasileira à arte que criavam. Tarsila passou a usar as técnicas aprendidas na Europa para retratar o Brasil, suas figuras e paisagens.

Com a anulação do casamento de Tarsila com o primo, em 1925, ela e Oswald casaram-se em 1926. Em 1928, o casal recebeu artistas europeus de passagem por São Paulo num restaurante especializado em rãs. Oswald começou a teorizar, satiricamente, que o homem descendia das rãs, no que Tarsila disse que todos então seriam antropófagos naquela noite. Dias depois, ela presenteou o marido com a tela representando um antropófago batizada de *Abaporu*, que em tupi significa “o homem que come”.

A reação do marido foi escrever na hora o Manifesto Antropofágico, no qual propunha “deglutir” o legado cultural europeu e “digeri-lo” sob a forma de uma arte tipicamente brasileira. Em 1929, Tarsila pintou o quadro *Antropofagia*, uma obra emblemática em que une *A negra* e *Abaporu*. Em sua fase antropofágica, pintou *Sol poente*, *O sono*, *A rua*, entre outras.

Apesar de muitos atribuírem o movimento a Oswald, nem todos os que viveram o período confirmam isso. Raul Bopp dá crédito a Tarsila: A chefa do movimento foi Tarsila. Oswald ia na vanguarda, irreverente, naquele solecismo social de São Paulo. Foi elemento de resistência e agressão. Pôs a “Antropofagia” no cartaz, com uma técnica de valorização. Tarsila, na sua simplicidade, semeava ideias. Queria um retorno do Brasil, à sua ternura primitiva. A flecha antropofágica indicava uma nova direção.[31]

Em 1929, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York e a crise internacional que veio a seguir, a família de Tarsila acabou sendo afetada. Ela conseguiu um emprego na Pinacoteca do Estado de São Paulo, mas foi demitida com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930. Esse ano também marcou mais uma traição em sua vida. Oswald havia se apaixonado por Patrícia Rehder Galvão, conhecida pelo apelido de Pagu, um ano antes, e separou-se da mulher.

Tarsila era uma mulher fascinante, tinha um temperamento forte, era inteligente, poliglota e chamava a atenção pela sua beleza e sua elegância. Após a separação de Oswald, vendeu alguns de seus quadros e partiu para a União Soviética com o novo namorado, o psiquiatra comunista Osório César. Apresentou seus trabalhos em Moscou e passou por uma nova fase artística ao se tornar sensível à causa dos operários, o que acabou lhe valendo uma ordem de

prisão em 1932 no Brasil devido ao seu envolvimento com movimentos de esquerda. Acusada de subversiva, ficou um mês no Presídio do Paraíso, em São Paulo, durante a revolução paulista de 1932. Em 1933, pintou os quadros *Operários* e *Segunda classe*.

No fim de 1933, Tarsila começou um novo relacionamento, desta vez com o jovem jornalista Luís Martins (1907-1981), vinte anos mais novo que a pintora. O relacionamento terminou no início dos anos 1950. A pintora na época tinha 64 anos, e ele, 43. Luís, então, se casou com a escritora Anna Maria, de 27 anos, cuja mãe era prima-irmã da pintora.

Pintando a vida toda, Tarsila participou de inúmeras exposições e salões pelo Brasil e pelo mundo, inclusive da Bienal de Veneza, em 1967. Também escreveu artigos para o *Diário de São Paulo* entre 1952 e 1954. Em 1950, foi feita a primeira retrospectiva de seu trabalho, no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM/SP). Em 1954, executou o painel *Procissão do Santíssimo*, encomendado para as comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Dois anos depois, entregou *O batizado de Macunaíma* para a Editora Martins.

Em 1969, a crítica de arte Aracy Amaral organizou duas importantes retrospectivas do trabalho de Tarsila, uma no Museu de Arte Contemporânea (MAC/USP) e outra no Museu de Arte Moderna (MAM/RJ). O trabalho de Aracy ajudou a fixar o nome da artista como um dos mais importantes da arte nacional. Tarsila morreu em 17 de janeiro de 1973.

Suas obras encontram-se em diversos museus e coleções particulares, sendo a mais icônica *Abaporu*. A tela foi adquirida na casa de leilões Christie’s de Nova York em 1995 por 1,4 milhão de dólares, que, atualizados em 2016, davam o equivalente a 2,2 milhões de dólares. O mercado estima que, se o proprietário atual da obra, o milionário argentino Eduardo Constantini, a colocar em leilão, o preço atual seria, no mínimo, equivalente a 30 milhões de reais. As obras de Tarsila são reconhecidas internacionalmente no mundo da arte por figurarem entre as melhores opções de investimento, pois nunca se desvalorizam.

Essas artistas, escultoras e pintoras não foram as únicas de suas gerações, mas trilharam os primeiros caminhos, entraram nas

academias, cursaram os mesmos cursos que os homens e foram as primeiras a romper com eles até afrontá-los. Foram influenciadoras e protagonistas de novos tempos, lideraram vanguardas. Trilharam caminhos, abriram picadas para gerações e gerações de mulheres que, como elas, ousaram se expor. Ousaram sair do anonimato imposto pelo patriarcalismo ao seu gênero e foram mais do que esposas amáveis e prendadas: foram artistas.

A mulher e a escrita

Antes de o Brasil, especificamente o Maranhão, ouvir falar em Ana Jansen, a sua tia-avó, Teresa Margarida da Silva e Orta (1711-1793), já tinha dado muito o que falar. Teresa Margarida nasceu em São Paulo. Os pais dela eram a brasileira Catarina Orta, filha de um dos homens mais ricos de São Paulo, e José Ramos da Silva, um português que chegara ao país com 12 anos para tentar a sorte e achou-a. Fez fortuna negociando produtos e gêneros alimentícios para a região das Minas Gerais.

Em 1716, dono de uma vasta fortuna, José Ramos retornou para Portugal levando a família. Teresa e a irmã foram educadas para serem freiras. Entraram para o Convento das Trinas, em Lisboa, para receberem instrução e seguirem a vida religiosa. Mas os planos do pai, que com isso queria concentrar toda a fortuna nas mãos do seu herdeiro masculino, não deram certo. Teresa conheceu, em algum momento, numa festa religiosa ou por trás das grades do convento, o jovem Pedro Jansen Moller, rapaz bem posicionado socialmente, filho de um desembargador, com títulos de nobreza, mas sem dinheiro.

Aos 16 anos, Teresa decidiu se casar e enfrentou a família, contrária à união. Ela conseguiu autorização da Igreja para o casamento ao afirmar que estava grávida, o que causou um rompimento entre o novo casal e seus pais. Os dois, devido à posição do pai de Pedro, frequentavam a corte portuguesa, e o santista Alexandre de Gusmão, secretário do rei e membro do

Conselho Ultramarino, era amigo íntimo do casal. O rei d. Manuel e seu irmão, d. João V, foram padrinhos de dois dos doze filhos tidos por Teresa.

Em 1750, foi enviado para a Real Mesa Censória um livro intitulado *Máximas de virtude e formosura*, que depois seria reeditado em 1777 com o nome de *Aventuras de Diófanes*. O nome que aparece como sendo o da autora do livro é Dorothea Engrassia Tavareda de Dalmira. Trata-se de um acrônimo criado utilizando-se o nome completo de Teresa, que faria o mesmo em outras ocasiões.[32] O censor da Real Mesa, em seu despacho de aprovação, chegou a mencionar que a verdadeira autora havia se traído e revelado a sua verdadeira identidade devido às ideias postas no romance.

A obra de Teresa foi publicada em 1752. Nela, vemos as desventuras dos reis de Tebas e seus filhos, que, em viagem marítima para casarem a filha, acabam atacados, são feitos prisioneiros, separados e vendidos como escravos. A personagem com um pouco mais de destaque em todo o romance é a filha dos reis de Tebas, a princesa Hemirena, que se passa por homem, Belino. Não apenas ela muda de nome, mas é a única a mudar de gênero durante a trama. No final, todos se reencontram, inclusive o noivo de Hemirena, que havia partido em sua busca.

O enredo todo é um pretexto para diversas máximas morais, em que a autora faz crítica ao absolutismo, defende os princípios iluministas e a educação da mulher. Teresa seria uma das apoiadoras das ideias do marquês de Pombal e da expulsão dos jesuítas do Reino. A obra dela também reflete de certa maneira um certo protofeminismo quando a sua personagem diz: “Os homens vieram primeiro ao mundo, fizeram as leis, e tomaram para si as regalias.”[33] Em outro trecho, toca na questão da educação da mulher, afirmando que, se nem em todas elas resplandecem “a luz brilhante das ciências”, é porque os homens estudam e elas não, o que ela não considera justo, uma vez que temos igualdade de almas e o mesmo direito ao conhecimento; e o dizerem que não sabemos entender, ajuizar, aprender e que queremos sempre o pior, é sobra de maldade […], quando neles há sempre mais que repreender, e

nas mulheres muito que louvar, menos naquelas, que muito os atendem, porque eles as arruínam.[34]

Em outro trecho, ela escreve: “Nós não temos a profissão das ciências nem a obrigação de sermos sábias; mas também não fizemos voto de sermos ignorantes.”[35] E essa brasileira oitocentista, fugindo de dezenas de estereótipos, de forma alguma seria ignorante.

Um ano após a saída da primeira impressão, Pedro morreu, deixando Teresa, aos 42 anos, só, cheia de dívidas da serraria no Maranhão e com uma parte dos filhos para terminar de educar. Para piorar a situação, ela envolveu-se no romance entre o filho caçula Agostinho Jansen Moller e d. Teresa José Xavier da Cunha e Melo. A jovem, uma rica herdeira, estava num convento, e seu tio e tutor se opunha ao casamento entre ambos os jovens devido à diferença social e financeira.

Teresa Margarida já havia passado por situação parecida e sabia a alternativa: fingir que a moça estaria grávida de Agostinho, de modo que o casamento seria a única forma de reparar a situação e salvar a dignidade de d. Teresa Melo. Teresa Margarida havia escrito ao próprio rei de Portugal para que interviesse no caso, alegando que a honra da futura nora estava irremediavelmente perdida e que o filho, culpado, tinha de assumir seu erro e casar com a moça. O que ela não previa é que o tio de Teresa Melo exigiria uma prova da desonra, quando foi confirmado que a moça ainda era virgem. O marquês de Pombal ordenou a prisão de Teresa Margarida por ter mentido para o rei. Ela foi confinada no mosteiro de Ferreira de Aves, Agostinho foi degredado para a África e a futura nora e o irmão dela, por terem participado da trama, foram deserdados. D. Teresa Melo foi também presa num convento, e o irmão, degredado, como Agostinho, para Angola.

Somente com a morte do rei e a subida da rainha d. Maria I ao poder a questão se resolveria. A jovem d. Teresa Melo e seu irmão foram libertados, e a herança, restituída. Também Agostinho foi perdoado e os jovens puderam se casar. Teresa Margarida escreveu um poema para a rainha intitulado “Petição que faz a presa à Rainha N. Senhora”. Em versos, contava a d. Maria I sua história e pedia clemência. Durante os sete anos em que ficou presa,

escreveu também o *Poema épico-trágico dividido em cinco prantos*, em que conta a sua história, e uma *Novena para São Bento*. Foi posta em liberdade em 1777, ano em que saiu a segunda edição do seu romance, com o nome mudado para *Aventuras de Diófanes*.

Em 1790, saiu a terceira edição, na qual a autoria é mudada, aparecendo como autor o antigo amigo de Teresa Margarida, Alexandre Gusmão, falecido em 1753. O motivo até hoje parece duvidoso, assim como uma obra no século XVIII atingir três edições. Alguns alegam alguma mudança na política de censura no Reino, outros, a uma jogada comercial. Atribuindo o texto a um homem ilustre já falecido, as vendas poderiam ser maiores. De qualquer forma, a quarta edição da obra, publicada em 1818, saiu novamente com referência a uma “senhora portuguesa”.

Graças à entrada em cena na terceira edição da obra do nome de um homem como sendo o seu “verdadeiro” autor, isso bastou para se contestasse por anos que uma mulher nascida no Brasil teria sido a primeira a escrever um romance nessa língua. As dúvidas foram desfeitas por António da Costa de Sousa de Macedo, escritor e político português, quando teve acesso ao original da *Novena para São Bento* e viu nela o anagrama criado por Teresa Margarida: Dorothea Engrassia Tavareda de Dalmira.[36] A nossa primeira escritora morreu em 20 de outubro de 1793, em Belas, Portugal, onde foi sepultada.

Mesmo se desconsiderarmos o pouco tempo que ela morou no Brasil, seis anos, e o fato de ela se referir a si mesma como uma “estrangeira” em suas obras, o que pode ser levado em conta pelo estilo da época ou da autora, a primeira escritora de que se tem notícias escrevendo no Brasil era contemporânea de Teresa Margarida. Trata-se da ex-escrava Rosa Egipcíaca de Vera Cruz, que produziu o livro religioso *Sagrada teologia de amor de Deus luz brilhante das almas peregrinas*. Contando que a imprensa no Brasil chegaria com a corte portuguesa em 1808, essa obra foi manuscrita. Seria incinerada às vésperas da prisão da autora pelo Santo Ofício.

A imprensa feminina

A imprensa só veria mulheres escrevendo quase cinquenta anos depois de seu início no Brasil. Uma das primeiras jornalistas e proprietárias de jornais foi Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Velasco (1817-1875). Nascida na Bahia, recebeu educação esmerada no Rio de Janeiro, onde traduziu uma peça de Alexandre Dumas e Eugênio Sue, o que lhe franqueou a entrada para o Conservatório Dramático e Musical. Em 1852, foi lançado na Bahia o *Jornal das Senhoras*, primeiro periódico brasileiro redigido por mulheres e pertencendo a uma mulher, a argentina Joana Paula Manso de Noronha. Depois de seis meses como colaboradora do jornal, Violante tornou-se sua proprietária. Posteriormente, de volta ao Rio de Janeiro, criou o periódico *O Domingo*.

Outras mais se dedicaram a publicações femininas, como Amélia Carolina da Silva Couto, no Rio de Janeiro, com o seu *Eco das Damas* (1879), e Josefina Álvares de Azevedo, em São Paulo, com *A Família* (1888). Em Minas Gerais, surgiu em 1873 *O Sexo Feminino*, dirigido por Francisca Senhorinha Motta Diniz. Invariavelmente, esses periódicos criados, dirigidos e escritos por mulheres tratavam de temas que iam desde a luta pela educação feminina até a sua emancipação e a busca pelo reconhecimento da igualdade entre os gêneros. Josefina Azevedo defendia, por exemplo, o término legal dos casamentos já desfeitos socialmente.

Também nos livros, as mulheres lutaram por seus direitos e pelas causas sociais. Esse é o caso da primeira escritora nacional publicada no Brasil: Maria Firmina dos Reis. Ela nasceu em 1825 em São Luís, Maranhão. Era mestiça, filha da branca Leonor Felipe dos Reis e do negro, provavelmente ex-escravo, João Pedro Esteves. Com 5 anos, mudou-se para Vila de Guimarães, município de Viamão, no mesmo estado, onde foi criada pela família materna. Recebeu forte influência do primo, o escritor Sotero dos Reis. Foi educada em casa e continuou os estudos como autodidata, aprendendo a ler e escrever em francês fluentemente.

Em 1859, Maria Firmina publicou seu romance Úrsula, com o pseudônimo de “uma maranhense”. Além de ter sido o primeiro livro

publicado por uma mulher no país, foi o primeiro romance abolicionista brasileiro. Os demais romances do gênero, como *As vítimas-algozes* (1869), de Joaquim Manuel de Macedo, e *A escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães, e o poema de Castro Alves *Navio negreiro* (1869), são posteriores e escritos por homens do ponto de vista deles. Tanto Macedo quanto Guimarães tratam a escravidão em suas obras como um mal que tem de ser combatido para a preservação da família branca. Castro Alves fala da desumanização do homem por meio do tráfico. Enquanto isso, Maria Firmina falou da mulher negra e da história que esta deixou na África, humanizando a personagem com uma verdade inerente aos escritores que vivenciam e conhecem sobre o que escrevem sem idealizar o tema.

Além do ponto de vista do negro, Firmina explorou em seu romance o da mulher, fazendo crítica ao patriarcado, como quando diz: Não sei por quê, mas nunca pude dedicar a meu pai amor filial que rivalizasse com aquele que sentia por minha mãe, e sabeis por quê? É que, entre ele e sua esposa, estava colocado o mais despótico poder: meu pai era o tirano de sua mulher; e ela, triste vítima, chorava em silêncio e resignava-se com sublime brandura.[37]

Além do romance, Maria Firmina também publicou textos em jornais como *A Imprensa*, *O Jardim dos Maranhenses*, *Porto Livre*, *Semanário Maranhense*, *O Domingo*, *O Paiz* e outros periódicos maranhenses, utilizando as iniciais M.F.R. como assinatura.

Em 1847, ela prestou concurso e foi aprovada como professora primária na Vila de Guimarães. Foi a primeira mulher a passar nessa prova no Maranhão. Aposentou-se em 1881, e um ano antes, aos 55 anos, fundou a primeira escola mista do Maranhão, onde recebia tanto negros quanto brancos. A escola foi fechada em 1890, e Maria Firmina morreu em 1917, aos 92 anos, pobre e cega.

Negra, favelada e escritora

Mesmo sendo uma mulher bastante instruída e convivendo com a intelectualidade e os abolicionistas de sua época, Maria Firmina não foi reconhecida nacionalmente no período. Se ser mulher era, e ainda é, um desafio para se destacar numa sociedade patriarcal, o que falar daquelas na faixa da miséria, pouco letradas e moradoras de favelas? Esse foi o caso de Carolina Maria de Jesus (1914-1977), negra, descendente de escravos, nascida em Minas Gerais, na cidade de Sacramento. Foi alfabetizada e cursou até o segundo ano primário, quando teve de largar a escola para trabalhar.

No final dos anos 1940, Carolina mudou-se para São Paulo, onde trabalhou por algum tempo como empregada doméstica. Ao engravidar, foi mandada embora, e começou a parte mais complicada de sua vida. Solteira, grávida, restava-lhe morar numa favela. Foi para a do Canindé, nas margens do rio Tietê. Lá, anos depois, em 1958, já mãe solteira de três filhos, Carolina foi descoberta pelo jornalista Audálio Dantas, que cobria a situação do local. Com espanto, o jornalista deparou-se com uma mulher negra, favelada, que ameaçava os vizinhos dizendo que iria falar sobre eles no livro que estava escrevendo. Desde 1955, Carolina, que passara a viver de pequenos trabalhos e de recolher e vender sucata, achou um caderno no lixo e passou a manter um diário.

Audálio começou a publicar uma série de matérias sobre ela e trechos do seu material no jornal *Folha da Noite*. Logo a revista *O Cruzeiro* também se interessou pela escritora. Em 1960, ela publicou seu primeiro livro, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. O nome era devido a uma comparação feita por ela quanto a sua situação como favelada. Ela dizia que a favela era o quarto de despejo de uma cidade: Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos (*sic*), almofadas de sitim (*sic*). E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.[38]

Às vezes, ela era mais enfática: “Eu classifico São Paulo assim: O palácio é a sala de visita. A prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos.”[39]

No seu diário transformado em livro, ela relatava o seu dia a dia, um verdadeiro trabalho de Sísifo. Tal como o mítico grego que como

punição era obrigado a levar uma pedra para cima de uma montanha, que ao fim da tarefa rolava de novo para baixo, fazendo-o recomeçar o trabalho, Carolina anotava todos os dias a sua busca por dinheiro para comprar comida, alimentar os filhos e sustentar-se. Numa das passagens da obra, ela mostra que a sua fome tinha cor: Resolvi tomar uma média e comprar um pão. Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves, tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos.[40]

A fome, aliás, é uma constante em sua obra e permeia até o seu pensamento político: O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disseme que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas têm mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil a pátria e ao país. Pensei: se ele sabe disto, por que não faz um relatório e envia para os políticos? O senhor Jânio Quadros, o Kubitschek, e o Dr. Adhemar de Barros? Agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades… O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo e nas crianças.[41]

Ou ainda: “E assim, no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome!”[42]

Ao ver homens jogando latas de salsichas para os pobres da favela, criticou a ganância dos empresários, que mantinham os preços altos segurando os produtos e, depois que estes venciam, jogavam as latas estufadas com os produtos podres para os favelados.

“Como é horrível ver um filho comer e perguntar: ‘Tem mais?’ Essa palavra ‘tem mais’ fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as penas e não tem mais.”[43]

Isso nas letras de um escritor poderia soar falso, poderia ser uma criação ficcional, mas, vertido para o papel por alguém que sofreu a situação, como ela, as palavras detêm uma verdade de que nenhum ficcionista poderia chegar aos pés.

Ela também sofreu com o machismo reproduzido pelas próprias mulheres dentro da favela. Como mãe solteira, era malvista pelas

outras. Em seu diário, acusa que a única coisa que não existe na favela é solidariedade, ao mesmo tempo em que dá graças a Deus por não ser casada. As outras mulheres, que iam a sua porta reclamar de seus filhos, os quais ela era obrigada a deixar sozinhos enquanto ia atrás de latas, papel e garrafas para vender, apanhavam de seus maridos à noite, enquanto ela e suas crianças dormiam ouvindo valsas vienenses. Carolina possuía um rádio, um dos únicos da favela, o que era motivo de inveja dos vizinhos.

A aceitação do livro de Carolina pelo público foi grande, ainda mais depois de dois anos de exploração de seu nome pela mídia até a publicação de sua obra. A primeira edição de *Quarto de despejo* foi de 30 mil exemplares, vendendo 80 mil ao longo de diversas reedições. Se esse número é surpreendente no universo editorial atual no Brasil, na época representou um sucesso absurdo. O livro foi traduzido para catorze línguas e publicado em vinte países. No lançamento em São Paulo, na livraria Francisco Alves, editora da obra, diversas personalidades estavam presentes, incluindo Pelé.

Carolina conseguiu com a obra realizar seu desejo: sair da favela. Comprou uma casa em Santana, mas não foi muito feliz lá. De temperamento forte, acabou sendo malvista pela vizinhança e adquiriu um sítio em Parelheiros, para onde se mudou. Mas, após ser consumida avidamente como um produto, Carolina foi aos poucos sendo esquecida. Seu segundo livro, *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961), não alcançou o sucesso do primeiro, e sua terceira obra, *Quem foi que disse* (1969), um livro de provérbios, teve que ser publicado à custa da autora. Faleceu em 1977 durante um ataque de asma. Após sua morte, foram publicados de sua autoria *Diário de Bitita*, inclusive na França, *Um Brasil para brasileiros, Meu estranho diário* e *Antologia pessoal*.

“Mulher, preta e caipira”

Igualmente negra, pobre e escritora foi Ruth Guimarães Botelho (1920-2014), que costumava dizer que sofreu três vezes nesta vida:

por ter nascido mulher, preta e caipira. O leitor atual, menos atento à história da literatura brasileira, talvez não tenha ouvido falar dela. Mas Mário de Andrade, Lygia Fagundes Telles, Rachel de Queiroz, Antonio Candido e tantos outros intelectuais e escritores sabiam de quem se tratava. Ruth foi escritora, dramaturga, cronista, poeta, folclorista, crítica, professora, mãe, esposa e mulher. Incontáveis autores iniciantes, como eu, reverencialmente, com a respiração suspensa, ouviram o veredito de dona Ruth a respeito de um livro recém-lançado. Num mundo de críticos que hoje pouco escrevem, ela escrevia, como Guimarães Rosa disse, “como uma Fada escreveria”.

Ruth Guimarães. Foto de Joaquim Maria Botelho.

Ruth Guimarães era do Vale do Saci, da Iara, da Mula sem Cabeça, do Boitatá, da Cuca e de todo o folclore vale-paraibano que Monteiro Lobato eternizou em seu *Sítio do Pica-Pau Amarelo*. Na verdade, Ruth, ou melhor, "dona" Ruth, não gostava muito do modo como Lobato pintou o Saci e outros seres do folclore brasileiro. Nascida em Cachoeira Paulista a 13 de junho de 1920, no sítio de seu avô materno, o português José Botelho, dona Ruth era uma caipira. Amava a terra e a sua gente, o seu modo de vida, seus causos e seu folclore, e, ao contrário de Lobato, não os caricaturava, respeitava-os.

Com 3 anos, mudou-se com os pais para Minas Gerais; com 5, já sabia ler, e seu talento era exibido o tempo todo por seus familiares. Isso causou na menina o que hoje seria considerado "crise de pânico". O médico receitou que ela fosse enviada para morar com parentes analfabetos.

De volta a Cachoeira, fez o curso primário na cidade, onde, aos 10 anos, teve o seu primeiro poema publicado num jornal local. Depois cursou magistério na cidade de Lorena, passou também pela Escola Normal em São Paulo e concluiu o curso na Escola Normal de Guaratinguetá.

Em 1938, entrou para a recém-fundada Universidade de São Paulo (USP), onde cursou Letras Clássicas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Aí, estudou com Silveira Bueno, Antonio Soares Amora, Fidelino de Figueiredo e o sociólogo francês Roger Bastide, a quem chamava coloquialmente de "Bastidinho". Também cursou Dramaturgia e Crítica na Escola de Arte Dramática (EAD). Foi discípula de Mário de Andrade, que a incentivou em seus estudos sobre folclore e literatura popular.

Um dos melhores exemplos de seu trabalho nessa área é o livro *Os filhos do medo* (1950), no qual dona Ruth realizou uma imensa coleta folclórica no Vale do Paraíba sobre o diabo e as manifestações demoníacas. Pelos "causos" contados a ela pelos caipiras, dona Ruth tece uma trama que liga as histórias e seus elementos a figuras da mitologia, a lendas gregas, romanas e celtas. Esse trabalho valeu a ela um verbete na *Encyclopédie Française de la Pléiade*, sendo a única escritora latino-americana a receber tal distinção.

O “coisa-ruim” acabou encontrando eco em outro personagem sobre o qual ela se debruçou, o Pedro Malasartes, ou Pedro Urdemales. No livro *Calidoscópio* (2006), ela mostra como esse personagem folclórico da península Ibérica ecoava séculos depois com suas histórias e seu modo esperto e vivaz na oralidade do povo do Vale do Paraíba. Chegou a trabalhar em obras sobre animais, recuperando causos caipiras, negros e indígenas que renderam duas outras obras, *Histórias de onça* (2008) e *Histórias de jabuti* (2008).

Sua estreia na literatura brasileira deu-se com o romance *Água funda* (1946), cuja reedição em 2004 recebeu prefácio do crítico Antonio Candido. Nesse livro, dona Ruth mostrava que a cidade onde havia ido estudar e trabalhar acabaria sendo um trampolim para expor suas histórias de caboclos, de caipira, o seu mundo vivido nas margens do rio Paraíba, as curas dos maus-olhados, os quebrantos e a mesmice da vida no campo: A gente passa nesta vida, como canoa em água funda. Passa. A água bole um pouco. E depois não fica mais nada. E quando alguém mexe com varejão no lado e turva a correnteza, isso também não tem importância. Água vem, água vai, fica tudo no mesmo outra vez.[44]

Dona Ruth trabalhou em muitas editoras como revisora e tradutora. Sua tradução mais famosa foi a de Apuleio, *O asno de ouro* (1963), vertido diretamente do latim. Fez crítica literária para revistas e jornais de São Paulo, Rio de Janeiro e Lisboa e publicou contos em diversos jornais brasileiros, mantendo crônicas semanais no jornal *Folha de S.Paulo*. Também atuou como repórter em diversos jornais brasileiros e estrangeiros.

Foi professora em diversos colégios e faculdades, deu aulas de francês e de grego, de psicologia da arte e literatura latina. Durante anos, dedicou-se a pesquisar ervas e raízes medicinais: um de seus projetos era escrever uma enciclopédia sobre medicina natural. No Vale do Paraíba, fundou a Academia Cachoeirense de Letras e o Museu de Folclore Valdomiro Silveira. Participou ativamente do 1º Congresso Brasileiro de Folclore, da Sociedade Paulista de Escritores, da União Brasileira de Escritores, do Centro de Pesquisas Folclóricas Mário de Andrade, da Comissão Estadual de Folclore, dos Festivais do Folclore de Olímpia.

Em sua carreira como escritora e tradutora, publicou mais de quarenta obras, incluindo romances, biografias, antologias e obras traduzidas do latim, do espanhol, do francês e do italiano. Viveu como a sua gente do campo, no sítio herdado do seu avô, onde era possível vê-la cuidando de suas plantas, seus patos e suas galinhas e recebendo a todos. Foi casada por 51 anos com o fotógrafo e jornalista José Botelho Netto, seu primo. Tiveram nove filhos, alguns com síndrome de Alport.

Em 5 de junho de 2008, dona Ruth foi eleita para a cadeira número 22 da Academia Paulista de Letras, brincando ser a primeira negra pobre a merecer tal honra. Faleceu aos 93 anos em 21 de maio de 2014. Em 2017, foi homenageada na Festa Literária Internacional de Parati (Flip).

As mulheres e a Academia

Falando em mulheres e em Academias de Letras, corre uma história de que, em um encontro entre Ruth Guimarães e a escritora Rachel de Queiroz (1910-2003), esta última disse à vale-paraibana: “Você sabe que este lugar aqui era para ser seu, não é?” O “lugar” a que Rachel se referia era a cadeira que ela ocupava desde 1977 na Academia Brasileira de Letras.

Rachel, nascida em Fortaleza, prima de José de Alencar e tataraneta de Bárbara Pereira de Alencar, já tratada neste livro, foi a primeira mulher a ser aceita pela ABL. Aos 16 anos de idade, começou a sua carreira nas letras como colunista do jornal *O Ceará*, para onde inicialmente enviava cartas, que eram publicadas com um pseudônimo. Elas fizeram tanto sucesso que acabaram por levá-la a ser contratada pelo jornal. Seu primeiro romance, publicado aos 19 anos, foi *O quinze*, no qual retratava o povo nordestino, a sua pobreza e a seca. A obra chegou a alcançar a marca de 500 mil exemplares vendidos.

Foi militante comunista e, assim como Tarsila, chegou a ser presa. Depois abandonou essa ideologia e deu uma guinada para a

direita, apoiando o golpe militar de 1964. Sua entrada para a Academia Brasileira de Letras foi uma mudança e tanto e abriu caminho para outras mulheres, como Nélida Piñon, que foi a primeira escritora a ser presidente dessa instituição, em 1996.

Rachel de Queiroz quebrou com o machismo da Academia, que em 1930 havia recusado a escritora piauiense Amélia de Freitas Bevilaqua (1863-1946). Amélia, que já pertencia à Academia Piauiense de Letras, inscreveu-se para a vaga aberta na ABL pelo falecimento de Alfredo Pujol. Era a primeira vez que uma mulher pleiteava abertamente uma cadeira na "Casa de Machado de Assis", que se transformou num verdadeiro "Clube do Bolinha" ao rejeitar a candidatura de Amélia por ser "brasileira". Foi essa a desculpa, ou melhor, a justificativa dada pelos acadêmicos, que fizeram valer os estatutos da instituição ao pé da letra.

Segundo alguns deles, a recusa foi dada não pela qualidade de Amélia como escritora, mas sim pela estrita observação do art. 2º do estatuto da ABL: "[…] só podem ser membros efetivos da Academia os brasileiros que tenham, em qualquer dos gêneros de literatura, publicado obras de reconhecido mérito ou, fora desses gêneros, livro de valor literário." A agremiação entendeu que a palavra "brasileiros" referia-se apenas aos homens, e não às mulheres.

A Academia Brasileira de Letras já nasceu sobre égide estritamente masculina ao recusar ter entre os seus fundadores a escritora Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). Segundo argumentou-se na época, o modelo adotado pela ABL era o da sua coirmã francesa, a Académie Française de Lettres, fundada em 1635, cujos estatutos restringiam a entrada de mulheres.

Júlia, nascida no Rio de Janeiro, começou a sua carreira bem jovem, escrevendo para a *Gazeta de Campinas*, cidade paulista em que morou dos 7 aos 20 anos de idade com a família. Depois de casada, voltou a morar na capital da República, dividindo sua vida entre Brasil e Portugal, onde também escreveu em jornais. Júlia publicou livros, escreveu peças e recepcionava a intelectualidade num sarau semanal, o famoso "Sarau do Salão Verde", que dava em sua residência em Santa Teresa, na cidade do Rio de Janeiro. Publicou aproximadamente 24 livros, durante os 47 anos que dedicou à literatura. Escrevia crônicas e manteve coluna por

diversos anos nos mais importantes jornais brasileiros, como o *Jornal do Commercio* e *O Paiz*, escrevendo também para *O Jornal das Senhoras*. Participante de diversos movimentos políticos e sociais, Júlia abraçou a causa do voto feminino, junto com Bertha Lutz e outras feministas, combatendo nos seus artigos a supremacia masculina, a escravidão, a violência contra as mulheres e o acesso restrito destas à educação.

Um de seus livros, *O livro das noivas*, de 1896, tornou-se um sucesso nacional e era presente de mãe para filha para que as mais velhas pudessem introduzir as jovens nos “mistérios do casamento”. O livro apresenta crônicas e cartas trocadas entre mulheres casadas e solteiras, todas de criação da autora. Júlia leva a leitora em direção a três momentos distintos do casamento: o período que o antecede; o pós-casamento, no qual são tratados os primeiros anos de vida a dois; e a chegada do primeiro filho. O livro, totalmente moralizante e com todos os conselhos burgueses para que a jovem casada continue gozando do *status* de virtuosa em sua nova situação social causada pelo casamento, era revolucionário em alguns conselhos, como: “Não te resignes a ser em tua casa um objeto de luxo. A mulher não nasceu só para adorno, nasceu para a luta, para o amor e para o triunfo do mundo inteiro!”[45]

Júlia Lopes de Almeida. Acervo de Claudio Lopes de Almeida.

Júlia, na prosa, e Olavo Bilac, na poesia, eram os escritores nacionais que mais vendiam livros durante a *Belle Époque* brasileira. Ela fazia parte do grupo de intelectuais e literatos que fundou a Academia Brasileira de Letras em 1897, mas, por ser mulher, não pôde entrar. A vaga que seria dela ficou com o marido, o poeta Filinto de Almeida. A história só veio à tona devido às pesquisas de Michele Fanini, autora da tese de doutorado *Fardos e*

fardões: mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003), que descobriu uma notícia veiculada pouco antes da criação da ABL. Lúcio de Mendonça, um dos futuros acadêmicos, publicou no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1896, uma lista dos escritores que deveriam fazer parte dos fundadores da Academia. O nome de Júlia aparecia, mas posteriormente, devido à norma dessa Academia de se espelhar na francesa, o nome dela desapareceu e deu lugar ao do marido. Filinto, em entrevista ao jornalista João do Rio, foi enfático ao afirmar que quem deveria estar na Academia Brasileira de Letras não era ele, e sim ela.

A "Cigarra do Planalto"

Outra das inúmeras escritoras que não entraram para a ABL foi a poetisa e feminista Gilka Machado (1893-1980), uma das primeiras mulheres a publicar poesia erótica no Brasil. Mas não foi a única: outra poeta a abordar esse tema foi Yde (Adelaide) Schloenbach Blumenschein (1882-1963), que, apesar no nome, nasceu e faleceu no Brasil. Descendente de alemães e franceses, fez parte de seus estudos na Europa, falava alemão, francês, inglês, espanhol e italiano e, além de escrever poesias, cantava e tocava piano. Publicou seus primeiros versos no jornal *A Tribuna de Santos*. Colaborou com diversos jornais e revistas, como *O Malho, Fon-Fon*, *Careta* e *Jornal das Moças*, às vezes utilizando um monograma YS ou os pseudônimos de Paula Brasil ou Colombina, que seria o mais usado. Colombina acabou sendo apelidada pelos seus amigos literatos como "Cigarra do Planalto" e "Poetisa do Amor". Foi casada com Hanery Blumenschein, de quem teve dois filhos, não foi feliz no casamento e desquitou-se, o que para a época era um escândalo.

Mas Colombina pouco ligava para o que falavam dela. Separada, fumava em público e frequentava os salões e a intelectualidade de sua época, tinha uma vida independente e viveu-a como quis, mesmo recebendo, por isso, críticas de amigos e familiares. Os saraus que dava em sua casa levaram à criação, em 1948, da Casa

do Poeta Lampião de Gás, batizada com o nome de um de seus livros de poesia. Além de mais antiga agremiação de poetas de São Paulo, a Casa do Poeta é atualmente a mais antiga organização associativa de poetas da América, funcionando ininterruptamente até os dias atuais.

Até o fim da vida, Colombina publicou doze livros de poesia, sendo o último *Rapsódia rubra*, aos 79 anos, em 1961, que tem como subtítulo *Poemas à carne*. Como forma de autocensura, ou para diminuir o impacto dessa obra em São Paulo, o livro foi publicado e lançado inicialmente na Bahia. Nessa sua última obra, estão os poemas eróticos que ela escreveu durante sua mocidade. Tentando se cercar contra os ataques que sabia que iria receber, transcreveu uma frase de Oscar Wilde no início do livro: “Onde há beleza, não há obscenidade, as estátuas nunca são obscenas.”

Colombina, em sua poesia, fala do amor, do corpo, e chega a uma sensualidade que, beirando o que seria erótico para os dias atuais, foi tida como indecente na sua época pela sociedade burguesa. Ela prosseguiu com a sua poesia, apesar das críticas e dos ataques. Colombina achava que a mulher só atingiria a emancipação “quando não mais se envergonhar de ser mulher, quando tiver a coragem de escrever e publicar aquilo que sente e aquilo a que aspira no fundo da alma”.[46]

Seu ostracismo perante as letras nacionais só pode ser explicado pelo fato de a mulher, dona de seu corpo, não poder falar sobre ele e seus desejos. O que dizer então de uma senhora de cabelos brancos publicar poemas eróticos? As mulheres nas artes sempre tiveram de lutar contra o medo do que representava para a sociedade que ela se expusesse, quanto mais o medo de colocar no papel o que não se dizia, o que era polêmico. Lygia Fagundes Telles foi uma das primeiras escritoras que romperam com os interditos ao colocar no seu romance *Ciranda de pedra* (1954) dois personagens polêmicos para a época: um homem impotente e uma mulher homossexual. Lygia foi a primeira brasileira indicada ao Prêmio Nobel de Literatura.

Entre telas e discos

Assim como na literatura, também nas artes dramáticas quase chegamos a um dos grandes prêmios mundiais, o Oscar. Fernanda Montenegro foi a única brasileira indicada para concorrer como melhor atriz em 1999 pelo seu papel em *Central do Brasil*. Outra de que pouca gente lembra, mas que foi a primeira brasileira a concorrer a um prêmio internacional pela sua interpretação, foi a atriz negra Ruth de Souza, pelo seu desempenho no filme *Sinhá Moça*, de 1953. Ela concorreu ao Leão de Ouro no Festival de Veneza de 1954, disputando o prêmio de melhor atriz com Katherine Hepburn, Michèle Morgan e Lilli Palmer. Ruth perdeu para esta última por dois pontos. Ruth também teve outros protagonismos. Em 1945, foi a primeira mulher negra a representar no palco do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, com a peça *O imperador Jones*, de Eugene O' Neill, e, em 1969, a primeira negra a protagonizar uma novela, *A Cabana do Pai Tomás*, na TV Globo.

Outra brasileira a ser reconhecida fora do Brasil foi Maria do Carmo Miranda da Cunha, a nossa Carmen Miranda (1909-1955). Sim, ela nasceu em Portugal, mas nunca representou uma "baiana portuguesa", ou conquistou o exterior cantando e dançando fados. Todas as manifestações artísticas de Carmen Miranda, que foi uma das atrizes mais bem pagas de Hollywood, vieram da sua brasilidade, de sua ginga, de sua arte aprendida junto à cena musical carioca. Foi cantora, atuou no teatro, no cinema e na televisão, e sua estética coloca-a como precursora do movimento Tropicalismo, que surgiu com força nos anos 1960.

Diferente de Carmen, sucesso internacional, foi a sua colega da Rádio Mayrink Veiga, Aracy de Almeida (1914-1988). Atualmente, muitas pessoas lembram-se dela apenas como sendo a jurada ranzinza do *Show de Calouros* do *Programa Silvio Santos*, que dava "dez mangos" para alguns. Nascida no Rio de Janeiro, no bairro do Encantado, de origem humilde, cantava desde pequena em qualquer lugar: escola de samba, candomblé, macumba e até colégio protestante. Sua voz, com um timbre raro, encantou o compositor Noel Rosa, o "Poeta da Vila", que a conheceu na Rádio

Educadora do Brasil em 1933. Ele deu a ela a música "Sorriso de criança" para gravar e, mais tarde, o grande sucesso "Fita amarela", entre diversas outras músicas.

A parceria com o amigo foi forte. Juntos, falavam palavrão, jogavam sinuca, bebiam e frequentavam o baixo meretrício.

> Apesar da minha pouca idade, achava Noel um fenômeno. Passei a andar atrás dele porque estava interessada em aparecer. Ele pegava a viola e eu cantava, em casas suspeitas, atrás do Mangue. Sua voz era fraca e ele estava a fim daquelas mulatas. Os dias em que convivi com Noel nesta terra foram muito engraçados.[47]

Aracy foi considerada, tanto por Noel quanto por Ary Barroso, a melhor intérprete de suas músicas. Ganhou do apresentador César Ladeira o apelido de "O samba em pessoa". Ary queria que sua mais famosa música, "Aquarela do Brasil", fosse gravada por ela, o que acabou não ocorrendo. Noel Rosa, morto em 1937, deveu a Aracy ter saído do esquecimento.

Com a proibição dos cassinos no governo Dutra, no fim dos anos 1940, Aracy conseguiu mais trabalho, passando a cantar nas boates que surgiam em substituição a essas casas. Seu tipo físico não era o que se queria para uma cantora de cassinos na época; já na penumbra das boates, o que lhe era mais importante, a voz, fazia sucesso. Trabalhando na Vogue, no Rio de Janeiro, ela apresentava-se com o repertório de Noel, o que fez gerar nova procura pelas obras do compositor, tirando-o do esquecimento.

Num mundo machista, em que seu corpo não era o que se buscava, aprendeu a lidar com as diferenças e a enfrentar o preconceito. O escritor Ruy Castro, na sua biografia a respeito de Carmen Miranda, conta que Aracy de Almeida deveria participar do filme musical *Alô*, *Alô Carnaval*, junto com Carmen e Aurora Miranda e vários outros cantores de sucesso. Quando Aracy descobriu que, diferentemente dos demais, teria que cantar "Palpite infeliz" num cenário deprimente, lavando roupa num tanque, com sua malandragem direta, soltou: "Com todo o respeito, vão à merda e à berdamerda. Eu me escafedo."[48]

Apesar do seu jeito e de seu linguajar malandro, e da imagem que deixou de jurada rabugenta da TV, era cultíssima, apreciadora de Mozart. Colecionava obras de arte, gostava de poesia brasileira e teve vários amantes, nunca tendo se casado. Gostava de ser solteira; dizia que achava “[…] esse babado de casamento uma onda bastante enrolada. No começo são flores e mais flores. Depois, pedras e espinhos. É a rotina, não é, filhinho? Todo dia a mesma toalha, o mesmo sabonete. É fogo”.[49]

Aracy acompanhou de perto a descida do samba dos morros para os palcos, de forma a se consagrar como um dos grandes gêneros musicais brasileiros. Apresentava-se nos anos 1960 no restaurante Zicartola, de d. Zica e Cartola. Em 1986, dois anos antes de morrer, foi homenageada pela escola de samba Mangueira.

Outra mulher a dar voz a grandes compositores foi a cantora Elis Regina (1945-1982), que popularizou nomes como Renato Teixeira, Ivan Lins, Belchior e Milton Nascimento, que passaram a existir para o grande público. Segundo o jornalista Júlio Maria, biógrafo da cantora, “compositores escreviam pensando em ser gravados por Elis”, o que levou a indústria fonográfica a investir em melhores compositores. Com a sua voz potente, aliada à qualidade de sua produção, ela trouxe um novo ar à música popular brasileira, que ajudou a redefinir, tornando-se até hoje um dos seus principais símbolos.

A “Caipirinha de Leme”

O poder da mulher nas artes também se destaca por meio do mecenato, como foi o caso de Yolanda Penteado (1903-1983), que, com a colaboração do seu segundo marido, o industrial Ciccillo Matarazzo (1898-1977), ajudou a colocar São Paulo no mapa das artes mundial ao conseguir realizar as primeiras Bienais de Arte na cidade.

Nascida numa família de posses, as relações de Yolanda permitiram que ela tivesse seu livro de memórias, *Tudo em cor-de-rosa* (1976), lançado com introdução de Sérgio Buarque de Holanda e prefácio de Gilberto Freyre, “somente” dois dos maiores intelectuais brasileiros de sua geração. Seus contatos sociais fizeram com que ela tivesse coragem de viajar e convencer pessoalmente os principais artistas internacionais e diversos países a mandar suas obras e seus representantes para a 1ª Bienal Internacional de Arte de São Paulo, em 1951.

Na segunda Bienal, realizada em 1953 e 1954, durante as comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Yolanda conseguiu trazer para o Brasil o quadro *Guernica* (1937), de Pablo Picasso. Medindo 3,49 metros de altura por 7,76 metros de largura, era a primeira vez que a obra saía do Museu de Arte Moderna de Nova York. Hoje se encontra no Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofía, em Madri. Picasso não foi o único nome a constar na segunda Bienal. Também artistas como Mondrian, Brancusi, Paul Klee, Munch e Georges Bratke, para citar alguns, tiveram suas obras trazidas para o Brasil pela primeira vez.

Além das primeiras Bienais que ajudou a organizar, Yolanda e o marido ajudaram na criação do Museu de Arte Moderna (MAM), em 1948, doando telas de Volpi, Di Cavalcanti e Chagall de suas coleções particulares para a nova instituição. Junto com Assis Chateaubriand (1892-1968), ela ainda ajudou na criação do Museu de Arte de São Paulo (Masp) e de museus regionais espalhados pelo Brasil.

Também se envolveu diretamente na criação do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) e da Companhia Cinematográfica Vera Cruz. Depois de sua separação de Ciccillo, continuou contribuindo para as artes. Doou outras peças de sua coleção para o Museu de Arte Contemporânea (MAC).

Na vida particular, Yolanda foi uma arrasadora de corações. Teve fãs do porte de Santos Dumont, para horror de sua mãe, que não queria ver a filha envolvida com um homem mais velho. Assis Chateaubriand, o todo-poderoso dono da rede dos Diários Associados, foi outro que caiu de amores por ela. Tinha em sua escrivaninha um retrato de Yolanda fantasiada para a peça *O*

contratador de diamantes, que estreou em São Paulo em 1917. Para quem perguntasse quem era, ele dizia tratar-se de uma nobre austríaca. Os três, Santos Dumont, Yolanda e Chateaubriand, tinham a mesma paixão: a aviação. Durante o seu projeto de dar "Asas ao Brasil", com a criação de aeroclubes e pistas de pouso pelo Brasil inteiro, Chateaubriand contou com o apoio de Yolanda, que, além de doar avião, criou uma pista de pouso em Leme, sua cidade natal no interior de São Paulo, onde era proprietária da fazenda Empyreo, na qual nascera. Nessa fazenda, durante o 1º Festival de Cinema de São Paulo, em 1954, Yolanda recepcionou astros e estrelas de Hollywood como Erich von Stroheim, Jeanette McDonald, Edward G. Robinson, Glenn Ford, Errol Flynn, Jane Powell, Robert Cummings, Cuquita Carballo, Joan Fontaine, Ann Miller, Barbara Rush e seu marido, Jeffrey Hunter, numa festa que durou dois dias.

A "Caipirinha de Leme", como Chateaubriand apelidou Yolanda, separou-se do primeiro marido, Jayme da Silva Telles, e casou-se no México com Ciccillo. Ambos mantinham o casamento aberto e, ao terminá-lo, deram uma festa de despedida e continuaram amigos.

A tia de Yolanda, Olívia Guedes Penteado (1872-1934), foi outra mecenas. Filha de cafeicultores e esposa de um comissário de café, estabeleceu-se com o marido durante alguns anos em Paris, onde abriu seu salão para a intelectualidade local e para os brasileiros no exterior. Em 1922, aproximou-se do movimento modernista e passou a querer entender e inteirar-se sobre os novos movimentos artísticos, fazendo cursos na Europa, onde frequentou ateliês como os de Picasso e Léger e teve contato com artistas como Jean Cocteau e Brancusi. Construiu em sua casa em São Paulo, no lugar das antigas cocheiras, o Pavilhão Modernista, cujo teto foi decorado pelo pintor Lasar Segall.

Nossa Senhora do Brasil

Olívia foi apelidada de “Nossa Senhora do Brasil” pelos artistas que gravitavam a sua volta, muitos dos quais ela patrocinava. Reuniu uma das maiores coleções de arte de sua época. Em seu acervo, havia um quadro de Léger, *Le Polichinelle lisant*, e outro de Picasso, *Le Populaire*; a escultura *Négresse blonde*, de Brancusi, que hoje se encontra no Museu de Arte Moderna, em Nova York; além de obras de Delaunay, Foujita, Cézanne, Degas, Tarsila, Brecheret, Portinari e Di Cavalcanti.

No seu Pavilhão Modernista, recebia convidados como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Victor Brecheret, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, entre outros. Participando do grupo dos modernistas, partiu em viagens com eles pelo interior de São Paulo e Minas Gerais, onde teve contato com o barroco mineiro e o paulista. Assim tornou-se, junto com Mário de Andrade, uma das primeiras defensoras do patrimônio histórico brasileiro, ao criar a Sociedade dos Amigos dos Monumentos Históricos do Brasil. Criou também a Sociedade de Concertos Sinfônicos e a Sociedade Paulista de Arte Moderna. Ajudou diversos artistas iniciantes, entre eles o jovem Heitor Villa-Lobos, que conheceu durante a Semana de Arte Moderna de 1922. Colaborou para que ele fosse para Paris estudar, recebendo dele a composição “Noneto”, para conjunto de câmara e coro feminino, que dedicou a ela.

A “Marechala da Elegância”

Uma amiga de Yolanda, Laurinda Santos Lobo (1878-1946), outra grande mecenas, também foi uma das pessoas que ajudaram Villa-Lobos. Em sua casa em Santa Teresa, mantinha o Salão Laurinda, regado a champanhe francês e a *buffet* da Confeitaria Colombo. Órfã de pai, foi criada pelo tio, o médico homeopata, empresário e senador Murtinho Nobre. Era dona, entre outras empresas, da Companhia Matte Laranjeira. Possuía um camarote no Theatro Municipal do Rio de Janeiro todo decorado em rosa, sua cor predileta.

Pelos seus saraus e salões, passaram o escritor francês Anatole France, a bailarina Isadora Duncan, Paul Adam, Jeanne Catulle-Mendès – a quem o Rio de Janeiro deve o apelido de “Cidade Maravilhosa” –, Ataulfo de Paiva, Joaquim Sousa Leão, Hélio Lobo, Humberto Gottuzzo, os presidentes Nilo Peçanha e Epitácio Pessoa, Tarsila do Amaral, Villa-Lobos, Gilberto Freyre e muitos outros artistas e personalidades do mundo das artes e da política, onde o moderno e o antigo misturavam-se e locupletavam-se. Para algo diferente acontecer no Rio de Janeiro, tinha que passar antes pelo Salão Laurinda.

Mantinha um apartamento em Paris onde morava dois meses ao ano, e foi apelidada pelo jornalista carioca João do Rio de “Marechala da Elegância”. Mas sua vida não era apenas voltada para o mundanismo de seu salão. Foi uma das incentivadoras da medicina homeopática e, usando de sua posição social, também lutou pelo voto feminino, sendo presidente do conselho da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) em 1927.

Laurinda foi casada, e aqui temos uma inversão rara. Quem era invisível era o marido, e não a mulher. Segundo a escritora Carolina Nabuco, “o marido, Hermenegildo Santos Lobo, aceitava com simpática discrição o papel de consorte de uma mulher importante”.[50] Assim como Yolanda e Ciccillo, eles também tinham um casamento aberto.

Laurinda Santos Lobo. Acervo Beth Araujo.

A viscondessa e o seu dicionário

Outra mulher a manter um salão importante no Rio de Janeiro foi Amélia Machado Coelho, viscondessa de Cavalcanti (1852-1946). Nascida no Rio de Janeiro, era filha de Constantino Machado

Coelho de Castro e Mariana Barbosa de Assis Machado. Casou-se com Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. Entre 1875 e 1878, Amélia manteve o seu salão aberto para os políticos e intelectuais, onde recebia às quintas-feiras e aos domingos. Seu marido foi ministro durante o Segundo Reinado, e, com a queda da monarquia, os dois acabaram fixando-se na França.

O casal era adepto do colecionismo. Hoje suas peças estão distribuídas no Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Museu Nacional de Belas Artes, além de diversas outras instituições brasileiras. A viscondessa era uma intelectual e levava muito a sério o *hobby* de colecionar. Em 1889, publicou no Rio de Janeiro, o *Catálogo das medalhas brasileiras e das estrangeiras referentes ao Brasil*, baseado em sua coleção particular. Na obra, ela descreveu 115 medalhas, cujas datas iam de 1596 a 1888. Uma segunda edição, feita em 1910, foi publicada em Paris. Nela, a viscondessa descreveu 294 medalhas, com datas de 1596 a 1903, incluindo-se o período do Brasil República.

Entre as diversas doações para instituições brasileiras, como museus e institutos históricos, durante as pesquisas para este livro, localizei uma informação sobre ela que ficou esquecida. Segundo a *Revista da Semana* noticiou em 7 de novembro de 1929, a viscondessa foi a responsável pela criação da seção de Braille da Biblioteca Nacional. Ela doou uma

importante coleção de livros e engenhosos aparelhos para leitura dos cegos, destinados à coleção “Braille” ora em organização […] Ressentindo-se a nossa Biblioteca de falta de livros apropriados aos cegos, sobretudo em língua portuguesa, a senhora viscondessa de Cavalcanti consultou a administração do importante estabelecimento sobre a possibilidade de ser criada a “Biblioteca Braille”, […] como existe em diversos países da Europa e da América, oferecendo ao mesmo tempo os seus serviços para a realização do nobre empreendimento.

Acolhida com interesse e simpatia a ideia, apressou-se a generosa senhora em remeter cerca de 30 volumes de diversas obras em francês […] para o início da coleção. A parte portuguesa da futura coleção “Braille” igualmente foi objeto de especial cuidado

da caridosa senhora, que tem em preparo, na Europa, livros de Magalhães Azevedo, Constâncio Alves e Catulo Cearense.[51]

Além disso, um fato inédito é que a viscondessa de Cavalcanti trabalhava num dicionário biográfico. Hoje, o fichário dessa obra que não chegou a ser publicada, que havia intitulado como *Diccionario biographico brazileiro*, encontra-se guardado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e serviu de base para as pesquisas deste livro. Se houvesse sido editado, teria sido o primeiro dicionário biográfico brasileiro escrito por uma mulher do qual outras mulheres, até então desconhecidas, fariam parte.

De um total de vinte mulheres anotadas e referenciadas pela viscondessa de Cavalcanti, temos alguns famosos, como Marília de Dirceu, imperatriz Leopoldina, marquesa de Santos, Ana Néri, e outros pouco conhecidos, como o da parteira Maria Josefina Matilde Durocher (1809-1893), que, viúva aos 23 anos, começou a estudar obstetrícia prática na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi parteira da princesa Isabel e a primeira mulher a fazer parte da Academia Nacional de Medicina.

Viscondessa de Cavalcanti. Acervo Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora.

A viscondessa de Cavalcanti foi a sexta mulher a ingressar no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 5 de agosto de

1905, após a pedagoga e médica Marie Rennotte (1901), a jornalista, escritora e historiadora Mary Robinson Wright (1901), a escritora Júlia Lopes de Almeida (1902), a cafeicultora e feminista Veridiana Valéria da Silva Prado (1902) e a poeta Ibrantina Cardona (1905).[52]

É curioso o recorte dado no dicionário biográfico da viscondessa. Nele, as duas mulheres preteridas pela Academia Brasileira de Letras, Júlia Lopes de Almeida e Amélia de Freitas Bevilaqua, aparecem em seus verbetes como autoras consagradas. Amélia, a viscondessa de Cavalcanti, faleceu no Rio de Janeiro aos 94 anos em 1946.

Ainda na linha das mecenas, um outro nome esquecido é o da terceira imperatriz do Brasil, d. Teresa Cristina (1822-1889). Conhecida pela alcunha de “A mãe dos brasileiros”, fundou diversas entidades assistenciais e ajudou anonimamente muitas famílias necessitadas, mas sua participação ativa na vida brasileira não se fez sentida apenas na benemerência. Seu pulso forte fez com que Carlos Gomes fosse estudar música na Itália, em vez de fazê-lo com o compositor Richard Wagner na Alemanha, como desejava d. Pedro II. Também a ela devem Pedro Américo, Victor Meirelles, Belmiro Almeida, Rodolfo Bernardelli e diversos outros artistas o fato de terem ido aprimorar seus estudos na Itália natal da imperatriz.

Assim como diversos membros de sua família italiana, d. Teresa Cristina também mantinha escavações arqueológicas em Pompeia, vindo de lá diversas peças que hoje compõem o acervo de museus nacionais. Também à imperatriz deve ser creditada a vinda da arte em mosaico para o Brasil. Ela e suas filhas, as princesas Isabel e Leopoldina, decoraram os bancos dos jardins da Quinta da Boa Vista com pedaços de cerâmica, porcelana e vidros coloridos de peças quebradas do palácio. Esse trabalho ainda hoje pode ser observado no chamado Jardim das Princesas.

1 A “quarta parede”, no linguajar do teatro, refere-se à parede imaginária à frente do palco, separando-o da plateia. Romper essa parede é quando o ator dialoga em algum momento com a plateia, rompendo a passividade desta. Esse recurso de quebrar, ou desmoronar, a “quarta parede” também é utilizado no cinema e na TV.

2 Souza, *O teatro no Brasil*, l.1, p. 133.
3 Prado, *História concisa do teatro brasileiro*, pp. 32-6.
4 Macedo, *Anno biographico brasileiro*, v. 1, p. 364 e ss.
5 Ibidem, p. 366.
6 Ibidem, p. 368.
7 Schumaher e Brazil, op. cit., p. 207.
8 Apud Barreto e outras, *Mulher brasileira: bibliografia anotada*, v. 2, p. 316.
9 "Em torno de um caso delicado". In: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 fev. 1929, p. 3.
10 Ibidem.
11 Ibidem.
12 Diniz, *Chiquinha Gonzaga: uma história de vida*, p. 23.
13 Ibidem, p. 67.
14 *Diário do Congresso Nacional*, 8 nov. 1914, p. 2.789.
15 Lima, *Nossa primeira caricaturista: Nair de Teffé*, p. 133.
16 FGV. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*, verbete Nair de Tefé.
17 "Nair de Teffé, a primeira caricaturista do Brasil". In: *Jornal Mulier*, jun. 2013, n. 113.
18 Santos, *Nair de Teffé*, pp. 97-8.
19 Silva e Simili, *Nair de Teffé: uma narrativa biográfica para as mulheres dos séculos XIX e XX*, p. 125.
20 Sobre o mito perpetuado de Rita Joana de Sousa ver: Vasconcellos, *Uma arqueologia da autoria feminina no Brasil*. In: Süssekind, Dias e Azevedo, *Vozes femininas, gênero, mediações e práticas da escrita*.
21 Simioni, *O corpo inacessível: as mulheres e o ensino artístico nas academias do século XIX*, pp. 83-97.
22 Ibidem, p. 84.
23 Duque-Estrada, *A arte brasileira*, p. 211.
24 Simioni, op. cit., p. 95.
25 Simioni, *Profissão artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras*, p. 86.
26 Simioni, *Souvenir de ma carrière artistique: uma autobiografia de Julieta de França, escultora acadêmica brasileira*.
27 Idem.
28 "O monumento da República", *Jornal do Commercio* de Juiz de Fora, 26 jul. 1908. Apud Simioni, op. cit.
29 Drummond, *Anotações de A. M. V. de Drummond à sua biografia*, p. 42.

30 *O Estado de S. Paulo*, 20 dez. 1917.

31 Bopp, *Movimentos modernistas no Brasil: 1922-1928*, p. 99.

32 A transposição das letras de um nome para o outro só funciona se considerarmos a grafia do nome e do pseudônimo na época e a inserção do tratamento “dona” na frente do nome de Teresa: dona Theresa Margarida da Silva e Orta, modificando-se a ordem das letras, forma Dorothea Engrassia Tavareda Dalmira.

33 Orta, *Obra reunida*, p. 95.

34 Ibidem, p. 92.

35 Ibidem, p. 11.

36 Costa, *A mulher em Portugal*, p. 71.

37 Reis, *Úrsula*, p. 60.

38 Jesus, *Quarto de despejo*, p. 33.

39 Ibidem, p. 28.

40 Ibidem, p. 40.

41 Ibidem, p. 26.

42 Ibidem, p. 27.

43 Ibidem, p. 34.

44 Guimarães, *Água funda*, p. 64.

45 Almeida, *O livro das noivas*, p. 13.

46 Apud Cavalheiro, *Colombina e sua poesia romântica e erótica*, p. 8.

47 Ferreira Filho, *A dama do Encantado*, p. 110.

48 Castro, *Carmen Miranda*, p. 129.

49 Ferreira Filho, op. cit., p. 109.

50 Nabuco, *Oito décadas: memórias*, p. 103.

51 *Revista da Semana*, 7 nov. 1929, p. 32.

52 Candeias, *Ministério alegre*.

Capítulo 6

TRANSGRESSORAS

Revolucionárias nos costumes, defensoras de direitos das mulheres, elas ajudaram a pavimentar o caminho da mudança

Mexo remexo na inquisição
Só quem já morreu na fogueira
Sabe o que é ser carvão
"Pagu" – Rita Lee e Zélia Duncan **Filhas de Safo**

A mulher para existir na história tem de sofrer, tem de escandalizar ou tem de transgredir. A boa mãe, a boa esposa, a avó amorosa e terna, a tia que fazia os melhores bolos ficam restritas à história sentimental familiar por, no máximo, algumas gerações. Essas, quando muito, entram em anotações de árvores genealógicas quando algum parente resolve levantar suas origens. A mulher para entrar para a história tem de romper os limites impostos e determinados pelos homens na política, nas ciências, nas artes *etc.*

Até agora, a obra tratou de várias "transgressoras" que, para serem notadas pela história, tiveram de mostrar quanto eram notáveis. Seus corpos, seu sexo e seus desejos também as fizeram ser transgressoras.

O Brasil, assim como a Europa, também viveu a sua Inquisição com a chegada das "visitações" do Santo Ofício. O primeiro inquisidor em terras brasileiras foi Heitor Furtado de Mendonça, que passou quatro anos no Nordeste, de 1591 a 1595, combatendo e punindo hereges. Nessa pequena palavra, encerravam-se todos os maus pensamentos, as más ações, todas as pessoas que atentaram contra os ensinamentos cristãos e que resolveram receber e dar prazer segundo as próprias vontades.

Segundo o historiador Ronaldo Vainfas,[1] 29 mulheres foram indicadas como praticantes do "pecado nefando", ou seja, haviam tido relações com pessoas do mesmo gênero. Dessas, sete responderam a processos religiosos. Na maior parte dos casos, tudo não passava de experimentações sexuais em que as mulheres jovens acabavam por extravasar a sua energia sexual antes do casamento, sem perigo de romper com a sua virgindade, com amigas e escravas. Mas algumas mulheres casadas, ou não, preferiam efetivamente o contato com outras iguais.

Esse foi o caso da denunciada Maria de Lucena, que, na época com 25 anos, preferia a companhia de escravas índias à de homens.[2] Outra foi Paula de Siqueira, esposa do contador da Fazenda del Rei, na Bahia. Paula, que sabia ler e escrever, apaixonou-se pelo livro *Diana*, que sugeria relações sexuais e emocionais entre duas mulheres. O interesse dela pela obra era tanto que não cansava de falar dele para as amigas, o que acabou por despertar o interesse do visitador, que obteve de Paula a confissão de seu relacionamento com a portuguesa Felipa de Souza. Felipa mandou para Paula diversas cartas de teor amoroso, trocaram beijos e afagos por um ano, até que um dia finalmente houve a consumação do ato sexual entre elas.

Felipa era viúva de um pedreiro e casada com um lavrador modesto. Paula não foi a primeira amante que arrumara. Na verdade, Felipa seduziu diversas mulheres, chegando a confessar ao inquisidor ter tido seis parceiras em oito anos, como Maria Peralta, Maria Loureiro, entre outras. Heitor Furtado de Mendonça julgou-a culpada e condenou-a a receber açoites públicos.

Felipa foi obrigada a ouvir sua sentença de pé, na igreja da Sé, em Salvador, vestindo um camisolão comprido de linho cru áspero, segurando uma vela nas mãos. Seus pecados foram enumerados publicamente na igreja lotada. Terminado o ato, foi levada ao pelourinho, onde foi presa e açoitada diante de todos. Condenada em 1591, saiu da capitania em 1592 e nunca mais se teve notícias de seu paradeiro.

A pena de Paula foi muito mais leve: seis dias de prisão e multa em dinheiro. Em 1998, foi criada a ONG Felipa de Souza, e a OutRight Action International (Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas) instituiu, em 1994, o prêmio internacional Felipa de Souza, que escolhe e agracia ativistas e organizações que trabalham em prol dos direitos humanos LGBT.

Outra mulher que transgrediu ao falar abertamente sobre os desejos femininos foi Cassandra Rios, pseudônimo de Odete Reis (1932-2002). Seu livro de estreia foi *Volúpia do pecado* (1948), financiado pela mãe, que não queria ler uma linha sobre o assunto.[3] Tinha início, assim, a literatura de Cassandra, uma autora falando abertamente do desejo entre mulheres, numa sociedade ainda

rigidamente constituída por claros e demarcados papéis heterossexuais. Ela foi a primeira brasileira a publicar sobre o lesbianismo e a bissexualidade feminina e questionar a falta de um lugar claro para essas mulheres ocuparem na sociedade brasileira.

Ao longo de sua carreira, Cassandra Rios chegou a vender 300 mil cópias por ano, um recorde poucas vezes batido no cenário editorial brasileiro. A temática era rica e, até então, quase nada explorada popularmente. Numa época em que as imagens do corpo humano só poderiam ser vistas em livros de medicina, a literatura de Cassandra Rios tornou-a uma das autoras mais populares de sua geração e, com isso, a mais perseguida.

Com a ditadura militar (1964-85), ela acabou sendo censurada, afinal qualquer desvio, taras e o próprio homossexualismo eram combatidos pelo Estado. A partir de 1970, foi rotulada como pornográfica, e seus livros foram tirados de circulação. De 36 obras lançadas até 1976, o governo censurou e apreendeu 33. Tentando continuar com a sua literatura, Cassandra passou a escrever com pseudônimos masculinos, como Clarence Rivier e Olivier Rivers. Com a temática dos livros mudada, passando a tratar sobre casais heterossexuais, isso deixou de gerar qualquer problema com a censura. O problema era com a pornografia homo, não heterossexual.

Em seus livros, por meio de seus personagens, ela questionava do desejo por pessoas do mesmo sexo à proibição social do casamento homossexual. Sem dúvida, teve a ousadia e a coragem de exprimir o que ia na mente de tantas outras pessoas de sua geração. Faleceu no Dia Internacional da Mulher, 8 de março de 2002, aos 69 anos, vítima de câncer.

Norma Bengell e o aborto no Brasil

O corpo feminino pode ser visto congelado em pinacotecas não só no Brasil, mas no mundo todo. O desejo de retratá-lo como arte levou esses nus para dentro de casas, palácios e museus. Porém, o

nu ao vivo e em cores foi mais complicado de surgir. No cinema brasileiro, a atriz Norma Bengell (1935-2013) foi a protagonista do primeiro nu frontal, no filme *Os cafajestes* (1963). A cena chocou a sociedade brasileira e colocou Norma e a película como alvos da Igreja católica e da organização católica de extrema direita Tradição, Família e Propriedade (TFP). Foi proibida de "pisar" em Belo Horizonte em 1966, pela Associação de Donas de Casa de Minas Gerais. Fez vários filmes no Brasil e no exterior. Militou como feminista pelos direitos da mulher. Era favorável ao divórcio, à pílula anticoncepcional e ao aborto, afirmando ter realizado dezesseis deles numa entrevista para a revista *IstoÉ* em 1983,[4] o que causou alvoroço.

Até os anos 1960, a anticoncepção só era possível, moralmente e pela religião, pela abstinência sexual ou fisiologicamente durante a própria gravidez e a amamentação, quando o hormônio produtor de leite inibe a função reprodutora nas mulheres. Somente no fim do século XIX é que começaram a existir estudos a respeito dos gametas masculinos e femininos; antes disso, os médicos e a sociedade em geral consideravam a mulher um mero vaso. A ela cabia apenas ser uma espécie de incubadora do filho feito pelo homem. Com a criação da pílula anticoncepcional, a mulher passou a ter controle sobre seu corpo e a ter meios efetivos para evitar ter filhos, sem deixar de ter uma vida sexual ativa.

No Brasil, a pílula passou a ser vendida no início dos anos 1960, não sem conflitos. Enquanto parte dos "controlistas" viam como uma solução econômica e social a redução do número de filhos nas famílias de baixa renda, os "anticontrolistas", incluindo boa parte da Igreja católica, tachava como imoral a ideia de o ato sexual não carregar consigo o "ônus" da gravidez. Esse pensamento perdurou no Brasil por décadas, pois já nos anos 1980 essa declaração pública de Norma Bengell ter realizado abortos foi motivo de escândalo.

Muito antes desse período, o Estado e a religião controlavam o corpo das mulheres. Mary del Priore conta que a Igreja, até o século XIX, tinha alguma flexibilidade com o aborto: "A alma só passava a existir no feto masculino após quarenta dias da concepção, e, no feminino, depois de oitenta, o que acontecesse antes da 'entrada da

alma' não era considerado crime nem pecado."[5] Quanto ao Estado brasileiro, em 1830, uma lei proibia parteiras e outras mulheres de auxiliarem grávidas a abortar. Quem provocasse o aborto de uma gestante, mesmo a pedido desta, podia ser condenada a cinco anos de trabalhos forçados.

O Código Penal de 1890 punia a própria mãe que abortasse com cinco anos de prisão, reduzida para um terço no caso de "defesa da honra", e legalizava o aborto para salvar a vida da gestante. No de 1940, a prisão foi reduzida para até três anos. Mas nada disso impedia, como ainda não impede, o aborto clandestino e, muitas vezes, a morte de várias mulheres.

No início da década de 1890, surgiu no Rio de Janeiro o rumoroso caso do dr. Abel Parente, um médico italiano que atendia mulheres e esterilizava-as. Parente havia criado um método de raspagem do útero das pacientes e aplicação de injeções. Apregoava a sua descoberta nos jornais da cidade, e não demorou muito para que fosse alvo da sociedade médica brasileira.

O dr. Publio de Mello condenou as práticas do dr. Abel Parente em discurso na Sociedade de Higiene do Brasil em 1893: Prostituição que lavra com efeitos terríveis, abrigada sob a capa da honestidade penetra no seio da família honrada, oscula a inocência, estreita a virtude, infeccionando muitas vezes a pureza do lar e só conhece como peia ao seu largo desenvolvimento o receio da concepção. Compreende V. Ex. perfeitamente que esse receio é o único embaraço para muitas mulheres que, ou pelos vícios de uma educação má, ou pela influência perniciosa do meio em que vivem, deixam de buscar na prostituição clandestina a realização de suas vaidades, a satisfação de seus gozos e que inquestionavelmente quando esse receio for dissipado, esse empecilho removido, quando acreditarem que a concepção pode ser obstada, bastando para isto a sua única vontade e facilidade criminosa de um clínico sem escrúpulos, teremos francamente aberta a porta larga da prostituição.[6]

Sim: o médico em questão, que não estava sozinho na sua conclusão, achava que o caminho natural da mulher que não tivesse o "castigo" da gravidez era "desencaminhar-se" rumo à prostituição. O dr. Mello conseguiu levantar a opinião pública e os colegas

médicos contra o dr. Parente. O inquérito contra o italiano acabou sendo arquivado em maio de 1893, mas as discussões a respeito da esterilização feminina continuaram durante meses, levantando acaloradas discussões entre os médicos brasileiros.

Em 1900, com o enlouquecimento de Maria Antonieta de Figueiredo Brito, paciente esterilizada pelo dr. Abel Parente, um novo inquérito foi realizado, e o médico acabou sendo condenado a quinze dias de prisão. Entretanto, apesar da comemoração da Academia Nacional de Medicina, o caso teve uma reviravolta quando foi acolhida uma apelação ao tribunal que livrou o médico da cadeia. Expandindo os negócios, o dr. Parente montou uma hospedaria em sua clínica para receber pacientes vindas de todos os lugares do Brasil.

Como nota curiosa, a sua luxuosa clínica foi instalada no antigo palacete da marquesa de Santos, no bairro de São Cristóvão, onde funcionou de 1898 até 1915, quando o médico retornou para a Itália. Ele nunca se livrou completamente da polêmica dos motivos que levavam as mulheres a se submeterem aos seus tratamentos, nem ao fato de os médicos brasileiros o acusarem de mercenário, bastante insatisfeitos de que Parente não tivesse submetido seus estudos e técnicas à comunidade científica.

Como diz a antropóloga Fabíola Rohden: “O fato de prostitutas, mulheres de pouca moral, recorrerem aos diferentes tipos de contraceptivo é uma coisa. Mas, quando se trata de mulheres de família, não se concebe que uma vontade dessa natureza possa existir.” [7] Assim, mulher que buscava a esterilização ou abortava, ou mesmo buscava se precaver tomando anticoncepcionais, não “prestava”.

O assunto do aborto é tabu e pode determinar uma eleição no Brasil. O então presidenciável Fernando Collor de Mello, em 1989, denunciou na TV durante a corrida presidencial que seu concorrente, Luiz Inácio Lula da Silva, teria sugerido a uma antiga namorada que abortasse. Isso valeu a perda de vários votos para o Partido dos Trabalhadores. Reprisando esse tipo de argumentação, a então candidata à presidência em 2010, Dilma Rousseff, foi tachada de “abortista” e “assassina de fetos”, o que a fez começar a perder votos de católicos e evangélicos. Dilma só se recuperou após

afirmar que pessoalmente era contra os abortos e não tomaria qualquer medida em relação ao tema.

Se a mulher não “deve” ser pública, o seu corpo é tratado de maneira pública, e a grande massa é que decide coletivamente o que é bom ou não para ele, chegando a ponto de se tornar uma moeda de troca de votos, de barganha eleitoral. Se ainda nos dias atuais o assunto causa comoção nacional, é difícil imaginar o grau de coragem de uma mulher como Norma Bengell em afirmar nacionalmente, em 1983, que havia feito dezesseis abortos.

A dona do primeiro nu frontal no cinema, sempre polemista, definiu-se na autobiografia da seguinte maneira: “Durante a minha vida, me acusaram de ser muitas coisas: Puta, Comunista, Sapatão, Sapatilha. Mas nunca poderão me acusar de uma coisa: de que fui covarde.”[8]

Em 1968, Norma estreou a peça *Cordélia do Brasil*, de Antônio Bivar, na qual representava uma mulher que se prostituía para manter o marido. A estreia foi marcada com a polícia jogando gás lacrimogênio dentro do teatro durante a encenação. Norma foi raptada por membros do 1º Batalhão Policial do Exército, onde foi interrogada por cinco horas sobre “a subversão na classe teatral”. Em 1971, exilou-se na França. Retornando para o Brasil, voltou a atuar e fez o longa *O guarani* (1996), que lhe rendeu diversos processos por conta de problemas com prestação de contas. Faleceu de câncer aos 78 anos.

A revolucionária

Entre outros filmes, Norma realizou um sobre uma mulher tão transgressora quanto ela. Em 1988, estreava nos cinemas brasileiros *Eternamente Pagu*, com a atriz Carla Camurati interpretando o papel de Patrícia Galvão (1910-1962), poeta, desenhista, jornalista e militante política. Presa mais de vinte vezes, foi uma das primeiras mulheres a ser encarceradas no Brasil por motivos políticos no século XX. O mesmo Estado que a prendeu

deve a ela as primeiras sementes de soja que aqui chegaram. Amiga do imperador da China, com quem andou de bicicleta pela Cidade Proibida, quase foi deportada para a Alemanha nazista durante sua estada em Paris nos anos 1930 por sua filiação ao Partido Comunista Francês. Amiga dos surrealistas, dos modernistas, dos operários em greve no porto de Santos, Pagu é um mito, uma bandeira, uma mulher que soube criar o seu próprio tempo e sofreu por isso.

Nascida no interior de São Paulo na primeira década do século XX, foi com a família para a capital em 1912. Morou em diversos bairros paulistanos, foi normalista, como tantas de sua época, mas, diferente da maioria, aos 15 anos já colaborava num jornal no bairro do Brás. Mudou-se para essa região fabril após uma reviravolta financeira da família, passando a conviver com o dia a dia dos operários.

Deveu seu apelido a Raul Bopp, que achava que seu sobrenome fosse Goulart. Assim, unindo o “Pa”, de Patrícia, com o “Gou”, criou Pagu, e com ele os versos de o “Coco de Pagu”, que ofereceu a ela:

Pagu tem os olhos moles
uns olhos de fazer doer.
Bate-coco quando passa.
Coração pega a bater.

Eh Pagu eh!
Dói porque é bom de fazer doer.

Passa e me puxa com os olhos
provocantissimamente.
Mexe-mexe bamboleia
pra mexer com toda a gente.

Eh Pagu eh!
Dói porque é bom de fazer doer.

Toda a gente fica olhando
o seu corpinho de vaivém

umbilical e molengo
de não-sei-o-que-é-que-tem.

Eh Pagu eh!
Dói porque é bom de fazer doer.

Quero porque te quero
Nas formas do bem-querer.
Querzinho de ficar junto
que é bom de fazer doer.

Eh Pagu eh!
Dói porque é bom de fazer doer.

Os versos acabariam por ser musicados, e o poema a Pagu virou música na voz da “Miss Ipanema” de 1930, Laura Suarez.[9]

Mas Pagu era muito mais que corpo e olhos: como diz a música de mesmo nome, ela era a “indignada no palanque”. Desde pequena, Pagu era diferente, contestadora e desobediente aos padrões sociais, a ponto de ser proibida por algumas famílias de entrar em suas casas e brincar com suas filhas.[10] Desobedeceria sempre. Aos 14 anos, ela engravidou pela primeira vez.[11] O filho era de Olympio Guilherme. Alguns anos depois, o casal inscreveu-se num concurso de beleza patrocinado pelo estúdio cinematográfico norte-americano Fox. Ele ganhou, ela não, ele foi para Hollywood, e ela ficou sem namorado e com uma gravidez abortada. Um ano depois, estava noiva de Euclides, que morreu de pneumonia.

Na provinciana São Paulo, Pagu destacava-se. Desde jovem, maquiava-se e subia a barra da saia do seu uniforme de normalista, chamando a atenção dos estudantes mais velhos da Academia de Direito de São Paulo. Um deles foi Raul Bopp, que lhe dedicou o poema. Tomando contato com os modernistas aos 18 anos, Pagu passou a ser mimada por Tarsila e Oswald de Andrade. Nos saraus modernistas do casal, Tarsila declamava e mostrava os desenhos e artigos da garota. Em 1929, alguns dos desenhos de Pagu foram publicados na *Revista de Antropofagia – 2ª dentição*. Nesse mesmo ano, numa festa beneficente organizada por Tarsila no Theatro

Municipal de São Paulo, Pagu apresentou-se recitando poemas modernistas. Também em 1929, lançou *Álbum de Pagu: Vida, paixão e morte*, uma autobiografia ilustrada.

Caricatura de Pagu na revista *O Malho*, 15 abr. 1933, p. 6.

Suas constantes idas à casa de Tarsila e Oswald passaram a irritar sua família, e Pagu acabou se casando com o pintor Waldemar Belizário somente para poder sair de casa. O casamento posteriormente foi anulado: tratava-se de faz de conta para que Pagu tivesse liberdade e pudesse fazer o que quisesse de sua vida. A lua de mel ela passou com Oswald em Santos. Ele havia se apaixonado por ela e começaram um caso que terminaria com o casamento dele com Tarsila, como já vimos. Quando ele comunicou a Pagu que finalmente iriam ficar juntos, pois ele havia largado a esposa, ela não ficou muito feliz com a notícia. Não era o que realmente desejava. Aos 20 anos, uniu-se com Oswald e teve seu primeiro filho, Rudá de Andrade.

Em 1930, três meses após ter o filho, Pagu partiu para Buenos Aires como “Embaixatriz da Antropofagia” para participar de um recital de poesia. Lá conheceu os grandes intelectuais da época, como Jorge Luis Borges, entre outros, que a entediaram. Via no círculo intelectual argentino o mesmo que viu em São Paulo – confronto de egos, exibicionismo intelectual, desejos: “Borges quis se despir no meu quarto cinco minutos depois de me conhecer.”[12]

Essa questão do corpo, do seu corpo, de ser mulher, a irritaria profundamente em alguns momentos, chegando a desabafar o que toda mulher passa até os dias atuais: Eu sempre fui vista como um sexo. E me habituei a ser vista assim. Repelindo por absoluta incapacidade, quase justificava as insinuações que me acompanhavam. Por toda parte. Apenas lastimava a falta de liberdade decorrente disso, o incômodo nas horas em que queria estar só. Houve momentos em que maldisse minha situação de fêmea para os farejadores. Se fosse homem, talvez pudesse andar mais tranquila pelas ruas.[13]

Em Buenos Aires, tinha que entregar uma carta para Luís Carlos Prestes, líder comunista exilado na Argentina. Não conseguiu se avistar com ele, mas teve contato com Silo Meireles, que lhe apresentou o comunismo em si e lhe entregou vários folhetos. Além disso, Pagu adquiriu diversas obras editadas pelo Partido Comunista Argentino.

Retornando para o Brasil, ela e Oswald filiaram-se e passaram a se interessar pelo comunismo e a ideologia marxista. De seus estudos, passaram para a prática e criaram o jornal *O Homem do Povo*, escrito por ambos. Pagu redigia a coluna “A mulher do povo” e escrevia diversos artigos, assinando como Irmã Paula, Léa e Peste, além de desenhar histórias em quadrinhos, sendo a primeira mulher no Brasil a fazê-lo. O nome das oito tiras produzidas é “Malakabeça, Fanika e Kabelluda”. Malakabeça e Fanika são um casal sem filhos que acolhem a sobrinha Kabelluda. Fanika representa a tradição e a moralidade, assim como o machismo introjetado nas mulheres, enquanto Kabelluda é o “pomo da discórdia” do casal. É a própria Pagu sem freios e que não se limita, comportando-se fora dos padrões impostos pela sociedade. Malakabeça entra na história fazendo todas as vontades da sobrinha. A militância e o feminismo de Pagu, que toca no tema do aborto numa das tiras, causavam incômodo em outras mulheres de sua época: A forma direta, e por vezes agressiva, com que Pagu se dirigia a outras mulheres, em sua coluna “A Mulher do Povo” e em seus quadrinhos e charges, suas críticas aos costumes e mesmo seu estilo de vida considerado escandaloso para a época, faziam dela uma figura nem sempre “bem quista” dentro do partido e por

outras mulheres. A Pagu feminista e comunista assustava pela ousadia e pela forma apaixonada como abraçava suas causas e pelos limites morais que ultrapassava em nome delas.[14]

Quadrinho sobre aborto produzido por Pagu para o jornal
O Homem do Povo, n. 6, de 7 abr. 1931. Acervo do autor.

O primeiro número do jornal saiu em 27 de março de 1931. O alvoroço foi enorme, envolvendo um embate com alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, que invadiram o jornal e quebraram tudo, quase linchando Pagu e Oswald. O jornal só teve oito edições antes de parar de circular.

Pagu e Oswald, após o fechamento do jornal, partiram para Montevidéu, Uruguai, onde se encontraram com Júlio Prestes. O casal acabou se transferindo para Santos, onde ela começou efetivamente a militar. Foi presa, a primeira das 23 prisões que sofreria durante a vida, em 23 de agosto de 1931 por participar de um comício. Durante o ato, a polícia abriu fogo e atingiu um dos estivadores presentes, o negro Herculano de Souza, fuzilado diante da família. Pagu tentou socorrê-lo, e Herculano morreu nos braços dela, que foi detida e levada para o cárcere da praça dos Andradas, onde atualmente existe um centro cultural com o seu nome.

Nem ela, nem Oswald eram levados a sério pelo Partido Comunista, mas Pagu iria fazer o possível para que essa situação mudasse. Acabou concordando em aceitar todos os tipos de ordem, inclusive a de largar Oswald e seu filho. Mais tarde diria: “De degrau em degrau desci a escada das degradações, porque o Partido precisava de quem não tivesse um escrúpulo, de quem não tivesse

personalidade, de quem não discutisse. De quem apenas ACEITASSE."[15] Vivendo como os proletários no Rio de Janeiro, trabalhou em fábricas, virou empregada doméstica e até "lanterninha" num cinema, morando numa vila operária. Após sofrer um acidente, foi resgatada por Oswald, que a acolheu, enquanto que o Partido Comunista a afastava.

Além dos movimentos sociais em que se engajou, sua arte e sua fama iam alcançando repercussão nacional. Em 1932, sua poesia consagrou-a nas páginas da revista *O Malho*. O periódico realizou um concurso nacional para descobrir qual era a maior poetisa brasileira. Gilka Machado ganhou disparado, mas Pagu manteve-se na disputa, alcançando o sexto lugar. Foi elogiada publicamente por diversos literatos, incluindo Jorge Amado. Recebeu de Ary Pavão, jornalista, compositor e teatrólogo, voto aberto no qual este afirmava: "Votei em Pagu como homenagem à inteligência moça de nossa terra e única e autêntica expressão do feminismo nacional."[16]

Nesse período, incentivada por Oswald, publicou a obra *Parque Industrial* (1933), com o pseudônimo de Mara Lobo. O livro pode ser considerado o primeiro romance panfletário brasileiro. Nele, Pagu traz à tona suas lembranças do bairro operário do Brás e a questão da exploração das mulheres pelos patrões, tanto no âmbito econômico como no sexual. Patrícia coloca como foco do enredo, no primeiro plano, as mulheres proletárias, "exploradas ao ponto da degradação absoluta nos âmbitos econômicos e sexuais",[17] o que foi uma inovação para a época. Mas não para o Partido Comunista, cujos dirigentes tacharam a obra de pornográfica, enquanto a crítica praticamente a ignorou.

Em agosto de 1933, deixando novamente Oswald, partiu para uma viagem pelo mundo como correspondente de jornais paulistas e cariocas. Em suas andanças, visitou os Estados Unidos, o Japão, Xangai e a China, conhecendo e escrevendo sobre diversas celebridades. Nos Estados Unidos, entrevistou artistas de Hollywood; encontrou-se com Freud num navio e assistiu à coroação do último imperador da China.

Seu velho amigo Raul Bopp, então diplomata em Kobe, no Japão, dado o fácil acesso que Pagu havia conseguido junto ao jovem imperador Pu Yi, a ponto de ambos andarem juntos de

bicicleta dentro da Cidade Proibida, pediu a ela que tentasse conseguir sementes selecionadas de feijão-soja. “Dito e feito. Depois de algumas semanas, me foram entregues 19 saquinhos de sementes dessa leguminosa, que enviei na primeira oportunidade, ao meu amigo Embaixador Alencastro Guimarães.”[18] Alencastro remeteu-a para Fernando Costa, ministro da Agricultura do Brasil, que providenciou a cultura dessas sementes. E assim a soja chegou ao país, que atualmente é o seu segundo maior produtor mundial.

Em suas andanças, acabou pegando um trem da ferrovia Transiberiana e foi conhecer Moscou, onde se decepcionou com o que achava que seria o “paraíso comunista”. Dali partiu para Paris, onde conheceu a intelectualidade local, estudou, participou de movimentos de rua e militou no Partido Comunista Francês, sob o pseudônimo de Leonnie. Na capital francesa, trabalhou como tradutora para um estúdio cinematográfico e como redatora da revista *L’Avant-Garde*.

Presa na França, conseguiu, graças ao embaixador Souza Dantas, ser repatriada ao Brasil, onde chegou doente em 1935. No ano seguinte, foi novamente presa, acusada de atividades comunistas, após ser pega distribuindo folhetos sobre a luta do proletariado. Passou quatro anos na cadeia, onde sofreu torturas. Foi libertada em julho de 1940. Nesse ano se casou com seu último marido, Geraldo Ferraz, com quem teve um filho, Geraldo Galvão Ferraz. É bom lembrar, nesse trecho da sua história, que ela estava, na ocasião de sua libertação, com 30 anos.

Já desfiliada do Partido Comunista Brasileiro, Pagu passou a criticá-lo, principalmente por conta da política cultural do partido. Dez anos depois, em 1950, filiada ao Partido Socialista Brasileiro, candidatou-se a deputada estadual, mas não conseguiu votos suficientes. Pagu nunca deixou de militar pelo proletariado, apesar da sua decepção com o Partido Comunista Brasileiro. Em 1945 colaborou com o jornal *Vanguarda Socialista*. No mesmo ano, junto com o marido, lançou o livro *A famosa revista*. Nessa obra, novamente de caráter autobiográfico, Pagu conta a história de um casal que se desilude com a revista, que é claramente uma referência ao Partido Comunista Brasileiro.

Ao longo dos anos, trabalhou em diversos jornais e revistas, sendo por onze anos redatora da agência de notícias France Presse. Publicou diversos contos de suspense policial com o pseudônimo de King Shelter. No início da década de 1950, Pagu entrou para a Escola de Arte Dramática de São Paulo, passando a traduzir peças inéditas e ajudando a divulgar diversos autores e diretores. Em 1958, dirigiu uma peça inédita chamada *Fando e Liz*, de Fernando Arrabal, que alcançou sucesso de crítica. Dedicando-se ao teatro, passou a exercer a presidência da União do Teatro Amador de Santos. Sua militância nessa área levou-a a organizar uma campanha para a construção do Teatro Municipal Brás Cubas, em Santos. Inaugurado após a sua morte, o teatro faz parte de um complexo cultural chamado Centro Cultural Patrícia Galvão, que também inclui a Galeria de Arte Patrícia Galvão.

Usando o pseudônimo de Gim, ainda conta com o pioneirismo de ter sido a primeira jornalista a manter uma coluna sobre televisão num jornal brasileiro, no caso *A Tribuna*, de Santos.

Patrícia Galvão faleceu em Santos, em dezembro de 1962, aos 52 anos. Já Pagu, essa vive até hoje em cada brasileira que deseja ser protagonista da sua vida e faz dela o que quer.

Leila para sempre Diniz

Outra que seguiu no caminho de ser a protagonista de sua própria vida foi Leila Diniz (1945-1972). A vida de Leila foi atribulada. Descobriu no início da adolescência que a mulher que a criava não era a sua mãe biológica. Isso desencadeou diversas crises familiares, inclusive a sua saída de casa. Aos 17 anos, estreou no teatro, fazendo uma peça infantil, o que lhe abriu portas para novas oportunidades até virar atriz da TV Globo, onde atuou em doze novelas. Também como Norma Bengell, foi uma das musas do chamado Cinema Novo, tendo realizado catorze filmes. Assim como Pagu, não tinha limites sociais que a freassem. Era tão ousada a

ponto de, desafiando a sociedade com a maior naturalidade, falar palavrões e tratar desinibidamente sobre seus desejos sexuais.

Em novembro de 1969, durante a ditadura militar e a repressão, recebeu os repórteres do jornal *O Pasquim* sem maquiagem e com uma toalha enrolada na cabeça, como aparece na foto de capa do periódico. Essa edição ficaria muito famosa. Seus palavrões ditos durante a entrevista foram substituídos por setenta asteriscos. Na conversa, revelou ao público em geral que sexo para ela não tinha nenhuma relação com amor. Afirmou, por exemplo, que podia ir para a cama com uma pessoa e amar outra. Falava claramente que gostava de sexo e com mais naturalidade ainda a respeito de andar com pílulas anticoncepcionais na bolsa.

O Pasquim bateu recorde de venda com essa edição, alcançando a marca de 117 mil exemplares. Leila, na época, era jurada do programa de Flávio Cavalcanti, e este descobriu que a Polícia Federal estava no estúdio para prendê-la ao vivo diante das câmeras. Alertada para o fato, ela pediu ao vivo para ir ao banheiro, mas escondeu-se no banco de trás do carro do apresentador, que a levou direto para Petrópolis, onde Flávio tinha uma casa.

O ministro da Justiça da época, Alfredo Buzaid, que a tinha como uma mulher imoral e depravada, acabou criando uma lei de censura prévia, que ficaria conhecida como Lei Leila Diniz. Leila foi obrigada a assinar um termo de responsabilidade dizendo que não falaria mais palavrões.[19] Obviamente, isso não durou muito.

Dentre diversos relacionamentos, teve uma filha com o cineasta Ruy Guerra. Não eram casados: tinha um relacionamento, mas, moderna, Leila preferia cada um na sua casa. Certo dia, foi tomar banho de sol, como sempre fazia no Rio de Janeiro, mas dessa vez ostentando a gravidez. Hoje, quem vai à praia, não imagina que na época de Leila Diniz as grávidas usavam batas e procuravam esconder a barriga em público. A barriga da mulher gestante era tabu, como ainda é hoje o ato de amamentar uma criança em público. Leila, que com seus palavrões havia desconstruído completamente a ideia da atriz bonitinha e romântica que aparecia nas novelas da TV Globo, agora exibia publicamente sua gravidez de mulher solteira.

Novidade para a época, a mulher emancipada tinha o seu próprio dinheiro, quis ter um filho e não se prestou a se encaixar no papel de mãe solteira para quem a maternidade implicava renúncias, como bem demonstra Mirian Goldenberg: Ao exibir na praia sua barriga grávida, Leila demonstrou que a maternidade sem o casamento não era vivida como um estigma a ser escondido, mas como uma escolha livre e consciente. Demonstrou que não respeitava o modelo tradicional de esposa e mãe e o fazia sorrindo, à luz do sol, à vista de todos. Não só engravidou sem ser casada como exibiu uma imagem concorrente à grávida tradicional que escondia sua barriga. A barriga grávida materializou, corporificou, seus comportamentos transgressores. A barriga objetivou as práticas consideradas desviantes, que antes eram tornadas públicas por ela por meio da palavra. Leila fez uma verdadeira revolução simbólica ao revelar o oculto – a sexualidade feminina fora do controle masculino – em uma barriga grávida ao sol. Leila Diniz inventou uma nova forma de ser mãe e mulher.[20]

A foto de Leila com quase nove meses de gravidez foi um escândalo, motivo de matérias em diversos jornais e revistas nacionais. A filha Janaína nasceu em novembro de 1971. Em junho de 1972, Leila foi participar de um festival de cinema na Austrália, onde recebeu o prêmio de melhor atriz pelo seu papel no filme *Mãos vazias*. Querendo reencontrar logo a filha, antecipou o voo. O avião em que estava explodiu próximo ao aeroporto de Nova Délhi, na Índia, em 14 de julho de 1972. Leila tinha 27 anos.

Sua morte, no auge da beleza e da transgressão, foi um choque. Um dos ícones da poesia brasileira da época, Carlos Drummond de Andrade, publicou no *Jornal do Brasil* um poema dedicado a ela.

> Leila Diniz – sobre as convenções esfarinhadas mas recalcitrantes, sobre as hipocrisias seculares e medulares: o riso aberto, a linguagem desimpedida, a festa matinal do corpo, a revelação da vida.
>
> Leila Diniz – o nome acetinado do cartão-postal, o sobrenome e cristal tinindo e partindo-se, como se parte, mil estilhas cintilantes, o avião no espaço – para sempre.
>
> Para sempre – o ritmo da alegria, samba carioca no imprevisto da professorinha ensinando a crianças, a adultos, ao povo todo, a arte de

ser sem esconder o ser.

Leila para sempre Diniz, feliz na lembrança gravada: moça que sem discurso nem requerimento soltou as mulheres de 20 anos presas no tronco de uma especial escravidão.[21]

Outras transgressoras

Leila não seria a primeira a escandalizar dessa forma o Rio de Janeiro. Anteriormente já houve outras, como a atriz Elvira Pagã (1920-2003), uma das primeiras, no início dos anos 1950 a usar biquíni na praia. Outra grande “transgressora” foi Luz del Fuego, cujo verdadeiro nome era Dora Vivacqua (1917-1967).

Dora nasceu numa família rica, no Espírito Santo. Jovem, perdeu o pai, foi vítima de assédio sexual de seu cunhado e presa pela irmã num hospício quando descobriu a infidelidade do marido. Após ser libertada, graças a um de seus irmãos ter conseguido que o culpado, sob a mira de um revólver, confessasse, passou a responsabilizar a família e a contar para todos ter sido vítima de não somente um dos cunhados, mas de dois. Aos 20 anos, em 1937, ela fugiu para o Rio de Janeiro, onde reencontrou um antigo namorado. Para escândalo de todos, recusou o seu pedido de casamento e passou a morar com ele por cerca de cinco anos. Irrequieta, conseguiu do ministro da Aviação permissão para fazer aulas de voo e paraquedismo, contra a vontade do companheiro, que se irritou muito ao descobrir que Dora estava fazendo aulas de dança na academia de Eros Volúsia (1914-2004).

Terminando o relacionamento, Dora resolveu ser artista e dançarina. Queria dançar com cobras, então descobriu tudo o que pôde a respeito delas estudando sobre o assunto no Instituto Vital Brazil.

Começou a treinar jiboias e com elas se apresentou no Circo Pavilhão Azul, no Rio de Janeiro. Suas danças sensuais evoluíram para danças, nua, com cobras. Seus parentes, que ainda a ameaçavam com internação em hospícios, respiraram aliviados

quando Dora Vivacqua se transformou em Luz del Fuego, nome que ela tomou de um batom argentino lançado no fim dos anos 1940. Entretanto, ela lançou uma autobiografia chamada *Trágico black-out*, na qual criticava abertamente a sociedade e sua família. O irmão dela, que havia se tornado senador, sem conseguir impedir a publicação do livro, comprou cerca de mil exemplares para tirar boa parte dele do mercado.

Nos anos 1950, já bastante famosa, era uma das grandes atrações do Carnaval do Rio de Janeiro. Escandalizava a sociedade desfilando praticamente nua em cima de um carro de sorvetes, com suas cobras e acompanhada de um travesti. Tentou se candidatar pelo Partido Naturalista Brasileiro, fez discursos seminua nas escadarias do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, mas só conseguiu com isso multas por atentado ao pudor, uma vez que o partido não conseguiu registro eleitoral.

Apesar dos protestos da Igreja católica, Luz del Fuego conseguiu levar adiante a criação de uma colônia de nudismo no Rio de Janeiro, a Ilha do Sol, primeira da América Latina. O auge da colônia deu-se entre 1956 e 1961, chegando a ter mais de duzentos associados. Passaram pela ilha diversos atores estrangeiros, como Ava Gardner, Brigitte Bardot, entre outros. Luz del Fuego foi assassinada por dois pescadores locais em 1967 devido às constantes ameaças dela de denunciá-los para a polícia por pesca predatória.

As mulheres loucas: Yayá e Gabrielle

Essa questão de internar mulheres que saíssem do que era o padrão comportamental social de determinados períodos era uma constante. Em São Paulo, existe o caso de “Dona Yayá”, Sebastiana de Melo Freire (1887-1961), uma das mais ricas herdeiras paulistas, que permaneceu trancafiada numa casa por 36 anos. Foi diagnosticada como esquizofrênica. Antes de tentar suicídio em 1918, Yayá mantinha uma residência na rua Sete de Setembro, no

centro da capital paulista, onde realizava saraus e possuía um estúdio fotográfico, um de seus *hobbies*. Foi uma das primeiras mulheres paulistas a dirigir o próprio carro e a pilotar aviões.[22] Seu contato com a aviação teria se dado devido a uma paixão nutrida pelo aviador Edu Chavez, que rejeitou Yayá por já ser comprometido.

Sua família tinha histórico de doenças mentais, o que pode ser um dos fatores da doença, mas mulheres livres e com dinheiro não eram bem-vistas sozinhas, sem homens, maridos ou parentes que administrassem seus bens. Após ser diagnosticada como doente mental, foi transferida para uma chácara própria no bairro paulistano do Bexiga, em 1925. A casa foi transformada numa verdadeira gaiola dourada, um manicômio privado que visava preservar a vida de Yayá de qualquer modo, evitando que ela fugisse, tivesse contato com pessoas de fora e se matasse. Faleceu em 1961 sem herdeiros. Sua fortuna, avaliada em cerca de 4 milhões de dólares na época, foi declarada vacante e absorvida pelo Estado.

Se, apesar dos rumores, não existe comprovação de que Yayá e suas atitudes a levaram a ser confinada, junto com a doença em si, o mesmo não pode ser dito de tantas outras mulheres que, como Luz del Fuego, foram tidas por loucas devido a seu modo de agir. Uma delas foi Gabrielle Leuzinger Masset (1874-1940), estudada pela historiadora Vavy Pacheco Borges.

Gabrielle nasceu no Rio de Janeiro. Seu pai era o francês Gustave Léon Masset, um comerciante estabelecido no Centro do Rio de Janeiro que acabaria falindo, morrendo aos 40 anos. A mãe, Eugénie, era filha de Georg Leuzinger, um importante tipógrafo e fotógrafo da época do Segundo Reinado. Vendo-se em dificuldades para criar os filhos, Eugénie abriu uma escola. Essa atividade, como já vimos anteriormente, era uma ocupação aceitável para a mulher perante a sociedade do período.

Gabrielle casou-se aos 19 anos com Georg Brune, de 31. Ele era um capitalista alemão no Rio de Janeiro e detinha importantes negócios financeiros não apenas no Brasil, mas em diversas partes do mundo. Quinze anos depois, já viúva, Gabrielle havia se tornado uma mulher rica, mas poderia ter sido bem mais. Com a morte do marido em 1912 e a eclosão da Primeira Guerra Mundial dois anos

depois, os bens de Georg no exterior foram bloqueados, e ela lutaria durante anos pela posse deles.

Menos de um ano após ficar viúva, Gabrielle casou-se com outro alemão, Friedrich Wilhelm Sieler, funcionário do Brazilianische Bank für Deutschland, o mesmo banco com o qual Georg tinha envolvimento financeiro e onde trabalhavam alguns parentes dela. Gabrielle, mais velha que o segundo marido, cedo iria se arrepender do casamento. Este, diferentemente do primeiro, foi feito em regime de separação de bens.

O casamento apresentou problemas logo de início. Segundo Gabrielle, a única coisa que o novo marido lhe trouxera foram avultadas dívidas. Ela havia emprestado para ele uma grande quantia em dinheiro, que ele passou a gerenciar no banco em que trabalhava. Arrependida, ela tentou recuperar o valor, mas sem sucesso. Sem conseguir a separação, que na época era a chamada "separação de corpos", que só podia ser requerida dois anos após o casamento, ela fez um testamento. Nele, legava ao marido apenas uma joia, e toda a sua fortuna deveria ir para "formar uma nova associação que ponha abaixo a lei que uma mulher independente tenha que suportar maus tratos de seu esposo".[23]

O maltrato maior ocorreu em São Paulo. Eles haviam se mudado para uma mansão na avenida Paulista, onde, no início de 1915, Friedrich tentou matá-la e matou-se em seguida. Ela sobreviveu e logo se viu indisposta com a própria família. A família de Friedrich na Alemanha quis a herança dele, ou seja, o dinheiro de Gabrielle que estava na conta dele no Brazilianische Bank. Ela processou o banco por isso, e um dos seus irmãos que lá trabalhavam rompeu com ela devido a sua ação.

Com a liberdade que a sua riqueza e a sua situação como viúva permitia, de volta no Rio de Janeiro, frequentava a alta sociedade. Querendo fazer prevalecer seus direitos, fez diversas viagens à Europa para resolver a questão dos seus bens internacionais. Numa dessas viagens, acabou sendo presa em Paris, suspeita de querer assassinar o presidente do Conselho de Ministros, Édouard Herriot. Gabrielle havia conseguido chamar a atenção da polícia devido às declarações bombásticas sobre si e seus bens bloqueados na Europa. Ao ser revistada quando tentava ser recebida pelo ministro,

foi achado um revólver em sua bolsa, e ela acabou sendo repatriada para o Brasil.

Como Gabrielle era uma pessoa que não se deixava controlar por parentes ou por um novo marido, e com muito dinheiro e personalidade forte e independente, facilmente passou a despertar atenção sobre si de maneira negativa. Com o tempo, os jornais, e até um dos irmãos, passaram a insinuar que, em vez de ser vítima do segundo marido, ela o teria matado.

Devido ao seu gênio, a família de Gabrielle tentou interditá-la. Ela conseguiu escapar diversas vezes; escondia-se em hotéis carregando malas com dinheiro, joias e ouro. No seu novo testamento, de 1924, afirmou não querer deixar nada para a família, pois eles a teriam feito sofrer muito, moralmente, "com seu indiferentismo, egoísmo e covardia nas minhas duas viuvezes". A maior parte de seus bens deveria ir para hospícios de alienados, asilos e outros locais, "visto que aí estão muitos infelizes inocentes sequestrados nos lugares dos culpados, que soltos gozam de seus crimes e continuam-nos indefinidamente, por falta de justiça humana".[24]

Diversos pedidos de interdição a ela e aos seus testamentos foram feitos pelos parentes, mas uma análise desses documentos demonstra que ela não era tão louca como queriam que acreditassem. Em 1935, finalmente, a família conseguiu interditá-la. Morreu aos 64 anos, em 1940, numa casa de saúde no Rio de Janeiro.

A sinhazinha emancipada

Outra que a família demonstrou desde o início ter interesse em seus bens e tentou, depois de sua morte, que ela fosse considerada louca para invalidar seu testamento foi Eufrásia Teixeira Leite. Eufrásia entra aqui como uma transgressora por nunca ter se casado e ter administrado sozinha a fortuna que ela e a irmã herdaram, numa época em que isso era praticamente impossível

devido à pressão exercida pela família sobre moças órfãs e solteiras.

Nascida m Vassouras em 15 de abril de 1850, era a terceira e última filha de Joaquim José Teixeira Leite (1812-1872) e Ana Esméria Corrêa e Castro (1827-1871). A fortuna de sua família, principalmente dos avós, vinha basicamente do café. Seu avô materno, Laureano Correa e Castro, barão de Campo Belo, foi cafeicultor e proprietário de várias fazendas na região, como a de Secretário. Já o pai de Eufrásia e seus familiares também tinham fortuna originária do grão, mas com o tempo acabaram investindo de outra maneira no negócio. Joaquim e seu tio, o barão de Vassouras, criaram no Rio de Janeiro a Casa Teixeira Leite & Sobrinhos e passaram a trabalhar como comissários de café da região. Eles recebiam o produto para ser vendido e exportado, e o dinheiro arrecadado era mantido em crédito numa conta do fazendeiro, da qual era debitado o valor dos mantimentos e outros pedidos. Também emprestavam dinheiro a juros para os fazendeiros realizarem novas safras, comprarem terras e escravos.

Com o único irmão falecendo na infância, a mãe em 1871 e o pai em 1872, Eufrásia e a irmã mais velha, Francisca Bernardina Teixeira Leite (1845-1899), viram-se órfãs e donas de uma fortuna de mais de setecentos contos de réis, que viria a se somar com mais de cem contos deixados pela morte da avó materna em 1873. Os escravos herdados foram vendidos, e a única propriedade rural, a chácara da Hera, hoje Museu Casa da Hera, foi mantida. Todo o restante dos bens era em forma de depósitos bancários, propriedades urbanas e apólices de dívida pública. É de estranhar um ponto na vida das irmãs Teixeira Leite: como nos lembram as historiadoras Miridan Britto Falci e Hildete Pereira de Melo,[25] as irmãs, Francisca, com 27 anos, e Eufrásia, com 22, quando ficaram órfãs, já tinham passado da idade de se casar, afinal, “o costume era que as jovens se casassem entre os 15 e os 18 anos”.[26]

Eufrásia Teixeira Leite. Acervo Museu da Casa da Hera/Ibram/MinC.

Com o casamento de uma delas, a fortuna amealhada pelo pai passaria, como era costume, a ser administrada pelo marido, provavelmente um primo ou algum parente próximo. Entretanto, Joaquim parece nunca ter tido pressa em casar nenhuma das duas, e um ponto em seu testamento pode lançar uma luz sobre o assunto. Ele havia determinado que um terço dos seus bens não poderia ser alienado pelas filhas, seria investido em títulos públicos, dos quais as herdeiras teriam o usufruto dos juros de maneira vitalícia.

O valor da herança recebido pelas irmãs Teixeira Leite correspondia, na época, a 5% do valor das exportações brasileiras. Sozinhas, solteiras e ricas, não faltaram parentes que se dispusessem a casar com elas, tutelá-las ou, ainda, administrar-lhes a herança. Entretanto, o pai havia, segundo consta, preparado bem as filhas. Além da educação dada a meninas da elite da época, e na

falta de um herdeiro homem, Joaquim teria educado ambas em outras áreas, até então pertencentes ao universo masculino. Uma delas foi matemática financeira,[27] o que lhes deu condições para administrarem elas mesmas a sua fortuna e, com isso, a sua independência.

Devido à pressão exercida pela família, as irmãs partiram de Vassouras rumo a Paris em agosto de 1873. Não sem contínuos protestos dos familiares, justificados do ponto de vista da moral e dos bons costumes, mas na realidade profundamente abalados pela perda de tão importante herança. Definitivamente, as Teixeira Leite não haviam sido educadas para serem sinhazinhas submissas.

As irmãs estabeleceram-se inicialmente numa casa na Rue Presbourg e, em 1898, comprariam uma mansão de quatro andares e quase setecentos metros quadrados na Rue de Bassano. Ambos os endereços ficavam próximos ao Arco do Triunfo, no VIII Distrito de Paris, até hoje local de residência da classe média alta e local de hotéis de luxo e lojas de marcas famosas.

A liberdade de morarem em Paris foi possível porque, como não haviam herdado terras e escravaria, ou ao menos não as mantiveram, a sua fortuna no Brasil poderia ser administrada a distância. O telégrafo, e posteriormente o telefone, facilitariam o trabalho de corretagem. Eufrásia teria em seu último endereço em Paris uma linha direta com a Bolsa de Valores de Paris, sendo uma das primeiras mulheres a atuar nela e na Bolsa de Londres.

Outro ponto curioso da vida das Teixeira Leite diz respeito à pouca informação encontrada sobre a irmã mais velha de Eufrásia, Francisca. É mencionado que ela sofreria de uma deformidade na bacia, mas isso não justificaria a proeminência da mais nova sobre ela. Francisca faleceria em Paris em 1899, tornando Eufrásia ainda mais rica, por ser a única herdeira da irmã.

O tino de financista de Eufrásia foi surpreendente. Seus investimentos, no fim da vida, compreendiam diversas moedas, países e diferentes formas de ativos, muitos títulos de renda fixa, debêntures e ações. Seu portfólio incluía 30 mil ações, de 297 empresas em dez países,[28] negociando em aproximadamente sete moedas diferentes. A diversidade de seus investimentos pode ser vista por suas carteiras de ações e títulos, que iam de empresas de

mineração, ferrovias, petróleo a minas de ouro, diamantes, ferro e carvão, passando pelas companhias Antarctica Paulista e Brahma: hoje ela seria uma das acionistas da Ambev.

Também atuava fora da bolsa, comprando títulos da dívida pública de cidades e estados. Sua visão financeira ia para além de empresas, chegando a apostar até em guerras, como foi o caso da grande compra de anilina que fez na Alemanha às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Sentindo o ritmo da corrida armamentista europeia e onde isso mais cedo ou mais tarde desaguaria, ela comprou anilina no país, principal produtor europeu do produto, em 1913. Com o estouro da guerra em 1914 e a subida do preço da anilina, ela vendeu seu estoque para o Brasil com grande lucro.[29]

A crise da Bolsa de Nova York de 1929 não a levou à falência, devido aos diversos tipos de investimentos em que aplicava. Ela diminuiu sua liquidez adquirindo uma gleba em Copacabana, para onde a cidade do Rio de Janeiro começava a se expandir. A gleba loteada transformou-se em 49 terrenos residenciais colocados para venda.[30]

Além do mundo das finanças, convivia com a sociedade brasileira radicada em Paris, foi amiga da princesa Isabel e conviveu com ela durante o seu exílio na França após a Proclamação da República. Teve um romance com Joaquim Nabuco, mas não se casou com ele, mantendo-se sempre livre e independente. Também foi uma pessoa ativa na sociedade francesa, participando da Société des Amis du Louvre, criada em 1897. Durante o inverno, ia para a Itália. Voltou poucas vezes ao Brasil, falecendo durante uma de suas estadas no Rio de Janeiro em 15 de setembro de 1930, solteira e sem filhos ou herdeiros diretos.

Ao longo de sua vida de financista, multiplicou por dez a fortuna recebida por ela e pela irmã. Dos oitocentos contos de réis recebidos de herança, o inventário final de Eufrásia contabilizou cerca de 8 mil contos que ela deixava. Para grande surpresa de todos, a sua imensa fortuna foi basicamente revertida para os pobres da cidade de Vassouras, sendo a Santa Casa de Misericórdia local a sua principal herdeira. Isso causou desespero nos seus parentes, que tentaram embargos ao seu testamento, até

buscando justificar que ela não estava de plena posse de suas faculdades mentais quando o realizou.

Maria da Penha, a que ousou reclamar

Outra mulher que transgrediu ao afrontar os que acham que a mulher, seu corpo e sua vida são propriedade dos homens foi a cearense Maria da Penha Maia Fernandes. Antes dela, a “legítima defesa da honra”, que praticamente remetia ao Código Filipino que regia os territórios portugueses na época colonial e posterior até as novas leis do Império Brasileiro, ainda era usada para caso de agressões e morte das mulheres por homens.

Um dos casos mais famosos na segunda metade do século XX foi o do paulista Raul Fernandes do Amaral Street, apelidado de Doca Street, que matou a namorada Ângela Diniz (1944-1976) em Búzios.

Ângela, assim como a cortesã Nenê Romano nos anos 1920, foi acusada de ser uma “devoradora de corações”, uma “Vênus lasciva”, que havia tirado o sossego do namorado, e este, num momento de ciúmes, a assassinou com três tiros no rosto e um na nuca. Segundo o advogado de defesa, Evandro Lins e Silva, na sua fala diante do júri: A “mulher fatal”, esse é o exemplo dado para o homem se desesperar, para o homem ser levado, às vezes, à prática de atos em que ele não é idêntico a si mesmo, age contra a sua própria natureza. Senhores jurados, a “mulher fatal”, encanta, seduz, domina, como foi o caso de Raul Fernando do Amaral Street.[31]

Por mais absurdo que possa parecer hoje, havia pessoas em Cabo Frio, onde o caso foi julgado, que apoiavam o assassino com gritos e cartazes de “Doca, Cabo Frio está com você”. Como se fosse a coisa mais natural do mundo matar por ciúmes, Doca Street saiu livre do primeiro julgamento, no qual foi condenado a dois anos de prisão com suspensão condicional da pena. Mas não escapou de um segundo, já que o primeiro acabou sendo anulado, e em 1981

Street foi novamente a júri. Dessa vez, em outro contexto e com mobilização de movimentos feministas, que não aceitariam mais a argumentação de “legítima defesa da honra”, além de “crime passional”, para justificar o assassinato de mulheres.

Se os defensores tentavam justificar o assassinato cometido por seus clientes dizendo que eles o fizeram por amor, a sociedade passou a responder que “quem ama não mata”. No novo julgamento, Doca Street foi sentenciado a quinze anos de prisão.

Em 2015, foi sancionada a Lei do Feminicídio, resultado da CPI mista da Violência contra a Mulher, que funcionou entre 2012 e 2013. A então presidente, Dilma Rousseff, durante o seu discurso na cerimônia de promulgação da lei, afirmou: “Em briga de marido e mulher, nós achamos que se mete a colher, sim, principalmente se resultar em assassinato. Meter a colher nesse caso não é invadir a privacidade, é garantir padrões morais, éticos e democráticos.”[32]

Mas antes dessa lei houve outra, motivada pela ânsia de justiça de Maria da Penha, que durante dezenove anos e seis meses não descansou até colocar seu ex-marido na prisão. Maria da Penha foi uma das primeiras mulheres a denunciar publicamente os maus-tratos que sofreu do marido. Antes dela, a mulher podia ter ou não “sorte” em acabar se casando com alguém excessivamente possessivo, ciumento ou, simplesmente, de “gênio ruim”, o que muitas esposas tinham que aguentar caladas e aceitar como um dogma.

Nascida em Fortaleza, no Ceará, em 1945, em 1966 entrou como primeira da turma na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal do Ceará. Seu primeiro casamento, aos 19 anos, não deu certo. O marido era ciumento e machista, e ela queria evoluir na carreira que havia escolhido. Separou-se dele e, fazendo mestrado na Universidade de São Paulo, conheceu o economista colombiano Marco Antonio Heredia Viveros, com quem teve quatro filhas.

Após a naturalização de Marco, por ter casado com brasileira, trabalhar aqui e ter filhos no país, Maria da Penha afirma que ele mostrou a verdadeira face. O homem prestativo que ela conheceu acabou se mostrando violento e agressivo com a esposa e com as crianças. Ela passou a viver em sobressalto, sem saber com qual

humor o marido entraria pela porta quando chegasse do trabalho. Tudo era motivo para descontrole dele. Uma das filhas fazer xixi no lugar errado, o fato de a outra chupar o dedo, ou até mesmo a comida, eram motivo de algum ato violento por parte de Marco.

As explosões davam-se no ambiente doméstico; socialmente, Marco não agia como agia dentro de casa. Maria da Penha fez o que todas as mulheres na época fariam. Teve medo, isolou-se e sofreu por um bom tempo sozinha. O ambiente, o preconceito da sociedade com as mulheres que reclamavam de seus maridos, que transformou Gabrielle Masset de vítima de abuso do segundo marido em assassina dele, não haviam mudado muito em setenta anos e contribuíram para a atitude tomada por Maria da Penha.

Alguns meses antes de Marco tentar matar a esposa, ele havia tentado fazer Maria da Penha assinar um seguro de vida em seu nome, o que ela se recusou. Em maio de 1983, ela acordou com um estampido: Marco, simulando um assalto, havia tentado matar a esposa. Mas o plano não deu certo: Maria da Penha não morreu, ficou tetraplégica com o tiro recebido. Os vizinhos socorreram-na e ao marido, que dizia ter surpreendido os ladrões em casa e tomado um tiro de raspão no ombro. Ela suspeitou da versão: como ele, que lutara com os bandidos, não morrera e ela, que estava dormindo, tomou um tiro?

Meses depois de passar por hospitais em Fortaleza e Brasília, Maria da Penha voltou para casa. Marco proibia-a de receber visitas, e a esposa, com medo, dava desculpas para quem ligava querendo ir vê-la dizendo estar cansada. Até o dia em que Marco tentou novamente matá-la, dessa vez eletrocutada embaixo do chuveiro. Na cadeira de rodas, esticou a mão para ver a temperatura da água e tomou um choque. O marido, mesmo com o alerta da esposa, tentou colocá-la debaixo do chuveiro com a cadeira de rodas de metal. Os gritos dela atraíram as crianças e a babá. Marco acabou saindo de casa.

Após o primeiro depoimento de Maria da Penha para a polícia de Fortaleza, em 1984, Marco passou a ser suspeito de ter forjado o assalto em sua casa para matar a esposa. Começava outro drama na vida dela: colocar o marido atrás das grades. “Aí que fui

conhecer o que é a justiça. Aí que vi que a vítima e nada são a mesma coisa."[33]

Durante mais de dezenove anos ela tentou que a justiça fosse feita. Viu o ex-marido ser julgado duas vezes e sair livre do tribunal por meio de recursos. Depois de todos os caminhos jurídicos trilhados por Maria da Penha no Brasil, ela voltou-se para o exterior. Duas organizações internacionais, o Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional e o Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher, interessaram-se pelo seu caso, que foi parar na Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos em 1998.

A OEA não apenas determinou que o Brasil prendesse Marco, como responsabilizou o Estado brasileiro pelo que ocorreu com Maria da Penha. A Corte acusou o Brasil de ser omisso quanto à violência doméstica, determinando que o país tomasse medidas a respeito dessa questão.

Apesar de a condenação ter sido proferida em 2001, Marco não foi preso. Em 2002, quando o caso estava a ponto de prescrever, a justiça do Ceará justificava que o paradeiro dele era desconhecido. Isso revoltou o ex-deputado Mário Mamede, então presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Ceará. Mamede sabia, como "todo mundo", que Marco na época vivia em Natal e dava aula na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O próprio deputado ligou para o reitor da universidade, conseguiu o endereço, e a prisão foi realizada. Novamente julgado, Marco pegou oito anos de prisão por homicídio, mas passou só dois anos preso, pois o Tribunal de Justiça do Ceará abateu o tempo que ele passou com recursos.

Numa entrevista dada para a revista *IstoÉ*,[34] Marco minimizou o caso ao dizer que a culpa disso tudo era de Maria da Penha, que teria inventado as acusações ao descobrir que ele a traía.

Cinco anos após o parecer final da Corte de Justiça da OEA, o Congresso Nacional aprovou, em 7 de agosto de 2006, a lei nº 11.340, apelidada de Lei Maria da Penha pelo presidente Lula quando ele a sancionou. Na época, a lei foi considerada pela ONU uma das mais completas contra os casos de violência doméstica. A lei inovou em diversos pontos, como na ampliação do conceito de

violência doméstica, que passou a não ser apenas de natureza física e sexual, mas também moral e psicológica. As penas foram elevadas, e foram estabelecidos instrumentos jurídicos para a retirada de mulheres agredidas de seus lares sem que estas perdessem, com isso, a guarda dos filhos, além de garantir o afastamento do agressor. Uma infraestrutura de atendimento foi criada em âmbito nacional. Em São Paulo, desde 1986, já havia uma delegacia da mulher, e instituições congêneres permanentes foram criadas em outros estados.

Maria da Penha tornou-se um símbolo da luta contra a violência à mulher e até hoje luta para a criação de novas delegacias da mulher permanentes e com pessoal qualificado. E a sua luta é árdua. Em 2016, durante um debate sobre feminismo numa instituição de ensino em São Paulo, onde eu ouvi mais do que falei, lembro-me de uma delegada tomar a palavra na plateia. Ela contou sobre a sua luta, e a de algumas colegas, em não prejulgar as mulheres que se dirigem à delegacia em busca de auxílio. O machismo reproduzido pela mulher existe, e elas também lutam com o famoso “Mas o que será que ela fez para merecer isso?”.

Segundo a própria Maria da Penha, o agressor doméstico geralmente “não é um bandido ou uma pessoa má”.[35] Geralmente é agressivo porque aprendeu, dentro de casa ou em seu ambiente, a repetir a violência como um padrão comportamental, por isso tem que ser reeducado. A lei prevê um sistema de atendimento ao agressor no qual ele aprenda a respeitar a mulher.

A certeza de que o homem será punido ajuda. Ainda segundo Maria da Penha, existe comprovação de “comunidades em que, quando prenderam o primeiro homem em flagrante, os outros homens pararam de bater nas mulheres”.[36]

Geralmente, a busca da mulher por uma delegacia ocorre após o segundo caso de violência, quando a vítima consegue quebrar o círculo vicioso: agressão, pedido de desculpas pelo agressor, lua de mel e nova agressão.

Segundo relatório publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em março de 2017, intitulado *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*, na maioria dos casos de agressão a mulheres, 52% não tomam atitudes. O número muda no

caso de lesões provocadas por facas ou armas de fogo, subindo para 47% o número de denúncias no caso da primeira e 48% no caso da segunda. Nesse caso, as mulheres entrevistadas teriam recorrido ao sistema de segurança, como delegacias comuns, delegacia da mulher, Polícia Militar, 190 ou 180, central de atendimento à mulher.

Entretanto, apesar das leis, em 2013 o Brasil apresentava taxa de 4,8 mulheres assassinadas por 100 mil, o que o colocava, segundo os índices da Organização Mundial de Saúde (OMS), na quinta posição internacional em casos de feminicídio, que é quando o que leva a mulher à morte é o seu gênero e não a criminalidade em geral. O Brasil fica somente atrás de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia. O índice da época em que Maria da Penha quase foi morta pelo marido era de cerca de 2,3 mulheres assassinadas para cada 100 mil.[37]

Segundo o *Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*, de 1983 até 2013, 106.093 mil mulheres foram mortas por feminicídio no Brasil.[38] Esse estudo também revelou que 50,3% das mortes violentas de mulheres são realizadas por familiares e 33,2%, por companheiros ou ex-parceiros.

Elas que eram eles

Astolfo Barroso Pinto (1943-2017) também foi uma transgressora. Começou a sua carreira artística como maquiador da TV Rio, no Rio de Janeiro, nos anos 1960. Já rebatizado como Rogério, pois Astolfo era muito formal, participou de um concurso de fantasia no Carnaval de 1964, o qual venceu, vestido de mulher, com espartilho, salto alto e cinta-liga. O apresentador do concurso revelou que uma das pessoas que haviam ganhado o concurso era Rogério, maquiador da TV Rio. A plateia começou a gritar “Ro-gé-ria, Ro-gé-ria”, e assim Astolfo foi rebatizado para sempre.

Desde pequena, Rogéria gostava de se travestir. Aos 12 anos, vestiu-se de mulher e desfilou em público pelas ruas de Niterói. Uma

tia viu e contou para sua mãe, que a chamou e disse para ela tomar mais cuidado, levando ao início de uma cumplicidade e respeito entre mãe e filho/filha, que seria a base para Astolfo ser o que quisesse.

Com pouco mais de 20 anos, foi tentar a vida no exterior. Passou por diversas casas de shows em Angola, Moçambique, Portugal e Espanha, mas foi em Paris, onde trabalhou em boates famosas, que se encontrou artisticamente. Lá começou a tomar hormônios, seus seios e o cabelo cresceram, porém nunca foi operada, nem para tirar, nem para colocar coisa alguma.

Sem nunca querer operar, ou defender bandeiras, homossexual assumido, dizia ser a própria bandeira e existir muito antes que qualquer sigla. Assim Rogéria entrou para o mundo do travestismo artístico em pleno início da ditadura militar no Brasil. Excelente cantora e atriz, trabalhou em peças, shows, cinema, teatro e novela, sempre interpretando mulheres ou travestis, como na novela *Tieta*. Em 1979, venceu o prêmio teatral Mambembe na categoria de atriz revelação.

Rogéria intitulava-se a "travesti da família brasileira". Faleceu em 4 de setembro de 2017, no mesmo dia em que ia ao ar, numa reprise da novela *Tieta*, sua primeira cena.

Mas ela foi uma exceção, talvez pelo fato de continuar se identificando como homem, apesar da sua persona artística feminina. Numa entrevista, afirmou: "Sou sempre o Astolfo. Rogéria é apenas uma pessoa que se apresenta. Sempre que estou interpretando, tem o Astolfo atrás segurando a peteca. Não fiquei maluca, não."[39]

Andréa de Mayo, diferentemente de Rogéria, era tudo, menos a "travesti da família brasileira". Precursora na luta pelos direitos LGBT e grande líder da comunidade paulista, de moradora de rua, passou a ser dona de boate na região central de São Paulo. Sua Prohibidu's marcou uma época. Alta, sentada num banco à porta de sua boate, impunha-se e fazia tudo funcionar. Também caftinava e protegia travestis da rua Amaral Gurgel. Mantinha-as longe de traficantes, ladrões e michês, que não raro chegaram a tomar surras dela. Era respeitada pela polícia local. Sem usar álcool nem drogas,

acabou se apaixonando por um usuário. O relacionamento terminou com ela levando seis tiros dele.

Era crua e realista quanto à prostituição de travestis: “Travesti está sempre vestido de palhaço, é Carnaval o ano inteiro. Acaba sendo duplamente falso: altera seu corpo e identidade e transmite uma alegria impossível. Quem é feliz deitando com cinco homens por noite, apanhando da polícia e de boy e sendo rejeitado por toda a sociedade?”[40] Em entrevista para o jornalista Goulart de Andrade, no programa *Comando da Madrugada*, em 1985, expôs realisticamente a questão: “O palhaço pinta o rosto para viver. O travesti também. […] Por que o travesti não trabalha? Quem dá trabalho para o travesti? Me conta isso! Não tem. Ninguém dá trabalho para um travesti. Se não tem trabalho nem pra pai de família, vão dar trabalho para travesti?”[41]

Andréa referia-se aos travestis das classes baixas, que muitas vezes acabavam enveredando para a prostituição como forma de sustento. Dentro do preconceito de gênero também há um preconceito de classe. Laerte, cartunista que, em 2010, passou a se identificar publicamente como transgênero e a assumir a sua prática de *crossdresser*, quando um homem se veste de mulher, ironiza a diferença entre o *crosdressing* e o travestismo: “O *crossdresser* é um travesti. Só que de classe média. Se lhe aplicarem a pecha de travesti, ele morre.”[42]

De Mayo não tinha medo de dizer o que pensava. Uma prova disso foi quando questionou na TV, no *Programa Livre*, em 1998, o então vereador Afanásio Jazadji, que estava atacando os homossexuais, se ele havia pedido explicitamente para essas pessoas não votarem nele.[43]

Andréa, nos anos 1970, usou e abusou do silicone para moldar o corpo, em uma época de pouco conhecimento e muito risco. Prestes a se retirar da vida noturna, queria ver as estrelas sossegada em seu sítio em Ribeirão Pires. Assim, submeteu-se a uma cirurgia para a retirada de uma parte do silicone industrial que havia injetado no seu corpo e que agora o deformava. Antes de se internar, arrumou quem cuidasse do seu fiel escudeiro, Al Capone, o seu pequinês de 17 anos. Logo após a cirurgia, passou mal de madrugada e de manhã entrou em coma. Faleceu no dia 17, no mesmo mês em que

nasceu: maio. Seu pai recusou-se a disponibilizar o jazigo da família para enterrá-la. O corpo acabou recebendo guarida no cemitério da Consolação, em São Paulo, no jazigo de um amigo dela. Em 2016, dezesseis anos depois de sua morte, recebeu uma placa com o nome que havia adotado como seu, Andréa de Mayo, e não o de Ernani dos Santos Moreira Filho, seu nome de batismo.

1 Vainfas, *Homoerotismo feminino e o Santo Ofício*. In: Pinsky e Pedro, *Nova história das mulheres no Brasil*, p. 125.

2 Ibidem, p. 128.

3 Piovezan, *Amor romântico x deleite dos sentidos: Cassandra Rios e a identidade homoerótica feminina na literatura (1948-1972)*.

4 Mayrink e Xexéo, "Uma passageira do exílio", p. 145.

5 Del Priore, *Histórias íntimas*, p. 143.

6 Apud Rohden, *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*, p. 173.

7 Ibidem, p. 197.

8 Bengell, *Norma Bengell*, p. 215.

9 *O Malho*, 8 fev. 1930, p. 59.

10 Freire, *Dos escombros de Pagu*, p. 30.

11 Galvão, *Paixão Pagu*, p. 55.

12 Ibidem, p. 73.

13 Ibidem, pp. 138-9.

14 Nogueira, *Pagu: política e pioneirismo nas histórias em quadrinhos nos anos de 1930*.

15 Campos, *Patrícia Galvão*, p. 188.

16 *O Malho*, 31 nov. 1932, p. 12.

17 Holanda, *Um caminho à liberdade: o legado de Pagu*, p. 53.

18 Bopp, "*Passado-a-limpo" por ele mesmo*, p. 74.

19 Goldenberg, *Leila Diniz*, p. 148.

20 Ibidem, pp. 150-1.

21 Ibidem, p. 153.

22 Depoimento do historiador Glauco Ricciele.

23 Borges, *Em busca de Gabrielle*, p. 202.

24 Ibidem, p. 208.

25 Falci e Melo, *A sinhazinha emancipada*, p. 56.

26 Idem.

27 Queiroz, *A mulher e a casa*, p. 49.
28 Falci e Melo, op. cit., p. 97.
29 Ibidem, p. 95.
30 Ibidem, p. 97.
31 Azevedo, *Relações de gênero e sistema penal*, p. 119.
32 Brasil, "*Em briga de marido e mulher se mete a colher, principalmente se resultar em assassinato*".
33 Galina, *Maria da Penha é uma sobrevivente*.
34 Revista *IstoÉ*, n. 2.150, 26 jan. 2011.
35 Idem.
36 Idem.
37 Waiselfisz, *Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*, p. 25.
38 Ibidem, p. 11.
39 Autran, *Com 50 anos de carreira, Rogéria fala sobre infância, caso com mulher e prostituição*.
40 Bocchini, *Poderosa chefona*.
41 Andrade, *Travestis nas ruas de São Paulo*.
42 Silva, *Laerte em trânsito*, p. 18.
43 *Programa Livre* – 30 anos.

Agradecimentos

A Adriana Sauerbronn de Moura, companheira de todas as horas. Sem seu incentivo e apoio, esta obra não existiria. A Mary del Priore, sempre acessível para dirimir as minhas eternas e inesgotáveis dúvidas. À profa. Maria Celi Chaves Vasconcelos, pelas orientações a respeito da educação feminina no Brasil no século XIX e às suas orientandas Ana Cristina Francisco e Jaqueline Vieira de Aguiar. A Martha Coelho, por amar *spoilers* e pelo apoio e incentivo à base de chocolate. A Claudia Witte, que batizou o prefácio. A Regina Cascão, pelo empréstimo de quarto, carinho, comida e coração, eterno agradecimento sempre! À profa. Vera Cabana, pelas conversas a respeito da viscondessa de Cavalcanti e o seu dicionário, além da "sinhazinha emancipada", Eufrásia Teixeira Leite; à profa. Regina Wanderley, pelo auxílio e dicas de pesquisa e do nome de algumas das mulheres que se encontram neste livro. A Beth Araujo, por me apresentar tantas mulheres incríveis e fantásticas, como Laurinda, Júlia, Leolinda e tantas outras. Ao prof. Diego Amaro de Almeida, pelas conversas a respeito de Maria Joaquina de Almeida e pela oferta do seu livro *Maria Joaquina de Almeida, a senhora do café*. À profa. Maria de Fátima Moraes Argon, do Museu Imperial, pela ajuda em me fazer entender um pouco mais a fundo a princesa Isabel. À sra. Jussara de Almeida Menezes, diretora do Centro Cultural Três Poderes, em Brasília, pela ajuda a respeito do livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, guardado no Panteão da Pátria. A Júnia e Joaquim Maria Botelho, pelas prosas a respeito de d. Ruth Guimarães.

Índice onomástico

A

B

C

D

G

H

I

J

L

M

N

O

P

Q

R

S

T

V

W

X

Y

Z

Bibliografia

1. Arquivos

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (Brasil). Arquivo Viscondessa de Cavalcanti. Documentos manuscritos.

ARQUIVO ZUZU ANGEL (Brasil). Acervo Digital.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Divisão técnica de arquivos. Processo nº 2.503/23.

2. Jornais e revistas

A Cidade, Ribeirão Preto, 26 nov. 1920, p. 1.

A Gazeta de Lisboa, Lisboa, n. 84, 7 abr. 1827, p. 645.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 27 out. 1923, p. 1.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 27 fev. 1929, p. 3.

Correio do Povo, Porto Alegre, ano 116, n. 311, 7 out. 2011, p. 10.

Correio Paulistano, São Paulo, 25 ago. 1920, p. 6.

Correio Paulistano, São Paulo, 22 nov. 1927, p. 10.

Diário do Congresso Nacional, 8 nov. 1914, p. 2.789.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 11 jun. 1867, p. 1.

O Combate, São Paulo, 26 out. 1923, p. 1.

O Estado de S. Paulo, São Paulo, 26 nov. 1920, p. 12.

O Malho, Rio de Janeiro, 8 fev. 1930, p. 59.

O Malho, Rio de Janeiro, 31 nov. 1932, p. 12.

O Paiz, Rio de Janeiro, 30 set. 1899, p. 2.

O Parafuso, São Paulo, 15 dez. 1920, p. 1.

Publicador Maranhense, Maranhão, 25 ago. 1865, p. 2.

Revista da Semana, 7 nov. 1929, p. 32.

3. Livros e artigos

A IMPERATRIZ Maria Leopoldina: Documentos interessantes publicados para comemorar o primeiro centenário da sua morte, ocorrida no dia 11 de dezembro de 1826. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1926.

ABRANTES, duquesa de. *Recordações de uma estada em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

AGUIAR, Jaqueline Vieira de. *Princesas Isabel e Leopoldina: mulheres educadas para governar*. Curitiba: Appris, 2015.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas mulheres da colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

ALMANACH ilustrado de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia., 1913.

ALMANACH litterario de S. Paulo para 1881. São Paulo: Typografia da Província de São Paulo, 1880.

ALMANAK administrativo, mercantil e industrial da província de São Paulo para o ano de 1858. São Paulo: Imparcial, de J.R. de Azevedo Marques, 1857.

ALMEIDA, Diego Amaro de. *Senhora do café*: Maria Joaquina de Almeida. Cachoeira Paulista: MBT, 2016.

ALMEIDA, Fernando Mendes de. O folclore nas Ordenações do Reino. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, n. 56, 1939.

ALMEIDA, Geraldo Gustavo de. *Heróis indígenas do Brasil*: memórias sinceras de uma raça. Rio de Janeiro: Cátedra, 1988.

ALMEIDA, Júlia Lopes. *O livro das noivas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1905.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo*: a luta pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

AMARAL, Aracy. *Tarsila*: sua obra e seu tempo. 3ª ed. rev. ampl. São Paulo: Edusp; 34, 2003.

AMARAL, Tarsila do. *Percurso afetivo*. Ministério da Cultura/Banco do Brasil. Catálogo da exposição de 14 de fevereiro a 29 de abril de 2012.

ANCHIETA, José de. *Teatro de Anchieta*. São Paulo: Loyola, 1977.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de; ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro de; ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. *Cartas andradinas*: correspondência particular de José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio

Carlos dirigida a Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1890.

ANNAES do Parlamento Brazileiro: Camara dos Srs. Deputados. Segundo Anno da Primeira Legislatura. Sessões de 1827, tomos 1-5. Brasília, Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1982. (Reimpressão da edição de 1874.) ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. *Pobres, honradas e virtuosas*: os dotes de d. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850). Ponte de Lima: Santa Casa de Misericórdia, 2000.

ARAÚJO, Tiago Gomes. *A identidade nacional brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870)*. Rio de Janeiro: Ar Editora, 2016.

ARAÚJO, Vicente Freitas. *Bela Cruz*: famílias endogâmicas. São Paulo: Clube de Autores, 2011.

ARGON, Maria de Fátima. “A princesa d. Isabel sob o véu e o manto”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 23, pp. 243-61, ano 23, 2016.

ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

ASSIS, Machado de. *Crônicas*. Rio de Janeiro: W.M. Jackson, 1957. 2 v.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina*: cartas inéditas. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. *Relações de gênero e sistema penal*: violência e conflitualidade nos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher. Porto Alegre: Edipucrs, 2011.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. *Tempos e memórias*: movimento feminista no Brasil. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BARMAN, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil*: gênero e poder no século XIX. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá *et al. Mulher brasileira*: bibliografia anotada. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas; São Paulo: Brasiliense, 1979; 1981. 2 v.

BARROSO, Gustavo. *Segredos e revelações da história do Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1985.

BASSANEZI, Carla Beozzo. *Virando as páginas, revendo as mulheres*: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BENGELL, Norma. *Norma Bengell*. São Paulo: NVersos, 2014.

BOPP, Raul. *“Bopp passado-a-limpo” por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Tupy, 1972.

________. *Movimentos modernistas no Brasil*: 1922-1928. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

BORGES, Vavy Pacheco. *Em busca de Gabrielle*. São Paulo: Alameda, 2009.

BOTELHO, Joaquim Maria Guimarães. A missão de Ruth. *Revista Ângulo*, Lorena, n. 137, pp. 28-30, abr.-jun. 2014.

BRANDÃO, Raul. *El-Rei Junot*. Porto: Renascença Portuguesa, 1919.

CAMARGO, Ani Perri. *Anita Malfatti*: a festa da cor. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.

CAMPOS, Augusto de. *Patrícia Galvão*: Pagu vida-obra. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARNEIRO, Davi. *O drama da fazenda Fortaleza*. Paraná: Edições Dr. Dicesar Plaisant, 1941.

CARVAJAL, Gaspar de. *Descubrimiento del río de las Amazonas*. [S.l.]: Editorial del Cardo, 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.org.ar/libros/153797.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018. Tradução do autor.

CARVALHO, Horácio Martins de. *O campesinato no século XXI*: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTRO, Ruy. *Carmen Miranda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CAVALHEIRO, Maria Thereza. *Colombina e sua poesia romântica e erótica*. São Paulo: João Scortecci, 1987.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CHIARELLI, Tadeu. *Um jeca nos vernissages*. São Paulo: Edusp, 1995.

CORRESPONDÊNCIA dos governadores de São Paulo com o vice-rei – 1769-1807. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 53, 1956.

COSTA, Antônio da. *A mulher em Portugal*. Lisboa: Companhia Nacional, 1892.

COSTALLAT, Benjamin. *Mademoiselle Cinema*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Isabel, a “Redentora” dos escravos*: uma história da princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988). São Paulo: Edusc/Fapesp, 2004.

DEBRIS, Cyrille. *Tu, felix Austria, nube: la dynastie de Habsburgo et sa politique matrimoniale à la fin du Moyen Âge (siècles XIIIè-XVIè)*. Turnhout: Brepols, 2005.

DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. Unesp, 2007.

________. *Ao sul do corpo*: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: Unesp, 2009.

________. *Castelo de papel*. São Paulo: Rocco, 2013.

________. *Histórias íntimas*. São Paulo: Planeta, 2011.

DEL PRIORE, Mary; AMANCIO, Marcia. *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2010.

DENIS, Ferdinand. *Uma festa brasileira celebrada em Rouen em 1550*. São Bernardo do Campo: Usina de Ideias, 2017.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DINIZ, Edinha. *Chiquinha Gonzaga*: uma história de vida. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999.

DOCUMENTOS interessantes para a história e costumes de São Paulo. Vol. 30. São Paulo: Typographia do Diário Official, 1899.

DOCUMENTOS interessantes para a história e costumes de São Paulo. Vol. 89. São Paulo: Secretaria do Arquivo do Estado de São Paulo, 1967.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis*: a presença feminina na Guerra do Paraguai. Campo Grande: Editora Universidade Federal de Mato Grosso, 2005.

DRUMMOND, Antonio de Meneses Vasconcelos de. Anotações de A. M. V. de Drummond à sua biografia. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, v. XIII, 3ª parte, p. 42, 1885-1886.

DUARTE, Constância Lima (org.). *Nísia Floresta*. Recife: Massangana, 2010.

DUARTE, Paulo. *Memórias*. V. 9. São Paulo: Hucitec, 1979.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1995. 5 v.

DUMAS, Alexandre. *Memórias de José Garibaldi*. Rio Grande: O Intransigente, 1907.

ESPÍRITO SANTO, Maria Bibiana do. *Mãe Senhora*: saudade e memória. Salvador: Corrupio, 2000.

ESTRADA, Luiz Gonzaga Duque. *A arte brasileira*: pintura e escultura. Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1888.

FALCI, Miridan Britto; MELO, Hildete Pereira de. *A sinhazinha emancipada*: a paixão e os negócios na vida de uma ousada mulher no século XIX: Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930). Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2012.

FARIAS, Eny Kleyde. *Maria Felipa de Oliveira*: heroína da independência da Bahia. Salvador: Quarteto, 2010.

FAZENDA, José Vieira. *Antiqualhas e memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1919-24. 5 v.

FERNANDES, Ana Amélia; OLIVEIRA, Hélio (orgs.). *A mulher potiguar*: cinco séculos de presença. Natal: Fundação José Augusto, 2000.

FERREIRA FILHO, João Antônio. *A dama do Encantado*. São Paulo: Nova Alexandria, 1996.

FRANÇA, António de Oliveira Pinto da. *Cartas baianas 1821-1824*. São Paulo: Nacional, 1980.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

FREIRE, Teresa. *Dos escombros de Pagu*. São Paulo: Ed. Senac, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Global, 2003.

________. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GALVÃO, Patrícia. *Paixão Pagu*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil*: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil. Brasília: Senado Federal, 2008.

GARCIA, Rodolfo. "As órfãs da rainha". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 192, jul.-set. 1946.

GOLDENBERG, Mirian. "Leila Diniz". In: ASSIS, Maria Elisabete Arruda de; SANTOS, Taís Valente dos (orgs.). *Memória feminina*: mulheres na história, história de mulheres. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2016.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Nacional, 1956.

________. *Escorço biográfico de Dom Pedro I*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

GUIMARÃES, Ruth. *Água funda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas*: 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

________. *Emancipação do sexo feminino*: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

IRMÃO, José Aleixo. *Rafael Tobias de Aguiar*: o homem, o político. Sorocaba: FUA, 1992.

JARDIM, Antônio Silva. *Propaganda republicana (1888-1889)*. Discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: FCRB; Conselho Federal de Cultura, 1978.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960.

LA CONDAMINE, Charles Marie. *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*. Brasília: Senado Federal, 2000.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia paulistana*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. 3 v.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

LIMA, Herman. “Nossa primeira caricaturista: Nair de Teffé”. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, n. 6, mar.-jun. 1961.

LOPES, Marta Júlia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LOUDE, Jean-Yves. *Pepitas brasileiras*: do Rio de Janeiro ao Maranhão, uma viagem de 5.000 quilômetros em busca dos heróis negros do país. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno biographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1876.

________. *Um passeio pelas ruas do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal; Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2005.

MACHADO, Hilda. *Laurinda Santos Lobo*: mecenas, artistas e outros marginais em Santa Teresa. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

MARCHETTI, Wanda. *Diário de uma atriz*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, [19--].

MARCILIO, M. Luiza. *Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil*. São Paulo: Cedhal-Cehila; Loyola, 1993.

MARROCOS, Luiz Joaquim dos Santos. “Cartas”. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. LVI, 1934.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Viúva Bertrand, 1882. 2 v.

________. *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Antônio Maria Pereira, 1895. 2 v.

MARTINS, Joaquim Dias. *Os mártires pernambucanos*. Pernambuco: F.C. Lemos e Silva, 1853.

MAYRINK, Geraldo; XEXÉO, Artur. “Uma passageira do exílio”. Revista *IstoÉ*, n. 345, 3 ago. 1983.

MENEZES, Raimundo. *Aconteceu no velho São Paulo*. São Paulo: Saraiva, 1954.

MIRANDA, Ana. *Que seja em segredo*: textos freiráticos, séculos XVII e XVIII. São Paulo: Dantes, 1998.

MONQUELAT, Adão F. *Pelotas dos excluídos*: subsídios para uma história do cotidiano. Pelotas: Mundial, 2014.

MONTANDON, Rosa Maria Spinoso de. *Dona Beja: desvendando o mito*. Uberlândia: Edufu, 2004.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra*: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MORAES, Alexandre José de Mello. *Chronica geral e minuciosa do Imperio do Brazil*: desde a descoberta do Novo Mundo ou America até o anno de 1879. Rio de Janeiro: Dias da Silva Junior, 1879, v. 2, p. 177.

MORAES FILHO, José de Mello. *História e costumes*. Rio de Janeiro: Garnier, 1904.

MORAIS, A.J. de Melo. *Crônica geral do Brasil*. 2 v. Rio de Janeiro: Garnier, 1886.

MORÉRI, Louis. *Le grand dictionnaire historique*. 9ª ed. Amsterdã; La Haye: La Compagnie, 1702.

MOTT, Luiz. *Rosa Egipcíaca*: uma santa africana no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

________. “Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945)”. *Cadernos Pagu*, Campinas: Unicamp, n. 16, 2001.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2004.

MOURA, George; ARAÚJO, Flávio, BARROS, Marcelo Faria de. *Crimes que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Globo, 2007.

MURARO, Rose Marie. *Memórias de uma mulher impossível*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.

MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). *Escritoras brasileiras do Século XIX*. Florianópolis: Edunisc, 1999.

NABUCO, Carolina. *Oito décadas*: memórias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T.A. Queiroz; USP, 1984.

NOVAIS, Fernando A. (coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 5 v.

OBERACKER Jr., Carlos H. *A imperatriz Leopoldina*: sua vida e sua época. Ensaio de uma biografia. Rio de Janeiro: IHGB; Brasília: Conselho Nacional de Cultura, 1973.

OBRY, Olga. *Catarina do Brasil*: a índia que descobriu a Europa. Rio de Janeiro: Atlântica, 1945.

ORTA, Teresa Margarida da Silva e. *Obra reunida*. Org. Ceila Montez. Rio de Janeiro: Graphia, 1993.

PASSIN, José Luiz. “Ruth Guimarães: biobibliografia”. *Revista Ângulo*, Lorena, n. 137, pp. 119-21, abr.-jun. 2014.

PEDRO, Joana M. *Mulheres honestas e mulheres faladas*: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. UFSC, 1998.

PERROT, Michelle *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.

________. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PIMENTEL, J.S. de Azevedo. *Episódios militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, C.R.J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PORTO, Luís de Almeida Nogueira. “Bananal, muito passado e algum presente”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 308, jul.-set. 1975.

PRADO, Décio de Almeida. *História concisa do teatro brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2013.

PRADO, Paulo. “Há 40 anos falecia Moacyr de Toledo Piza”. *O Estado de S. Paulo*, 25 out. 1963, p. 18.

PRESAS, José. *Memórias secretas de d. Carlota*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2010.

QUEIROZ, Eneida. *A mulher e a casa*. São Paulo: Baraúna, 2013.

RANGEL, Alberto. *D. Pedro I e a marquesa de Santos*. 2ª ed. Tours: Arrault, 1928.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. São Paulo: Mulheres, 2004.

RELAÇÃO das guerras feitas aos palmares de Pernambuco no tempo do governador D. Pedro de Almeida de 1673-1678. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo XXII, 1859.

PSYCHOLOGIA das mulheres criminosas no Brasil. *Revista Criminal*, Rio de Janeiro, ano I, n. 120, p. 39, 1928.

REZZUTTI, Paulo. *Domitila, a verdadeira história da marquesa de Santos*. 5ª ed. São Paulo: Geração, 2017.

________. *D. Leopoldina, a história não contada*. São Paulo: LeYa/Casa da Palavra, 2017.

RIOS, Cassandra. *Mezzamaro flores e cassis*: o pecado de Cassandra. São Paulo: Pétalas, 2000.

ROCHA, Guilherme Salgado. *Frei Galvão*. São Paulo: Loyola, 2007.

ROHDEN, F. *Uma ciência da diferença*: sexo e gênero na medicina da mulher. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.

SAFIOTTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*: mito e realidade. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pela comarca de Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Família, mulheres e povoamento*: São Paulo séc. XVII. Bauru: Edusc, 2003.

________. *As mulheres, o poder e a família*: São Paulo séc. XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

________. *Mulheres na América e no mundo Ibérico*. São Paulo: Humanitas; Usp, 2011.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1868.

SANTOS, Paulo César dos. *Nair de Teffé*. 2ª ed. Petrópolis: Sermograf, 1999.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (orgs.). *Dicionário mulheres do Brasil*: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SILVA, Antonio de Moraes; BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. *Brasileiras célebres*. Brasília: Senado Federal, 2004.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *Profissão artista*: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras. São Paulo: Edusp, 2008.

SOUZA, Bernardo J. de. *Heroínas bahianas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936, pp. 129-30.

SOUZA, cônego Francisco Bernardino de. *Pará e Amazonas*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874.

SOUZA, J. Galante de. *O teatro no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960. 2 v.

STUDART, Heloneida. "Entrevista com Ruth Guimarães: 'Não é fácil ser mulata'." *Revista Ângulo*, Lorena, n.137, pp. 47-9, abr.-jun. 2014.

TACITO, Hilário. *Madame Pommer*y. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa,1997.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. *A retirada da Laguna*: episódio da Guerra do Paraguai. São Paulo: Ediouro; Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro; Usp, [19--].

THEVET, André. *Singularidades da França Antártica*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

ÚLTIMOS momentos da senhora d. Maria Leopoldina Carolina Josepha Beatriz, primeira imperatriz do Brasil, ou Colleção das prosas e das poesias… Rio de Janeiro: Plancher-Seignot, 1827.

VASCONCELLOS, Eliane. "Uma arqueologia da autoria feminina no Brasil". In: SÜSSEKIND, Flora; DIAS, Tânia; AZEVEDO, Carlito (orgs.). *Vozes femininas, gênero, mediações e práticas da escrita*. Rio de Janeiro: 7Letras; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2003.

VASCONCELOS, Simão. *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil*. 2ª ed. corr. e aum. Lisboa: A.J. Fernandes Lopes, 1865. 2 v.

4. Artigos acadêmicos e teses

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. "Carlota Joaquina e a revolução de independência no Rio da Prata". *Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC*, São Paulo, 1998. Disponível em:

<http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/francisca_0.pdf>. Acesso em: 2 maio 2017.

CARVALHO, Maria Meire de: *Vivendo a verdadeira vida*: vivandeiras, mulheres em outras frentes de combate. Tese (Doutorado em História). UNB, Brasília, 2008.

HOLANDA, Sarah Pinto de. *Um caminho à liberdade*: o legado de Pagu. Dissertação (Mestrado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/posverna/mestrado/HolandaSP.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2017.

JORGE, Janes. *O crime de Cravinhos*: oligarquia e sociedade em São Paulo. 1920-1924. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

KARAWEJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar*: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LODI-CORREA, Samantha. *Anália Franco e sua ação socioeducacional na transição do Império para a República (1868-1919)*. 180 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2009. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=000449107>. Acesso em: 30 jan. 2017.

MESQUITA, Maria Luiza de Carvalho. *O terceiro reinado*: Isabel de Bragança, a imperatriz que não foi. 2009. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2009.

MONTANDON, Rosa Maria Spinoso de. *Dona Beja*: desfazendo as teias do mito. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

NOGUEIRA, Fausto Henrique Gomes. *Os espíritos assombram a metrópole*: sociabilidades espiritualistas (espírita e esotérica) em São Paulo na Primeira República. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11032016-160523/publico/2016_FaustoHenriqueGomesNogueira_VCorr.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2017.

PIOVEZAN, Adriane. *Amor romântico x deleite dos sentidos*: Cassandra Rios e a identidade homoerótica feminina na literatura (1948-1972). Dissertação (Mestrado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/6057>. Acesso em: 1º set. 2017.

RODRIGUES, Marcelo Santos. "Mulheres sertanejas na Guerra do Paraguai". Anais Eletrônicos do VI Encontro da ANPHLAC, Maringá, 2004. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/marcelo_rodrigues.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2017.

TAMIZARI, Fabiana. *A mulher na concepção materialista de Diderot*. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-24042014-103042/publico/2014_FabianaTamizari_VCorr.pdf >. Acesso em: 18 fev. 2017.

5. Palestras

Grandes Debates: Mulheres no Poder – Os desafios no espaço da política. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 22 maio 2017.

6. Webgrafia

ANDRADE, Goulart de. *Travestis nas ruas de São Paulo*. Programa *Comando da Madrugada*, TV Bandeirantes, 1985. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NkoHPQib2Ro>. Acesso em: 26 set. 2017.

AUTRAN, Gustavo. *Com 50 anos de carreira, Rogéria fala sobre infância, caso com mulher e prostituição*. Portal G1. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/ela/gente/com-50-anos-de-carreira-rogeria-fala-sobre-infancia-caso-com-mulher-prostituicao-16951568>. Acesso em: 20 ago. 2017.

AZEVEDO, Solange. "A Maria da Penha me transformou num monstro". Revista *IstoÉ Independente*, Brasil, ed. n. 2.150. 21 jan 2011. Disponível em:

<www.istoe.com.br/reportagens/121068_A+MARIA+DA+PENHA+ME+TRANSFORMOU+NUM+MONSTRO+>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BOCCHINI, Lino. “Poderosa chefona”. Revista *Trip*, São Paulo, n. 190, jul. 2010. Disponível em: <http://revistatrip.uol.com.br/trip/poderosa-chefona>. Acesso em: 25 set. 2017.

BRASIL. “Em briga de marido e mulher se mete a colher, principalmente se resultar em assassinato”. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/relacoes-institucionais/conteudo/noticias/201cem-briga-de-marido-e-mulher-se-mete-a-colher-principalmente-se-resultar-em-assassinato201d>. Acesso em: 15 out. 2017.

CAMPBELL, Ulisses. “Suzane von Richthofen, 14 anos depois”. Revista *Veja*, 26 ago. 2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/suzane-von-richthofen-14-anos-depois/>. Acesso em: 20 jul. 2017.

CANDEIAS, Nelly Martins Ferreira. *Ministério alegre*. Artigo. Disponível em <http://www.ihgsp.org.br/home/ministerio_alegre.htm>. Acesso em: 3 abr. 2017.

CARLOMAGNO, Beto. “Livro lança nova luz sobre a abolição no Brasil”. *Diário da Região*, São José do Rio Preto, 27 nov. 2016. Disponível em: <http://www.diariodaregiao.com.br/cultura/literatura/livro-lança-nova-luz-sobre-a-abolição-no-brasil-1.639840>. Acesso em: 18 jul. 2017.

CHARNER, Flora. “Brazilian president under fire over praise of women’s supermarket skills”. CNN, 9 mar. 2017. Disponível em <http://edition.cnn.com/2017/03/09/americas/michel-temer-womens-day-speech/index.html?sr=twcnni030917michel-temer-womens-day-speech0927AMStoryLink&linkId=35278434>. Acesso em: 15 out. 2017.

DEL PRIORE, Mary. “Feminismo brasileiro: as pioneiras”. *História Hoje*, São Paulo, 27 fev. 2017. Disponível em: <http://historiahoje.com/feminismo-brasileiro-as-pioneiras>. Acesso em: 21 jul. 2017.

DIPLOMATA brasileira foi essencial para menção à igualdade de gênero na Carta da ONU. ONUBR, 9 nov. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/exclusivo-diplomata-brasileira-foi-essencial-para-mencao-a-igualdade-de-genero-na-carta-da-onu/>. Acesso em: 15 set. 2017.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. “Lugar da emancipação da mulher no periodismo paulista (1888-1930)”. *Revista Iberoamericana*, v. LXX, n. 208-9. Julio-Diciembre, 2004. Disponível em: < https://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/Iberoamericana/article/view/5486>. Acesso em: 12 jun. 2017.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DALTRO,Leolinda-de-Figueiredo.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

GALINA, Décio. "Maria da Penha é uma sobrevivente". Revista *TPM*, n. 82, 11 mar. 2009. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/maria-da-penha>. Acesso em: 23 ago. 2017.

"UMA presidente fora de si". *IstoÉ*, n. 2.417, 6 abr. 2016. Disponível em: < https://istoe.com.br/450027_UMA+PRESIDENTE+FORA+DE+SI/>. Acesso em: 15 maio 2017.

LEVANTAMENTO Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres – junho de 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em: 7 maio 2017.

MULHER é espancada no Rio: "Não é hora de mulher estar na rua", disse agressor. Revista *Fórum*, 18 mar. 2017. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2017/03/18/mulhere-espancada-em-bar-no-rio-nao-e-hora-de-mulher-estar-na-rua-disse-agressor/>. Acesso em: 5 abr. 2017.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. "Que rainha sou eu? Carlota Joaquina, sujeito político". *Labrys, études féministes/ estudos feministas* [online] juillet-décembre 2011 – janvier-juin 2012 – jul.-dez. 2011 – jan.-jun. 2012. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/diva.htm>. Acesso em: 12 jan. 2017.

"NAIR de Teffé, a primeira caricaturista do Brasil". *Jornal Mulier*, n. 113, jun. 2013. Disponível em: <http://jornalmulier.com.br/nair-de-teffe-a-primeira-caricaturista-do-brasil/>. Acesso em: 18 ago. 2017.

NOGUEIRA, Natania Aparecida da Silva. *Pagu*: política e pioneirismo nas histórias em quadrinhos nos anos de 1930. Artigo. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502671728_ARQUIVO_PAGU_ANPUH_CORRIGIDO.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

OLIVEIRA, Klebson; LOBO, Tânia Conceição Freire. "O nome dela era Rosa: epistolografia de uma ex-escrava no Brasil do século XVIII". In: LOBO, Tânia Conceição Freire. *et al.* (orgs.). *Rosae*: linguística histórica, história das línguas e outras histórias [online]. Salvador: Edufba, 2012. pp. 623-46. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/67y3k/pdf/lobo-9788523212308-45.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2017.

ORIÁ, Ricardo. "Mulheres no Parlamento brasileiro: Carlota Pereira de Queiroz". Revista *Plenarium*, Brasília: Câmara dos Deputados, ano 1, v. 1,

pp. 240-6, 2004. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/a-camara/conheca/camara-destaca/mulheres-no-parlamento/publicacoes/mulheres-no-parlamento-brasileiro-carlota-pereira-de-queiros/view>. Acesso em: 19 out. 2017.

PROGRAMA Livre 30 anos. Disponível em: <http://readhealtharticle.com/watch?v=T5LK9qVNhoE>. Acesso em: 26 set. 2017.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. "Uma negra fugio, e conta que tem dous filhos: fuga e família entre escravos na Bahia". *Afro-Ásia*, Salvador, n. 23, 1999. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/viewFile/20978/13580>. Acesso em: 12 jun. 2017.

RICCIELI, Glauco. *Depoimento para o documentário*: A História de Dona Yayá. Produzido para o programa Doc Mogi News em 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MsmNhYozsQM>. Acesso em: 9 fev. 2017.

SILVA, Fernando Barros e. "Laerte em trânsito". *Revista Piauí*, São Paulo, n. 79, abr. 2013. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/Fmateria/Flaerte-em-transito/>. Acesso em: 25 set. 2017.

SILVA, Ivanete Paschoalotto da; SIMILI, Ivana Guilherme. "Nair de Teffé: uma narrativa biográfica para as mulheres dos séculos XIX e XX". *Diálogos & Saberes*, Mandaguari, v. 7, n. 1, 2011. Disponível em: <http://seer.fafiman.br/index.php/dialogosesaberes/article/viewFile/295/287>. Acesso em: 6 ago. 2017.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. "Entre convenções e discretas ousadias: Georgina de Albuquerque e a pintura histórica feminina no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online], v. 17, n. 50, pp. 143-59, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000300009>. Acesso em: 8 maio 2017.

________. "O corpo inacessível: as mulheres e o ensino artístico nas academias do século XIX". *ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan.-jun. 2007. Disponível em: <http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF14/Ana%20Paula%20Cavalcanti.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2017.

________. "Souvenir de ma carrière artistique: uma autobiografia de Julieta de França, escultora acadêmica brasileira". *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, n. 1, jan.-jun. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142007000100007#tx01>. Acesso em: 10 maio 2017.

SOUSA, Luciana Oliveira de. “Parque Industrial: a literatura feminina engajada de Patrícia Galvão/Pagu”. *Revista dEsEnrEdoS*, Teresina, ano IV, n. 13, abr.-jun. 2012. Disponível em: <http://desenredos.dominiotemporario.com/doc/13_-_artigo_-_Luciana_Oliveira.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2017.

VILARELHE, Eva Lourenço. *Fabricação de ideias e identidade na historiografia literária lusa e brasileira*: começa a literatura brasileira com um romance, feminista e político escrito por uma mulher?. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 16, 17 e 18 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Eva_Loureiro_Vilarelhe.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2017.

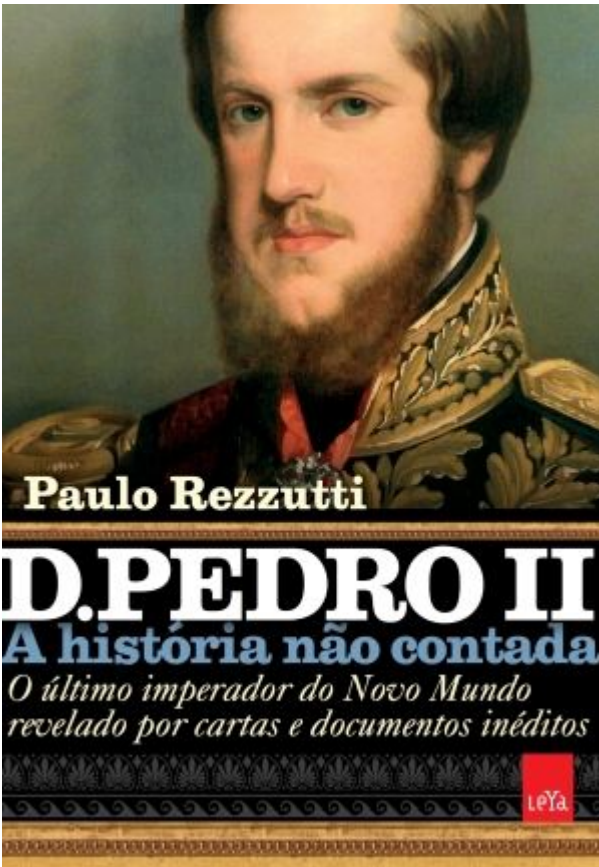
WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015*: homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

QUER SABER MAIS SOBRE A LEYA?

Em www.leya.com.br você tem acesso a novidades e conteúdo exclusivo. Viste o site a faãa seu cadastro!

A LeYa também está presente em:

1ª edição *Março de 2018*
papel de miolo *Pólen Soft 70g/m²*
papel de capa *Cartão Supremo 250g/m²*
tipografia *Minion Pro e Paperback*
gráfica

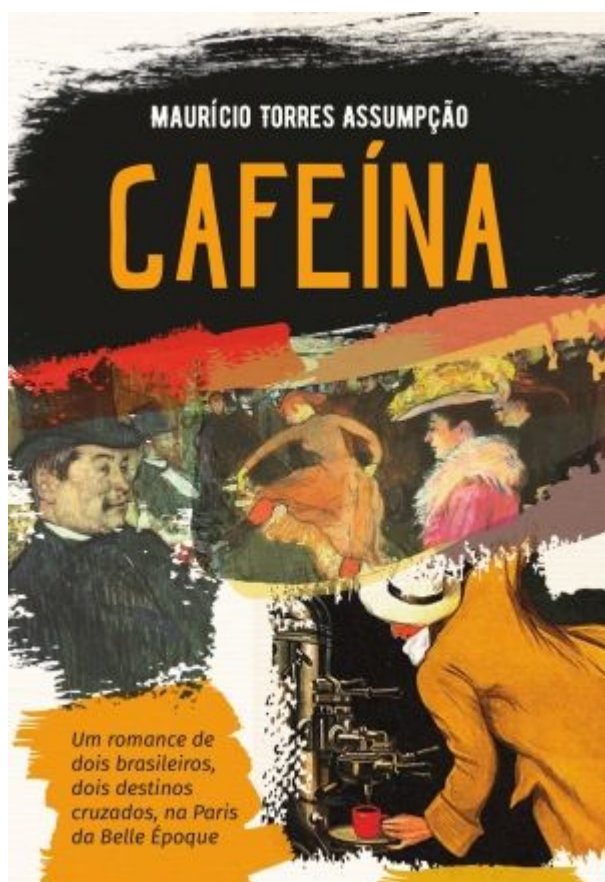
Paulo Rezzutti
D.PEDRO II
A história não contada
O último imperador do Novo Mundo
revelado por cartas e documentos inéditos
LeYa

D. Pedro II

Rezzutti, Paulo
9788577346790
544 páginas

Compre agora e leia

Em *D. Pedro II – A história não contada*, o escritor e pesquisador Paulo Rezzutti lança mão de cartas e documentos inéditos para revelar a história não contada do último imperador do Brasil. Do príncipe que se tornou regente ainda menino ao monarca de espírito republicano que morreu no exílio, a obra preenche muitas lacunas com uma extensa pesquisa em documentos, cartas e diários para iluminar a vida um homem que esbanjava cultura e cuja intimidade era bem mais intensa do que as barbas brancas em seus retratos mais famosos podem fazer supor. Depois de desmistificar d. Pedro I e d. Leopoldina, recolocar as grandes personagens femininas de nosso passado em seu devido lugar de destaque em *Mulheres do Brasil* e narrar o romance que abalou o Primeiro Reinado em *Titília e o Demonão*, Rezzutti apresenta um d. Pedro II muito além do imperador e do mito no novo volume da série *A história não contada*.

Compre agora e leia

MAURÍCIO TORRES ASSUMPÇÃO
CAFEÍNA
Um romance de
dois brasileiros,
dois destinos
cruzados, na Paris
da Belle Époque

Cafeína

Assumpção, Maurício Torres
9786556430317
320 páginas

Compre agora e leia

Uma grande história narrada em nossa História: dois personagens inesquecíveis e dois "Brasis" tão diferentes sob as luzes e as sombras da Paris do século XIX Em Cafeína, Maurício Torres Assumpção estreia na literatura com um romance marcado pelo mesmo apuro histórico de seu trabalho na não ficção – que deu origem ao premiado A história do Brasil nas ruas de Paris. O que você, muito rico, faria para escapar da Justiça por um crime que cometeu? O que você, muito pobre, faria para escapar da Justiça por um crime que não cometeu? Um barão do café e um jovem órfão refugiam-se, pelas artimanhas do destino, na efervescente e contraditória Paris da Belle Époque. Ali se cruzarão, de modo amargo e inevitável, os caminhos do barão de Lopes Carvalho e de Sebastião Constantino do Rosário. Trata-se de uma grande história narrada em nossa História, que, sob as luzes e as sombras do fim do século XIX, acompanha dois personagens inesquecíveis e dois "Brasis" tão diferentes. No meio da multidão que lota a praça Pigalle, Sebastião está sozinho, faminto e precisa recomeçar a vida. Tino, como é conhecido na pequena Ibirapiranga, menina dos olhos do abastado Vale do Paraíba, é um mestiço estrábico e tímido de apenas dezessete anos. Filho de criação de uma cozinheira e de um

padre francês, foge às pressas daquilo que chama de casa após ser acusado de um crime que não cometeu. Agora, em Paris, precisa lutar para sobreviver e tentar, na medida do possível, não se meter em confusão. Em outro canto da cidade, num belo palacete da elegante rua Bassano, o barão sonha com a construção de uma usina de torrefação de café no subúrbio parisiense e traça planos grandiosos, esperando conquistar o seu espaço na alta sociedade francesa, deixando, de uma vez por todas, o Brasil para trás. O acaso, ou o azar, se encarrega de promover o encontro de dois brasileiros em tudo distintos. Numa ironia do destino, Carvalho e Tino, retratos opostos de um mesmo Brasil, têm suas vidas entrelaçadas pelo café e pela desgraça: para concretizar seus planos de poder, o mais forte dependerá da sobrevivência do mais fraco. Finalista do Prêmio Rio de Literatura 2019, Cafeína é fruto de uma dedicada pesquisa em fontes primárias e da inventiva recriação de fatos e personagens que marcaram as histórias do Brasil e da França. Maurício Torres Assumpção guia o leitor pelas surpreendentes trajetórias desses dois personagens ao mesmo tempo que descortina o auge e a decadência do Vale do Paraíba, a realidade da escravidão, os últimos dias da monarquia e aos primeiros da República brasileira, além da Paris dos grandes empreendimentos, como a Torre Eiffel, dos operários miseráveis e da boemia dos cafés e bordéis de Montmartre.

Michael J. Losier
PEÇA
ACREDITE
E RECEBA
A LEI DA
ATRAÇÃO
O Segredo, de Rhonda Byrne,
colocado em prática
LeYa

A lei da atração

Losier, Michael J.
9788544106365
146 páginas

[Compre agora e leia]

Best-seller em mais de 20 países, A Lei da Atração, que já vendeu milhões exemplares no mundo todo, nos ensina como atrair mais daquilo que desejamos
Em alguns momentos, algo que desejamos muito parece acontecer subitamente, como que por coincidência. Noutros momentos, algo que tememos muito também parece se manifestar como que por coincidência. Experiências como essas evidenciam a existência de uma força muito poderosa chamada de "Lei da Atração", que é a capacidade que temos de, com nossos pensamentos e emoções, criar a realidade em que vivemos. A Lei da Atração: O segredo, de Rhonda Byrne, colocado em prática explica como podemos utilizar essa "lei" sempre a nosso favor e traz exercícios simples e dicas úteis que nos ajudam a integrar seus princípios à nossa vida cotidiana para atrair mais do que queremos e afastar o que não nos serve. A partir de três passos muito fáceis de seguir, este livro nos ajudará a alcançar objetivos como: encontrar o parceiro ideal para relacionamentos duradouros, aumentar o nosso ganho financeiro, crescer na carreira profissional, empreender novos negócios e construir a vida com que sempre sonhamos.

a
princesa
salva
a si mesma
neste livro
amanda lovelace
LeYa

Compre agora e leia

CIRO GOMES

PROJETO NACIONAL: O DEVER DA ESPERANÇA

LeYa